

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Larissa Raele Cestari

Encontros com a Civilização Brasileira: Ênio Silveira e a transição democrática brasileira
(1978-1982)

Juiz de Fora

2025

Larissa Raele Cestari

***Encontros com a Civilização Brasileira: Ênio Silveira e a transição democrática brasileira
(1978-1982)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Jorge Ferreira

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cestari, Larissa Raele.

Encontros com a Civilização Brasileira: Ênio Silveira e a transição
democrática brasileira / Larissa Raele Cestari. -- 2025.
282 f. : il.

Orientador: Jorge Ferreira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de
Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Encontros com a Civilização Brasileira. 2. Ênio Silveira. 3.
Transição democrática. I. Ferreira, Jorge, orient. II. Título.

Encontros com a Civilização Brasileira: Ênio Silveira e a transição democrática brasileira (1978-1982)

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
História da
Universidade
Federal de Juiz de
Fora como
requisito parcial à
obtenção do título de
Doutora em
História. Área de
concentração: História,
Cultura e Poder

Aprovada em 19/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JORGE LUIZ FERREIRA- Orientador

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. FERNANDO PERLATTO BOM JARDIM

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra. ANA AMÉLIA DE MOURA CAVALCANTE DE MELO

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE

Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. THIAGO MACHADO DE LIMA

Universidade do Estado da Bahia

Juiz de Fora, 12/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **ANA AMELIA DE MOURA CAVALCANTE DE MELO, Usuário Externo**, em 30/09/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Ferreira, Usuário Externo**, em 30/09/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Américo Oscar Guichard Freire, Usuário Externo**, em 01/10/2025, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a)**, em 08/10/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Machado de Lima, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2614427** e o código CRC **61C0F7ED**.

À minha avó Elisa (in memoriam), presença eterna, com seu amor fundante, que tanto queria que eu escrevesse os “meus papéis”.

AGRADECIMENTOS

Pessoas muito especiais me ajudaram na confecção desta tese. A começar pelo meu orientador, Jorge Ferreira, cujos trabalhos foram fonte de inspiração ao longo da minha formação como historiadora. Seu incentivo, sua orientação assertiva, sua leitura atenta e a correção dos meus textos foram fundamentais para a construção desta tese. Além desse enorme suporte intelectual, Jorge é também uma figura humana ímpar, que acolhe seus orientandos com afeto, compreensão e paciência. Jorge, foi um privilégio ter sido sua orientanda!

Aos membros da banca de qualificação, Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo e Fernando Perlatto, suas leituras críticas, seus comentários, sugestões e o encaminhamento de bibliografia me ajudaram a esclarecer o que era e o que não era o meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo empenho de seus professores e pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a realização deste trabalho.

Ao Ivan Alves Filho, outro personagem importante deste doutorado. Nossa conversa sobre Ênio Silveira, iniciada com uma entrevista, em Tiradentes, em 2021, proporcionou uma imersão profunda na história do PCB e de seus militantes. Ivan, todo encontro com você é uma viagem no tempo e uma construção no presente, ainda que possamos discordar de alguns pontos. Obrigada por sua generosidade em compartilhar comigo o intenso século XX dos comunistas. Agradeço ainda por ter me apresentado a diversos membros do partido, como Danúbio Rodrigues, Gilvan Cavalcanti de Melo, Luiz Sérgio Henriques, Armando Sampaio, bem como a Arthur Poerner, que, com seus depoimentos, me ajudaram a esclarecer aspectos muito importantes da trajetória dos pecebistas e de Ênio Silveira. E, claro, obrigada por ter me apresentado à Márcia Gomes, exemplo de mulher guerreira.

Ao Juan Berrocal, que foi leitor minucioso deste texto e fez importantes sugestões.

À Vera Lucia Accorsi Miranda, agradeço pela presteza, competência e rapidez com que realiza todas as revisões gramaticais dos meus textos.

À Bruna Araújo, que, com muito cuidado e seriedade, montou as tabelas que integram o apêndice deste trabalho. Ao Elimar Santos, que, da mesma forma, arrumou as referências bibliográficas finais, adequando-as às regras da ABNT.

Aos funcionários do Centro de Estudos e Biblioteca do Campus Cultural UFMG, em Tiradentes: Magda, Alberto, Bruna, Livia, Rita, Lu. Em uma cidade e região tão carentes de

bibliotecas, a existência desse espaço foi fundamental para que esta tese pudesse ser produzida.

Ao Luiz Francisco Miranda, Chico, que, naquela caminhada, na “Lady Castro”, não me deixou desistir.

À Débora Oliveira, que, quando chega, traz alegria, contribuindo para minorar as angústias de um doutorado.

A todos os amigos de São João del Rei que, nos encontros pelas ruas da cidade barroca, em redes muito presenciais, torciam ou rezavam para que este doutorado saísse.

À minha mãe, Maisa, que me deu o suporte na vida. Ao Nazário (in memoriam), que nos legou uma das nossas maiores alegrias: o meu irmão Luis e, agora, os seus pequenos. Ao meu pai, Gilberto, pelo carinho. À Miriam, pelas orações, e à minha irmã Raissa, pela boa vibração. Aos meus sogros, Priscila e Eduardo, pelo apoio e acolhimento.

Três grandes amigas foram seminais para que este doutorado se efetivasse: Joyce Beyer, Patrícia Mattos e Miroslava Lima. Em comum, a guarida, a escuta e o chamamento à razão quando eu me perdia em devaneios.

Joyce, minha prima, com muito carinho, você tece nossos laços e me ajuda a ver tudo de forma mais clara.

Patrícia, com o enorme poder do reconhecimento. Patrícia, você e Marcos, generosamente, me acolheram e me impulsionaram nessa intensa e tortuosa jornada que foi o doutorado.

Mira, você foi esteio para a concretização deste trabalho. Incentivou, compartilhou seus saberes e experiências de vida, não me deixou esmorecer.

Finalmente, ao mais importante: Danilo, meu grande amor, meu pilar e, sem dúvida, o principal sobrevivente deste doutorado. Entre tempestades e calmarias, você não soltou a minha mão. Além do imenso amor que nos move, você foi o meu grande leitor. Embora a sua importância na minha vida não caiba neste espaço, fica aqui registrado que este trabalho teria sido impossível sem a sua presença ao meu lado.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

Esta tese tem como objeto o projeto editorial organizado por Ênio Silveira, materializado na revista político-cultural *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicada pela editora Civilização Brasileira entre 1978 e 1982. Procuro compreender de que modo esse editor pretendeu intervir nos processos de abertura e de transição política no Brasil, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, bem como nas novas disputas das esquerdas que marcaram o período. Essas disputas incluíam a emergência de novos atores políticos, críticos à tradição nacionalista e pecebista que havia marcado os projetos da editora Civilização Brasileira no período pré-1964, e o debate em torno da questão democrática, temas presentes nas discussões desenvolvidas na revista, que analiso nesta tese. A relação entre a prática editorial ecumênica de Ênio Silveira, ou seja, sua abertura a intelectuais de diferentes correntes político-ideológicas e espaços institucionais, e sua militância pecebista constitui um eixo central da análise. Ao contrário dos estudos que apontaram a ausência de uma linha editorial definida ou que viram no ecletismo de *Encontros com a Civilização Brasileira* o seu próprio projeto, defendo que Ênio Silveira, com o respaldo do poeta Moacyr Félix, editor-chefe da revista, sustentou as diretrizes do PCB para a redemocratização. Por meio de *Encontros*, buscou reinserir o partido na nova cena política, disputando a hegemonia com setores da “nova esquerda”, ao mesmo tempo que intervinha nos debates internos do PCB, defendendo as teses dos intelectuais eurocomunistas, mas sem transformar a revista em órgão do partido ou de qualquer de suas correntes internas. O editor Ênio Silveira, atuando como intelectual mediador, ocupa lugar central nesta pesquisa. Nela, o projeto político que norteou a linha editorial de *Encontros*, objeto central da tese, só pode ser compreendido se situado na trajetória desse editor. Em termos teórico-metodológicos, esta tese se insere no cruzamento entre a história dos intelectuais, a história intelectual e os estudos sobre revistas culturais.

Palavras-chave: Ênio Silveira; revista *Encontros com a Civilização Brasileira*; abertura política e transição democrática brasileira.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the editorial project organized by Ênio Silveira, materialized in the political-cultural magazine *Encontros com a Civilização Brasileira*, published by the Civilização Brasileira publishing house between 1978 and 1982. The research seeks to understand in which way this editor intended to intervene in the processes of political liberalization, between the late 1970s and the early 1980s, as well as in the new disputes within the Brazilian left that marked the period. These disputes involved the emergence of new political actors critical of the nationalist and PCB-aligned tradition that had previously shaped the publisher's projects in the period before 1964 coup, and the debate surrounding the democratic question—central themes in the discussions developed in the magazine, which ones are analyzed throughout the dissertation. A central axis of the analysis is the relationship between Ênio Silveira's ecumenical editorial practice—his openness to intellectuals from diverse political-ideological currents and institutional spaces—and his militant engagement with the Brazilian Communist Party (PCB). In contrast to studies that identified a lack of a defined editorial line or interpreted the eclecticism of *Encontros com a Civilização Brasileira* as its very project, this dissertation argues that Ênio Silveira, with the support of poet Moacyr Félix, the magazine's editor-in-chief, upheld the PCB's guidelines for re-democratization. Through *Encontros*, he sought to reinsert the party into the new political landscape, contending for hegemony with segments of the “new left” while also intervening in the internal party debates, defending the theses of Eurocommunist intellectuals—but without turning the magazine into an organ of the party or of any of its internal factions. Editor Ênio Silveira, acting as an intellectual mediator, occupies a central place in this research. The political project that guided the editorial line of *Encontros*, the core subject of this dissertation, can only be fully understood when situated within Silveira's personal and political trajectory. Theoretically and methodologically, this work lies at the intersection of the history of intellectuals, intellectual history, and studies on cultural and political magazines.

Keywords: Ênio Silveira; *Encontros com a Civilização Brasileira* magazine; political liberalization and Brazilian democratic transition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
PARTE 1 – O HOMEM E A REVISTA.....	25
PREÂMBULO.....	25
2 ÊNIO SILVEIRA: A TRAJETÓRIA DE UM EDITOR COMUNISTA.....	27
2.1 ORIGEM FAMILIAR	27
2.1.2 Encontros e desencontros com o nacionalismo familiar.....	28
2.2 O INGRESSO NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	30
2.2.2 A militância comunista nos anos de 1940 e 1950.....	32
2.3 O INÍCIO DA VIDA DE EDITOR NA COMPANHIA EDITORA NACIONAL	42
2.4 UM COMUNISTA NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL DE EDITORES E LIVREIROS.....	46
2.5 DA VIAGEM AOS EUA À EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	47
2.6 A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.....	49
2.6.2 Retratos do Brasil e o engajamento da Civilização Brasileira	54
2.6.3 Cadernos do Povo Brasileiro.....	58
2.7 O COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS.....	62
2.8 O GOLPE DE 1964 E AS PERSEGUIÇÕES	64
2.9 RESISTÊNCIA CULTURAL À DITADURA MILITAR	69
2.9.2 A estratégia da frente ampla e a luta pelas liberdades democráticas: o lançamento de Reunião	75
2.9.3 A Revista Civilização Brasileira	78
2.10 ÊNIO SILVEIRA E A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O AI-5	85
3 A ABERTURA POLÍTICA E OS ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.....	89
3.1 A CRIAÇÃO DE <i>ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA</i>	89
3.2 A revista <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>.....	95
3.3 OS TEMAS DE <i>ENCONTROS</i>	104
3.4 OS INTELECTUAIS DA <i>ENCONTROS</i>	107
3.5 ECUMENISMO E PECEBISMO NA LINHA POLÍTICO-EDITORIAL DE <i>ENCONTROS</i>	117

3.6 EUROCOMUNISTAS x PRESTISTAS: A CRISE DO PCB NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	120
3.7 ENTRE A <i>REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA</i> E A <i>ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA</i> : UM NOVO PAPEL PARA O INTELLECTUAL DE ESQUERDA	125
3.8 OS EDITORIAIS DE ÊNIO SILVEIRA: FRENTE AMPLA E NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO FIGUEIREDO	128
3.8.2 Qual democracia?	138
3.9 <i>ENCONTROS COM CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA</i> : SUCESSO OU FRACASSO POLÍTICO-EDITORIAL?	140
PARTE 2- OS PERSONAGENS.....	144
PREÂMBULO.....	144
4 ENCONTROS COM OPERÁRIOS E MULHERES	146
4.1 O MOVIMENTO SINDICAL	146
4.1.2 Direito de greve e liberdade sindical	147
4.1.3 A questão operária e a linha frentista de <i>Encontros</i>	165
4.2 ENCONTROS COM AS MULHERES E O FEMINISMO	168
4.2.2 A edição de <i>Mulher Hoje</i>.....	169
4.2.3 Mulheres na redemocratização brasileira	172
4.2.4 Zuleika Alambert, o marxismo e a elaboração teórica sobre a mulher	174
4.2.5 Perspectivas para um feminismo marxista.....	178
4.2.6 Lutas gerais x lutas específicas	181
4.2.7 O projeto político de <i>Encontros</i> para as mulheres	182
5 ENCONTROS COM CATÓLICOS E EUROCOMUNISTAS.....	183
5.1 <i>ENCONTROS COM A IGREJA CATÓLICA</i>	183
5.1.2 A virada progressista da Igreja Católica.....	185
5.1.3 A CEBs e a nova pedagogia de libertação popular	190
5.1.4 As CEBs, a democracia formal e a política partidária	195
5.1.5 Marxismo e cristianismo: a voz dos comunistas	199
5.1.6 <i>Encontros</i> na batalha pela união das esquerdas.....	202
5.2 ENCONTROS COM A DEMOCRACIA: OS EUROCOMUNISTAS	204
5.2.2 Eurocomunismo no Brasil.....	208
5.2.3 A democracia como valor universal.....	209

5.2.4 Originalidade do ensaio de Coutinho em relação ao eurocomunismo e ao PCB	214
5.2.5 Repercussão do ensaio e a posição de <i>Encontros</i>	215
6 CONCLUSÃO.....	218
FONTES	223
REFERÊNCIAS.....	236
APÊNDICE A- Autores e títulos dos 29 números da revista <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	246
ANEXO A - Capa do primeiro número de <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	269
ANEXO B - Capa do terceiro número de <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	270
ANEXO C - Capa do número 15 de <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	271
ANEXO D - Capa do número 16 de <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	272
ANEXO E - Capa do número 13 de <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	273
ANEXO F - Publicidade do livro <i>O general Dutra e a redemocratização de 1945</i> , de Osvaldo Trigueiro do Vale, editado pela Civilização Brasileira em 1978.	274
ANEXO G - Publicidade do livro <i>Mil razões para viver (mediações do padre José)</i> , de D. Hélder Câmara, publicado pela Civilização Brasileira, em 1978.....	275
ANEXO H - Publicidade do jornal <i>Movimento</i>	276
ANEXO I - Publicidade da revista <i>Vozes</i>	277
ANEXO J – Nomes dos integrantes do Conselho Consultivo de <i>Encontros</i>	278

1 INTRODUÇÃO

Nos processos de abertura e de transição política no Brasil, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, segmentos expressivos da sociedade brasileira mobilizaram-se pela redemocratização do país. Atento ao papel público dos intelectuais nesse processo, o editor e pecebista Ênio Silveira, lançou, em 1978, a revista político-cultural *Encontros com a Civilização Brasileira*. Seu objetivo era transformá-la em um espaço de articulação, debate e intervenção dos intelectuais na redemocratização brasileira, bem como reposicionar a editora Civilização Brasileira, sob sua direção desde os anos de 1950, nesse novo cenário político.

Encontros com a Civilização Brasileira circulou em todo o país, entre 1978 e 1982, com 29 números publicados em formato de livro, cada um com cerca de 250 páginas. A revista foi marcada por uma prática editorial ecumênica, conduzida por Ênio Silveira e Moacyr Félix, que acolhia contribuições de intelectuais oriundos de diversas correntes político-ideológicas e de espaços institucionais do campo progressista e de esquerda. Aproximadamente 520 autores, entre representantes da “velha” e da “nova” esquerda, dos setores liberais, acadêmicos e não acadêmicos, participaram da publicação, unidos pela oposição à ditadura militar ou pelo engajamento em uma transformação social de cunho igualitário.

Embora as revistas político-culturais sejam empreendimentos coletivos, reunindo intelectuais dispostos à intervenção pública, *Encontros com a Civilização Brasileira* surgiu da iniciativa pessoal de Ênio Silveira, com o apoio do poeta Moacyr Félix, seu braço direito na editora desde os anos de 1960, e não da ação coordenada de um grupo de intelectuais ou militantes. Ambos assumiram a direção editorial, ainda que em diálogo com a ampla rede de intelectuais que nela colaboraram. A marca autoral de Ênio Silveira foi indissociável do projeto político da revista, que investigo nesta tese.

O momento de lançamento de *Encontros* foi de inflexão no campo da esquerda. A questão da democracia assumiu centralidade nos debates sobre a revolução social. Diversos fatores atuaram para isso: a nova conjuntura de abertura e transição política do país; a derrota da esquerda armada; as crises nos países socialistas de modelo soviético; as revisões no interior da teoria marxista e a emergência de uma “nova esquerda” crítica às esquerdas nacionalistas, marxistas e socialistas tradicionais, que haviam integrado os projetos da editora Civilização Brasileira desde a década de 1950.

O próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual Ênio Silveira era militante e Moacyr Félix simpatizante, foi atravessado por essas mudanças. No interior da agremiação, formou-se uma tendência, o eurocomunismo, composta principalmente de intelectuais, que tentou redimensionar o papel do partido na transição política, aceitando, de forma irrestrita, a democracia representativa e a pluralidade social. Essa tendência formou a linha de frente contra as posições mais ortodoxas de um setor do núcleo dirigente, que se aglutinava em torno de Luís Carlos Prestes, expondo os conflitos internos do partido no período.

Assim, se a democracia se tornou quase um consenso entre as esquerdas, o seu conteúdo, os seus atores e as estratégias para alcançá-la provocaram novos dissensos. Uma das grandes questões do período era se a democracia deveria combinar participação política com igualdade social ou limitar-se ao campo das liberdades formais. Também se debatia se a transição democrática deveria ocorrer “de baixo para cima”, com protagonismo da sociedade, ou se deveria privilegiar o jogo político-institucional. Nesse cenário, emergiam com força movimentos sociais da classe trabalhadora ou das chamadas minorias políticas, como as mulheres e os negros e, com eles, novas formas de engajamento intelectual. A relação entre os intelectuais e os novos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 passou a ser central para a redefinição do papel do intelectual de esquerda, que se reorganizava em torno dos partidos, como o PT, o PDT, o PCB – ainda na ilegalidade –, mas também o PMDB.

Foi para intervir nesse momento-chave do país, das esquerdas e do próprio PCB que Ênio Silveira lançou *Encontros*. O objeto desta tese é a atuação de Ênio Silveira, por meio da *Encontros com a Civilização Brasileira*, do perfil dos intelectuais nela envolvidos e do discurso político-cultural formulado na revista, no contexto da redemocratização do país. Procuro compreender qual foi o projeto político que norteou a linha editorial da publicação e lhe conferiu identidade. Como *Encontros com a Civilização Brasileira*, dirigida por editores com trajetória vinculada ao nacionalismo de esquerda e ao PCB desde os anos de 1950, interveio em um contexto de emergência de novos sujeitos políticos, de reconfiguração do papel dos intelectuais e novas disputas da esquerda? Que discurso a revista veiculou sobre a democracia e os seus atores?

Ênio Silveira é o ator central desta pesquisa. Nela, a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* só pode ser compreendida se vinculada a duas trajetórias: a do próprio Ênio Silveira e a da editora Civilização Brasileira, sob sua direção desde os anos de 1950. Por isso, no segundo capítulo, analiso especialmente como Ênio construiu a sua inserção e a da editora nos diferentes meios intelectuais e políticos; as configurações da sua militância

nacionalista e pecebista em diferentes conjunturas; a linha política-editorial construída para a editora e o protagonismo que assumiu na resistência à ditadura militar após 1964.

Encontros foi apresentada por seus editores como uma atualização da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), publicação que se tornou símbolo da resistência cultural à ditadura militar, unificando amplos setores intelectuais do campo progressista. Essa filiação levanta questões fundamentais: até que ponto Ênio Silveira pretendia reconstituir o protagonismo intelectual e a frente ampla das oposições, que haviam marcado a resistência à ditadura empreendida pela editora Civilização Brasileira na década anterior? O que significava, no final dos anos de 1970 e início de 1980, perante as novas divisões da esquerda com a reforma partidária, particularmente com a emergência do Partido dos Trabalhadores (PT), defender o frentismo como estratégia para a transição democrática? Como esse frentismo se articulava à sua militância pecebista e ao debate interno do PCB em torno da noção de democracia e de seus atores? Ou ainda, como *Encontros* lidou com os novos atores políticos da década de 1970, particularmente a classe operária e o novo sindicalismo; as mulheres e o feminismo, e os setores progressistas da Igreja Católica, que ocuparam as páginas da revista e faziam fortes críticas à tradição da esquerda nacionalista e pecebista, que havia pautado os projetos editoriais da Civilização Brasileira e da própria *Revista Civilização Brasileira* nos anos de 1960?

A análise do vínculo entre Ênio Silveira e o PCB, bem como os eixos que estruturaram sua militância – nacionalismo, socialismo e democracia – nas diferentes conjunturas históricas, desde o seu ingresso no partido, ainda nos anos de 1940, é fundamental para a compreensão do projeto político de *Encontros*. A literatura especializada destaca a independência editorial de Ênio Silveira perante o PCB, ressaltando sua abertura às diversas correntes progressistas, sua atuação na renovação do marxismo, bem como seu empenho na divulgação de uma cultura humanista, como sinal dessa autonomia. Com diferentes nuances, essa leitura está presente nos trabalhos de Renato Vieira, Laurence Halleweell, Cristiano Couto, Rodrigo Czajka, Andrea Galúcio, Américo Freire, Sérgio França Silva, que discuto ao longo desta tese.¹

¹ COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios. Confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. CZAJKA, Rodrigo. Sou brasileiro, democrata e editor. Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). *Tempo Social, Revista de Sociologia da*

Especificamente sobre *Encontros com a Civilização Brasileira*, Cristiano Couto defendeu que o ecumenismo de esquerda foi a própria linha política-editorial da revista. Por meio dele, Ênio Silveira teria pretendido publicar uma revista heterodoxa, garantindo o debate livre de ideias e mantendo sua independência perante partidos políticos.² O autor recorre, inclusive, a aspectos da caracterização feita por Ángel Rama sobre as revistas publicadas por intelectuais. Para o crítico uruguaio, seria ecumênica a revista inarredavelmente associada a uma personalidade e com certo lastro econômico – como foi o caso de *Encontros com a Civilização Brasileira*, conduzida com certa exclusividade por Ênio Silveira e Moacyr Félix e com o aporte da editora Civilização Brasileira. Em contraposição, haveria aquelas de caráter militante, que surgem de um grupo de intelectuais.³ Dessa forma, ainda que Couto destaque o papel de *Encontros* na formulação de uma nova concepção de democracia por meio do ensaio de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, ele não desenvolve a análise da relação entre essa formulação e a construção de uma linha editorial em defesa das teses do PCB, ou de algumas de suas correntes internas, durante a redemocratização brasileira.

A ênfase na autonomia editorial de Ênio Silveira contribuiu para que a sua atuação como militante pecebista fosse relegada a segundo plano nos trabalhos acadêmicos. Em geral, os autores fiam-se na ideia de que Ênio não era um militante típico ou um intelectual orgânico do partido e por isso deixam de lado uma investigação da sua atuação no partido. Andrea Galúcio, por exemplo, identifica uma presença mais ativa de Ênio no PCB somente no contexto da redemocratização. Embora não tenha como objeto específico de estudo a *Encontros com a Civilização Brasileira*, a autora analisou os editoriais da revista e afirmou que essa foi a única coleção da editora Civilização Brasileira em que Ênio Silveira explicitou a sua filiação ao partido.⁴

USP, vol. 32, n. 2, 2020; CZAJKA, R. A batalha das ideias: resistência cultural e mercado editorial brasileiro na década de 1960. In: SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (org.). **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2012. v. 1; FREIRE, Américo. O livro como arma branca: ensaio biográfico de Ênio Silveira. In: FERREIRA, Jorge e GALONI, Karla. **A República no Brasil - trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura**. Niterói: EDUFF, 2019; GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009; HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua História. 3 ed., São Paulo: Edusp, 2012; SILVA, Sérgio Ricardo França. **Cicatrizes. A trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020; VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos: os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998.

² COUTO, 2013.

³ COUTO, 2013, p. 59.

⁴ GALÚCIO, 2009, p. 203-215.

Dédallo Neves seguiu Galúcio e apontou que a própria constituição da revista, ao reunir diferentes correntes intelectuais do campo da oposição, assumiu a forma de uma frente ampla conforme defendia o PCB.⁵ Apesar disso, o autor concluiu que a linha editorial da revista terminou por ser eclética.⁶

A atuação de Ênio Silveira como pecebista em sua prática editorial permanece, portanto, um desafio interpretativo. Considerando a complexidade das suas práticas editoriais, trabalho com a ideia de que o ecumenismo de Ênio jogou um duplo papel: de um lado, garantiu autonomia perante o PCB, impedindo tentativas do partido de instrumentalizar a sua editora e construindo um espaço plural de reflexão crítica e interlocução com diferentes setores da esquerda, conforme aponta a literatura. De outro lado, foi, também, uma forma de militância pelo PCB, buscando a hegemonia do partido nas esquerdas. Por meio dele, Ênio atuava em defesa da linha nacionalista e da política de amplas alianças que predominou, ajustadas às diferentes conjunturas, na linha política do partido antes e depois de 1964.

Especificamente, no contexto de publicação de *Encontros*, tenho como hipótese que Ênio Silveira, mantendo sua autonomia política e editorial, pretendeu reinserir, de forma atualizada, o projeto do PCB na nova cena política do país, em disputa com as esquerdas emergentes no período. Dessa forma, mais do que uma homologia com as ideias do partido, a linha editorial de *Encontros* teria sido construída para reforçar as teses do partido para a transição: a construção de uma frente ampla das oposições e do jogo político-institucional como via prioritária para a transição democrática. Ao mesmo tempo, também trabalho com a hipótese de que a revista foi um veículo utilizado para intervir nos debates internos do partido, alinhando-se com as propostas dos intelectuais eurocomunistas – defensores da valorização da democracia política e da pluralidade social. Com isso, buscava tanto uma renovação do PCB no novo contexto, como das esquerdas marxistas em geral.

A análise da trajetória de Ênio Silveira (capítulo 2); da produção e circulação da revista, do perfil dos intelectuais nela envolvidos, dos seus editoriais (capítulo 3); bem como dos debates sobre democracia, socialismo e novos atores sociais – como o novo sindicalismo, o feminismo, os setores progressistas da Igreja Católica (capítulos 4 e 5) – que faço ao longo desta tese, permite verificar essa hipótese.

⁵ NEVES, Dédallo de Paula. **A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma Intelectualidade (1978-1982)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Londrina, 2021, p. 14.

⁶ NEVES, 2021, p.120.

Trabalhar com essas hipóteses não implica desconsiderar que uma revista político-cultural é uma arena de debates e, portanto, está aberta à possibilidade de mudança de rumo ou a algum grau de inconclusividade nas posições apresentadas, mesmo que sua finalidade seja intervir na conjuntura e direcioná-la. Como bem aponta Horácio Tarcus, enquanto o livro é uma forma mais autoral e portadora de um saber já consolidado, a revista é “sempre coletiva e dialógica por definição”, “é um campo de provas, ensaios, avança e arrisca” e “qualquer que seja a sua orientação política ou estética, a revista é sempre vanguardista.”⁷ No mesmo caminho segue Jacqueline Pluet-Despatin que afirma que, por mais orientada que seja, a revista é uma “obra em movimento”, “um canteiro aberto, um lugar de experimentação, onde o escrito se produz, se abre à discussão, se testa”.⁸ Analisar como os editores de *Encontros* equacionaram essa característica da forma revista, que também era a própria marca das práticas plurais de Ênio Silveira, com o projeto político para a redemocratização do país que tinham em vista compõe os objetivos desta tese.

São poucos os trabalhos acadêmicos que têm *Encontros com a Civilização Brasileira* como objeto de estudo. Até o momento, apenas dois trabalhos. A dissertação *A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma intelectualidade (1978-1982)*, de Dedallo Neves, e o doutorado *Intelectuais e exílios. Confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984)*, de Cristiano Couto.⁹ Dedallo Neves analisou o debate travado na revista acerca do papel do intelectual, bem como a figura do poeta e editor-chefe Moacyr Félix como representante do intelectual humanista e engajado que teria se tornado residual na década de 1980. Cristiano Couto, em uma abordagem comparativa, pesquisou as narrativas em torno da democracia e dos direitos humanos em *Encontros* e nas revistas latino-americanas *Cuadernos de Marcha e Controversia*. Além deles, o já citado doutorado de Andrea Galúcio, sobre a atuação das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense durante a ditadura militar (1964-1985), dedicou um item de um capítulo aos editoriais de *Encontros*.¹⁰ Renato Vieira, autor do principal trabalho sobre a editora Civilização Brasileira, apenas cita a coleção como uma tentativa, fracassada, de “reconstituir o rico ambiente de debates do período de 1964-1968”.¹¹

⁷ TARCUS, Horácio. **Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas Intelectuales y redes revisiteriles**. 1ª. Ed, Temperley: Tren en Movimiento, 2020, p. 25.

⁸ PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l’histoire des Intellectuels: les revues. **Les Cahiers de L’Institut d’Histoire du Temps Présent**, n. 20, mars 1992, p. 130-133.

⁹ NEVES, 2021; COUTO, 2013.

¹⁰ GALÚCIO, 2009, p. 167.

¹¹ VIEIRA, 1998, p. 183-184.

Além disso, os poucos estudos existentes tendem a comparar *Encontros* com a sua predecessora, a *Revista Civilização Brasileira*, promovendo a discussão acerca do sucesso ou fracasso editorial de *Encontros*. Dédallo Neves, Renato Vieira e Cristiano Couto, por caminhos diferentes, definiram *Encontros* como expressão da derrota e do esgotamento dos valores e das formas de intervenção do intelectual humanista e engajado, que definiram a década de 1960 e a editora Civilização Brasileira, e que teriam sido superados, nos anos 1970 e 1980, por outros tipos de intelectuais – o intelectual acadêmico ou o intelectual orgânico ligado aos novos movimentos sociais – e suas formas de discurso.¹² Segundo Neves, *Encontros* teria se tornado um empreendimento editorial que passou à residualidade devido ao ocaso do intelectual vanguardista: “foi o outono dos velhos tempos e não a primavera dos novos”.¹³

A meu ver, nessa discussão, perde-se a riqueza dos debates presentes na revista em um momento decisivo da história brasileira, qual seja o da abertura política (1974-1979) e da transição democrática (1979-1988), quando ainda eram incertos os rumos que o país tomaria, o PCB ainda não havia perdido a hegemonia na esquerda para o PT, e diversos atores se mobilizavam e disputavam projetos de democratização para o Brasil. Um momento que, para muitos, incluindo os intelectuais reunidos por Ênio Silveira, deveria ser de refundação da nação.

Se sabemos, hoje, a forma como a transição política aconteceu, quais projetos foram vitoriosos e quais foram derrotados, os seus atores não sabiam. O leque estava aberto às disputas. Nelas, situou-se *Encontros com a Civilização Brasileira*. Conforme destaca Regina Crespo, as revistas são um rico espaço para observar as batalhas de consolidação ou fracasso de projetos, se houve ou não institucionalização de grupos. A análise dos seus projetos editoriais permite escutar a voz dos seus atores, o que eles continuam nos dizendo do passado: suas decisões, certezas, suas inconsistências, seus esquecimentos.¹⁴

Pesquisar a atuação dos intelectuais por meio das revistas que publicam abre duas frentes de reflexões teórico-metodológicas: a história dos intelectuais e os estudos sobre essas revistas.

¹² COUTO, 2013; NEVES, 2021; VIEIRA, 1998.

¹³ NEVES, 2021, p. 11.

¹⁴ CRESPO, Regina Aida. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. **Cadernos de Seminários de Pesquisa Volume II**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Humanitas, 2011. p. 98-116.

Conforme Claudia Wasserman, a história dos intelectuais diz respeito às “diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais”.¹⁵ Nesta pesquisa, a história dos intelectuais e a história intelectual, situadas no cruzamento das histórias política e cultural, conforme propõem autores como Jean- François Sirinelli e François Dosse são importantes referências.¹⁶

Essa afirmação implica alguns esclarecimentos. O primeiro deles é sobre o conceito de intelectual com o qual trabalho. Sirinelli defende uma dupla acepção para o termo. De um lado, uma definição ampla e sociocultural, que compreende o intelectual a partir do exercício das funções de produção e mediação simbólica. De outro, uma mais estreita, baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator, ou seja, a participação na coletividade, de modo a intervir na condução política no sentido lato. Nesse caso, a natureza sociocultural da sua atividade, sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que vive, legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade que o intelectual põe a serviço da causa que defende.¹⁷

Nesta pesquisa, sigo a acepção estreita de intelectual, conforme definida por Sirinelli, que considera o engajamento como um dos elementos que o define. Ela se abre também para a figura do *mediador cultural*, sujeito histórico responsável pela circulação dos bens culturais. Sobre esse aspecto, Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen levantaram o problema de os estudos sobre intelectuais manterem a diferenciação hierarquizada entre produtores de cultura (identificados como “autores” e “criadores” de pleno direito) e mediadores culturais (vistos como restritos a práticas de transmissão e divulgação de saberes, tomadas como menos importantes). Para superar essa dualidade limitadora, propõem adotar a noção de *intelectuais mediadores* para os sujeitos que atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais.¹⁸

Ao mesmo tempo, Gomes e Hansen redefinem a própria noção de mediação por meio da categoria *apropriação*, de Roger Chartier, conferindo-lhe uma dimensão ativa, de criação

¹⁵ WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origens e abordagens. **Tempos Históricos**, vol. 19. 1 sem. 2015, p. 63-79.

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003; DOSSE, François. **La marche des idées. Histoire des Intellectuels, histoire Intellectuelle**. Paris: Editions La Découverte, 2003.

¹⁷ SIRINELLI, 2003, p. 242-243.

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma Introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores; prática culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

cultural. Para as autoras, o intelectual que atua como mediador produz, ele mesmo, novos significados ao se *apropriar* de textos, ideias, saberes que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual mediou se torna, efetivamente, outro produto, um bem cultural singular.¹⁹

Um elemento central na caracterização do intelectual mediador feito pelas autoras é o envolvimento em projetos político-culturais, sempre atuando em redes e articulando outros intelectuais. É isso que os difere de outros mediadores e impede uma largueza da categoria que poderia banalizá-la, perdendo o poder de identificar. Dessa forma, os *intelectuais mediadores* integram a definição de intelectual que as autoras seguem e que é a referência para este trabalho: “homens de produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente, vinculados à intervenção político-social (...) devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções.”²⁰

O perfil de Ênio Silveira, personagem central desta pesquisa, coaduna-se com o papel de *intelectual mediador*. Não somente por usar as coleções de livros e as revistas como instrumentos para reunir intelectuais de diversas procedências e linhas ideológicas em projetos político-culturais com vistas à intervenção no seu presente. Mas também por ir além da organização e agregação de agentes. Ênio Silveira apropriava-se dos textos e saberes que publicava por meio de prefácios, editoriais e orelhas de livros de sua lavra, seleção e hierarquização de autores e temáticas, na materialidade dos vetores culturais e nas formas como fez circular o produto no mercado editorial, intervindo diretamente no debate que publicava.

A categoria de intelectual, conforme proposta por Sirinelli, e a de intelectual mediador, conforme Gomes e Hansen, utilizadas na minha pesquisa, considera que o intelectual só existe em articulação com seus pares. Por isso, na história intelectual proposta por Sirinelli essa categoria é tratada em articulação com outras noções como a de formas *de sociabilidade intelectual e itinerário*.

A noção de sociabilidade refere-se à natureza dos laços que ligam os intelectuais, bem como aos espaços em torno dos quais eles se constroem, tais como uma editora, um partido, uma instituição letrada, manifestos e abaixo-assinados, e, mais que todos, os periódicos. Sirinelli destaca que, no universo intelectual, as revistas constituem o espaço

¹⁹ *Ibid.*, p. 18.

²⁰ *Ibid.*, p. 10.

por excelência de criação de laços de sociabilidade, aproximando agentes de trajetórias nem sempre concidentes, seja pela convivência direta na redação ou outros espaços de encontro a ela atrelados, seja pelo diálogo que estabelecem ao colaborarem em publicações comuns. Em torno dessas formas de vivência coletiva formam-se forças de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, as cisões advindas. Nelas se interpenetram o afetivo e o ideológico. É por meio dessas formas de sociabilidade que os intelectuais definem seus objetivos e vínculos para atuar no interior de uma sociedade mais ampla.²¹

Outra noção importante é a de *trajetória* intelectual ou *itinerários*. Nela, o percurso profissional do intelectual é acompanhado destacando os vínculos que estabelece com matrizes e tradições intelectuais. O estudo do itinerário intelectual se faz por meio da articulação às redes e lugares, cujas construção e ação devem ser analisadas para a compreensão das intenções e ações desses atores.²²

A forma de abordagem da história dos intelectuais é uma importante referência que me orienta para a compreensão das práticas de Ênio Silveira, entendido aqui como um *intelectual mediador*, e dos intelectuais que reuniu em torno da editora Civilização Brasileira. Os intelectuais que participaram da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* são pensados, conforme propõem Gomes e Hansen, tendo genealogias e em articulação com os seus pares e com a sociedade mais ampla, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político.²³

Uma análise do itinerário do editor e dos intelectuais que reuniu em torno da Civilização Brasileira mostra que assumiram o compromisso ético-político com a transformação social em um sentido igualitário, a despeito das diferenças de trajetórias profissionais e das posições políticas e ideológicas. O engajamento foi um elemento central a partir do qual podemos compreender as práticas desses intelectuais por meio da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Utilizo a noção de *engajamento* de Benoît Denis, que implica considerá-la como dotada de um tempo próprio. O intelectual engajado se recusa a escrever para a posteridade e volta-se ao presente, pois visa falar aos contemporâneos sobre sua época e as intervenções

²¹ SIRINELLI, 2003, p. 248-254; GOMES; HANSEN, 2016, p. 24-26.

²² SIRINELLI, 2003, p. 245-248; GOMES; HANSEN, 2016, p. 24-26.

²³ GOMES; HANSEN, 2016.

necessárias para sua transformação.²⁴ Essa lógica é observada quando esses intelectuais foram articulados por meio das coleções criadas a partir da década de 1960, entre elas *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Outro ponto importante da história dos intelectuais diz respeito à compreensão das revistas como veículo, por definição, de intervenção no espaço público e lugar precioso para análise do movimento de ideias, que compõe os objetivos desta tese. Quanto à forma de analisar as ideias produzidas pelos intelectuais, Sirinelli propõe que se faça a reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em um contexto histórico.²⁵

A perspectiva da história dos intelectuais, acima indicada, dialoga, nesta tese, com a história intelectual conforme definida por François Dosse. A proposta desse autor é uma das referências para a análise dos textos publicados na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* que faço, especialmente nos capítulos 3 e 4, com vistas à identificação do seu projeto político. Dosse destaca a necessidade de articular uma abordagem externalista, que se dedique a explicações que considerem o condicionamento socio-histórico das práticas dos intelectuais, em diálogo com uma abordagem internalista que considere a lógica do conteúdo das obras.²⁶

A segunda frente de referenciais metodológicos desta pesquisa refere-se aos estudos sobre revistas que hoje são abordadas a partir de distintas perspectivas. Como exemplos, há a proposta de Horácio Tarcus, referenciada na noção de campo de Pierre Bourdieu, de inscrever as revistas em um subcampo da história intelectual, o campo revisteril, e analisá-las a partir das relações de aliança, competência e rivalidade com outras revistas, tanto em âmbito local quanto internacional, ao mesmo tempo que instituem linhagens diacrônicas de legitimação, lutando por reconhecimento.²⁷ Outra forma de abordagem é aquela em torno da formação das redes intelectuais estimuladas por ou em torno de determinadas revistas. Outra é aquela focada em uma revista específica concebida como representante do ponto de vista do grupo que a dirige, sua intervenção político-ideológica, seu lugar e suas ferramentas na arena cultural.²⁸ Essa última é a abordagem adotada nesta tese. No entanto, em qualquer dessas

²⁴ DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento. De Pascal a Sartre**. São Paulo: Edusc, 2002, p. 31-38.

²⁵ SIRINELLI, 2003, p. 258.

²⁶ DOSSE, François. **La marche des idées. Histoire des Intellectuels, histoire Intellectuelle**. Paris: Editions La Découverte, 2003, p. 300.

²⁷ TARCUS, 2020, p. 23-24.

²⁸ CRESPO, 2011.

perspectivas, o ponto comum é a compreensão das revistas como o meio por excelência da expressão da existência material de um coletivo intelectual que desejava intervir na realidade.

Nesta tese, adoto a definição de *Encontros com a Civilização Brasileira* como uma revista *político-cultural* e não apenas “cultural”. Horácio Tarcus define as “revistas culturais” como formas editoriais periódicas que emergem ao longo do século XIX pela diferenciação em relação a outros formatos, como o da imprensa diária, dos magazines populares, ou das revistas técnico-científicas especializadas. Para o autor, uma revista cultural é a “porta-voz de grupos que se propõem a postular uma agenda e implantar uma política cultural mediante uma intervenção no campo intelectual”²⁹. Por isso, as revistas são, por definição, programáticas.³⁰ Incorporo a definição de Tarcus, porém considero o aspecto político como dimensão constitutiva da *Encontros com a Civilização Brasileira*, e não apenas um elemento que a “tensiona” ou com o qual mantém uma relação “diagonal”, conforme propõe Tarcus.³¹ Em *Encontros*, o político é dimensão tão central quanto o cultural, o que justifica sua caracterização como uma *revista político-cultural*.

Quanto à análise dos modos de ação, vários autores destacam como sendo uma característica da forma revista seu vínculo intrínseco com o tempo presente, pois, conforme Beatriz Sarlo, sua vontade é modificá-lo.³² Segundo a autora, “a revista torna possível intervenções exigidas pela conjuntura, enquanto os livros jogam, habitualmente, seu destino no médio ou no longo prazo”³³. Como uma forma de engajamento e intervenção no tempo presente, a revista, como prática de produção e circulação, não é concebida para alcançar reconhecimento futuro, ainda que isso possa acontecer com alguns dos textos nela incluídos.³⁴ Mas, em vez de ser uma desvantagem, é essa característica que, segundo Crespo, permite às revistas o compromisso com a conjuntura política, social e cultural.³⁵

Outro ponto comum aos estudos atuais é destacar que o discurso veiculado por uma revista se faz também por sua materialidade. As propostas de Roger Chartier para a história do livro são referências para vários autores e também para esta tese. Conforme Alexandra Pita González e Maria del Carmem Grillo, Chartier propõe considerar os procedimentos de

²⁹TARCUS, 2020, p. 33.

³⁰*Ibid.*, p. 24.

³¹*Ibid.*, p. 29-34.

³²SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, 1992, p. 10.

³³*Ibid.*, p. 9.

³⁴SARLO, 1992, p. 9.

³⁵CRESPO, 2011, p. 99.

“colocação em texto” – a retórica do autor, a construção do texto, os conteúdos – e os procedimentos de “colocação em livro” – técnicos, materiais, tipográficos. Dessa forma, é feita a distinção entre dois conjuntos de dispositivos: aqueles que determinam as estratégias de escrita e as intenções do autor, e aqueles que resultam da decisão do editor.³⁶

Beatriz Sarlo vai ao encontro dessa proposta. Conforme a autora, “o discurso cultural é a política das revistas”.³⁷ Ele é captado para além da análise das notas editoriais ou dos seus textos lidos individualmente, mas, sobretudo, pela “sintaxe da revista”.³⁸ Essa sintaxe pode ser observada na disposição de seus materiais, que vão desde o lugar que cada autor, texto ou temática ocupa em suas páginas até os aspectos gráficos, que definem relações e hierarquias e, portanto, sentidos. A sintaxe de uma revista expressa o conjunto de decisões tomadas pelos editores e se desenha para intervir na conjuntura, definindo a posição da revista sobre determinado tema.³⁹

Alexandra Pita Gonzalez e Maria del Carmen Grillo avançam nesse caminho. As autoras propõem restaurar o sentido material e imaterial de uma revista através do estudo dos aspectos técnicos, do conteúdo e daqueles que conformam a geografia humana que deu origem e sustentou a vida dessas publicações.⁴⁰

Quanto à dimensão material, que são os aspectos técnicos, as autoras propõem identificar: o lugar de edição, o formato, a quantidade de páginas, capa, ilustrações, impressão, papel e encadernação, preço e venda, periodicidade e zona de difusão. Quanto ao conteúdo, afirmam que ele não é sinônimo do que está expresso nos textos, sendo necessário abrir a noção também aos aspectos formais: índice, seções, temas, títulos, manifestos, programas, notas editoriais, publicidade. Por fim, as autoras destacam a dimensão imaterial que remete ao grupo humano que fez a publicação e que se conforma por uma rede intelectual: diretor, comitê editorial, amigos, colaboradores, leitores, tradutores.⁴¹ Essa perspectiva do conjunto da estrutura de uma revista que permite a compreensão do seu projeto.

³⁶ GONZALEZ, Alexandra Pita; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*. v. 5. n. 1, jun. 2015, p. 3.

³⁷ SARLO, 1992, p. 12.

³⁸ *Ibid.*, p. 11-12.

³⁹ *Ibid.*, p. 11-13.

⁴⁰ GONZALEZ; GRILLO, 2015.

⁴¹ GONZALEZ; GRILLO, 2015, p. 7-24.

Quanto à dimensão imaterial apontada pelas autoras, os estudos sobre as revistas indicam a importância de considerá-las como um espaço de sociabilidade. Coadunando-se com a história dos intelectuais⁴², abordada anteriormente, as revistas formam, em seu interior, um “microcosmo intelectual particular”, com comportamentos marcados por traços específicos e formas e graus variantes de coesão ideológica. Compreender o funcionamento da revista implica considerar as relações e os papéis exercidos por seus componentes, uma vez que há diferenças na forma de divisão do poder entre eles. Pluet-Despatin indica a importância de considerar a diferença na participação entre os agentes, havendo aqueles que compõem a equipe de edição e os colaboradores externos que participam com os textos que publicam.⁴³ Quanto aos primeiros, Ángel Rama indica que há revistas, como é o caso da *Encontros com a Civilização Brasileira* sob a direção de Ênio Silveira, em que uma individualidade se destaca no papel de organização e tomadas de decisão, enquanto em outros casos, tais papéis podem ser tomados por um grupo.⁴⁴ Quanto aos colaboradores externos, também eles definem sua forma própria e grau de agregação ao grupo, caso sejam permanentes ou ocasionais, polivalentes ou monotemáticos, convidados ou proponentes, remunerados ou não.⁴⁵

Embora esta tese não tenha como foco a questão da sociabilidade intelectual, essa noção foi, aqui, mobilizada para contribuir com a compreensão da trajetória de Ênio Silveira, da produção e circulação de *Encontros*, do perfil dos intelectuais nela envolvidos e dos debates intelectuais publicados na revista. A dimensão da sociabilidade que resgatei partiu da consideração de que as editoras e as revistas são lugares de encontro, compondo redes marcadas pela “interseção de trajetórias sociais e intelectuais” diversas⁴⁶. Dessa forma, procurei identificar as diversas trajetórias e filiações ideológicas dos autores que colaboraram e como dialogaram no interior da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. A dimensão da sociabilidade foi importante principalmente para caracterizar, de modo mais concreto, o ecumenismo editorial de Ênio Silveira e compreender a direção que se queria para *Encontros com a Civilização Brasileira*.

As propostas metodológicas para o estudo das revistas expostas acima guiaram a análise que faço, nos capítulos 3, 4 e 5, do processo de produção, circulação e dos debates

⁴² SIRINELLI, 2003, p. 252-253.

⁴³ PLUET-DESPATIN, 1992, p. 130.

⁴⁴ RAMA, Ángel (et al.). ¿Qué es y para qué sirve una revista literaria? **Texto Crítico**. México: Universidad Veracruzana. n. 20, 1981, p. 118-119.

⁴⁵ PLUET-DESPATIN, 1992, p. 133.

⁴⁶ PLUET-DESPATIN, 1992, p. 132.

intelectuais travados em *Encontros com a Civilização Brasileira*.

O *corpus* documental desta pesquisa é constituído pela própria revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em seus 29 números, além dos livros e coleções editados por Ênio Silveira, tanto na Companhia Editora Nacional quanto na editora Civilização Brasileira, selecionados e hierarquizados com base nas questões e problemáticas de cada capítulo.

Outro conjunto relevante de fontes provém da imprensa brasileira no período compreendido entre a década de 1940 – quando se inicia a atuação política e editorial de Ênio Silveira – e 1982, ano em que a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* deixou de circular. Foram levantadas e analisadas matérias sobre Ênio Silveira, a editora Civilização Brasileira e a própria revista *Encontros*, assim como artigos e colaborações do próprio editor, publicados em veículos ligados ao PCB, como *Para Todos* e *Leitura*. A imprensa pecebista, constituída pelos jornais *Voz Operária* e *Voz da Unidade*, também foi relevante para a compreensão dos debates encaminhados pelos intelectuais pecebistas em *Encontros com a Civilização Brasileira*.

De forma complementar, foram consultados, em momentos pontuais, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados contra Ênio Silveira durante a ditadura militar, além de correspondências trocadas entre o editor e diversos interlocutores, incluindo editores nacionais e estrangeiros, intelectuais e figuras do meio político brasileiro.

A análise desse conjunto de fontes fez-se necessária, afinal, como apontam González e Grillo:

A revista costuma ser mais um órgão dentro de um conjunto de atividades e ações individuais e coletivas; une seus membros, os mantém informados, forma e doutrina os que nela se incorporam; seus discursos se entrelaçam com os das demais produções públicas da cultura impressa [...] além dos chamados egodocumentos, ou seja, os textos autobiográficos que relatam as trajetórias dos autores, suas experiências e seus contextos: cartas, diários, anotações.⁴⁷

Esta tese está dividida em duas partes. A primeira, intitulada “O homem e a revista”, compreende um preâmbulo e os capítulos 2 – “Ênio Silveira: a trajetória de um editor comunista” – e 3 – “A abertura política e os *Encontros com a Civilização Brasileira*”. A segunda parte, intitulada “Os personagens”, é composta por um preâmbulo e pelos capítulos 4 – “*Encontros* com operários e mulheres” – e 5 – “*Encontros* com católicos e eurocomunistas”.

⁴⁷ GONZÁLEZ; GRILLO, 2015, p. 25-26.

PARTE 1 - O HOMEM E A REVISTA

PREÂMBULO

No capítulo *Ênio Silveira: a trajetória de um editor comunista*, que abre a primeira parte desta tese, recupero elementos da trajetória política, intelectual e, de forma secundária, também empresarial de Ênio Silveira, dos anos de 1940 até a criação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1978. Essa trajetória é analisada, sobretudo, por meio das suas iniciativas editoriais e da sua inserção nos diferentes meios intelectuais e políticos. Discuto as configurações e momentos de inflexão da sua concepção nacionalista e do seu engajamento político à esquerda; sua atuação como intelectual mediador à frente da editora Civilização Brasileira, com destaque para a articulação de intelectuais em coleções engajadas na ideia da revolução brasileira; a organização da resistência à ditadura militar a partir de 1964.

Tenho como preocupação geral pensar como ocorreu sua abertura para diferentes versões da esquerda e do marxismo e como encaminhou a resistência à ditadura militar a partir de 1964. Essas questões abrem para o caráter da relação do editor com o PCB, em diferentes conjunturas históricas, e sua militância para além do mundo editorial, aspectos ainda pouco estudados pela literatura. Resgatar a sua inserção nesse partido é um elemento central para a compreensão da forma como construiu a sua trajetória política e intelectual, sobretudo para a compreensão da criação e da linha editorial da revista *Encontros com Civilização Brasileira*.

No capítulo 3, intitulado *A abertura política e os Encontros com a Civilização Brasileira*, analiso os motivos da criação, bem como a linha política e editorial da *Encontros com a Civilização Brasileira* a partir de alguns elementos-chave: a criação da revista comprometida com a luta pela democratização do país; a sua apresentação como continuação da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968); a afirmação do intelectual como ator político; a defesa do *frentismo* político e intelectual e da ação no terreno da política para transformar a abertura em redemocratização. Especialmente o último ponto indica a militância pecebista de Ênio no período da abertura. Analisar até que ponto a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi expressão desse pecebismo é um dos objetivos do capítulo.

Para melhor compreender os pontos acima, recupero o processo de produção e circulação da *Encontros* como uma revista político-cultural. Destaco a sua relação com o

mercado editorial, elementos da sua materialidade, como os aspectos gráfico-editoriais, o tipo de conteúdo e de linguagem, o público visado, os autores publicados, os diferentes papéis e os poderes distribuídos aos participantes, as instâncias decisórias, os intelectuais mais próximos de Ênio Silveira. Esses elementos ajudaram na conformação da linha política-editorial da revista que procuro identificar. Analiso, também, o papel que Ênio Silveira atribuiu aos intelectuais e às forças de esquerda no período da abertura política. Os editoriais de Ênio constituem o caminho privilegiado para esse fim. Termino o capítulo com o debate historiográfico acerca do sucesso ou fracasso da *Encontros com a Civilização Brasileira*.

2 ÊNIO SILVEIRA: A TRAJETÓRIA DE UM EDITOR COMUNISTA

2.1 ORIGEM FAMILIAR

Ênio Silveira nasceu em São Paulo, em 1925, filho de Meroveu Silveira, advogado e contista, e da professora América Nogueira. A família, de classe média, era bem conhecida nos meios intelectuais e políticos paulistas, sobretudo do lado paterno. A origem familiar de Ênio Silveira é um elemento importante para a compreensão da forma como o futuro editor se inseriu na esfera da cultura. Ajuda a explicar, também, a forte relação que desenvolveu com o nacionalismo, elemento central na organização dos intelectuais ao longo do século XX. A família foi o primeiro espaço de sociabilidade que moldou sua trajetória intelectual e política.

Seu avô, Valdomiro Silveira, foi secretário de Educação e Justiça no governo de Armando de Sales Oliveira (1933-1936), em São Paulo. É considerado um dos primeiros autores do “romance regionalista” brasileiro. Trabalhou a temática caipira na ficção, apresentando a linguagem e os costumes dos setores populares e rurais de São Paulo. Ele o fez antes mesmo da eclosão do movimento nacionalista dos anos de 1920, quando a temática se tornou das mais valorizadas. Já Alarico Silveira, seu tio-avô, foi secretário do Interior no governo de Washington Luís (1920-1924), em São Paulo, e ministro do Superior Tribunal Militar. Idealizou, nos anos de 1920, uma “Enciclopédia brasileira” que deveria ser a súpula dos conhecimentos existentes sobre o Brasil. Ambos investiram em uma versão do nacionalismo, muito difundida a partir dos anos de 1920, que procurou conferir centralidade a São Paulo na construção do Brasil.

Os tios paternos de Ênio, Miroel Silveira, Isa Silveira Leal, Breno Silveira e Cid Silveira também se dedicaram à produção cultural. Miroel Silveira foi considerado um dos grandes renovadores do teatro moderno brasileiro. Isa Silveira foi escritora, tradutora, jornalista, romancista de rádio e de televisão. Breno Silveira foi tradutor e Cid Silveira economista. As primas de Ênio, Dinah Silveira de Queiroz e Helena Silveira, se destacaram nos meios literários. A primeira foi importante romancista, projetando-se com os romances *floradas na Serra* (1939) e *A muralha* (1954), publicados pela José Olympio. Já Helena Silveira foi jornalista e escritora, com atuação reconhecida nos suplementos literários de jornais paulistas. Todos eles tiveram alguma passagem pela editora Civilização Brasileira à

época de Ênio, entre 1951 e 1996, fossem como autores, tradutores, organizadores ou colaboradores de coleções.⁴⁸

Em diversos depoimentos e textos, Ênio Silveira destacou o papel desempenhado pela sua família na sua formação intelectual. Em 1996, afirmou:

É evidente que sou produto de minha grei. (...) desde menino, vivi num ambiente altamente culto, no qual o livro era entidade máxima (...) meus presentes de aniversários eram livros. Quando eu cresci um pouco e comecei a estudar outras línguas meu avô deu a assinatura de um jornal e de uma revista francesa. Em casa, nossas discussões eram sempre voltadas para a coisa cultural.⁴⁹

O legado cultural familiar foi complementado com os estudos em escolas públicas de São Paulo. No Ginásio São Paulo, foi aluno de filosofia de Roland Corbisier, no final dos anos de 1930. Os dois iniciaram ali uma amizade e convivência cultural que foi continuada no Rio de Janeiro, na década de 1950, quando assumiu a editora Civilização Brasileira e Corbisier compôs o círculo de intelectuais isebianos⁵⁰ que contribuiu para dar o tom das publicações nacionalistas da editora.

2.1.2 Encontros e desencontros com o nacionalismo familiar

A trajetória intelectual dos Silveira, sobretudo do avô, Valdomiro Silveira, e do tio-avô, Alarico Silveira, mostra que foram intelectuais com importante papel no nacionalismo que se configurou nos anos de 1920 e 1930 e na gestão de políticas governamentais de cultura. É possível dizer que o nacionalismo cultivado e produzido no seio familiar fez a entrada de Ênio Silveira na discussão sobre a “realidade brasileira”, que guiou sua trajetória política e intelectual a partir dos anos de 1940. As reedições que fez das obras de seu avô o

⁴⁸ A título de exemplo, Cid Silveira, ao lado de Reginaldo Santana, foi o tradutor da primeira versão Integral em português da edição original de *O capital* de Karl Marx, publicada pela Civilização Brasileira, em 1968. Ele também integrou o conselho editorial da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), ícone da resistência cultural à ditadura militar. Já Miroel Silveira traduziu, entre outras, a peça *A prostituta respeitosa*, de Jean Paul Sartre, publicada pela Civilização Brasileira, em 1965.

⁴⁹ VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos**. Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 75-76.

⁵⁰ O Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 no governo Café Filho. Vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, possuía autonomia administrativa, de pesquisa, de ensino e de publicação no âmbito dos estudos econômicos-sociais. Núcleo irradiador das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas no Brasil, foi extinto pelo golpe civil-militar em 1964. Sobre o ISEB, Cf. ABREU, Alzira Alves. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

indicam. Quando esteve à frente da editora Civilização Brasileira, a partir de 1951, publicou, sobretudo pela *Vera Cruz*, coleção de literatura de cunho nacionalista, diversas obras de Valdomiro Silveira, tais como *Os Caboclos* (1962), *Mixuangos* (1975), *Na Serra e nas Furnas* (1975). Na orelha “Uma explicação pessoal do editor”, que escreveu por ocasião da reedição de *Os caboclos*, em 1962, assim se referiu a Valdomiro Silveira:

Homem de formação intelectual europeia, como então era normal, advogado, político militante em partido eminentemente burguês e conservador, o escritor paulista poderia ter sido suscetível às influências francesas ou italianas, dedicando-se à tarefa de escrever obras circunstanciais ou periféricas, onde a realidade brasileira entrasse como que por acaso. No entanto – e foi ele o primeiro escritor a fazê-lo no Brasil – preferiu voltar-se para a única fonte autêntica de uma literatura nacional que é a emanada da cultura popular (...) dedicou-se à tarefa de estudar (...) o seu povo, o paulista ().⁵¹

A valorização da cultura popular brasileira foi uma herança familiar reconhecida por Ênio Silveira. No entanto, diferente de seu avô, seu nacionalismo apresentou uma configuração em que a questão nacional, a questão da cultura e do homem brasileiro se uniu à ideia da revolução socialista. Por essa via, Ênio Silveira se distanciou de certos traços elitistas do regionalismo paulista presentes no nacionalismo cultivado no seio familiar nos anos 1920 e 1930. A meu ver, o motivo para essa “reconfiguração” está nos vínculos que estabeleceu com a intelectualidade de esquerda de diversos matizes, especialmente com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Ênio inseriu-se em outros espaços de sociabilidade, aproximou-se do PCB nos anos de 1940 e militou no partido até a sua extinção, em 1992, quando deixou de ter o nome Partido Comunista e passou a se chamar Partido Popular Socialista.

Ainda na orelha escrita para *Os caboclos*, em 1962, em plena efervescência da luta pelas reformas nacionalistas que marcou o governo Goulart, na qual o então editor militou com afinco, deixou claro seu engajamento em versão comunista do nacionalismo:

() Estou absolutamente convencido de que somente quando modificarmos a presente conjuntura socioeconômica do país, que é anacrônica, injusta, deprimente e estéril, conseguiremos eliminar certas condições básicas de paralisia cultural, como a exploração do homem pelo homem, a pobreza e a ignorância que dela derivam. A exemplo do que sucedeu e continua sucedendo nas *repúblicas socialistas*, promover-se-á então a redescoberta

⁵¹ SILVEIRA, Ênio. Uma explicação pessoal do editor (orelha). In: SILVEIRA, Valdomiro. **Os caboclos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

tardia dos nossos grandes vultos criadores no campo das artes em geral e da literatura em particular. Valdomiro Silveira será um deles. [grifos meus].⁵²

O editor também marcou os seus pontos de diferença com os aspectos conservadores do nacionalismo de sua família. Nas cartas ao marechal Castelo Branco, que escreveu como estratégia de resistência cultural à ditadura militar e publicou em forma de editorial na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, assim se referiu à sua família:

(...) São duas famílias paulistas, tradicionais, de recursos materiais discretos, mas romanticamente orgulhosas do fato de poderem traçar suas origens até os primeiros dias da colonização portuguesa. Muito unidas, como clã, são bastante amplas quanto à posição ideológica de seus membros: cobrem hoje uma vasta área, que vai da esquerda consciente ao mais cego udenismo. Alguns deles, por sinal são até admiradores incondicionais da sua atuação política, senhor marechal. Outros, como eu, dela discordam por vários e sérios motivos.⁵³

Como lembrou o jornalista e militante pecebista Danúbio Rodrigues, Ênio costumava dizer que era “um bandeirante de esquerda”.⁵⁴

2.2 O INGRESSO NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A militância de esquerda de Ênio Silveira teve início quando ingressou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1943. Conforme Sérgio Silva, a instituição era voltada para os estudos da realidade brasileira e para a formação de técnicos e quadros dirigentes para atuar no processo de modernização brasileira.⁵⁵ Uma escolha que condizia com seus interesses por questões sociais e políticas e com a sua formação intelectual nacionalista.

A sociabilidade universitária abriu para Ênio outros espaços de convívio e relações, desencadeando um movimento que redefiniria valores e objetivos forjados na sociabilidade

⁵² SILVEIRA, Ênio. Uma explicação pessoal do editor (orelha). In: SILVEIRA, Valdomiro. **Os caboclos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

⁵³ SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal. Primeira Epístola: sobre o “delito de opinião”. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 3, p. 5, jul. 1965.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 01 de set. 2024. Entre os anos de 1960 e 1980, o jornalista e militante pecebista Danúbio Rodrigues, além de trabalhar em diversos jornais, como o *Jornal do Brasil*, fazia copidesque para a editora Civilização Brasileira.

⁵⁵ SILVA, Sérgio Ricardo França. **Cicatrizes**. A trajetória de Ênio Silveira e a editora Civilização Brasileira. 2020 Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2020, p. 43

familiar. Nesses tempos, começou a frequentar reuniões com grande presença dos comunistas. Sob a bandeira do antifascismo, os pecebistas, mesmo com o partido na ilegalidade e com seu Comitê Central desarticulado, conseguiram reunir parte da juventude universitária.⁵⁶ O movimento estudantil se organizou em torno da luta pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, e pelas liberdades democráticas no país.

Nesse clima, Ênio Silveira se tornou o que chamou de “simpatizante ativo” do PCB. Em seguida, rememora: “a coisa foi avançando e eu, me convencendo da necessidade de engajamento político, acabei, nos anos da Guerra, ingressando no partido”.⁵⁷ O fato lhe gerou a sua primeira detenção e funcionou, segundo Renato Vieira, como um rito de iniciação no mundo político, definindo traços de identidade que se aprofundariam ao longo de sua trajetória.⁵⁸

Após 1945, na conjuntura da redemocratização brasileira, o PCB emergiu como a grande novidade da reestruturação partidária. A legalidade, o carisma de Luís Carlos Prestes e o prestígio adquirido pela União Soviética (URSS) no combate ao nazi-fascismo durante a II Guerra Mundial beneficiaram o partido. Além deles, a política de frente democrática, elegendo o caminho pacífico para a transição ao socialismo, o empenho dos parlamentares comunistas em favor dos direitos sociais, a oposição à abertura desenfreada da economia aos capitais estrangeiros, promovidas pelo governo Dutra (1946-1950), contribuíram para o ingresso em massa no partido. Entre 1945 e 1947, o PCB se transformou em um partido de massas, abrindo-se para a sociedade.⁵⁹

Nesse momento, houve uma grande adesão de intelectuais ao partido. Segundo Jorge Ferreira, “(...) as ideias de racionalidade, do progresso e da ciência, que pareciam desprezados pela burguesia, mas que surgiam como bandeiras da URSS, atraíam um bom número de artistas e intelectuais para o marxismo”⁶⁰. A afinação do PCB com a modernidade artística foi outro motivo para as numerosas adesões intelectuais, conforme Denis Moraes.⁶¹ Nomes como

⁵⁶ BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 46-47. Leôncio Basbaum, principal responsável pela formação da juventude comunista, afirma que, enquanto nos anos de 1920, 90% dos Integrantes do PCB eram operários, em 1946, a totalidade de seus membros era formada por estudantes.

⁵⁷ VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos**. Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 81.

⁵⁸ VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília. v. 20, n. 2, jul-dez.1996, p.9.

⁵⁹ MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado**. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 133.

⁶⁰ FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002, p. 178.

⁶¹ MORAES, 1994, p. 138.

Graciliano Ramos, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Dias Gomes, Moacyr Werneck Castro, Oduvaldo Vianna, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Oscar Niemeyer, Jose Pancetti, Guerra Peixe, entre tantos outros, ingressaram no partido. Intelectuais com os quais Ênio, em diferentes épocas, a partir dos anos de 1940, circularia tanto nas redes do partido quanto na própria editora Civilização Brasileira, estabelecendo uma série de vínculos pessoais e institucionais.

A busca de uma originalidade criadora do brasileiro e do Brasil foi fundamental na tradição cultural pecebista. Ela ajuda a explicar a afinação do partido com a modernidade artística e o apelo que exerceu entre os intelectuais e os estudantes, marcados por valores nacionalistas. Foi o ponto de encontro entre a tradição familiar dos Silveira e o comunismo. No entanto, na chave comunista, ganhou o caráter revolucionário que delineou a forma de politização de Ênio Silveira a partir de fins dos anos de 1940.

2.2.2 A militância comunista nos anos de 1940 e 1950

Como grande parte dos intelectuais que aderiram ao partido no período da redemocratização dos anos de 1940, as atividades de Ênio Silveira no PCB, naquele momento, se deram na esfera da cultura. Entre 1945 e 1947, integrou a redação do *Notícias de Hoje*, jornal do partido que circulou em São Paulo. Um episódio ilustra as suas atividades no PCB nesse momento. Mostra que o jovem não estaria livre das tensões entre os mundos da cultura e da organização partidária:

Fui redator do *Notícias de Hoje* (...) e uma vez tendo escrito um artigo sobre a comemoração do centenário de nascimento de Tchaikovsky, entreguei-o na redação. O Pedro Mota Lima pegou, quando leu, amassou e jogou no lixo. Fiquei estupefato! Abaixei-me, peguei o artigo, apesar da violenta descortesia do Mota Lima, desamassei em cima da mesa e disse:

-quero que o camarada explique por que acabou de fazer isso, essa descortesia total, essa violência?

-Perder tempo com esse veado! Ele me disse.

-Trata-se de um dos maiores compositores do mundo (...) se ele é homossexual ou não, e daí? (...) Culturalmente é uma data válida, e por isso está sendo comemorada, na própria União Soviética, da maneira mais intensa.

-Pois eu não gosto de veado.

Amassou de novo e jogou na lata do lixo, pela segunda vez. Eu peguei novamente o artigo, desamassei e disse que não ia admitir aquela atitude. Ele então me colocou para fora da sala. Tive uma larga discussão depois com o partido, e o partido, como estrutura, deu ganho de causa a ele.

-Bom- disseram-se-, não está certo, mas acontece que quando ele está irritado... esqueça o Tchaikovsky.⁶²

Ainda neófito na militância, Ênio Silveira ocupava-se de tarefas consideradas secundárias pelo partido. Dos intelectuais que ingressaram no PCB pós-45, nenhum atingiu postos de direção. A forma própria de organização das relações de sociabilidade interna ao PCB, segundo Rodrigues, conferia à intelectualidade:

tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária: colaboração em publicações, atividades culturais 'voltadas para fora', patrocínio e realização de congressos, assinatura de manifestos e outras atividades político-culturais destinadas a dar cobertura legal à política do PCB".⁶³

A ascensão na hierarquia partidária exigia dedicação integral como 'revolucionário profissional' e cumprimento da disciplina partidária, o que, no caso dos intelectuais, poderia implicar abrir mão da liberdade de expressão e criação, elemento central à sua atividade. Para parte dos intelectuais e artistas, isso nem sempre foi aceito. Por isso, apesar da grande influência do PCB nos meios intelectuais, eles não chegaram a exercer correspondente influência na direção do partido. Como destaca Denis Moraes, "os mais próximos do Comitê Central limitaram-se a funções de assessoria ou foram encarregados de tarefas como a representação cultural junto à URSS, entregue a Jorge Amado".⁶⁴

No Brasil, a fase do realismo socialista, em sua versão jdanovista, entre 1946 e 1953, foi o único período marcado por uma efetiva política cultural partidária, estabelecendo conexões diretas entre os dirigentes e os intelectuais que viram sua autonomia ser restringida.⁶⁵

O realismo socialista foi uma doutrina estética e literária da União Soviética, estabelecida como política de Estado a partir do Primeiro Congresso da União dos Escritores Soviéticos, em 1934, tendo o dirigente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) Andrei Jdanov e o escritor Máximo Gorki como seus principais mentores. Segundo Vittorio

⁶² FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Editando o editor 3** – Ênio Silveira. São Paulo: Edusp, 1992, p. 57-58.

⁶³ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: GOMES, Ângela de Castro *et. al.* **O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1983, v. 3, p. 412.

⁶⁴ MORAES, 1994, p. 142.

⁶⁵ Cf. FERREIRA, Jorge, 2002, p.169-192; MORAES, 1994; RUBIM, Antônio. Marxismo, cultura e Intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim. **História do Marxismo no Brasil. Teorias. Interpretações**. Campinas. editora Unicamp, 2007, p. 392.

Strada, contou com uma contribuição nada secundária do filósofo György Lukács.⁶⁶ Com o objetivo de servir à construção do socialismo, o realismo socialista buscava representar a realidade não como ela é, mas como deveria ser segundo os ideais do marxismo-leninismo, exaltando o papel do proletariado, do Partido Comunista e da utopia socialista. A arte deveria ser educadora, otimista e acessível às massas. Entre suas principais características estavam o heroísmo proletário, a glorificação do trabalho e da coletividade, a figuração positiva dos líderes comunistas, a oposição ao formalismo e ao experimentalismo estético, bem como a valorização da narrativa linear, realista e com enredo edificante. O estilo negava o subjetivismo burguês e qualquer tendência considerada idealista.⁶⁷

Essa orientação foi sistematizada e rigidamente aplicada durante o período conhecido como Jdanovismo (1946-1953), em referência a Andrei Jdanov (1896-1948), que assumiu a responsabilidade pela política cultural da URSS em 1946. O Jdanovismo assumiu um caráter censório e repressivo, radicalizando, de forma ortodoxa, os princípios do realismo socialista. Impôs severos critérios ideológicos à produção artística e perseguiu autores considerados desviantes.⁶⁸ O PCUS assumiu-se como o único centro produtor de ideias, “confinando a produção estética em manuais catequéticos providenciados pela força-tarefa de Jdanov”, conforme Denis de Moraes.⁶⁹

O realismo socialista, assim como sua fase jdanovista, exerceu influência não apenas no contexto soviético, mas também nos partidos comunistas alinhados à Moscou, como o PCB, onde serviu como referência estética e política para a definição dos critérios de engajamento artístico e cultural.

Nem mesmo Ênio Silveira, cuja independência perante o PCB é destacada pela literatura acadêmica, escapou do alinhamento ao realismo socialista, que então vicejava no microcosmo da sociabilidade pecebista. Em 1947, foi chamado pelo *Jornal de Notícias* a dar a sua opinião sobre a concessão do Prêmio Nobel ao romancista francês André Gide.

De forma demolidora, afirmou que Gide simbolizava “o retrato tragicômico do fim de uma classe, de um sistema econômico-social”, firmado no protestantismo burguês que fez o gosto literário. Aos seus olhos, a obra de juventude de Gide era o retrato de uma juventude desorientada. O sentimentalismo o teria levado a uma atitude de piedade pelos oprimidos,

⁶⁶ STRADA, Vittorio. Do realismo socialista ao zhdanovismo. In: **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol.9, p.157.

⁶⁷ STRADA, 1987, p.151-219; MORAES, 1994,

⁶⁸ STRADA, 1987, p. 151-219.

⁶⁹ MORAES, 1994, p. 123

depois transformada em ceticismo, “como em céticos se transformam todos os intelectuais burgueses deste comprido fim de século”. Concluiu que o prêmio era “a homenagem a uma geração fracassada e desiludida” e esperava “que o próximo caso seja fundamentado em fé na humanidade, se destine a algum dos poucos intelectuais que, hoje, lutam por um amanhã melhor e mais digno”.⁷⁰

Contra Gide, o jovem comunista Ênio Silveira lançou os valores estéticos e a concepção do papel do intelectual presentes no jdanovismo: condenação do sentimentalismo e do ceticismo burguês, fé no futuro socialista da humanidade, defesa do engajamento político e ideológico do intelectual na transformação social.⁷¹

O que interessa, aqui, é destacar o peso que as sociabilidades comunistas e o “tornar-se membro do partido”⁷² exerceram nesse momento na atuação de Ênio Silveira e na sua concepção de intelectual, revelando um jovem mais engajado no PCB nesse período do que a literatura sobre o editor credita.

Nos anos de 1950, quando Ênio mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir a editora Civilização Brasileira, rapidamente se inseriu nas redes comunistas daquela cidade. A título de exemplo, entre 1956 e 1958, compôs o grupo de intelectuais comunistas que relançaram o jornal cultural *Para Todos*. Cerca de 700 intelectuais escreveram nele.⁷³ A iniciativa de relançá-lo foi de Álvaro Moreyra, Jorge Amado, Oscar Niemeyer, Alberto Passos Guimarães, Moacir Werneck de Castro e James Amado: todos eles se tornariam autores publicados pela Civilização Brasileira de Ênio Silveira.

Para Todos circulou, inicialmente, em 1950, quando serviu de suporte às ideias jdanovistas no Brasil. No entanto, em 1956, após a crise desencadeada pelo Relatório Khrushchov no setor cultural do PCB, e o processo de desestalinização do partido, o jdanovismo foi colocado em xeque e o jornal ressurgiu com autonomia perante o aparato partidário e aberto à intelectualidade progressista e de esquerda. A partir desse momento, a direção partidária perdeu qualquer controle institucional sobre os artistas e intelectuais,

⁷⁰ COMO repercute no Brasil a concessão do Prêmio Nobel ao romancista André Gide. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 14 dez. 1947, p.8.

⁷¹ FERREIRA, Jorge, 2002; MORAES, 1994.

⁷² Jorge Ferreira mostra que, ao aderir ao partido, o “militante comum” acreditava participar de uma organização política única, representante histórica dos reais e verdadeiros interesses do proletariado. Não se tratava apenas de conquistar o poder para efetivar a revolução social e econômica, mas de construir um homem novo e uma nova sociedade. Embora o autor trate, principalmente, dos “homens comuns” ou dos militantes de base, é possível dizer que os intelectuais também estiveram imbuídos desses objetivos. Cf. FERREIRA, 2002.

⁷³ RUBIM, 2007.

mantendo apenas algumas diretivas gerais para esse setor.⁷⁴ Para situar o posicionamento de Ênio Silveira nesse processo, retomo brevemente alguns aspectos do XX Congresso do PCUS e seu impacto no PCB.

Em fevereiro de 1956, três anos após a morte de Stálin, realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em reunião a portas fechadas, o secretário-geral do PCUS, Nikita Khrushchov, proferiu um discurso intitulado “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”, também conhecido como “Relatório Secreto”, no qual denunciou o culto à personalidade de Stálin, o regime autoritário estabelecido por ele (1924-1953) e os crimes cometidos, incluindo torturas, julgamentos forjados, deportações em massa e outras violações da legalidade socialista.⁷⁵ Khrushchov também defendeu a necessidade de reavaliar os caminhos do socialismo, reconhecendo a possibilidade de coexistência pacífica entre capitalismo e socialismo, a existência de vias nacionais para a construção socialista e a reaproximação com a social-democracia, aspectos que foram aprovados nas resoluções do XX Congresso e incluídos no decreto do Comitê Central do PCUS, em junho de 1956.⁷⁶

As denúncias causaram forte impacto nos partidos comunistas ao redor do mundo, que reagiram com perplexidade e constrangimento, ao mesmo tempo em que iniciaram processos de mudança política, programática, teórica e organizativa. Foi o caso do PCB, que, sob o impacto do relatório de Khrushchov, vivenciou uma acirrada luta interna, impulsionada pela ampla participação de seus escritores e jornalistas. À revelia da direção, os intelectuais do partido desencadearam um intenso debate sobre o tema nas páginas da imprensa comunista⁷⁷, além de veicularem notícias sobre as manifestações na Hungria e na Polônia contra o domínio soviético⁷⁸, uma afronta ao núcleo mais conservador da direção do PCB, incondicionalmente alinhado ao PCUS.

⁷⁴ Sobre a virada cultural do PCB após as denúncias de Khrushchov, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Cf. RIDENTE, Marcelo. **Em busca do Povo brasileiro**. Artistas da Revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 67-82. Sobre as repercussões do relatório Khrushchov no PCB, Cf. SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 45-82.

⁷⁵ A tradução em português do Relatório de Nikita Khrushchov é encontrada em: KHRUSCHOV, N. S. Discurso em reunião fechada do XX Congresso do PCUS. Sobre o culto à personalidade e suas consequências. In: ARAUJO, Caetano Pereira (org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p. 50-124.

⁷⁶ DECRETO do Comitê Central do PCUS (3 junho 1956). In: ARAUJO, Caetano Pereira (org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p.127-146.

⁷⁷ Cf. FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói:EdUFF:Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 29—302; SEGATTO, José Antonio. **Reforma e Revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.45-62.

⁷⁸ SEGATTO, 1995, p.48.

Um exemplo relevante para esta tese foi a tradução e publicação, no jornal *Voz Operária*, da entrevista de Palmiro Togliatti, dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), à revista *Nuovi Argomenti*, bem como de seu informe preparatório ao VIII Congresso do PCI.⁷⁹ As formulações de Togliatti exerceram forte influência entre os intelectuais comunistas brasileiros e, conforme veremos adiante, encontrariam em Ênio Silveira e na editora Civilização Brasileira alguns de seus principais divulgadores. Na entrevista, Togliatti criticava a burocratização e a estagnação da URSS, questionava a universalidade do modelo soviético e defendia a centralidade da democracia e das vias nacionais na construção do socialismo.⁸⁰ Como observa Gianluca Fiocco, a retomada da tese das vias nacionais ao socialismo, feita por Khrushchov no XX Congresso, permitiu a Togliatti recuperar as formulações do PCI entre 1944 e 1947, baseadas no princípio da democracia progressiva como caminho adequado às condições históricas específicas da Itália, reafirmando uma linha não catastrofista que sempre sustentara.⁸¹

O trabalho de José Antonio Segatto resgata a acirrada luta travada no PCB como consequência do XX Congresso do PCUS e da divulgação do Relatório Secreto de Khrushchov, que, segundo o autor, resultou na formação de três correntes internas no partido.⁸² Uma corrente renovadora, autodenominada Sinédrio, era liderada por Agildo Barata. Os “renovadores” denunciaram o culto à personalidade de Luís Carlos Prestes, a ausência de democracia interna no PCB, o dogmatismo e a adoção da URSS como modelo único para a revolução, bem como o apelo insurrecional e o desprezo pela democracia representativa, que marcaram a linha política do partido após seu retorno à ilegalidade, em 1947, como expresso no Manifesto de Agosto de 1950.⁸³

Uma corrente conservadora, formada pelo núcleo dirigente, composto por nomes como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara, reconheceu os “erros e desvios” da política e da prática dos comunistas nos anos anteriores, tais como o dogmatismo, o centralismo excessivo e uma “disciplina algo militar”, que teriam

⁷⁹ SEGATTO, 1995, p. 49-50.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 49-50.

⁸¹ FIOCCO, Gianluca. Divisor de águas no movimento comunista internacional. In: ARAUJO, Caetano Pereira(org.). **Khrushchov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p. 24.

⁸² SEGATTO, 1995, p. 51-72.

⁸³ *Ibid.*, p. 51-72.

restringido a democracia interna. Apesar disso, esse setor reagiu no sentido de preservar ao máximo os princípios doutrinários do marxismo-leninismo.⁸⁴

No centro, um grupo pragmático apoiou, em um primeiro momento, os “conservadores” contra os “renovadores” e, com a derrota destes, voltou-se contra os primeiros, buscando isolá-los. Seus membros mais destacados eram Giocondo Dias, Mário Alves e Jacob Gorender. Com uma política conciliatória e contando com a incorporação de Prestes, cujo prestígio atraiu parte da corrente renovadora, com nomes como Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Roberto Morena, os pragmáticos tornaram-se majoritários e implementaram mudanças no partido.⁸⁵ O resultado foi um processo, não isento de tensões, de desestalinização e renovação do PCB, que culminou na Declaração de Março de 1958 e no estabelecimento da “nova política”⁸⁶, que discutirei adiante.

No entanto, como avalia Segatto, essas mudanças foram parciais e não romperam de forma radical com o passado. De um lado, a direção do partido incorporou as teses do XX Congresso do PCUS, como a condenação ao culto à personalidade, a defesa da política de coexistência pacífica e a possibilidade de um caminho nacional e pacífico ao socialismo. De outro, adaptou essas mudanças aos princípios doutrinários do marxismo-leninismo. Conforme Segatto, o PCB manteve plena identidade e solidariedade com o “socialismo real” da URSS e do Leste Europeu, vistos como paradigmas da sociedade futura a ser construída, mantendo-se subordinado ao PCUS e integrado ao Movimento Comunista Internacional.⁸⁷

Adequadas à política brasileira da época e incorporando parte das teses do grupo renovador, essas mudanças implicaram na retomada da política de frente única, nacional e democrática, com apoio ao setor progressista do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que deixou de ser considerado um governo de traição nacional, e na denúncia de seus elementos reacionários e pró-imperialistas. Ao mesmo tempo, o partido reafirmava que a frente democrática deveria ser dirigida pela classe operária, representada por sua vanguarda, o PCB.⁸⁸

⁸⁴ *Ibid.*, p. 64. SEGATTO, José Antonio. Renovação teórica e política do PCB. In: ARAUJO, Caetano Pereira (org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p.39.

⁸⁵ SEGATTO, 1995, p. 64-71.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 73-85.

⁸⁷ SEGATTO, 2022, p. 40-43.

⁸⁸ SEGATTO, 1995, p. 73-106.

Para os fins desta tese, importa destacar que foi nesse contexto, sob o impacto provocado pelo XX Congresso do PCUS, que Ênio Silveira integrou as redes intelectuais pecebistas no Rio de Janeiro e participou ativamente da imprensa do partido.

Ênio Silveira foi colunista regular do jornal *Para Todos* entre 1956 e 1958. Escreveu sobre a música erudita brasileira, sobre as suas viagens ao mundo socialista e concedeu uma série de entrevistas sobre o problema do livro. Retomo alguns temas tratados para mostrar o seu afinamento aos valores culturais comunistas daquele momento.

Como crítico musical, exaltou a obra de Claudio Santoro que “(...) abriu os olhos a tempo e pode compreender que não havia finalidade alguma naquele onanismo musical [referindo-se ao dodecafonismo] (...) foi resgatar em uma fazenda em Minas Gerais (...) o contato com as raízes da música genuinamente brasileira”. Sua composição era “a um só tempo claramente brasileira e nobremente universal”, era “música para se ouvir de pé, de braço dado com a humanidade, em marcha pelas largas e desobstruídas estradas de um mundo melhor”.⁸⁹ A valorização da cultura nacional e popular e de alguns dos valores do realismo socialista, expurgados do dirigismo partidário e do obreirismo da versão jdanovista, permaneciam nas críticas musicais de Ênio.

Sobre o problema do livro no Brasil, afirmou que era decorrência direta dos problemas fundamentais da nação já que o livro era também um produto industrial. Como militante comunista, embora apontasse uma série de medidas concretas a serem tomadas pelos governos da época para alavancar a sua produção, o seu financiamento e a sua distribuição, destacava que o problema do livro no Brasil só seria efetivamente resolvido com a “emancipação econômica da nação”.⁹⁰

Em *Para Todos*, Ênio também fez os relatos de suas primeiras viagens ao mundo socialista. Em 1957, por intermédio de Jorge Amado, Ênio Silveira, o poeta Geir Campos e o jornalista Paulo Silveira, da *Última Hora*, foram para a Romênia e para a Polônia para uma “visita de estudo e observação ampla e livre das conquistas da Romênia socialista”. Conforme o próprio Ênio escreveu em uma de suas reportagens, ele pretendia combater a intensa campanha antissocialista que havia no Brasil e construir uma opinião pública favorável ao

⁸⁹ SILVEIRA, Ênio. A discografia brasileira de Claudio Santoro II. A Sinfonia n.4 – da Paz. **Para Todos**, Rio de Janeiro, primeira quinzena set. 1956, Ano 1, n. 8, p. 7 - 14.

⁹⁰ OS PROBLEMAS do livro e da Indústria editorial. **Para Todos**, Rio de Janeiro, jun. 1956, ano 1, n. 2, p. 10.

estabelecimento dos laços comerciais e diplomáticos com esses países.⁹¹ Essas viagens eram peças importantes na guerra diplomática e nas batalhas de propaganda e contrapropaganda, no auge das tensões da Guerra Fria.⁹²

Ênio Silveira produziu uma série de oito reportagens, algumas delas também publicadas na revista *Leitura*, que tinha forte presença dos intelectuais pecebistas. Seus textos mostravam um intelectual indubitavelmente comprometido com a causa comunista. De um lado, mostrou as conquistas do socialismo na Romênia, como a promoção do acesso universal à educação, a democratização da cultura, a eliminação do latifúndio e o desenvolvimento industrial em bases modernas. Temas caros aos debates brasileiros da época, voltados à superação da condição de país subdesenvolvido. De outro, revelou um interesse especial em examinar as repercussões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, nos países do Leste Europeu. Destacou sua preocupação em compreender tanto as manifestações na Hungria e na Polônia quanto o motivo da permanência do culto à personalidade em países como a Romênia.⁹³ Essas questões ajudam a localizar a posição de Ênio nos debates que ocorreram no PCB após a divulgação do relatório Khrushchov.

Em artigo sobre a Polônia, que vivenciava manifestações populares por reformas liberalizantes desde 1956, destacou que “todos querem que a Polônia tenha seu próprio caminho para o socialismo e que não esteja sujeita a diretrizes emanadas de Moscou ou de qualquer parte”.⁹⁴ O editor exaltou o líder socialista Wladyslaw Gomulka por ter empreendido reformas no socialismo polonês. Ele representaria a vitória da “vontade nacional contra a rigidez ortodoxa que caracterizou os últimos anos do stalinismo na URSS e nos demais países socialistas”.⁹⁵

No mesmo artigo, Ênio Silveira desenvolveu sua crítica ao jdanovismo na Polônia, considerando-o uma verdadeira “ocupação cultural soviética”, que havia acompanhado os

⁹¹ SILVEIRA, Ênio. Um brasileiro na Rumania. Primeira de uma série de reportagens. **Para Todos**. Rio de Janeiro, n. 35, out. 1957a, p. 15; SILVEIRA, Ênio. Um brasileiro na Rumania. Segunda de uma série de reportagens. **Para Todos**. Rio de Janeiro, n.36, nov. 1957b.

⁹² Sobre a importância da publicação dos relatos de viagens ao mundo socialista, Cf. MOTA, Rodrigo Patto Sá. A verdadeira pátria dos trabalhadores: a URSS e as edições comunistas. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, 2005, v. 1, p. 343-365.

⁹³ SILVEIRA, Ênio. Um brasileiro na Rumania. Primeira de uma série de reportagens. **Para Todos**, Rio de Janeiro, 2 quin. out. 1957, p.15.

⁹⁴ SILVEIRA, Ênio. O livro e a realidade polonesa de hoje. **Revista Leitura**. Rio de Janeiro, n. 4, ano XV, out. 1957, p. 17-18.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 17-18.

primeiros anos do regime socialista polonês. O jdanovismo foi, segundo ele, “a fase negra da literatura soviética, a fase negríssima da literatura polonesa”.⁹⁶ O editor comemorou que a primeira reação dos intelectuais poloneses contra o stalinismo havia sido a de se entregarem a traduções dos clássicos internacionais como Shakespeare, Cervantes, Molière, porque o socialismo “representa o humanismo no seu ponto mais alto”.⁹⁷

No entanto, segundo o editor, os erros do stalinismo não deveriam levar a uma rejeição da experiência soviética, pois isso seria “uma atitude suicida”, já que era “inegável a contribuição marcante da URSS ao estabelecimento do socialismo em todos os países do leste europeu”.⁹⁸ A prova disso era o alinhamento da direção comunista da Polônia às decisões do XX Congresso do PCUS. Comentando as formulações de Khrushchov, sobretudo o reconhecimento da possibilidade de diferentes vias nacionais e pacíficas rumo ao socialismo, afirmou que “os atuais dirigentes soviéticos estão demonstrando uma compreensão sincera dos anseios patrióticos de todos os povos que adotaram o socialismo como seu sistema de vida”. Com isso, mostrava o seu alinhamento às teses do XX Congresso do PCUS e defendia a capacidade dos comunistas de corrigir os seus erros e se renovar, procurando evitar que toda a história da construção do socialismo soviético terminasse em recriminação.

Por meio dessas reportagens, é possível perceber que Ênio Silveira defendeu, a partir de 1956, o processo de desestalinização dos partidos comunistas, o rompimento com o modelo soviético como guia único da revolução e a busca de um caminho nacional e pacífico para o socialismo em cada país. Reverberava as posições defendidas por setores intelectuais pecebistas a partir do XX Congresso do PCUS, ao mesmo tempo em que se alinhava ao processo de renovação encaminhado pelo “centro pragmático” do PCB, resultante das disputas mencionadas acima. É possível dizer que Ênio Silveira foi, inclusive, um agente catalisador desse processo no Brasil, ao publicar livros como *O caminho italiano para o socialismo*, de Palmiro Togliatti, cuja tradução para o português encomendou ao pecebista Luiz Mario Gazzaneo, na década de 1960. Vale destacar que, ao contrário de Ênio Silveira, muitos intelectuais pecebistas brasileiros deixaram o partido após as denúncias dos crimes de Stálin.

A inserção de Ênio nas redes de sociabilidade intelectual comunistas no Rio de Janeiro, na década de 1950, reforça a afirmação feita aqui sobre o seu afinamento com as

⁹⁶ *Ibid.*, p. 17-18.

⁹⁷ SILVEIRA, Ênio. O livro e a realidade polonesa de hoje. **Revista Leitura**. Rio de Janeiro, n. 4, ano XV, out. 1957, p. 17-18.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 17-18.

ideias e a militância comunista nos anos de 1940 e 1950, tema e período pouco explorados pela literatura sobre o editor. Resgatar a sua inserção no PCB é um elemento central para a compreensão da forma como construiu a sua trajetória política e intelectual, inclusive para a compreensão da criação da revista *Encontros com Civilização Brasileira*, objeto desta tese.

2.3 O INÍCIO DA VIDA DE EDITOR NA COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Foi como um jovem comunista e estudante de sociologia e política, oriundo de uma família tradicional de intelectuais paulistas, que Ênio Silveira iniciou sua vida profissional no mundo editorial, em 1943, aos 18 anos.

Pelas mãos de Monteiro Lobato, editor e admirador de Valdomiro Silveira, Ênio Silveira conseguiu emprego na Companhia Editora Nacional, em 1943. A editora foi fundada, em 1925, por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Este comprou a parte de Lobato pouco tempo depois. Em 1943, a CEN era a maior editora brasileira. Seu carro-chefe eram os livros didáticos, mas a editora publicava gêneros diversos e contava com muitos autores nacionais e estrangeiros consagrados. A CEN também foi responsável pela publicação da *Brasiliانا*, entre 1931 e 1960, uma das mais importantes coleções de assuntos brasileiros, dirigida, inicialmente, por Fernando de Azevedo e, a partir de 1958, por Jacobina Lacombe.

Em suas memórias, Ênio Silveira identificou a CEN como “minha universidade aberta”. Ali aprendeu sobre todas as etapas da prática editorial, que vão além da competência para fazer as escolhas adequadas em termos de gênero, temáticas e autores a serem editados. Segundo Sérgio Silva, na CEN:

o aprendiz domina rapidamente a lide editorial e suas etapas internas, como revisões, copidesques, traduções, diagramação, design de capas, preparação de arquivos para impressão (...); quanto as etapas externas, como contratações, estoques, distribuição logística, consignação, cobranças, divulgação, marketing e comercialização de livros”.⁹⁹

Alto, bem apessoado, com uma formação cultural privilegiada, que incluía a fluência em diversas línguas como o francês, o inglês e o espanhol, tinha ainda, conforme Sérgio Silva, “a *finesse* necessária para lidar com agentes literários internacionais, *publisher* de editoras

⁹⁹ SILVA, Sérgio, 2020, p. 46.

estrangeiras e nacionais (...)”, além de autores consagrados no campo.¹⁰⁰ Paulo Francis lembrou que Ênio, de forma bem-humorada, apresentava-se como “alto, bonito e rico”.¹⁰¹

Na CEN, teve início a sua formação como editor. Uma de suas primeiras atribuições foi escrever os textos de apresentação dos livros publicados. As chamadas “orelhas” foram um dos seus principais meios de expressão ao longo da sua carreira. Também foi responsável pela tradução de diversos livros, outra atividade importante desenvolvida ao longo de sua trajetória. Aprendeu, ainda, a organizar e dirigir coleções, como a *Atualidades Pedagógicas*.

Pela CEN, Ênio Silveira teve acesso a outras redes e espaços de sociabilidade ligados ao circuito editorial e intelectual da época. Ênio trabalhou com os grandes nomes ligados às editoras e ao mercado livreiro do país e exterior, estabelecendo uma rede de contatos pessoais e profissionais da qual se valeria ao longo de toda a sua trajetória. Entre esses intelectuais, destacou três como seminais na sua vida: Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, além, claro, de Monteiro Lobato:

O Anísio me ajudou muito [...] ele sempre foi, ao longo da vida, no exercício de funções públicas, um homem que encorajava o livro. Ele achava que o livro era uma das pedras angulares da vida universitária e da vida cultural de um país; não adiantava criar ou fazer a maior universidade do mundo, se não houver o contato permanente com o livro. (...) Anísio sempre me dizia que estava lendo um livro muito interessante, americano, inglês, francês, me dava muita coisa para ler e foi me ajudando a ter contato com o que de melhor se publicava no mundo. Isso era temperado pela brilhante inteligência, por vezes sarcástica, de Monteiro Lobato ().¹⁰²

Com esses intelectuais, reforçou sua crença na importância do livro para a superação das mazelas brasileiras. Em 1992, afirmou: “sempre tive uma autoimposta visão ética da minha profissão de editor (.) um país como o Brasil impõe a obrigação de querer transformar a sociedade”.¹⁰³ Para Renato Vieira, o livro foi, para Ênio Silveira, “um instrumento privilegiado de luta política, mas, antes disso, na própria construção do homem enquanto tal”.¹⁰⁴ Segundo o autor, é a partir desse raciocínio que se pode compreender a concepção de Ênio acerca da atividade editorial.¹⁰⁵

¹⁰⁰ SILVA, Sérgio, 2020, p. 47.

¹⁰¹ FRANCIS, Paulo. Nova York por aí. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 26 fev. 1996, caderno 2, p. 4.

¹⁰² FERREIRA, Jerusa, 1992, p. 28.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 99.

¹⁰⁴ VIEIRA, 1998, p. 72.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 72.

A sua competência e o seu dinamismo o fizeram ascender rapidamente na carreira de editor. Em 1945, após dois anos na CEN, assumiu o cargo de diretor editorial, tornando-se responsável pela definição da política editorial da maior editora do país, aos 20 anos de idade.

Politicamente conservador, a condição imposta por Octalles Marcondes Ferreira foi a de que Ênio Silveira não deixasse sua militância comunista interferir na sua prática na CEN. O que Ênio, em entrevista posterior, nos anos de 1990, acreditou ter cumprido.¹⁰⁶

De fato, ele não imprimiu uma linha editorial de esquerda quando à frente da CEN, conforme mostram os trabalhos de Hallewell ou Vieira.¹⁰⁷ Mas, ao contrário do que esses autores afirmam e das memórias do próprio Ênio Silveira, é possível identificar sua militância comunista nas brechas. Um exemplo foi a publicação, em 1946, do livro *Reflexões sobre a revolução da nossa época*, de Harold Laski, expoente do trabalhismo inglês com forte entrada no marxismo.

Ênio Silveira selecionou o livro para integrar o primeiro volume da coleção *Fórum Político*. Foi o próprio tradutor e prefaciador. Para vencer uma possível rejeição do público, já que Laski era considerado “comunista disfarçado” pelos setores conservadores, apresentou o livro como um “estudo científico que dissecava com imparcialidade a revolução russa, o fascismo e as democracias”.¹⁰⁸

No prefácio, abordou, ao lado do nacionalismo, outros eixos da sua militância: socialismo e democracia. O editor destacou o segundo capítulo da obra, onde Laski comparou a importância da revolução russa à da revolução francesa. Com esse gancho, ele interpelou os leitores brasileiros acerca dos motivos para a negação de experiências revolucionárias:

Por que essa reação violenta, cega, fruto mais do conservadorismo daqueles que não querem pensar, daqueles que por individualismo excessivo não querem fazer o ‘supremo sacrifício’ de experimentar ou de observar em calma a marcha do tempo? Laski nos diz muito bem o porquê dessa atitude: simplesmente MEDO com letras maiúsculas”.¹⁰⁹

No contexto da derrota dos fascismos, da redemocratização brasileira, da legalidade do PCB e do aceno do partido à democracia, Ênio Silveira percebeu o momento adequado para publicar o livro e desarmar o público brasileiro do anticomunismo. Com a visão teleológica e

¹⁰⁶ FERREIRA, Jerusa, 1992, p. 30-31.

¹⁰⁷ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. 3 ed., São Paulo: EDUSP, 2012; VIEIRA, 1998.

¹⁰⁸ SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: LASKI, Harold. **Reflexões sobre a revolução de nossa época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 11-13.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 11-13.

progressista própria dos comunistas, defendeu ‘as experiências as mais revolucionárias’ como a “marcha do seu tempo”.¹¹⁰

Quanto à democracia, foi mais reticente. Sua posição carregava as ambiguidades com que a esquerda e os comunistas a tratavam no período: “democracia, embora me veja, em parte, obrigado a concordar com o que geralmente se pensa aqui [referindo-se ao seu descrédito], encontra ainda defensores mais sinceros”.¹¹¹

Entre 1945 e 1947, no breve período da legalidade, o PCB assumiu a luta pela democracia e a linha política da União Nacional contra os resquícios do fascismo.¹¹² Mesmo assim, é bom ressaltar, a democracia representativa ainda era considerada pelo PCB como algo tático, não um objetivo a ser alcançado e preservado¹¹³. Era vista com desconfiança pelos comunistas que, em geral, a identificavam com as práticas excludentes do liberalismo. Posição que, naquele momento, o jovem Ênio compartilhava conforme mostra a reticência em seu texto quanto ao tema. Um dado que nos serve para desmistificar a ideia em voga na literatura e na memorialística sobre Ênio de que a defesa irrestrita da democracia esteve sempre presente no editor.¹¹⁴ Nos anos 1940, ele seguia como um comunista quanto ao tema.

O contexto de redemocratização brasileira, a derrota do fascismo e a legalização do PCB foram favoráveis à publicação do livro. A grande imprensa o recebeu muito bem. Teceu elogios à escolha da obra e à tradução.¹¹⁵ O que deve ter agradado bastante Octalles Marcondes Ferreira, que tinha planos maiores para o jovem editor.

¹¹⁰ SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: LASKI, Harold. **Reflexões sobre a revolução de nossa época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 11-13.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 11-13.

¹¹² RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização, em GOMES, Angela de Castro *et. al.* **O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)**, São Paulo: Difel, 1983, vol. 3. PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 133-155, 163-168.

¹¹³ SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, vol. 6, 2ª ed., 2014.; REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil, entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. CARVALHO, Maria Alice. Breve História do “comunismo democrático” no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. As esquerdas no Brasil, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹¹⁴ Nessa chave, estão os principais trabalhos sobre o editor e a Civilização Brasileira, entre eles: VIEIRA, 1998; HALLEWELL, 2012; GALÚCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009; CZAJKA, R. A batalha das ideias: resistência cultural e mercado editorial brasileiro na década de 1960. In: SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (org.). **Intelectuais partidos**: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012, v. 1, p. 209-240; CZAJKA, Rodrigo. “Sou brasileiro, democrata e editor”. **Tempo Social**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 149-174, 5 ago. 2020; SILVA, Sérgio, 2020.

¹¹⁵ ALENCAR, Mauro. A revolução de nosso tempo. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 30 out. 1946, p. 2.

2.4 UM COMUNISTA NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL DE EDITORES E LIVREIROS

Paralelamente ao seu trabalho na CEN, Ênio Silveira atuou com destaque na organização de associações empresariais dos editores e livreiros, construindo uma carreira de projeção em órgãos de defesa da indústria do livro no Brasil, iniciada nos anos de 1940 e consagrada ao longo dos anos de 1950 e início da década de 1960.¹¹⁶ Isso mostra que interesses “mais profanos” também estiveram presentes na sua trajetória. Ao lado do editor engajado, ou articulado a ele, estava o editor-mercador, ou seja, o produtor e comerciante de livros e comprador da força de trabalho literária.¹¹⁷

Em 1946, foi um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro. Entre 1952 e 1958, foi vice-presidente e depois presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Entre 1952 e 1967, foi responsável pelo *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, única publicação regular do setor. À frente dessas associações, lutou, junto aos diversos governos, pela obtenção de facilidades para a importação de papel, redução da carga tributária sobre o setor gráfico e editorial, entre outras reivindicações. Combater os entraves provocados por medidas governamentais ou pela falta de uma política econômica que alavancasse a produção, o financiamento e a distribuição do livro no Brasil foram, desde os anos 1940, eixos da sua atuação nas organizações empresariais do setor.

Ainda assim, conforme mostrou o estudo de Andrea Galúcio, Ênio Silveira continuou um “editor-militante, militante-editor”, procurando articular os seus interesses empresariais às questões políticas e sociais do seu tempo.¹¹⁸ A título de ilustração, trabalhou para colocar a indústria do livro como uma das metas do plano de desenvolvimento econômico do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o chamado Plano de Metas. Embora não tenha tido sucesso, mostra as articulações do editor como empresário do livro.

A atuação de Ênio Silveira nas associações empresariais do livro não contradizia a estratégia pecebista da revolução brasileira. Desde a segunda metade dos anos de 1950, o partido defendeu uma visão etapista da revolução brasileira. Em um primeiro momento, ela

¹¹⁶ Os trabalhos de HALLEWELL e Galúcio são os que, até o momento, mais se dedicaram a analisar o aspecto empresarial das práticas editoriais de Ênio Silveira. Cf. HALLEWELL, 2012; GALUCIO, 2009.

¹¹⁷ Ênio não escapou de eventuais conflitos com autores, elemento não explorado pela historiografia. Foi o caso da tensão que envolveu o livro *A maçã no escuro*, de Clarice Lispector, recusado por Ênio, que o considerou de pouca vendagem. O fato lhe rendeu manifestações contrárias por parte de autores nacionais pela imprensa. Cf. Editor responde aos rumores: vai lançar *A maçã no escuro*. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 14 nov. 1958, 1º caderno, p. 8.

¹¹⁸ GALUCIO, 2009.

não seria socialista, mas nacional, democrática e anti-imperialista. Antes do socialismo, era preciso o crescimento das forças produtivas brasileiras por meio do desenvolvimento econômico capitalista que rompesse com a dependência do capital externo e com o imperialismo norte-americano. Para isso, o partido pregava uma aliança de classes com a burguesia nacional progressista. Essa linha foi reafirmada na Declaração de Março de 1958, conforme mostram os trabalhos de Raimundo Santos e Antônio Segatto e Dulce Pandolfi.¹¹⁹

Como exemplo do seu alinhamento à estratégia da revolução brasileira pecebista, Ênio Silveira dedicou a coleção da Biblioteca Universal Popular (BUP), uma editora de livros de bolso que criou a partir da década de 1960, ao banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, financiador da coleção. Na contracapa de cada livro, apresentava Magalhães Lins como “um banqueiro a serviço do Brasil e dos interesses nacionais”.¹²⁰

2.5 DA VIAGEM AOS EUA À EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Em 1946, recém-casado com Cleo Marcondes Ferreira, filha de Octalles Marcondes Ferreira, Ênio Silveira foi para Nova York, capital mundial do livro como negócio, para uma temporada de estudos e estágio profissional. Na universidade de Colúmbia, fez cursos de extensão em sociologia e antropologia cultural, além de uma especialização em *book publishing* ministrada por editores norte-americanos. Mas o marco dessa estada foi seu estágio na editora Alfred Knopf, uma das mais importantes editoras norte-americanas.

A literatura sobre o editor destaca, nesse estágio, o aprendizado de técnicas editoriais como a valorização das versões de bolso, o cuidado com a apresentação visual das capas, o investimento em propaganda, além do aprendizado do funcionamento do departamento comercial. Conforme Sérgio Silva, o cabedal profissional adquirido por ele nesse período o alçou, posteriormente, no mercado editorial.¹²¹

Ênio Silveira também aproveitou o espaço da editora para travar contatos com a nata dos escritores norte-americanos, entre os quais John Steinbeck, William Faulkner, Tennessee Williams, entre outros, cujas obras publicaria pela Civilização Brasileira. Usou dos laços de sociabilidade do meio editorial para ampliar não só as publicações de sua própria editora, mas

¹¹⁹ PANDOLFI, 1995, p. 183; SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, vol. 6, 2ª edição, 2014.

¹²⁰ A título de exemplo, consultar a contracapa do livro: TOLSTÓI, Leon. **A morte de Ivan Ilítch**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular-BUP, 1963.

¹²¹ SILVA, Sérgio, 2020.

também a sua sociabilidade comunista. Pelas mãos de Richard Wright e Howard Fast, ambos editados pela CEN, frequentou reuniões do Partido Comunista norte-americano. Segundo ele, “sua práxis foi muito bem treinada no PC norte-americano”¹²². “Coisa de lorde”, brincavam amigos chegados como Paulo Francis.¹²³

A estada nos Estados Unidos rendeu uma grande aproximação de Ênio Silveira com a cultura norte-americana. Apesar de o imperialismo norte-americano ser o alvo principal do combate dos comunistas brasileiros, o editor sempre separou a cultura desse país, a qual valorizou, publicando os seus autores e obras, das suas políticas governamentais. As já citadas *Epístolas ao Marechal Castelo Branco*, que publicou em forma de editoriais na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, foram declaradamente inspiradas no livro *The Presidential Papers*, do autor norte-americano Norman Mailer, que reunia um conjunto de cartas endereçadas ao presidente John Kennedy e divulgadas na imprensa. Ênio Silveira leu e traduziu o livro enquanto estava na prisão, em 1965. Pela BUP, também publicou, em 1963, *Contos norte-americanos*, uma antologia com alguns dos nomes mais representativos da literatura norte-americana nos séculos XIX e XX. No prefácio, assim se referiu aos EUA:

o grande país do norte converteu-se também numa presença incômoda no palco internacional, coagindo governos, impondo soluções, espoliando economicamente as nações mais fracas (...) É preciso distinguir, contudo, povo e governo nos EUA. (...) a boa literatura americana, que tantos valores incorporou ao patrimônio cultural da humanidade, é uma síntese das qualidades predominantes e das falhas ou defeitos ocasionais desse povo”.¹²⁴

O retorno dos EUA, em 1948, significou uma guinada na sua trajetória profissional e pessoal. Ênio Silveira optou, definitivamente, pela carreira de editor, abandonando a ideia de se tornar professor ou sociólogo. Como analisa Vieira, a opção pela carreira de editor foi o ponto ótimo que permitiu articular a vida intelectual com os seus interesses materiais mais profanos¹²⁵. Ao relembrar seus primeiros contatos com Monteiro Lobato, quando este lhe narrou suas operações na bolsa norte-americana, admitiu: “no momento, não tenho vergonha de dizer que fiquei inebriado pela facilidade de ganhar dinheiro”.¹²⁶

¹²² FERREIRA, Jerusa, 1992, p. 40.

¹²³ *Apud* VIEIRA, 1998, p. 81.

¹²⁴ SILVEIRA, Ênio. Apresentação. In: IRVING, Washington *et al.* **Contos norte-americanos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular-BUP, 1963, p. 5-6.

¹²⁵ VIEIRA, 1998.

¹²⁶ FERREIRA, Jerusa, 1992, p. 24.

Em 1951, a pedido de Octalles Marcondes Ferreira, Ênio Silveira mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir a responsabilidade da Civilização Brasileira. Octalles viu nele o profissional capaz de reverter a situação da editora, que funcionava como uma espécie de apêndice da CEN, dando-lhe uma linha editorial própria ou decidindo pela incorporação definitiva à pessoa jurídica da CEN.

2.6 A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

A editora Civilização Brasileira foi fundada no Rio de Janeiro, em 1930, por Gustavo Barroso, importante figura do movimento integralista, Getúlio Costa e Ribeiro Couto. Publicava, principalmente, literatura estrangeira diante dos poucos romances nacionais. Entre os autores nacionais, estavam Gustavo Barroso, Hildebrando de Lima, Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima, Nina Rodrigues, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Apesar da tendência conservadora ou mesmo de extrema direita de muitos dos autores nacionais publicados, não era uma editora vinculada à Ação Integralista Brasileira.

Em 1932, foi comprada pela CEN, tornando-se uma subsidiária dessa no Rio de Janeiro. Sem uma linha editorial definida, sua principal publicação era o *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. Até 1950, seu catálogo tinha pouco mais de duas dezenas de livros, número irrisório em comparação com os mais de 400 da CEN.¹²⁷

Ênio Silveira assumiu a responsabilidade pela Civilização Brasileira em 1951. Levou consigo um cabedal profissional formado por seu trabalho na CEN, seu estágio nos EUA e a sua atuação na organização de editores e livreiros, além de sua militância comunista. Isso lhe garantiu uma importante rede de contatos com autores, editores e agentes literários necessária para que começasse a colocar em pé a nova fase da editora.

Américo Freire mostra que Ênio Silveira atuou em três frentes para reverter a situação da Civilização Brasileira e lhe dar uma linha editorial própria. Uma delas foi reunir recursos para comprar cotas da editora até tornar-se o único proprietário em 1963. Dessa forma, teria asas livres para tomar as decisões que lhe conviessem. Outra foi a de adotar medidas para tornar o livro como objeto de consumo popular, o que chocava os editores tradicionais como o próprio Octalles Marcondes Ferreira. Entre essas medidas: a publicação de “brochuras aparadas”, para estimular o hábito de folhear o livro nas livrarias; as “orelhas”, para

¹²⁷ HALLEWELL, 2012, p. 446.

estabelecer o contato do leitor com o conteúdo dos livros; o uso intenso de publicidade; a promoção e entrega de livros por via postal – para que chegassem aos estados menores e cidades do interior – e, finalmente, uma mudança radical na imagem dos livros que ficou a cargo do artista plástico Eugênio Hirsch.¹²⁸

Para Hallewell, essas inovações representaram um rompimento final com os padrões e práticas oriundos da França e a adoção de métodos norte-americanos. Esse padrão se estendeu para toda a indústria editorial, conferindo o aspecto do moderno livro brasileiro.¹²⁹ Devido a elas, Ênio Silveira foi comparado, tanto pelos contemporâneos quanto pela literatura acadêmica, a Monteiro Lobato, de quem, como vimos, o próprio Ênio sempre reconheceu filiação. Segundo levantamento feito por Galúcio, na primeira fase de Ênio Silveira à frente da editora, entre 1951 e 1963, foram publicados um total de 544 títulos, prova do sucesso das novas práticas editoriais implantadas por ele.¹³⁰

A terceira frente apontada por Américo Freire foi a construção de uma nova política editorial e a demarcação do espaço público a ser ocupado pela Civilização Brasileira. Essa política editorial teve quatro eixos: investimentos em novos autores da literatura nacional, ampliação de autores da literatura estrangeira, divulgação de interpretações nacionalistas de esquerda dos problemas brasileiros e divulgação de obras e autores marxistas, buscando uma renovação para além dos manuais soviéticos.¹³¹ Os dois últimos eixos foram aqueles com os quais Ênio Silveira definiu a identidade política da Civilização Brasileira, reunindo a nata da intelectualidade progressista e de esquerda dos anos de 1950 e 1960. Eles estavam diretamente relacionados à militância do editor e são elementos centrais para a compreensão da publicação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, objeto desta tese, na década de 1970.

Assim que assumiu a editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira afirmou nova posição nas relações de sociabilidade editorial. Tornando-se figura dotada de maior poder decisório, abriu canais de veiculação para as novas gerações de literatos brasileiros que estavam à margem das principais casas editoriais da época, como a José Olympio ou a própria CEN. Para isso, criou várias coleções ao longo dos anos de 1950 e 1960 como a *Vera Cruz*, *Panorama do conto Brasileiro*, *Poesia Hoje*, *Teatro Hoje*. Entre os novos autores, estavam

¹²⁸ FREIRE, Américo. O livro como arma branca: ensaio biográfico de Ênio Silveira, In FERREIRA, Jorge; GALONI, Karla. **A República no Brasil** - trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Niterói: EDUFF, 2019, p. 11-16.

¹²⁹ HALLEWELL, 2012, p. 587-588.

¹³⁰ GALUCIO, 2009, p. 127.

¹³¹ FREIRE, 2019, p. 11-16.

Eneida, Fernando Sabino, Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Millôr Fernandes, Geir Campos, Ferreira Gullar, José Condé, Guilherme Figueiredo, Esdras Nascimento, Álvaro Lins, Flávio Rangel, Dalton Trevisan, Moacyr Félix. Félix, como veremos, esteve ao lado de Ênio Silveira na direção de várias coleções da editora Civilização Brasileira, incluindo a própria revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982). Politicamente, esses autores iam do ex-integralista e conservador Adonias Filho ao comunista Dias Gomes, passando pelo liberal-progressista Carlos Heitor Cony. Como resultado, a Civilização Brasileira se tornou o canal mais importante para a literatura moderna brasileira nos anos de 1960.¹³² Além disso, esse ecumenismo editorial foi uma das principais estratégias político-editoriais de Ênio Silveira conforme discutirei adiante.

Ênio Silveira também investiu na publicação de autores da literatura internacional, sobretudo europeia, norte-americana e latino-americana. Traduziu e publicou autores como Ernest Hemingway, Scott Fitzgerald, William Faulkner, Aldous Huxley, George Orwell, Jean Paul Sartre, Franz Kafka, Bertold Brecht, Alejo Carpentier, Júlio Cortázar, Ernesto Sábato entre muitos outros. Também publicou *bestsellers* para fazer caixa e manter a saúde financeira da editora. Caso do livro *Advogado do Diabo*, de Morris West, publicado em 1964, que vendeu 250 mil exemplares, ou da série de espionagem britânica *007*, lançada em 1965.¹³³

Em 1959, rompendo com os padrões conservadores da sociedade e do próprio PCB, publicou *Lolita*, de Vladimir Nabokov, e cobrou explicações da imprensa pecebista acerca do silêncio sobre o livro.¹³⁴

O investimento na literatura e em obras consagradas no circuito internacional fez Renato Vieira ressaltar a complexidade da inserção cultural e política de Ênio Silveira para além do que se pode entender por um intelectual orgânico.¹³⁵ Isso, no entanto, não retira o engajamento como elemento central a partir do qual podemos compreender as suas práticas editoriais, conforme defende o próprio Vieira. Editar a literatura internacional fez parte da batalha de Ênio Silveira para a transformação do homem e da sociedade. Além disso, essas edições não se chocavam com a sua militância comunista, como parece defender Vieira. Conforme mostra o trabalho de Marcos Napolitano, a própria ideia comunista de uma cultura

¹³² HALLEWELL, 2012, p. 454.

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ DENÚNCIA de Ênio Silveira. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 8-14 dez. 1961, p.5.

¹³⁵ VIEIRA, 1998.

nacional e popular envolvia a ação do intelectual engajado na mediação entre o regional e o cosmopolita.¹³⁶

Ênio Silveira fez da Civilização Brasileira uma editora de catálogo amplo, não restrito a publicações de esquerda. Seu catálogo abrangia as mais variadas áreas: história, ciências sociais, economia, artes, ciências, ficção, esoterismo, sexualidade.¹³⁷ No entanto, foi como uma editora de esquerda, engajada nos projetos nacionalistas da revolução brasileira, que a Civilização Brasileira de Ênio Silveira ganhou identidade política, marcou sua posição na esfera pública e também na literatura acadêmica. Isso porque, a partir do final da década de 1950 e início dos anos de 1960, empenhou-se em fazer da Civilização Brasileira um centro de produção do pensamento social brasileiro e dos debates políticos contemporâneos dentro de uma linha ideológica nacionalista de esquerda que contemplava o marxismo, mas não se restringia a ele.

No campo marxista, iniciou o que ele chamou de “arejamento do marxismo”, publicando autores próximos ou não do socialismo soviético. Para auxiliá-lo nessa empreitada, no início dos anos de 1960, levou para a editora os jovens filósofos Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, além de Luiz Mario Gazzaneo, todos eles militantes do PCB. O primeiro foi responsável por fazer as primeiras traduções das obras de György Lukács no Brasil, e os dois últimos, pela tradução das obras de Antônio Gramsci. No caso de Gazzaneo, como visto anteriormente, ele foi responsável, também, pela tradução dos livros de Palmiro Togliatti. Ênio Silveira dirigiu pessoalmente esse processo e, no caso de Gramsci, iniciou, em 1962, as primeiras trocas de cartas com Franco Ferri, membro da direção do PCI e secretário geral do instituto Gramsci, para que as traduções brasileiras de *Cadernos do Cárcere* pudessem ser feitas.¹³⁸

Ênio Silveira publicou diversos intelectuais próximos ou não do socialismo soviético e também muitos autores do chamado marxismo acadêmico, a exemplo de Adam Shaff, Eric Hobsbawn, Louis Althusser. Com Roger Garaudy, defensor de um socialismo humanista, iniciou, em 1965, a coleção *Perspectivas do Homem*, que recebeu o mesmo título da obra de

¹³⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, USP, 2017.

¹³⁷ HALLEWELL, 2012.

¹³⁸ Agradeço à Marcella Ferri e ao Eduardo Maldonado, que, com generosidade, me cederam as cartas trocadas entre Ênio Silveira e Franco Ferri, e entre Leandro Konder e Gyorgy Lulácks.

Garaudy e foi dirigida por Moacyr Félix. Esse processo foi continuado ao longo de toda a sua trajetória e fez o editor entrar, muitas vezes, em atrito com o próprio partido, especialmente quando publicou autores críticos ao modelo soviético e, sobretudo, autores trotskistas, como Isaac Deutscher, do qual publicou os três volumes da biografia de Trotsky, em 1968, além do livro *Stalin, a história de uma tirania*, em 1970. Nesses momentos, lembrou que os “superortodoxos” do partido o chamavam a dar satisfações, ao que ele respondia: “(...) no que estou fazendo presto, ao contrário do que vocês estão pensando, um enorme serviço ao partido”.¹³⁹ Sobre o tema, o pecebista Ivan Alves Filho, filho do então dirigente do partido Ivan Alves, relembra:

Além da influência exercida por meu pai sobre mim, devo boa parte da minha formação a uma Universidade muito singular que aqueles da minha geração tiveram a alegria de ter: as publicações da editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira. Foi por intermédio da Civilização Brasileira que tomei contato com o que o Brasil tinha de melhor em matéria de produção intelectual. E não somente no Brasil: Ênio Silveira colocou a intelectualidade do país em ligação com o que existia de mais significativo no panorama internacional, a começar pelas ideias de Jean-Paul Sartre, Roger Garaudy, Palmiro Togliatti e Antonio Gramsci. Aqui, cumpriria um papel fundamental, até mesmo pioneiro, o jornalista Luiz Mário Gazzaneo, [...] tradutor de *O caminho italiano para o socialismo*, de Togliatti, e *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, de Gramsci.¹⁴⁰

Esses esforços de renovação do marxismo, iniciados nos anos de 1960, embasaram o argumento da literatura acadêmica acerca da independência e autonomia editorial de Ênio Silveira perante o PCB e de sua posição de intelectual livre. Conforme ele afirmou em diversos momentos da vida, “ele era comunista, a editora não”. No entanto, como procuro mostrar ao longo da tese, essa autonomia não impediu Ênio Silveira de se alinhar às resoluções do partido ou se comportar como intelectual pecebista em suas práticas editoriais. A forma como a sua relação com o PCB apareceu nessas práticas ocorreu de diferentes modos ao longo de sua trajetória, com períodos de maior ou de menor afinamento às diretrizes do partido. A própria Andrea Galúcio identifica uma militância pecebista do editor a partir de 1978.¹⁴¹

No entanto, compartilho de Renato Vieira a tese de que foi o nacionalismo e não o marxismo o elemento estruturante da Civilização Brasileira no final dos anos de 1950 e início

¹³⁹ FERREIRA, 1992, p. 60-62.

¹⁴⁰ Depoimento de Ivan Alves Filho à autora. Tiradentes, 2021.

¹⁴¹ GALÚCIO, 2009, p. 203-222.

de 1960.¹⁴² Como vimos, o engajamento nacionalista e a militância comunista de Ênio Silveira eram anteriores à sua chegada ao Rio de Janeiro, nos anos de 1950. Como aponta Vieira, enquanto atuava na Editora Nacional esse engajamento o estigmatizava. Na Civilização Brasileira, ao contrário, soube fazer desse engajamento um capital inicial com o qual formou um plantel de autores em sua maior parte vinculados ao nacionalismo e comprometidos com projetos de transformação social em um sentido igualitário.¹⁴³

Vale destacar que, a partir de 1958, por intermédio de Roland Corbisier¹⁴⁴, Ênio Silveira estreitou relações pessoais e institucionais com os intelectuais do ISEB, um dos mais importantes centros de produção da ideologia nacional-desenvolvimentista, e também com os petebistas, que atuavam em aliança com o PCB na defesa de projetos nacionalistas e reformistas.

A criação de coleções foi o principal instrumento de Ênio Silveira para reunir esses intelectuais em torno de projetos políticos e intelectuais que tiveram na ideia da revolução brasileira, moldada ao gosto de cada grupo político e corrente ideológica, o seu principal objetivo. As coleções *Retratos do Brasil* e *Cadernos do Povo Brasileiro* são dos melhores exemplos dessa atuação de Ênio, como intelectual mediador, no início dos anos de 1960.

2.6.2 Retratos do Brasil e o engajamento da Civilização Brasileira

Em 1957, Ênio Silveira idealizou a coleção *Retratos do Brasil* e chamou o poeta Paulo Mendes Campos para dirigi-la. A coleção foi apresentada ao público como uma “brasileiana viva e atual”. Os livros que a compuseram trataram dos problemas da atualidade no país e, conforme Vieira, pretenderam romper os esquemas interpretativos de tendência conservadora da realidade brasileira presente nas coleções brasileiras das décadas de 1930, 1940 e 1950.¹⁴⁵ A meu ver, a coleção foi além. Com *Retratos do Brasil*, antes mesmo de *Cadernos do Povo*, Ênio iniciou a série de coleções engajadas na consolidação da hegemonia das versões de esquerda do nacionalismo no campo intelectual e político na década de 1960.

Para 1957, foram projetados os lançamentos de *O caminho de Lampião*, de Joel Silveira; *Petróleo*, de Plínio Castenhedo; *A mudança da Capital*, de Raimundo Magalhaes

¹⁴² VIEIRA, 1998.

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ Segundo Czajka, a partir de 1958, por Intermédio de Corbisier, Ênio passou a ser o distribuidor, pela CEN, dos livros do ISEB. CZAJKA, 2009, p. 114.

¹⁴⁵ VIEIRA, 1998, p. 141-143. Vale destacar que até o momento não há um estudo específico sobre a coleção *Retratos do Brasil*.

Jr.¹⁴⁶ No entanto, a coleção só saiu em 1960 e teve como primeiro título *Radiografia de Novembro*, de Bento Munhoz, que tratava da tentativa de golpe, em 1954, para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Para exemplificar o teor da coleção, em 1963 foram lançados: *Política Externa Independente* de San Thiago Dantas; *Inflação e Monopólio no Brasil*, de Alberto Passos Guimarães; *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, de Octávio Ianni, *Jagunços e Heróis*, de Walfrido Moraes, *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré; *Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista*, de F. Magalhães Martins, *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó; *Revisão crítica do cinema brasileiro*, de Glauber Rocha.

Conforme destaca Américo Freire, a coleção foi um importante canal de divulgação das proposições nacionalistas e marxistas que mantinham um franco e difícil diálogo em torno de um projeto de desenvolvimento do país.¹⁴⁷ De fato, ao analisarmos os autores e títulos que a compuseram vemos que o nacionalismo nas diferentes feições dadas por isebianos, pecebistas e trabalhistas pautou a coleção. Apesar de suas diferenças acerca do conteúdo e das estratégias da revolução brasileira, o ponto em comum era a defesa de um nacionalismo de viés anti-imperialista, onde desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional seriam três aspectos do mesmo processo de libertação¹⁴⁸ ou, em outros termos, da revolução brasileira, fosse ela nacional-democrática ou socialista.

Para exemplificar essa afinidade, em 1963, na orelha do livro *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, o diretor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, escreveu:

Nele [no livro] encontram-se páginas que figuram entre os documentos mais importantes de que dispõe o nosso país para compreender a *fase revolucionária que está vivendo as diversas etapas em que ela se desdobra*; são páginas que contribuem para fundamentar as tarefas que se impõem nesse momento ao nosso povo e que *as massas trabalhadoras e a intelectualidade* precisam saber como levar a termo, a fim de atingir a plena *libertação cultural e econômica* de nossa Pátria [grifos meus].¹⁴⁹

No ano de 1963, as proposições do ISEB aproximavam-se, em muitos aspectos, das do PCB. O ISEB caminhava de um projeto nacional-desenvolvimentista a ser encampado pela

¹⁴⁶ JARDIM, Luís. Autores e Fábulas. Editora Civilização Brasileira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1957, p. 2.

¹⁴⁷ FREIRE, 2019, p. 15-16.

¹⁴⁸ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁴⁹ VIEIRA PINTO, Álvaro. Orelha. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. (*Retratos do Brasil*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963

burguesia nacional para discutir um projeto nacionalista com vistas à revolução brasileira de cunho socialista, onde as classes trabalhadoras teriam papel fundamental.¹⁵⁰

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também se engajou no projeto de uma revolução brasileira democrática-nacional e esteve bastante representado na coleção *Retratos do Brasil*. Foi o caso de *Problemas do desenvolvimento econômico*, do deputado federal trabalhista e membro da Frente Parlamentar Nacionalista Sergio Magalhães. Seu lançamento, em 1960, tornou-se um ato político nacionalista. Reuniu mais de 700 pessoas entre políticos, intelectuais, estudantes, militares que apoiavam a candidatura de Sergio Magalhaes ao governo da Guanabara.¹⁵¹

A orelha escrita por Ênio Silveira ao livro *Retrato sem retoque*, da jornalista do *Última Hora* e então deputada pelo PTB Adalgisa Nery, dá bem a dimensão do engajamento da coleção nas versões do nacionalismo anti-imperialista:

Concorde-se ou não com a essência política desses artigos, duas constatações podem ser feitas:1) a de que essa admirável lutadora não arreda um milímetro de sua trincheira, caindo sempre (...) sobre os inimigos do povo, os negociastas, os vendilhões da Nação, os agentes de interesses estrangeiros (...) todos nós, brasileiros que não querem ver seu País transformado em quintal do imperialismo ou no cocho em que alguns porcos- já passados da hora da faca- comem insaciavelmente a comida sonogada à maioria do povo (...).¹⁵²

Vale destacar que houve um grande esforço, sobretudo por meio de Roland Corbisier e de Leonel Brizola, para filiar Ênio Silveira ao PTB.¹⁵³ Embora a filiação não tenha se concretizado, o fato mostra a proximidade entre comunistas, trabalhistas e isebianos naquela conjuntura política do país, a começar pela defesa do programa de reformas de base, plataforma de ambos os partidos e assumido também pelo chamado “último ISEB”.¹⁵⁴

¹⁵⁰ LOVATTO, Angélica. ISEB: Do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. In: **Revista Princípios**, n. 162, jul.-out. 2021. Ver também PÉCAUT, 1990.

¹⁵¹ SÉRGIO Magalhães em noite de autógrafos. **Última Hora**, Rio de Janeiro. 3 out. 1960, p. 4.; INTELECTUAIS em massa apoiam a candidatura de Sergio Magalhaes. **Última Hora**. Rio de Janeiro. 29 set. 1960, p. 3.

¹⁵² SILVEIRA, Ênio. Orelha. In: NERY, Adalgisa. **Retrato sem retoque** (Coleção Retratos do Brasil, vol.18). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1963.

¹⁵³ Essas tentativas de levar Ênio ao PTB podem ser acompanhadas nos periódicos da época. Cf. EDITOR no PTB. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 dez. 1960, p. 5.

¹⁵⁴ Segundo Angélica Lovato, os nove anos de existência do ISEB podem ser divididos em três fases. A primeira, de 1955 a 1958, sob orientação de Hélio Jaguaribe, foi marcada pelo ecletismo ideológico e político. Na segunda fase, de 1959 a 1962, sob a direção de Roland Corbisier, predominaram as teses nacional-desenvolvimentistas. A terceira e última fase, de 1962 a 1964, sob a direção de Álvaro Vieira Pinto, foi caracterizada pelo engajamento

Ênio Silveira participou com afinco desse processo como prova a linha ecumênica que estabeleceu para a coleção. Em *Retratos do Brasil*, publicaram autores de diferentes filiações políticas ou ideológicas, desde San Thiago Dantas, líder trabalhista e então ministro da Fazenda de João Goulart; passando por Octávio Ianni, representante da sociologia paulista, até intelectuais comunistas como Nelson Werneck Sodré ou Alberto Passos Guimarães.

A construção de uma linha editorial ecumênica de esquerda tem sido apontada pela literatura para mostrar a independência de Ênio Silveira como intelectual e editor perante o PCB. Para autores como Renato Vieira, Rodrigo Czajka, Andrea Galúcio, Américo Freire, Sérgio Silva, Laurence Hallewell, Ênio procurou manter a independência da editora perante o partido a fim de criar um espaço intelectual de discussão com liberdade de criação, inclusive de crítica às diretivas do próprio PCB.¹⁵⁵ O fator mercadológico também é apontado por Czajka. Para ele, o ecumenismo possibilitou a editora atrair uma gama de autores e um público leitor que não queria se vincular partidariamente e buscava “interpretações independentes” da realidade brasileira.¹⁵⁶

Sem desconsiderar esses fatores, procuro matizar essa interpretação e mostrar, ao longo deste capítulo, que a linha ecumênica construída por Ênio expressava também as teses do PCB. Defendo que ela reforçava a estratégia, privilegiada pelo partido, de união nacional ou frente ampla nacionalista. Forjada durante a Segunda Guerra para combater o nazifascismo, a proposta de uma “união nacional”, por meio da formação de amplas alianças políticas, foi defendida, em 1943, na II Conferência Nacional do PCB, a chamada “Conferência da Mantiqueira”, como a mais adequada para favorecer o avanço das lutas sociais, do pensamento progressista e da organização das esquerdas, especialmente do Partido Comunista. Ela predominou nos seus documentos e resoluções oficiais desde os anos de 1940, com breves períodos de exceção, como entre 1947 e a primeira metade da década de 1950. Nesse período, o PCB reagiu à ilegalidade imposta pela Procuradoria da República, durante o governo Dutra, com uma retórica revolucionária bastante dura ao regime de então, a exemplo do manifesto de agosto de 1950.¹⁵⁷

na luta pelas reformas de base. LOVATTO, Angélica. ISEB: Do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. **Revista Princípios**, n. 162, jul.-out. 2021.

¹⁵⁵ VIEIRA, 1998; CZAJKA, 2009, 2012, 2020; GALÚCIO, 2009; FREIRE, 2019; SILVA, Sérgio, 2020; HALLEWELL, 2012.

¹⁵⁶ CZAJKA, R. A batalha das ideias: resistência cultural e mercado editorial brasileiro na década de 1960. In: SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (org.). **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012, v. 1, p. 209-240.

¹⁵⁷ REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil, entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**, Campinas, Editora

A estratégia da frente ampla nacionalista foi consolidada pela famosa Declaração de Março de 1958. Essa declaração propôs o caminho pacífico, legal e processual para a revolução brasileira, por meio de amplas alianças políticas, que comportavam os setores nacionalistas da burguesia, e de um reformismo progressista. A luta de classe contra classe cedeu lugar à frente única nacionalista. Essa estratégia foi atualizada em diversas resoluções do PCB, nos anos de 1960 e 1970, e pautou as ações do partido até o seu esgotamento como agremiação em 1992. O que não quer dizer que tenha sido executada de forma linear, homogênea e sem conflitos internos. Ao contrário, conviveu com setores dentro do partido que apostavam na ideia de que era possível “acelerar o processo em curso rumo à meta histórica”, ou seja, a ideia da tomada do poder, da revolução *stritu senso*.¹⁵⁸ A prova dessa tensa convivência é que a Declaração de Março de 1958 foi aprovada com a diferença de apenas um voto.¹⁵⁹ A meu ver, por meio do ecumenismo editorial de esquerda, Ênio Silveira reforçava a estratégia de frente única nacionalista e dava expressão à sua própria militância comunista, posicionando-se nos debates internos do partido.

Procurei mostrar que, com *Retratos do Brasil*, Ênio Silveira iniciou a série de coleções explicitamente engajadas na conquista da hegemonia pelas correntes de esquerda do nacionalismo. Mas foi com *Cadernos do Povo Brasileiro* que ele aumentou essa aposta. Mais do que isso, a meu ver, *Cadernos do Povo Brasileiro* significou uma nova etapa da sua militância, agora configurado em uma “ida ao povo” dos intelectuais brasileiros.

2.6.3 Cadernos do Povo Brasileiro

No início da década de 1960, o engajamento de Ênio Silveira intensificou-se por meio de sua atuação editorial. Como editor e militante pecebista, acompanhou e incentivou a radicalização dos diversos grupos de esquerda, estimulada pelo processo das reformas de base, encampadas pelo próprio presidente da República João Goulart. Como visto, naquele momento, a defesa de um projeto nacionalista de revolução brasileira passou a significar não apenas desenvolvimento econômico e resistência ao imperialismo, mas, também, a *ativação*

Unicamp, 2007, p. 74. Quanto ao Manifesto de Agosto de 1950, a literatura aponta que, na prática, desde o início dos anos de 1950, os militantes começaram a ignorar as orientações políticas radicais e compor alianças com os trabalhistas e outras forças progressistas, especialmente nos meios sindicais.

¹⁵⁸ PANDOLFI, 1995; SANTOS; SEGATTO, 2014. Especificamente para a atuação dos pecebistas durante o governo de João Goulart, Cf. FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, 2013, p. 113-134.

¹⁵⁹ PANDOLFI, 1995, p. 183.

política das classes trabalhadoras, perspectiva que foi defendida por partidos e organizações políticas como o PCB, o PTB, a Ação Popular (AP), por centros de produção intelectual como o ISEB ou o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, por centrais sindicais como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), por organizações subalternas das forças armadas, como a dos sargentos, por organizações camponesas, como as Ligas Camponesas.¹⁶⁰

O campo intelectual acompanhou esse processo. Conforme mostra o trabalho de Daniel Pécaut, os intelectuais deixaram de se autorrepresentar como intérpretes da nação e passaram a se conceber como agentes conscientizadores do povo e da sua tarefa de emancipar a nação.¹⁶¹ Ênio Silveira não apenas acompanhou, mas foi um dos maiores incentivadores do processo de ida ao povo dos intelectuais por meio da criação de *Caderno do Povo Brasileiro*, em 1962. A coleção foi feita em parceria com o ISEB e com o CPC da UNE. Este buscava promover uma aliança estética e política entre estudantes e as classes populares. Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto ficaram à frente da coleção que teve, a meu ver, uma forte dimensão pedagógica e criou, ponto que interessa aqui, uma nova modalidade do engajamento editorial de Ênio. Tratava-se, então, de mobilizar o povo para a ação.

Cadernos foi composta por uma série de 28 livros de bolso que, sem perder a qualidade teórica, foram escritos em linguagem acessível. O público-alvo era a população em geral, especialmente as classes populares e os estudantes. Diferente de *Retratos do Brasil*, as temáticas em *Cadernos* eram coordenadas entre si, o que reforçava a dimensão pedagógica da coleção, e estavam diretamente relacionadas aos debates em torno das propostas de reformas de base do governo João Goulart.

Na contracapa dos livros, Ênio Silveira deixava claro a ideia de que a coleção deveria ser um instrumento de elevação da consciência popular entendida, naquele contexto, como a autoapropriação pelo povo do seu destino revolucionário. Nos dois primeiros volumes, escreveu: “Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se. Leia-os, comente-os, divulgue-os”.

A noção de povo e a forma como deveria realizar a revolução brasileira recebeu diferentes configurações conforme os autores. No entanto, segundo Angélica Lovatto, autora do principal trabalho sobre a coleção, a noção que prevaleceu foi a de Nelson Werneck Sodré,

¹⁶⁰ Sobre a atuação das esquerdas durante o governo de João Goulart, Cf. FERREIRA, Jorge. **João Goulart**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 278-465.

¹⁶¹ PÉCAUT, 1990, p. 97-189.

autor de *Quem é o povo no Brasil?*.¹⁶² Para Sodré, povo era quem, nos diferentes momentos da história brasileira, realizou uma tarefa progressista ou revolucionária: “povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.¹⁶³ Com essa caracterização, Sodré dava continuidade à estratégia etapista e aliancista da revolução brasileira pecebista feita por meio da aliança do proletariado com a burguesia nacionalista.

Mesmo assim, conforme Lovatto, em diversos momentos, foi explicitado que o povo era concretamente uma classe determinada: o proletariado.¹⁶⁴ Se, na sua primeira fase, o ISEB pretendia instrumentalizar a burguesia em um projeto nacional-desenvolvimentista, em *Cadernos*, registra a autora, os autores isebianos, como Álvaro Vieira Pinto, lançaram uma proposta mais declaradamente mobilizadora das classes trabalhadoras, inclusive com potencial revolucionário ausente na fase anterior do ponto de vista dessas classes.¹⁶⁵ Esse foi o tom do livro *Por que os ricos não fazem greve?*, de Álvaro Vieira Pinto, por sinal foi o volume mais vendido de cadernos, com edições consecutivas que chegaram a 100 mil exemplares.

O caráter popular e mobilizador de *Cadernos do Povo* pode ser visto, ainda, na linguagem, no formato de bolso, feito para passar de mão em mão, nas enormes tiragens – cada volume tinha tiragem inicial de 20 mil exemplares –, no encadeamento temático, nos títulos feitos em forma de questionamento e no esquema da sua divulgação. Este foi impulsionada pelo CPC que, por meio da UNE-Volante, lia e discutia os temas de *Cadernos*, muitas vezes de forma teatralizada ou musicalizada, para grandes plateias de estudantes, trabalhadores, camponeses. Devido a isso, o próprio CPC organizou um segundo formato para a coleção chamado de *Violão de Rua-Poemas para a Liberdade*, composto por três volumes, dirigido por Moacyr Félix, que seguia a linha editorial de *Cadernos* e a proposta do CPC de fazer “arte na rua”.

Segundo Angélica Lovatto, a busca das condições para a construção de um projeto para a revolução brasileira foi questão central na coleção, a exemplo de títulos como: Quem

¹⁶² LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁶³ *Apud* LOVATTO, 2010, p. 115.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p.79.

¹⁶⁵ LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p.79-80.

pode fazer a revolução no Brasil?, de Bolívar Costa (1962); Que é a revolução brasileira?, de Franklin de Oliveira (1963); Quem é o povo no Brasil? de Nelson Werneck Sodré (1962); Como seria o Brasil socialista? de Nestor de Holanda (1963). O debate “reforma ou revolução?” dava o tom da discussão.¹⁶⁶

Lovatto mostra que prevaleceu a defesa da estratégia etapista, ou seja, a ideia da revolução democrática burguesa e da tática do caminho pacífico. Mesmo quando os autores imprimiram um caráter socialista à luta democrática pelas reformas de base foi apenas no sentido de apontá-lo como uma etapa posterior, a ser realizada depois que a burguesia cumprisse suas tarefas políticas (liberdades democráticas) e econômicas (independência e soberania nacionais). Essa posição coincidia e era, ao mesmo tempo, a expressão das forças que hegemonizaram o debate político na época: o PCB e o trabalhismo de esquerda, esse sem uma concepção estratégica de superação do capitalismo, e também da Ação Popular.¹⁶⁷ Revela, também, o engajamento de Ênio Silveira nessa versão da revolução brasileira. Afinal, era ele o diretor da coleção.

Cabe aqui uma ressalva. O trabalho de Jorge Ferreira mostra que não houve uma posição única dos pecebistas ao longo do governo João Goulart (1961-1964). Dirigentes e militância atuaram com diferentes estratégias e assumiram posições distintas. A título de exemplo, em janeiro de 1964, o dirigente Giocondo Dias criticava os pecebistas que insistiam em contrapor as reformas à revolução, quer para considerá-las um fim em si, quer para negar-lhes qualquer papel no processo revolucionário. No entanto, a despeito das críticas do dirigente, em nenhum momento, a via pacífica ao socialismo adotada pelo partido excluiu a opção pela explosão revolucionária. Durante o governo Goulart, o partido oscilou de uma posição crítica que exigia um governo exclusivo das esquerdas até o apoio a Goulart quando este se aliou às esquerdas em fins de 1963.¹⁶⁸

Cadernos configurou uma nova modalidade de engajamento de Ênio Silveira quando foi um dos principais incentivadores do processo de ida ao povo dos intelectuais, que se autorrepresentavam como intérpretes e guias do povo, no agitado começo da década de 1960. Na década de 1970, como será discutido nos capítulos 4 e 5, essa modalidade sofreu uma crítica feroz da então chamada “nova esquerda”.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 109-164.

¹⁶⁷ LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 355.

¹⁶⁸ FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, 2013, p. 113-134.

A coleção *Cadernos do Povo* teve suas edições arbitrariamente apreendidas em São Paulo, em 1962, a mando do Secretário de Segurança Pública, Aldevio Lemos. Ênio solicitou à Câmara Brasileira do Livro, da qual era membro fundador, que se posicionasse contra a medida. Em votação interna, foi derrotado, o que levou à sua demissão e também à saída de Mario da Silva Brito em solidariedade¹⁶⁹. O editor também foi alvo da campanha conservadora promovida pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Como parte dessa campanha, Segadas Vianna, ex-chefe de polícia do governo de Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara, foi ao programa de TV “Noite de Gala” acusar Ênio de intermediar a ida de militares para treinamento de guerrilha em Cuba.¹⁷⁰ Esses fatos revelam o clima de radicalização política do período e mostram que os vínculos entre os intelectuais e o povo e o engajamento da Civilização Brasileira na efetivação da revolução brasileira não eram tolerados pelos setores conservadores.

2.7 O COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS

Em 1963, Ênio Silveira foi um dos principais articuladores, tornando-se presidente, do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). O objetivo era organizar os intelectuais por meio de uma associação para que tivessem um meio de defender as reivindicações específicas do setor cultural e, principalmente, integrar os artistas e intelectuais na frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares em prol das reformas. A Civilização Brasileira foi transformada no quartel-general da entidade. Quase 400 intelectuais e artistas assinaram a lista de adesão ao CTI.¹⁷¹

Apesar de não ser uma organização do PCB, o peso dos intelectuais comunistas pode ser percebido pelos nomes que compuseram a sua direção. Além de Ênio Silveira, presidente, e Moacyr Félix, vice-presidente, integraram a comissão diretora do CTI: Alex Vianny, Dias Gomes, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer, Osny Duarte Pereira, Jorge Amado, Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Vieira Pinto. Desses nomes, apenas os três últimos não pertenciam ao partido. A entidade foi fundada nos seguintes pressupostos:

¹⁶⁹ CAMPOS, Geir. A Câmara do livro acomodou-se. **Última Hora**. Rio de Janeiro: 12 dez. 1963, p. 3.

¹⁷⁰ A campanha contra Ênio pode ser acompanhada pela imprensa do período. Cf. MAURO, José. Sanções econômicas contra a editora. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 6 out. 1962, p. 3; FRANCIS, Paulo. Show Business. Segadas e Homero. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 25 set. 1962, p.10.

¹⁷¹ Para a lista completa dos signatários, Cf. CONY, Carlos Heitor. **O Ato e o Fato**. Crônicas Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 6-8.

Considerando que a situação política do país impõe a necessidade cada vez maior da *coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas*; Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos e a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; (...), declara-se fundado o CTI.
172

Sob o comando de Ênio Silveira, a associação se integrou à Frente de Mobilização Popular, então liderada por Brizola, que pressionava o Congresso Nacional e o próprio presidente João Goulart a implantar as reformas¹⁷³. Conforme registrou Moacyr Félix, “produzimos um sem-número de manifestos a favor das reformas e de mudanças sociais. Procurávamos manter o equilíbrio, mas, se necessário, metíamos o pau no Jango quando ele conciliava”.¹⁷⁴

Diversas reuniões da FMP foram realizadas na casa do Ênio Silveira. Em uma delas, em 14 de dezembro de 1963, foi decidido que a FMP optaria “pelo razoável e pelo possível”.¹⁷⁵ Nela, estiveram, entre outros, os deputados Leonel Brizola, Neiva Moreira, Marques da Costa Santos, Sérgio Magalhães, Almino Afonso, Osvaldo Pereira, Osvaldo Pacheco, Dias Gomes, Alex Viany, Melo Bastos. Os presentes lançaram três manifestos: um sobre o caso da revolta dos sargentos, outro sobre as ameaças a Cuba e o terceiro examinando aspectos da vida nacional.¹⁷⁶ O CTI também esteve presente no Comício da Central do Brasil, realizado em março de 1964, para dar impulso à ofensiva governamental em prol das reformas.

Vale destacar que, desde o início do governo de João Goulart, a militância política de Ênio Silveira ia de vento em popa. Ele protagonizou a organização de manifesto dos intelectuais pela posse de João Goulart, em 1961¹⁷⁷; organizou diversos manifestos pela Autodeterminação dos Povos e contra o bloqueio norte-americano a Cuba.¹⁷⁸ Em 1962, seu

¹⁷² *Apud* CONY, 1964, p. 6-8.

¹⁷³ Como exemplo da participação de Ênio, em nome do CTI, nas reuniões da FMP, Cf. ESQUERDAS exigem um novo ministério e culpam Goulart por fome e miséria. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro. 1º caderno, 17 de dez. de 1963, p. 3.

¹⁷⁴ *Apud* FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 373.

¹⁷⁵ TAVARES, Flávio. Informa de Brasília. Balanço na esquerda. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1963, p.4. Ver também: Esquerdas querem homens de seus quadros no ministério. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1963, p. 2; Esquerda: união para ascensão ao poder. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1963, p.3.

¹⁷⁶ MAURO, José. Na hora H. Umas e Outras. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1963, p.3.

¹⁷⁷ INTELECTUAIS condenam atentado à Constituição. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p.5; MAURO, José. Intelectuais e o golpe. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 15 set. 1961, p.10.

¹⁷⁸ AO POVO brasileiro. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 3 out. 1962, p.2.

nome integrou a delegação brasileira ao Congresso Mundial pelo desarmamento, em Moscou, que configurava parte das “Campanhas pela Paz”, promovidas pelos comunistas.¹⁷⁹ Pronunciou conferências no ISEB para estudantes e para organizações nacionalistas, como o Movimento Nacionalista Feminino.¹⁸⁰ Por todas essas atividades e por sua projeção de proa, Ênio era investigado pela polícia política antes mesmo do golpe efetivado em 1964, o que também ajuda a explicar a forte perseguição que o editor sofreu ao longo do regime militar.

2.8 O GOLPE DE 1964 E AS PERSEGUIÇÕES

Na tarde de 31 de março de 1964, à medida que os rumores sobre o golpe se espalhavam pelo Rio de Janeiro, houve uma concentração espontânea na UNE. Ênio Silveira, Nelson Werneck Sodré, Alex Viany e Moacyr Félix se juntaram à concentração em nome do CTI. Eduardo Escorel relata que Ênio subiu a um palco improvisado e, falando em nome do CTI, anunciou a prisão do marechal Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas.¹⁸¹ O episódio é prenhe de significados. Revela a confiança no chamado “dispositivo militar” do governo Goulart e o clima de euforia e confiança do conjunto das esquerdas no seu poder de transformação e mobilização durante esse período.¹⁸²

No dia 1º de abril de 1964, no entanto, a percepção da realidade se modificou. Ênio discursava na Rádio Nacional acompanhado do mesmo grupo do dia anterior. Ao se darem conta de que a polícia invadia o prédio para prendê-los, fugiram pelos fundos e se abrigaram na embaixada da Iugoslávia.¹⁸³ A primeira prisão de Ênio ocorreria menos de dois meses depois, em 26 de maio de 1964. O motivo alegado: investigar a origem dos seus bens.

Marcos Napolitano divide em três os momentos repressivos à área cultural durante a ditadura militar. No primeiro, entre 1964 e 1968, o objetivo principal foi dissolver as conexões entre a cultura de esquerda e as classes populares.¹⁸⁴ Essa estratégia foi manifestada no fechamento do CPC, do ISEB, dos movimentos de alfabetização de base e, acrescento, na

¹⁷⁹ MAURO, José. Na hora H. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1962. p.3.

¹⁸⁰ A título de exemplo dessa atuação, Cf. CAMPOS, Geir. A mulher em debate. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 set. 1963, p.3.

¹⁸¹ ESCOREL, Eduardo. Celebrando o legado de Leo Hirszman. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Caderno 2, 16 set. 2007, p. D6.

¹⁸² Cf. FERREIRA, Jorge, 2011, cap. 8-10.

¹⁸³ SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da Cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964. Visões Críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora Unicamp, 1997, p. 153.

¹⁸⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 100.

proibição da publicação de *Cadernos do Povo*, que colocou um fim definitivo à modalidade de ida ao povo dos intelectuais ensaiada por Ênio Silveira, entre 1962 e 1964.

Nessa fase, o controle e a perseguição à atividade intelectual escrita foram feitos, principalmente, via Inquéritos Policiais Militares (IPM) e processos judiciais. Todos os intelectuais críticos foram transformados em potenciais subversivos e inimigos da pátria. Ênio foi indiciado em quatro IPMs: IPM da editora Civilização Brasileira, IPM do ISEB, IPM do PCB, IPM da Imprensa Comunista. As acusações contra ele variavam: enriquecimento ilícito, vínculo com o governo deposto, participação no CTI, publicação de livros subversivos, envolvimento com o comunismo internacional, autor de críticas desestabilizadoras às autoridades constituintes, delito de opinião. O anticomunismo dava o tom da leitura enviesada que pautava esses inquéritos.¹⁸⁵ No processo pela publicação do jornal *Reunião*, Ênio foi descrito como “intelectual comunista que se tem distinguido pela cooperação ativa em favor do desenvolvimento comunista”.¹⁸⁶

Ao longo da montagem dos IPMs, eram utilizadas detenções para tomada de depoimento, buscas e apreensões como estratégias de intimidação.¹⁸⁷ Como aponta Napolitano, embora os resultados dos IPMs tenham sido limitados em termos de condenação efetiva, eles causaram bastante insegurança nos intelectuais. Era preciso “destruir certa elite, menos pela eliminação física dos seus membros e mais pela morte civil e pelo isolamento político”.¹⁸⁸

Os livros que publicou, a militância comunista, a inserção de destaque nos círculos intelectuais e políticos, as atividades de resistência cultural que liderou após 1964 fizeram com que Ênio fosse considerado, nos dizeres de Américo Freire, um inimigo fígadal do novo regime, ou seja, aquele por quem se nutre hostilidade aberta e profunda.¹⁸⁹ Seu nome foi incluído na primeira lista do AI-1, a primeira medida jurídica da ditadura que cassou os mandatos legislativos e suspendeu por 10 anos os direitos políticos de cerca de 400 pessoas, entre políticos, sindicalistas, intelectuais. Com isso, o novo regime pretendeu afastar a ameaça

¹⁸⁵CZAJKA, 2009.

¹⁸⁶ BRASIL. Justiça Militar. Auditoria da Marinha. Inquérito Policial Militar n. 551/967, vol. 2. Brasília: STM/SeArq, 1967.

¹⁸⁷ Michelle Rossoni Rosa também levantou e analisou os processos criminais contra Ênio Silveira e a editora Civilização Brasileira durante o regime militar. Cf. ROSA, Michele Rossoni. **Esquerdisticamente afinados: os Intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra**. 2011. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁸⁸ NAPOLITANO, 2014, p. 103.

¹⁸⁹ FREIRE, 2019, p.18.

de uma resistência na política formal feita pela articulação de intelectuais, lideranças políticas e movimentos sociais.

Ênio Silveira e a editora Civilização Brasileira foram alvos de uma série de iniciativas repressivas que pretendiam intimidar o editor em suas práticas editoriais e políticas e forçá-lo a sair do país. Entre 1964 e 1976, além dos indiciamentos em IPMs, Ênio também sofreu sete prisões, ameaça de fuzilamento, apreensão de livros, intimidação de livreiros, além do cerco financeiro por meio da proibição de empréstimos de bancos estatais à Civilização Brasileira. A editora foi alvo de três atentados terroristas: um incêndio no depósito da empresa e dois atentados a bomba: um no depósito e outro na livraria, na rua Sete de Setembro, no coração da cidade do Rio de Janeiro. Essa caçada provocou prejuízos financeiros enormes e fizeram o editor pedir duas concordatas: em 1966 e outra em 1970.

A perseguição aos intelectuais críticos ao novo regime fez com que o intelectual católico Alceu Amoroso Lima cunhasse a expressão “terrorismo cultural”, que sintetizava as arbitrariedades do regime na cultura e captava um sentimento coletivo dos intelectuais das mais variadas correntes políticas, de comunistas a liberais, passando por trabalhistas, socialistas e católicos progressistas. A noção serviu de estratégia para legitimar a oposição intelectual no imediato pós-golpe e cimentar a aliança dos variados setores intelectuais que levantaram a bandeira da liberdade de criação e expressão como mote principal contra o regime.¹⁹⁰

A segunda prisão de Ênio Silveira, entre 26 de maio e 14 de junho de 1965, gerou uma das primeiras manifestações do frentismo cultural que se tornou a principal tática da intelectualidade para resistir à ditadura até meados da década de 1970¹⁹¹. Ênio foi preso, acusado de ter redigido o manifesto à nação de Miguel Arraes e ter escondido o ex-governador de Pernambuco na sua casa. O caso foi incluído no IPM do ISEB e ficou conhecido, jocosamente, na imprensa, como IPM da feijoada, por ter sido desencadeado após Ênio oferecer uma feijoada em homenagem a Miguel Arraes cassado após o golpe.¹⁹²

Contra a prisão de Ênio, foi organizado e lançado na grande imprensa, em matéria paga, o “Manifesto dos 1500 intelectuais e artistas pela liberdade”. Os nomes que assinavam o manifesto compunham diferentes espectros da vida política e cultural, indo desde

¹⁹⁰ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil*. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, USP, 2017, p. 65-79.

¹⁹¹ *Ibid.*

¹⁹² ACADÊMICOS depõem no IPM da Feijoada. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29 mai. 1965, p.7.

Pixinguinha, Clementina de Jesus, Carlos Diegues até Anísio Teixeira, Barbosa Lima Sobrinho, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr. e Mario Pedrosa. O teor do manifesto:

Os intelectuais e artistas abaixo assinados pedem imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-las livremente, direito garantido pelo artigo 141 (...) da Constituição do país.¹⁹³

Como afirma Czajka, “a presença de Ênio foi fundamental para um conjunto de outros intelectuais que viram nele a representação intelectual da liberdade e da realização plena do mundo da cultura contundente e sem amarras”.¹⁹⁴ Por isso, desde as primeiras perseguições sofridas, Ênio Silveira foi objeto de diversas manifestações em defesa das liberdades de criação e expressão. Outras, ele próprio foi o organizador, como o manifesto que articulou ao lado dos editores Jorge Zahar e Carlos Ribeiro no imediato pós-golpe.

A prisão de Ênio Silveira, em 1965, foi tratada inclusive por Castelo Branco em bilhete a Ernesto Geisel, então chefe de Gabinete Militar. Castelo Branco escreveu:

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] há como que uma preocupação de mostrar que ‘se pode prender’. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis para nós. É mesmo um terror cultural”.¹⁹⁵

O episódio, além de ressaltar a força e o prestígio do editor nos meios intelectuais e políticos, também revela a própria divisão das forças armadas quanto à forma como lidariam com o mundo da cultura. Os sucessivos governos militares evitaram manter uma guerra aberta contra a cultura por meio de uma censura seletiva aliada a políticas culturais diversas.¹⁹⁶ A lei de imprensa de 1967 e a lei de censura prévia de 1970, essa já na vigência do AI-5, decretado em 1968, foram antecedidas pela proibição de livros que implicassem “subversão” e ocorria o

¹⁹³ INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º caderno, 30 mai.1965, p.5.

¹⁹⁴ CZJAKA, Rodrigo. Sou brasileiro, democrata e editor. Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. vol. 32, n. 2, 2020, p. 161.

¹⁹⁵ *Apud* GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 231.

¹⁹⁶ NAPOLITANO, Marcos, 2014, p. 98-103.

que Miliandre Garcia denominou de “supercensura”, “um tipo de censura extraoficial que atuava nos bastidores do poder”.¹⁹⁷

Conforme Sandra Reimão, entre 1964 e 1968, a censura a livros foi marcada pela ausência de critérios.¹⁹⁸ Mescloou batidas policiais, apreensão, confiscos e coerção física. O alvo predileto foi o editor Ênio Silveira que, em atos de resistência, impetrou mandados de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública e questionou várias ações confiscatórias dos livros da Civilização Brasileira. A Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal e a censura prévia para livros foi regulamentada em 1970. Perante as manifestações intelectuais contrárias, o governo recuou e isentou de verificação prévia as publicações de caráter filosófico, científico, técnico e didático bem como as que não versassem sobre temas referentes a sexo, moralidade pública e bons costumes. No entanto, segundo a autora, os limites para decidir se o texto enfocava ou não esses temas eram bastante elásticos, permitindo que diversas obras publicadas pela Civilização Brasileira fossem alvo de atos censórios. A maioria das atividades de censura dava-se, na prática, por denúncias, pois a censura prévia para todos os livros era inexequível.¹⁹⁹

No caso de Castelo Branco, a censura e a repressão à cultura dificultariam a manutenção da “fachada democrática” que havia legitimado a ampla coalização antiGoulart e o golpe de 1964. Vale destacar que o regime instaurado não se assumiu como ditadura. Conforme Napolitano, havia julgamento legal dos prisioneiros políticos, embora sob leis duras e na justiça militar. As perseguições a oposicionistas, torturas e mortes eram feitas à margem da lei, embora sob as vistas do regime. Os militares governaram sob vigência de uma constituição, ainda que com seus limites, como a de 1967, reformada em um sentido mais autoritário em 1969.²⁰⁰

¹⁹⁷GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e supercensura na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana; GUSMÃO, Henrique Buarque. **O palco e o tempo**: estudos de História e historiografia do teatro. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 110-112. Sobre o tema da censura e repressão à editora Civilização Brasileira, Cf. CZAJKA, Rodrigo, 2020.

¹⁹⁸ REIMÃO, Sandra. “Proibido a publicação e circulação...” - censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, 2014.

¹⁹⁹*Ibid.*

²⁰⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014; D’ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: DELGADO, Lucília Almeida; FERREIRA, Jorge. **O tempo do Regime Autoritário**: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). *Coleção Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2019, p. 11-14.

O próprio general Golbery do Couto e Silva, logo após o golpe de 1964, chamou Ênio Silveira para uma reunião com o intuito de fixar acordos de boa convivência entre o governo e a intelectualidade progressista. O argumento do general era que o nacionalismo os unia.²⁰¹ Essa tentativa de aproximação se dava, também, porque “o regime não dispunha de intelectuais humanistas afinados com a vida cultural mais dinâmica do momento protagonizada, sobretudo, por jovens universitários e por intelectuais comunistas e liberais-radicais”, conforme mostra Napolitano.²⁰² Os encontros entre Ênio Silveira e Golbery do Couto e Silva não foram adiante e revelam as distâncias dos nacionalismos da direita militar e da esquerda comunista.

Conforme Czajka, apesar da tentativa de diálogo ou intervenção de Golbery ou Castelo Branco, as várias perseguições a Ênio Silveira revelam que a atenção dos setores militares menos propensos ao diálogo com as esquerdas se voltava para o editor e à sua editora.²⁰³ Ilustrativo desse aspecto é a fala do coronel Gerson Pina, encarregado do IPM do ISEB, a Ênio Silveira: “uma editora é uma arma perigosíssima que você arma silenciosamente e constantemente. Por isso é que você foi preso. Você é mais perigoso que um sujeito que está assaltando um banco”.²⁰⁴

Diante dessa percepção, a Civilização Brasileira teve 63 títulos apreendidos pela polícia ao longo da ditadura, muitos dos quais publicados antes da Lei de Censura de 1970, entre eles: *História da burguesia Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré; *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel; *Palavra de Arraes*, de Miguel Arraes; *Assim marcha a família*, organizado por José Louzeiro; *A invasão da América Latina*, de John Gerassi.²⁰⁵ Além disso, os livros da Civilização Brasileira, independente de processos judiciais, eram sumariamente confiscados pelos policiais tanto nos depósitos da editora quanto nas livrarias do país. O aparato da *supercensura* se fazia presente nas formulações das acusações contra Ênio Silveira.

2.9 RESISTÊNCIA CULTURAL À DITADURA MILITAR

Apesar da forte perseguição que sofreu, Ênio Silveira optou por permanecer no Brasil e fazer oposição aberta à ditadura tanto no campo da cultura como no da política

²⁰¹ CZAJKA, 2009, p. 244-246.

²⁰² NAPOLITANO, 2014, p. 98.

²⁰³ CZAJKA, Rodrigo. Sou brasileiro, democrata e editor. Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. vol. 32, n. 2, 2020, p. 161.

²⁰⁴ FERREIRA, Jerusa (org.). **Editando o editor 3** – Ênio Silveira. São Paulo, EDUSP, 1992, vol. 3, p. 94.

²⁰⁵ GALÚCIO, 2009, p. 310.

propriamente. No ano de 1964, lançou 46 títulos novos, o segundo maior número entre os editores brasileiros.²⁰⁶

As primeiras narrativas em livro sobre o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar foram publicadas pela Civilização Brasileira, a exemplo de *O ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, em 1964. Escrito no calor da hora, o livro reunia as crônicas de Cony no jornal *Correio da Manhã*. Era um misto de testemunho, análise e denúncia. Seu lançamento se tornou uma das primeiras manifestações de protesto, atraindo um público que expressou a sua oposição por meio da compra do livro.²⁰⁷ No prefácio, Ênio Silveira criticou as acusações que as esquerdas se lançaram mutuamente em busca das razões do golpe e o consequente esgarçamento dessas forças: “há um surdo rumor de autocríticas e de cortantes recriminações: é preciso encontrar um bode expiatório”. O editor manteve a defesa da linha política pecebista e apresentou o golpe como um “novo capítulo da Guerra Fria”, expressão dos “agentes imperialistas e seus comparsas da classe dominante brasileira (...) para conquistar seus verdadeiros objetivos antinacionais”.²⁰⁸

Ênio Silveira também colocou a coleção *Retratos do Brasil* a serviço de uma radiografia da situação que levou ao golpe e ao novo quadro político estabelecido com os militares, a exemplo dos livros *História da burguesia brasileira*, de Nelson Werneck Sodré (1965); *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel (1965); *Assim marcha a Família*, organizado por José Louzeiro (1965). O editor também propôs a João Goulart, no exílio uruguaio, que escrevesse *O livro Branco do Governo João Goulart*, onde o presidente deposto mostraria o seu legado para o Brasil.²⁰⁹ Em 1965, publicou *Palavras de Arraes*, que reunia os discursos do governador pernambucano deposto, e *Até quarta Isabela*, do líder das ligas camponesas Francisco Julião, escrito nos tempos de cárcere. Em 1967, iniciou a publicação do primeiro ciclo de livros com o tema das guerrilhas, entre eles, *Pessach: a travessia*, de

²⁰⁶ SILVA, Sérgio, 2020, p.78.

²⁰⁷ CONY na São José. **Leitura**. Rio de Janeiro, jul. 1964, p. 33.

²⁰⁸ SILVEIRA, Ênio. Prefácio do editor Ênio Silveira. A farsa de abril ou o mito da honradez cívica. In: CONY, Carlos. **O Ato e o Fato**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. XIII-XIV.

²⁰⁹ As cartas trocadas entre Ênio Silveira e João Goulart estão disponíveis no acervo digital do CPDOC-FGV: Arquivo: João Goulart. Classificação: JG e 1966.05.05 Data: 05.05.1966 a 00.00.1968(447 fls.). A título de exemplo, ver: SILVEIRA, Ênio. [Carta]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1968. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=www18.fgv.br&pagfis=1299>, acesso em 20.02.2023. GOULART, João. [Carta a José Ermírio de Moraes sobre o 'Livro Branco do Governo Goulart a ser editado por Ênio Silveira']. Destinatário: José Ermírio de Moraes. Montevideu, 25 de agosto de 1968. <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=www18.fgv.br&pagfis=1297>. Acesso em 20.02.2023.

Carlos Heitor Cony, e *Quarup*, de Antônio Callado. É bom ressaltar que Ênio e a linha editorial da Civilização Brasileira, conforme veremos, não cancelaram a luta armada.

O primeiro núcleo de oposição intelectual à ditadura foi constituído pelo jornal *Correio da Manhã*, sob a responsabilidade editorial de Edmundo Moniz e Antônio Callado. Mas, em princípios de 1965, a Civilização Brasileira tornou-se igualmente importante nesse aspecto. Tanto a editora quanto a livraria se tornaram ponto de encontro de intelectuais contrários ao regime. Ali se reuniam, entre outros: os romancistas Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Dias Gomes; os poetas Moacyr Félix, Thiago de Mello, o historiador José Honório Rodrigues, os jornalistas Paulo Francis e Edmundo Moniz, o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, o filólogo Antônio Houaiss. Hallewell lembra que, enquanto isso, na José Olympio, reuniam-se escritores que apoiavam Castelo Branco.²¹⁰

O ponto que defendo é que, após o golpe, Ênio atuou como um intelectual pecebista e defendeu a estratégia do PCB da *frente ampla democrática* para derrotar a ditadura, definida na Resolução Política de maio de 1965²¹¹, reafirmada e aprovada no VI Congresso do partido, realizado em dezembro de 1967, conforme discutirei adiante. Para o PCB, a oposição à ditadura deveria ser feita de forma pacífica, privilegiando os meios institucionais e políticos, como as campanhas eleitorais, por meio de uma frente que agregasse todos os setores da oposição, de comunistas a liberais, incluindo não apenas a burguesia nacional, mas também “outros setores das classes dominantes cujos interesses são contrariados pela política do governo ditatorial”.²¹² Conforme aprovado no VI Congresso do PCB, em 1967, “a frente única pela qual lutamos é bem mais ampla do que era aquela que tínhamos em mira antes do golpe de abril”.²¹³ Com alguns ajustes, mas não sem tensões, essa linha de resistência do PCB não mudou até o fim do regime militar, em 1985.²¹⁴

Para derrotar politicamente a ditadura, o partido buscou alianças com a oposição legal e moderada, estendendo o leque das alianças políticas até os setores liberais que se aglutinaram, a partir de 1965, no MDB. Essa posição recebeu críticas severas, devido à sua

²¹⁰ HALLEWELL, 2012, p.634.

²¹¹ DECLARAÇÃO de maio de 1965 do PCB. In: MELO, Gilvan. **Blog Democracia Política e novo Reformismo**. Política e cultura, segundo uma opção democrática, constitucionalista, reformista e plural, 29 mar. 2019. Disponível em <https://gilvanmelo.blogspot.com/2019/03/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964.html#more>, acesso em 20 fev. 2024.

²¹² VI CONGRESSO do PCB (dezembro 1967). In: CARONE, Edgar. **O PCB (1964 a 1982)**. São Paulo: Difel, 1982, v.3, p. 73.

²¹³ *Ibid.*

²¹⁴ SANTOS; SEGATTO, 2014; CARVALHO, 2007; PANDOLFI, 1995.

“moderação”, pela maioria das esquerdas revolucionárias, como o PCdoB, POLOP, ALN, MR-8, que convergiram na necessidade de *derrubar* a ditadura pelas armas.²¹⁵

No campo político, Ênio Silveira teve importante participação nas articulações, iniciadas em 1965, para colocar de pé o movimento denominado, pela imprensa da época, de Frente Ampla, que durou até 1968, quando foi declarada ilegal pelo regime militar. A Frente Ampla reuniu Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, junto com parte dos trabalhistas e comunistas. O objetivo era o de restaurar a democracia no país. Ênio Silveira foi um dos principais personagens a construir pontes entre os trabalhistas, os comunistas e o grupo lacerdista, além de tentar, sem sucesso, trazer Miguel Arraes para a Frente.²¹⁶

Transposta ao plano cultural, a estratégia do frentismo democrático deu novo sentido ao ecumenismo editorial que conformou as ações de Ênio desde os anos de 1950. Ênio tinha as condições institucionais - a editora - e o prestígio necessário para aglutinar os intelectuais de diversas tendências e correntes políticas e colocar de pé a resistência cultural, fazendo da sua editora o lugar de excelência da produção e dos debates da esquerda após o golpe. A meu ver, a partir de 1965, a política editorial ecumênica de Ênio materializou a estratégia de frente ampla contra a ditadura defendida pelo PCB. A luta pelo retorno das liberdades democráticas e a articulação da resistência, tendo o frentismo como estratégia, passou para o primeiro plano na linha política editorial da Civilização Brasileira.

²¹⁵ Sobre as esquerdas armadas nos anos de 1960 e 1970, Cf. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

²¹⁶ A participação de Ênio na constituição da Frente Ampla é detalhada no conjunto de cartas enviadas pelos amigos e ex-colaboradores de João Goulart durante o seu exílio no Uruguai. Essas cartas estão disponíveis no Acervo Digital do CPDOC\FGV sob a Classificação: “JG e 1966.05.05 DATA 05.05.1966 A 00.00.1968. Qtd. documentos: 97 (447 fls.)”. A título de exemplo, ver: SILVEIRA, Ênio. [Carta]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 25 julho 1968. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: JG e 1966.05.05. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=www18.fgv.br&pagfis=1288>. Acesso em 20.02.2023; AUTOR não identificado. [Carta]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1966. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=docvirt.com&pagfis=933>, acessado em 20.02.2023; Autor não identificado. [Carta]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1966. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=docvirt.com&pagfis=954>. Acesso em 20.02.2023; Autor não identificado. [Carta]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1967. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=docvirt.com&pagfis=1067>. Acesso em 20.02.2023; AUTOR não identificado. [CARTA]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, outubro de 1967. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=docvirt.com&pagfis=1117>. Acesso em 20.02.2023; Autor não identificado. [CARTA]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, dezembro de 1967. Disponível em <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&pesq=enio%20silveira&hf=docvirt.com&pagfis=1151>. Acesso em 20.02.2023.

Além disso, se os vínculos entre os intelectuais e o povo, ensaiado em *Cadernos do Povo*, foram dissolvidos pela repressão, Ênio e os intelectuais que se reuniram na *Civilização Brasileira* após 1964 assumiram para si o papel de protagonistas da resistência à ditadura. Conforme destacou Pécaut, após 1964, devido à forte repressão aos movimentos da classe trabalhadora, à fragmentação das esquerdas e à radicalização dos estudantes, os intelectuais atribuíram a si a responsabilidade de assumir a representação da primeira, de resgatar uma certa coesão das segundas e de prevenir o isolamento da terceira.²¹⁷

No primeiro editorial da *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, Ênio Silveira escreveu: “a tarefa, nesta quadra, caberá principalmente aos intelectuais”.²¹⁸ Essa perspectiva também pode ser lida nas duas epístolas ao marechal Castelo Branco, que publicou na forma de editoriais na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965. Nelas, o editor apresentou-se como o intelectual capaz de estabelecer uma discussão com o poder instituído e marcar sua oposição perante o novo regime.²¹⁹

A meu ver, o primeiro passo de Ênio Silveira para colocar de pé esse protagonismo dos intelectuais na forma da estratégia política da frente ampla foi ampliar o espaço de publicações da *Civilização Brasileira* para acolher os intelectuais de oposição que estavam dispersos pela repressão. Como mostra Renato Vieira, a *Civilização Brasileira* supriu o vazio deixado pelo desmantelamento das principais instituições e centros de produção do pensamento nacionalista e de esquerda, a exemplo do ISEB e do CPC.²²⁰

Para Vieira, após 1964 foi formado o “Grupo Civilização”, um núcleo de intelectuais que teve na editora o seu espaço institucional de atuação. O grupo foi formado por intelectuais que, no pré-64, compuseram o ISEB, o CPC, o PCB, além dos jornalistas do *Correio da Manhã*, que denunciaram a ditadura após 1964. As relações de sociabilidade que o caracterizavam eram marcadas pela existência de um núcleo duro formado por Ênio Silveira, Moacyr Félix, Dias Gomes, Thiago de Melo, Nelson Werneck Sodré, Ferreira Gullar, Alex Viany, Leandro Konder, Manuel Cavalcanti Proença, Carlos Heitor Cony, Paulo Francis, Álvaro Vieira Pinto e Antônio Houaiss.²²¹

²¹⁷ PÉCAUT, 1990, p. 201.

²¹⁸ SILVEIRA, Ênio. Princípios e Propósitos. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, mar. de 1965, p.3.

²¹⁹ SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal. Primeira Epístola: sobre o “delito de opinião”. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 3, jul. 1965.

²²⁰ VIEIRA, 1998.

²²¹ VIEIRA, 1998.

Para articular esses intelectuais de oposição e promover a política de frente ampla e a resistência cultural, Ênio Silveira inovou em suas práticas editoriais e investiu no mercado em expansão de publicações periódicas. Em 1965, lançou: *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), que se tornou o ícone da resistência cultural à ditadura e dos debates das esquerdas; *Revista Política Externa Independente* (1965), vinculada às discussões em torno de uma nova política externa para o país, colocadas desde 1961, e às questões do chamado “terceiro mundismo”; e os jornais semanais *Folha da Manhã* (1965) e *Reunião* (1965), exemplares da defesa da estratégia de frente ampla democrática abraçada por Ênio. Em 1966, por ideia de Moacyr Félix, lançou a revista *Paz e Terra*, dirigida por Félix e pelo líder protestante Waldo César. A revista promoveu o encontro entre a esquerda marxista e a esquerda cristã. Discutiu temas da pauta intelectual dos anos de 1960, tais como guerras, sexualidade, artes, marxismo, o papel social e político da igreja. Em 1968, para reforçar essa aliança com a esquerda cristã, criou a editora Paz e Terra.

A literatura especializada tende a destacar que, nesses periódicos, permaneceram as referências das esquerdas anteriores ao golpe de 1964: a defesa do nacionalismo, da política externa independente, das reformas estruturais, da cultura nacional-popular. Porém, essas referências foram atualizadas pelos novos debates, dissensos e temários das esquerdas após o golpe e pela luta pelo retorno das liberdades democráticas.²²²

Ênio Silveira também deu continuidade ao processo de renovação do marxismo iniciado no período anterior ao golpe. Publicou as seguintes obras de Gramsci: *O materialismo Histórico e a filosofia de Benedetto Croce*, que saiu com o título *Concepção dialética da História* (1966); *Cartas do Cárcere* (1968), *Os intelectuais e a organização da cultura e literatura* (1968) e *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968). Marco Aurélio Nogueira destaca que essas obras não encontraram acolhida à época devido à empolgação com a ideia de luta armada que se difundia entre parcelas da esquerda e que fazia com que uma estratégia gradual de acumulação de forças, como a sugerida na leitura de Gramsci, fosse vista como sinal de moderação.²²³

Audacioso, Ênio Silveira contratou Álvaro Vieira Pinto para traduzir as obras completas de Lênin, o que lhe trouxe sérios problemas. No final de 1966, agentes da ditadura invadiram a gráfica e apreenderam os textos originais, o manuscrito da tradução, os prelos,

²²² Cf. VIEIRA, 1998; PÉCAUT, 1990.

²²³ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

fotolitos, filmes, o material em composição e a tiragem inicial de cinco mil exemplares do primeiro volume, causando enorme prejuízo ao editor.²²⁴ Ênio não se rendeu. Em 1968, publicou a primeira versão integral em português da edição original de *O Capital*, de Karl Marx, cuja tradução havia encomendado a Reginaldo Santana e ao economista Cid Silveira.

A publicação de livros acerca dos movimentos de libertação terceiro-mundistas, em continuidade com a linha nacionalista de autodeterminação dos povos anterior a 1964, também foram sucesso da Civilização Brasileira. A título de exemplo, Ênio Silveira encomendou a Arthur Poerner a escrita do livro *Argélia: o caminho da independência*. No prefácio, Otto Maria Carpeaux escreveu que o livro era uma contribuição para a compreensão do Brasil, “pois a situação revolucionária da Argélia é bastante parecida com a da América Latina; imperialismo e colonialismo viraram sinônimos”.²²⁵ Vale destacar que Ênio Silveira foi uma das pontes, no Brasil, da resistência à ditadura brasileira que Miguel Arraes empreendeu a partir da Argélia, país no qual se exilou a partir de 1965.²²⁶

Com essas publicações, Ênio Silveira ampliou a esfera pública de oposição e fez da editora o centro de referência dos debates intelectuais da época. Com elas, contribuiu para o papel peculiar que a cultura assumiu durante a ditadura como espaço da articulação da oposição ao regime. Se, antes de 1964, Ênio fez do campo da cultura espaço importante de luta política e a afirmação dos projetos de esquerda, após o golpe, ele amplificou esse aspecto contribuindo para a “relativa hegemonia cultural de esquerda” de que falou Roberto Schwarz.²²⁷

2.9.2 A estratégia da frente ampla e a luta pelas liberdades democráticas: o lançamento de *Reunião*

O jornal *Reunião*, lançado em outubro de 1965, embora tenha tido apenas três números, é exemplar de como Ênio Silveira defendeu o protagonismo dos intelectuais e

²²⁴ SILVA, Sérgio, 2020, p. 89.

²²⁵ CARPEAUX, Otto Maria. Prefácio. In: Poerner, Arthur José. *Argélia: o caminho da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 2.

²²⁶ CRUZ, Fábio Lucas. **Brasileiros no exílio**: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, p. 119-120.

²²⁷ SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política-1964-1969**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

assumiu a estratégia pecebista de frente ampla contra a ditadura e luta pelo retorno das liberdades democráticas nos seus empreendimentos editoriais após 1964.²²⁸

Reunião foi um tabloide, com cerca de 32 páginas, publicado semanalmente. Seu conteúdo estava distribuído em política nacional, política externa brasileira, política internacional, economia, cultura, comportamento. Diferente de outras publicações da Civilização Brasileira, o público era formado por leitores das classes médias em geral e não, necessariamente, os leitores mais intelectualizados das publicações da editora Civilização Brasileira. Havia, ainda, um forte investimento para se conquistar o público universitário que, naquele momento, alimentava a vida política e a expansão do mercado editorial.

A estratégia frentista manifestava-se no perfil de colaboradores regulares que compunham a rede de sociabilidades que constituía o jornal. Predominavam militantes ou simpatizantes do PCB, por exemplo: Ênio Silveira, Thiago de Mello, Ana Arruda, Dias Gomes, Alex Viany, Glauber Rocha, Joaquim Ignacio Cardoso. Havia também intelectuais de esquerda não pecebistas, militantes ou simpatizantes do trotskismo como Paulo Francis e Edmundo Moniz, ou, ainda, Luiz Carlos Maciel, que teria papel importante nos anos de 1970 como divulgador da contracultura e do movimento *underground*. Católicos progressistas como Alceu Amoroso Lima. A “oposição liberal” ou “democrática-liberal” estava representada, sobretudo, por meio dos jornalistas do *Correio da Manhã*: Otto Maria Carpeaux, Newton Rodrigues (ex-militante do PCB), Carlos Heitor Cony, Marcio Moreira Alves.

O caráter frentista do jornal foi explicitado no editorial de apresentação escrito por Ênio Silveira:

[...] Reunião será um semanário de esquerda [...] mas de uma esquerda que chamaríamos ecumênica, abrangendo todos aqueles (...) dentro ou fora de partidos [...] Nossa política será a da *frente democrática ampla e obviamente não sectária*. [...]. Seremos contra o conformismo, [...] contra as posições sistemáticas que sob inspiração de duvidosas táticas, *não conseguem jamais por de pé uma estratégia de interesse nacional*. [...].²²⁹

A luta era pela volta da democracia golpeada em 1964. O grupo ali reunido se distanciava das esquerdas que optariam pela luta armada e criticava o sectarismo desses

²²⁸ Sobre o jornal *Reunião*, Cf. CESTARI, Larissa Raele. Ênio Silveira e a resistência cultural à ditadura militar: a criação do jornal *Reunião* (1965). In: **IX Encontro ANPUH-DF**. Profissão historiadora, historiador, 2020, Brasília. Anais Eletrônicos IX Encontro ANPUH-DF, 2020. p. 1.074-1.087.

²²⁹ SILVEIRA, Ênio. Editorial. **Reunião**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20 out. 1965, p. 2.

grupos que, por se recusar a alianças, não conseguiam ‘por de pé uma estratégia de interesse nacional’.

Em debate com Paulo Francis, Leandro Konder argumentou que o isolamento das esquerdas significaria fazer o jogo do inimigo comum. O momento era de união em defesa de uma democracia avançada o que só seria conseguida por meio de uma política frentista, posição que expressava a linha editorial do jornal.²³⁰

O objetivo de Ênio Silveira e dos colaboradores de *Reunião* em formar uma opinião pública de resistência à ditadura e defesa das instituições democráticas é destacado na cobertura política. O eixo dessa seção foi a denúncia das articulações, promovidas pelo governo Castelo Branco, para institucionalizar a ditadura no Brasil por meio de um novo ato institucional. Essa denúncia foi crescendo nos números do jornal.

É importante destacar que, naquele momento, não era consenso na opinião pública de que se vivia em um regime ditatorial. A ditadura não estava prevista na frente civil e militar que derrubou João Goulart.²³¹ O golpe foi justificado por seus objetivos “saneadores”, em *nome da democracia* contra o comunismo, e a intervenção militar seria temporária. O governo que se seguiu empreendeu, a partir de uma série de embates, inclusive dentro da própria frente que promovera o golpe, uma construção cotidiana da ditadura, buscando dar uma conformação institucional ao regime autoritário.²³²

Em estado de alerta, Ênio Silveira convocava os leitores à mobilização:

[...] Estamos todos diante da perigosa ameaça, de novo atentado que se pretende cometer contra a democracia e os mais legítimos direitos do povo brasileiro. [...] É preciso lutar com vigor contra a violência pretendida e *levar ao congresso*, por desmoralizado que esteja, por castrado que tenha ficado depois do expurgo de alguns dos seus mais combativos representantes, *o estímulo da revolta* e do rotor de toda a nação brasileira [...]. *Jornalistas de várias tendências ideológicas se encontram unidos aqui nessa luta pela sobrevivência democrática. Em mobilização idêntica precisam encontrar-se as camadas de nosso povo.* Se souberem atuar coordenadamente, aliviariam o Congresso da pressão e da chantagem que o Executivo exerce sobre ele e poderão *conquistar de modo pacífico* o direito a dias melhores em futuro próximo [...].²³³

²³⁰ KONDER, Leandro. Paulo Francis e as esquerdas. **Reunião**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 27 out. 1965, p. 31.

²³¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

²³² D’ARAUJO; JOFFILY, 2019.

²³³ SILVEIRA, Ênio. Editorial. **Reunião**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 27 out. 1965, p. 2.

Reverberando a Resolução Política do PCB de maio de 1965²³⁴, Ênio Silveira afirmava o Congresso Nacional, as instituições representativas, os partidos políticos como espaços de resistência. Mas isso só seria possível se houvesse apoio e estímulo por meio da mobilização da sociedade ou da “luta de massa”. Os leitores eram convocados a unirem-se aos intelectuais em uma frente de apoio ao legislativo. A luta deveria ser pacífica, a resistência era civil e desarmada, em uma frente ampla democrática.

Pela publicação de *Reunião*, Ênio foi acusado de crime contra Estado. Os DOPS de São Paulo e da Guanabara determinaram a apreensão e retirada de circulação de todas as edições do jornal e a instauração de IPM para apurar as responsabilidades de Ênio Silveira e de todos os colaboradores do jornal. O inquérito aberto, em novembro de 1965, terminou na Justiça Militar em um processo que foi concluído pelo arquivamento em janeiro de 1968²³⁵.

O encerramento de *Reunião* não implicou o fim da resistência cultural de Ênio Silveira. Diversas outras iniciativas editoriais de resistência foram empreendidas pela editora Civilização Brasileira, no entanto, com exceção de *Folha da Manhã*, nenhuma delas mais no formato jornal. A mais importante delas, devido à repercussão que obteve nos debates intelectuais de oposição e no público leitor, foi a *Revista Civilização Brasileira*, lançada em 1965. A criação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1978, foi uma tentativa de reeditá-la para o contexto da abertura política.

2.9.3 A Revista Civilização Brasileira

A *Revista Civilização Brasileira* (RCB) circulou entre 1965 e 1968 em um total de 22 números e três cadernos especiais. Tinha o formato de livro, trazia ensaios densos e artigos acadêmicos nas áreas da política, sociologia, economia e cultura, além de análises da conjuntura nacional e internacional, publicação de documentos e manifestos políticos. Análise teórica sob a influência do marxismo foi outra marca da revista.

Em seu primeiro editorial, a *Revista Civilização Brasileira* deu as pistas ao que vinha:

²³⁴ DECLARAÇÃO de maio de 1965 do PCB. In: MELO, Gilvan. **Blog Democracia Política e novo Reformismo**. Política e cultura, segundo uma opção democrática, constitucionalista, reformista e plural, 29 mar. 2019. Disponível em <https://gilvanmelo.blogspot.com/2019/03/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964.html#more>, acesso em 20 fev. 2024.

²³⁵ BRASIL. Justiça Militar. Auditoria da Marinha. **Inquérito Policial Militar n. 551/967**, v. 2. Brasília, DF: STM/SeArq, 1967.

O povo brasileiro (...) será capaz de superar as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa *linha democrática e independente?* (...) Cremos que sim. Cremos também que a tarefa caberá, nesta quadra, *principalmente aos intelectuais* (...) serão eles, acima de injunções ou posições partidárias (...) Unidos em torno de um de seus princípios básicos, qual seja, o de que sem liberdade (...) não será possível tirar a Nação e seu povo do limbo (...) a Revista Civilização Brasileira (...) quer ser, também, um amplo e dinâmico *fórum de debates* (...) [se ocupará] daquilo que (...) se insira no processo da *revolução brasileira*- revolução sem rótulos porque se desenvolve acima e além das limitações partidárias (...) a RCB não será orientada por qualquer partido ou concepção sectária (.) *mas seu enfoque será fundamentalmente o dos interesses nacionais*().²³⁶ [grifos meus]

Desde o seu primeiro número, os intelectuais foram chamados a assumir o papel de protagonistas na luta contra a ditadura. Pelas páginas da revista exerceram oposição aberta ao regime militar e ao desmantelamento das organizações culturais, debateram os rumos da esquerda e a continuidade dos projetos de revolução brasileira.

Naquele momento, Ênio Silveira se apresentou como o intelectual capaz de articular uma ampla frente de intelectuais de oposição e fazer da revista um fórum de debates, alargando o espaço público das oposições. A farta literatura que aborda a RCB destaca o ecumenismo editorial e a afirmação da independência de Ênio perante o PCB como uma das chaves desse sucesso.

De fato, Ênio Silveira transformou a revista em um espaço de sociabilidade que agregou intelectuais de linhas diversas, abrindo-se em direção a outros setores da esquerda nacional e internacional. Publicou desde autores estrangeiros que se destacavam pelo anti-imperialismo, como John Gerassi, até Herbert Marcuse, exemplar das novas correntes teóricas que despontavam na esquerda, além de intelectuais nacionais críticos da linha pecebista, como os representantes da sociologia paulista a exemplo de Florestan Fernandes. O editor também continuou o processo de “arejamento do marxismo”, a exemplo da publicação do caderno especial *A revolução Russa, 50 anos de história*, organizado pelo intelectual pecebista Luiz Mario Gazzaneo e por Cid Silveira. O volume trouxe textos de Trotsky, Lenin, Garaudy, Deutscher, Henri Chambre, Louis Aragon e Lukács.²³⁷

Apesar desse espírito ecumênico, fruto do projeto de Ênio Silveira de fazer da RCB uma tribuna de esquerda, compartilho com Czajka a tese de que a revista, embora não tenha

²³⁶ SILVEIRA, Ênio. Princípios e Propósitos. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, mar. de 1965, p.3.

²³⁷ GAZZANELO, Luís Mario; SILVEIRA, Cid (org.). *A Revolução Russa. Cinquenta Anos de História*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Caderno Especial n. 1, nov. 1967.

sido um instrumento do PCB, não efetuou uma ruptura com o ideário pecebista.²³⁸ A meu ver, ela foi além: reforçou à linha pecebista de frente ampla para derrotar a ditadura e a defesa da revolução nacionalista e democrática do partido. No primeiro número da revista, os editores declararam a sua posição: “Continuam estes convencidos [os intelectuais] de que a revolução brasileira nesta etapa é nacional e democrática (...) não são adeptos, e jamais o foram, de um golpe de esquerda para contrapor-se a um golpe de direita (...).”²³⁹

A própria constituição da direção da revista e do conselho editorial mostra a proximidade com o partido. Inicialmente, a RCB foi dirigida por Ênio Silveira (diretor) e Roland Corbisier (secretário). Devido aos processos judiciais aos quais respondiam, Ênio e Corbisier cederam lugar para Manuel Cavalcanti Proença e Moacyr Félix. Com o falecimento de Proença, em 1966, a direção ficou a cargo de Moacyr Félix e Dias Gomes, mantendo-se assim até o seu fechamento em 1968. Com exceção de Corbisier, todos os outros eram intelectuais pecebistas ou próximo do partido, caso de Moacyr Félix.

O conselho editorial, embora não tivesse um papel real nem se reunisse, mostra a predominância do PCB. Em 1965, o Conselho era composto pelos pecebistas Alex Viany, Dias Gomes, Edson Carneiro, Ferreira Gullar, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Werneck Sodré, intelectuais de esquerda não pecebista como Paulo Francis, Octavio Ianni, Oswaldo Gusmão e intelectuais do campo progressista como Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Haiti Moussatché, Nelson Lins e Barros.

A *Revista Civilização Brasileira* deu expressão aos debates que se instauraram no campo da esquerda após 1964 acerca das razões do golpe e de quais deveriam ser os rumos da esquerda naquele contexto. Acima de tudo, o que estava em jogo eram os esquemas do PCB, sobretudo a sua adesão ao nacionalismo e a aliança de classes com a “burguesia progressista”.

A intelectualidade uspiana, que participou da revista a partir de 1966, foi um dos principais motores da crítica aos esquemas do PCB e ao ISEB que, como vimos, foi um dos pilares da linha política da *Civilização Brasileira* a partir de final dos anos de 1950. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Florestan Fernandes, Octavio Ianni criticaram as “ilusões da revolução burguesa”, a “exaltação do Estado”, a “política cupulista” às quais teriam levado a linha política do PCB e o idealismo do ISEB. Contra ela, lançaram a teoria do populismo, acusando o nacionalismo do PCB e do ISEB, com sua política de aliança

²³⁸ CZAJK, Rodrigo. *A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 35, fev. 2010, p. 95-117.

²³⁹ CONDIÇÕES e perspectivas da política brasileira. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. *Civilização Brasileira*, n. 1, mar. 1965, p.20.

de classes e desenvolvimentismo, de ter transformado a classe operária em massa manipulável.²⁴⁰

A presença dos sociólogos uspianos na RCB deu ensejo a um forte debate na produção acadêmica iniciado por Carlos Guilherme Mota. Para o autor, a revista teve duas fases. A primeira, entre 1965 e 1966, teria herdado as temáticas da “era populista”. Na segunda, a partir de 1967, a revista teria mudado de perspectiva apresentando artigos de análises científicas devido à entrada de autores da sociologia paulista. Esses autores representariam uma nova frente de intelectuais com orientação diversa de Ênio Silveira, Manoel Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré.²⁴¹

Moacyr Félix, que dirigiu a revista ao lado de Ênio Silveira, rejeitou a interpretação de Mota em entrevista ao *Pasquim* em 1977. Segundo Félix, os argumentos de Mota não se justificam, pois “o eixo coordenador, organizador e definidor da revista (...) foi quase o mesmo até o seu último número”. As alterações na abordagem, tornada mais “científica”, teriam sido feitas tanto para burlar a repressão e manter a revista em circulação quanto para acompanhar a dinâmica dos acontecimentos. Segundo Félix, o enfoque da RCB continuou sendo a ampliação do debate com artigos de base nacionalista e de ideias socialistas, vindos do Brasil e do exterior.²⁴²

Autores como Czajka, Galúcio, Vieira, mas também Pécaut, concordam que a linha teórica nacionalista permaneceu na RCB, embora defendam que a revista foi marcada pela abertura à crítica aos esquemas da esquerda nacionalista anterior ao golpe, sobretudo ao PCB, devido ao ecumenismo de Ênio Silveira e à sua prática do debate livre e transformador da realidade brasileira.²⁴³

O ponto que interessa destacar aqui é que, mesmo oferecendo uma tribuna livre de compromissos partidários, a meu ver a linha editorial da RCB permaneceu fiel às estratégias pecebistas de frente ampla em torno da luta pelas liberdades democráticas para derrotar a ditadura e da visão etapista da revolução brasileira. Os esquemas do PCB foram defendidos em vários artigos, inclusive os de Assis Tavares, membro do Comitê Central do PCB. Em *Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira*, Assis Tavares reagiu às críticas à estratégia pecebista de revolução burguesa, feitas inclusive por muitos intelectuais do próprio partido

²⁴⁰ Cf. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁴¹ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira entre 1933 e 1974**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

²⁴² IDEOLOGIA da cultura brasileira. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 27 out. 1977, p.5.

²⁴³ GALÚCIO, 2009; VIEIRA, 1998; CZAJKA, 2009, 2010; PÉCAUT, 1990.

como Caio Prado Jr.²⁴⁴ Fausto Guedes, em debate com Octavio Ianni e Luciano Martins, defendeu:

O esquema de frente única (...) decorre de considerações bem mais concretas e nada subjetivas ou arbitrárias. No que diz respeito aos comunistas, partidários, por definição do socialismo, trata-se de criar (por meio do desenvolvimento capitalista e da eliminação dos remanescentes feudais e da penetração imperialista) condições favoráveis ao processo de acumulação quantitativa de forças até que seja possível passar à etapa socialista.²⁴⁵

A fidelidade às táticas do PCB também pode ser vista na crítica feita ao foquismo e à luta armada que exerceram forte influência na juventude do período. Renato Guimarães, secretário do PCB, condenou a luta armada como a “nova expressão do radicalismo pequeno burguês e do esquerdismo, doença infantil do comunismo”.²⁴⁶

Conforme Pécaut, as fidelidades às táticas políticas do PCB também se mostraram nas estratégias baseadas na expectativa de uma reviravolta dentro das forças armadas e da burguesia e na aposta nas eleições para derrotar a ditadura.²⁴⁷ Na epístola ao Marechal Castelo Branco, Ênio atribuiu o comportamento dos militares à sua ignorância: “seria errado acusar as forças armadas de terem agido conscientemente a serviço dos interesses antinacionais. Vários deles são pessoas de boa-fé, convencidas de que o país está à beira do caos prestes a ser dominado pelo que chamam de comunismo”.²⁴⁸

Sobre as eleições, os editores da RCB se posicionaram: “O Brasil só começará a procurar os caminhos para sair da crise em condições de normalidade democrática. Como normalidade democrática entende-se a realização de eleições nos prazos previstos (...)”.²⁴⁹ Vale lembrar que a Resolução Política do PCB de maio de 1965 afirmava a necessidade de “nossa participação ativa em todas as campanhas eleitorais (...) para fazer avançar as lutas pelas liberdades democráticas e pela conquista de um novo governo”.²⁵⁰

²⁴⁴ TAVARES, Assis. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 11-12, dez 1966-março 1967.

²⁴⁵ GUEDES, Fausto. Revolução Brasileira: nova fase de um debate antigo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 3, 1965, p. 20.

²⁴⁶ GUIMARAES, Renato. Esquerdismo: doença senil do anticomunismo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 19-20, mai.-ago. 1968.

²⁴⁷ PÉCAUT, 1990.

²⁴⁸ SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal. Segunda Epístola: sobre a vara de marmelo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 4, set. 1965, p.3.

²⁴⁹ CONDIÇÕES e perspectivas da política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, mar. 1965, p.19.

²⁵⁰ DECLARAÇÃO de maio de 1965 do PCB. In: MELO, Gilvan. **Blog Democracia Política e novo Reformismo**. Política e cultura, segundo uma opção democrática, constitucionalista, reformista e plural, 29 mar.

A Resolução de maio de 1965 do PCB também incorporou a imagem do terror cultural cunhada por Alceu Amoroso Lima e enfatizou a cultura como campo privilegiado de combate da oposição. A defesa da cultura era vista como caminho privilegiado para sedimentar a unidade das oposições, pois conseguia convergir liberais e comunistas. Reverberando essa posição, Nelson Werneck Sodré, no artigo *Terrorismo Cultural*, de 1965, afirmou a luta contra o regime como uma defesa dos princípios gerais da liberdade de pensamento acima de qualquer simpatia pelo projeto reformista ou pelo comunismo. Escreveu: “de nossa parte, o diálogo fica aberto, sem nenhum preconceito, desde que racional, sem restrições, sem sectarismos, sem prevenções, sem tabuletas”.²⁵¹ Sodré também reafirmou o intelectual como o personagem central da resistência naquele momento: “A verdade é que os intelectuais se portaram muito bem: os que tinham uma coluna tomaram posição contra os atentados à cultura; a maioria, porém, (...) estava foragida, presa, exilada”.²⁵² O frentismo cultural como resistência à ditadura também foi defendido no clássico artigo de Oduvaldo Viana Filho *Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém*, que fazia um trocadilho entre pessedismo - referindo-se ao extinto Partido Social Democrático - e pecebismo.²⁵³

Os editores da RCB reverberaram essa posição pecebista e fizeram da luta pelas liberdades democráticas o ponto de convergência das várias oposições ao regime. Como visto, Ênio trouxe para a editora e para a revista diversos autores do campo liberal-progressista como Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Otto Maria Carpeaux e Hermano Alves que denunciaram o terrorismo cultural e a perda das liberdades civis. Nas páginas da RCB foram publicados trechos dos IPMs e as defesas feitas por Heleno Fragoso, advogado de Ênio e de diversos outros intelectuais presos por “delito de opinião”. Como em *Reunião*, o teor da defesa da democracia foi pelo retorno das liberdades perdidas em 1964. Uma discussão mais profunda sobre o valor da democracia política e sua relação com o socialismo só viria no final dos anos de 1970, com a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Antonio Segatto e Raimundo Santos destacam que Ênio Silveira também lançou mão de outra estratégia para discutir os rumos da esquerda no Brasil e apostar no caminho das liberdades democráticas, qual seja: trazer a debate a crise do socialismo e da própria natureza

2019. Disponível em <https://gilvanmelo.blogspot.com/2019/03/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964.html#more>, acesso em 20 fev. 2024.

²⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Terrorismo Cultural*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, mai. 1965, p. 241.

²⁵² *Ibid.*, p. 247.

²⁵³ VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ano IV, n.2, caderno especial, jul. 1968.

do marxismo²⁵⁴. Esse aspecto pode ser visto, declaradamente, no terceiro caderno especial da revista nomeado *Tchecoslováquia. Análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto*, publicado em 1968.²⁵⁵ O volume trouxe informação documental e a discussão dos partidos comunistas europeus acerca das reformas liberalizantes pretendidas pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia, sob a liderança de Alexander Dubcek, além de conversações soviético-tchecoslovacas, discursos de Dubcek, entrevistas com o secretário geral do PCI Luigi Longo. O tom da edição foi a defesa da renovação e construção de um socialismo com liberdades democráticas.

Ênio Silveira estava na Tchecoslováquia, a convite do PCUS e do próprio Alexandre Dubcek, pouco antes da invasão soviética que colocou fim à chamada “Primavera de Praga”. Voltou bastante entusiasmado com a proposta de um socialismo com liberdades democráticas. Por isso mesmo, ele foi um dos signatários do abaixo-assinado, publicado nesse volume da RCB, que criticou a invasão soviética, posição que desagradou os dirigentes do PCB. Mesmo defendendo as liberdades democráticas no Brasil, havia resistência da direção partidária e de parte da militância pecebista em condenar ações da URSS ou mesmo fazer críticas ao modelo soviético.

A despeito dessas rugas com o partido, Segatto e Santos destacam que os textos publicados na RCB influenciaram a militância e mesmo a direção pecebista. Segundo os autores, ao confirmarem a estratégia frentista de oposição à ditadura em termos de uma política gradualista de resistência, isolamento e derrota, conforme as estabelecido nas Resoluções políticas de 1965, algumas áreas pecebistas pareciam ter em mente textos desse tempo.²⁵⁶

Procurei mostrar que, apesar de ter sido uma tribuna aberta para amplos setores da esquerda, a convergência na RCB era a necessidade de uma volta pacífica à democracia, recusando dar seu aval à luta armada. Pécaut chamou os intelectuais reunidos na RCB de “esquerda possibilista”²⁵⁷ ou, nos dizeres de Assis Tavares, em artigo já citado, aquela que “não tem medo de sujar as mãos com a política concreta”.

A farta literatura sobre a RCB a aponta como o periódico de maior repercussão entre a intelectualidade nos anos entre 1964 e 1968. Isso pode ser visto pelas tiragens de 20 a 40 mil

²⁵⁴ SANTOS; SEGATTO, 2014, p. 30-35.

²⁵⁵ FÉLIX, Moacyr (org.). *Tchecoslováquia. Análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto. Revista Civilização Brasileira*. Caderno especial 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, set. 1968.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 30-35.

²⁵⁷ PÉCAUT, 1990, p. 211.

exemplares, impressionantes para o período, e pelo fato de chegar a todo o Brasil. O público leitor, formado por intelectuais, militantes políticos e estudantes, aguardava a RCB para se atualizar acerca dos debates que a esquerda do período promovia. A revista foi encerrada em dezembro de 1968, devido à decretação do AI-5 que trouxe, para Ênio Silveira e os intelectuais da Civilização Brasileira, a abertura de um novo ciclo de repressão.

2.10 ÊNIO SILVEIRA E A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O AI-5

O AI-5 abriu um segundo momento repressivo contra a cultura. Nele, o regime recrudesceu a repressão ao que identificou como cultura mobilizadora do radicalismo da classe média, sobretudo de estudantes. Ênio Silveira, visto como um dos agentes dessa mobilização, foi preso no dia seguinte à decretação do AI-5. Permaneceu encarcerado durante 23 dias sem ser informado acerca do delito e com “direito” a ameaça de fuzilamento.

No diário que escreveu durante essa prisão, pela primeira vez desde o golpe, esboçou a ideia de sair do país:

(...) Começa a crescer dentro de mim a ideia de sair do país por uma longa temporada (...). Se conseguir emprego e visto de entrada, serei capaz de ir para os Estados Unidos. Escreverei a Alfred A. Knopf e Barney Rosertt. Este, que é jovem e afina comigo, talvez tenha qualquer oportunidade a me oferecer, sobretudo se eu puder entrar com algum capital em sua firma; na hipótese de liquidar tudo o que tenho aqui. Do jeito que a coisa vai, o Brasil de hoje é incompatível com o meu modo de ser. (...) Estes milicos não desgrudam tão cedo do poder e de suas vantagens.²⁵⁸

A ideia não foi para frente e Ênio Silveira permaneceu no Brasil durante todo o tempo da ditadura. Em 1969, foi processado devido à publicação, no ano anterior, de *Fundamentos da Filosofia*, do autor soviético Victor Afanasiev, e também pela publicação de *Guerra Quente na América Latina*, do trabalhista João Candido Maia Neto, em 1965. Pesou na acusação contra Ênio o fato de ter escrito a orelha do livro de Maia Neto onde afirmava que as forças armadas estavam a serviço dos interesses antinacionais e da espoliação do Brasil. Devido a esses processos, o editor foi preso três vezes ao longo do ano de 1970.²⁵⁹

²⁵⁸ O diário de cárcere de Ênio Silveira foi publicado na íntegra em FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira** – Arquiteto de liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 190.

²⁵⁹ Cf. ROSA, Michele Rossoni. **Esquerdisticamente afinados**: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Os processos e as prisões contra Ênio se deram no auge da repressão desencadeada a partir do AI-5. Para garantir a sua segurança e diminuir o impacto das novas perseguições sobre a saúde financeira da sua editora, Ênio enviou cartas e telegramas para editores e jornalistas do Brasil e do exterior e também para militares e políticos nacionalistas. Pediu apoio contra a perseguição que sofria sob o argumento que havia se colocado na linha de frente da resistência democrática e nacionalista. Mobilizou laços estreitados na sociabilidade editorial em sua defesa contra as arbitrariedades da ditadura.

Os trabalhos de Michele Rosa e de Ana Caroline Castro mostram que Ênio foi prontamente atendido.²⁶⁰ Importantes figuras políticas e intelectuais saíram em sua defesa, buscando, de alguma forma, influenciar as autoridades a favor do editor. Austregésilo de Athayde publicou, em *O Jornal*, texto em defesa do editor e da liberdade de pensamento. Também escreveram a favor de Ênio, entre outros: Rubem Braga, Fernando Sabino, o Marechal Nelson de Mello, José Olympio, Candido Guinle de Paula Machado, Vianna Moog e Luis Câmara Cascudo, que destacaram a importância do seu trabalho editorial, afirmando que esse não se revestia de caráter político-partidário.²⁶¹ O ecumenismo editorial de Ênio foi central para sustentar essa argumentação.

Ênio Silveira também procurou apoio internacional. Escreveu a Rayner Unwin, editor britânico que, por sua vez, escreveu ao jornal londrino *Times*. Esse garantiu a divulgação dos controversos processos contra Ênio e fez a defesa do editor na imprensa estrangeira. Diversas cartas e telegramas endereçadas ao presidente Emilio Garrastazu Médici pediram libertação do editor. Entre os seus autores: Alex Grall, editor de *Les Editions de Minuit*, de Paris; a empresa suíça Editions Delachaux Niestles; M. McGregor, diretor de Theatre Arts Books de Nova York; Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Charles C. Bergham, vice-presidente executivo da Academy of Religion and Mental Health, dos EUA; o Reverendo James Maccoll, da diocese da Pennsylvania; P. F. Sautoy, presidente da editora Faber, da Inglaterra; Thomas Rosenthal, presidente da editora Thames and Hudson, também da Inglaterra.²⁶²

²⁶⁰ ROSA, 2011; CASTRO, Ana Caroline Silva. **Ênio Silveira**: edição, repressão e redes de sociabilidade. EXTRAPRENSA - USP, n. 14, ano VIII, jun. 2014.

²⁶¹ ROSA, 2011; CASTRO, 2014.

²⁶² Essas cartas e telegramas estão disponíveis para consulta no site do Projeto Brasil Nunca Mais Digital sob a referência: PROJETO BRASIL NUNCA MAIS 101 A 200. BNM 110 (35), p. 437-450.

ALEX Grall.[telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Paris, 20 de maio de 1970. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; Editions Delachaux Niestles. [Carta]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Suíça, 20 de maio de 1970. Disponível em

Mais uma vez, a força e o prestígio de Ênio Silveira nos meios intelectuais e políticos se revelou e também mostrou que o regime não era um todo coeso. Os generais Golbery do Couto e Silva e Juracy Magalhães, chamados por Heleno Fragoso, depuseram nos tribunais a favor de Ênio Silveira, mostrando que o nacionalismo era o elemento comum a aproximar personagens tão díspares no campo político.

Ao longo de 1972, Ênio Silveira foi absolvido de todos os processos. Contudo, em função de toda a perseguição sofrida, seus negócios não iam bem e viu-se forçado a vender a editora Paz e Terra, em 1975. No entanto, se os riscos e perdas foram grandes, também houve dividendos com a resistência empreendida pelo editor.

Entre 1964 e 1975, foram, principalmente, os livros da Civilização Brasileira, seguidos pelos da editora Brasiliense, de Caio Prado Jr e da editora Zahar, de Jorge Zahar, que abasteceram tanto o público interno quanto os exilados com os debates e reflexões feitos pela esquerda brasileira.²⁶³ Entre 1965 e 1968, tem-se o ciclo de produção mais intenso da história da editora, uma média de 20 livros por mês, uma produção elevada para os padrões da época. Como destacam os trabalhos de Czajka e Galúcio, Ênio Silveira conseguiu reunir numa só campanha intelectual a estrutura empresarial de seus negócios e os princípios político-ideológicos pelos quais lutava.²⁶⁴

Czajka faz uma importante consideração: a “relativa liberdade” no campo da cultura de que falam alguns autores acerca do período entre 1964 e 1967 não foi um atributo concedido exclusivamente pelos governos militares. Essa relativa liberdade foi construída e mantida pela permanente atividade cultural de intelectuais e artistas por meio de revistas, jornais, teatro, cinema etc., produzindo as condições materiais para a liberdade de

https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; Charles Bergman. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. S/D. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; Reverendo James Maccoll. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Pennsylvania, S/D. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; P. F. Sautoy. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Inglaterra, S/D. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; Thomas Rosenthal. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Inglaterra, S/D. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024; M. McGregor. [Carta]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Nova York, 12 de junho de 1970. Disponível em https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira . Acesso em 24.01.2024.

²⁶³ POERNER, Arthur. **Rebelde todo dia**: memórias de Arthur Poerner. Rio de Janeiro: Lacre, 2019.

²⁶⁴ CZAJKA, 2012; GALÚCIO, 2009.

expressão²⁶⁵. Como vimos, Ênio Silveira foi protagonista dessas atividades, fato que ampliou a autoridade do editor no campo progressista e da esquerda. Publicar nas coleções da Civilização Brasileira significava, para setores da intelectualidade, conquistar legitimidade para participar dos debates e revisões no campo da esquerda e da oposição ao regime militar. Esse fator, aliado às mudanças na conjuntura política da década de 1970, ajuda a explicar a criação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1978.

²⁶⁵ CZAJKA, 2009, p. 278.

3 A ABERTURA POLÍTICA E OS ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

3.1 A CRIAÇÃO DE *ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*

Em fevereiro de 1978, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, Ênio Silveira anunciou o “relançamento” da *Revista Civilização Brasileira*, “tendo em vista os primeiros sinais de uma *abertura política* no país”.²⁶⁶ Segundo o editor, a volta da revista contribuiria para essa abertura “aproveitando-se *toda a intelectualidade* interessada no processo que já se vislumbra”.²⁶⁷ Para Ênio, “o intelectual deve agora, mais do que nunca, *participar do jogo político*, e não se comportar como vítima, como tem sido frequente” [grifos meus].²⁶⁸

Nessa entrevista, estavam dadas algumas das chaves dos motivos da criação, bem como da linha política e editorial da *Encontros com a Civilização Brasileira* que me proponho trabalhar neste capítulo: a criação da revista comprometida com a luta pela democratização do país; a sua apresentação como continuação da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968); a afirmação do intelectual como ator político; a defesa do *frentismo* político e intelectual e da ação no terreno da política para transformar a abertura em redemocratização. Especialmente o último ponto indica a militância pecebista de Ênio Silveira no período. Analisar até que ponto a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi expressão desse pecebismo é um dos objetivos deste capítulo.

A ideia da criação da *Encontros com a Civilização Brasileira* foi de Ênio Silveira e do poeta Moacyr Félix que, além de pertencer ao círculo de amigos de Ênio²⁶⁹, atuava na editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960. Nela, dirigiu diversas coleções como *Poesia Hoje*, *Perspectivas do Homem*, *Violão de Rua*, *Paz e Terra* e a *Revista Civilização Brasileira*. Félix era alinhado ao PCB mas, diferente de Ênio Silveira, não era membro do partido. Costumava trocar que, dessa forma, continuaria “amigo e não inimigo”, ressaltando a sua liberdade de espírito contra dogmatismos e sectarismos.²⁷⁰

²⁶⁶ REVISTA Civilização Brasileira volta a circular. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 12, 9 fev. 1978.

²⁶⁷ *Ibid.*

²⁶⁸ *Ibid.*

²⁶⁹ Moacyr Félix foi, ao lado de Jorge Zahar e Paulo Francis, um dos maiores amigos de Ênio Silveira, convivendo com o editor desde a década de 1960 até a sua morte em 1996. Não à toa foi ele quem organizou o livro-homenagem *Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades*, publicado, em 1998, pela editora Bertrand Brasil.

²⁷⁰ Moacyr Félix uniu poesia e ação em defesa dos homens. *Revista Nacional. Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 6-12 jun. 1999.

Ênio Silveira e Moacyr Félix apresentaram *Encontros com a Civilização Brasileira* ao público como uma continuação da *Revista Civilização Brasileira*, publicada entre 1964 e 1968, porém ampliada pelas novas questões que emergiram nos contextos nacional e internacional de fins da década de 1970. Ivan Alves Filho, jovem militante do PCB à época, relembra que, em 1978, estava na casa de Carlos Nelson Coutinho, durante o seu exílio em Paris, quando ele lhe falou com entusiasmo: “você viu que Ênio vai relançar a *Revista Civilização Brasileira*?”.²⁷¹ A expectativa desse relançamento animava os intelectuais de esquerda, tanto os que permaneceram no Brasil quanto aqueles que foram para o exílio e de lá articularam resistências à ditadura brasileira.²⁷² Ênio Silveira foi uma ponte, na área cultural brasileira, não apenas da resistência empreendida no exílio por comunistas, mas também daquelas que foram organizadas por Leonel Brizola e por Miguel Arraes.²⁷³

Essa filiação cancelava a nova revista perante autores e leitores. Com ela, capitalizava a consagração obtida pela *Revista Civilização Brasileira* nos anos de 1960, quando, sob a forma de um frentismo intelectual, foi o veículo mais importante de resistência cultural à ditadura e dos debates e revisões do campo da esquerda. A meu ver, *Encontros com a Civilização Brasileira* procurou repetir essa fórmula. Ajustou-a, porém, ao contexto da abertura no Brasil. No primeiro editorial da nova revista, Ênio afirmou: “*Encontros* mantém – e amplia – a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a *Revista Civilização Brasileira*”.²⁷⁴

O nome da antiga revista não foi mantido. Os editores preferiram nomeá-la de *Encontros com a Civilização Brasileira*. Essa escolha remetia à organização, pela editora Civilização Brasileira, nos anos de 1960, de noites de autógrafos e debates entre autores e leitores nomeados de “Encontros com a Civilização Brasileira”.

Em suas memórias, Ênio Silveira identificou a origem desses eventos devido ao sucesso de público da *Revista Civilização Brasileira*, entre 1965 e 1968.²⁷⁵ Segundo ele, nesse período, foram feitos debates sobre teatro, música, literatura, lançando “muita gente no debate

²⁷¹ Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2023.

²⁷² Sobre a resistência dos Intelectuais comunistas no exílio, Cf. NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: Intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática. **Estudos Avançados** (28), 80, 2014. Sobre a resistência no exílio promovida pelas ex-esquerdas armadas brasileiras, Cf. ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁷³ Sobre a participação de Ênio Silveira na resistência à ditadura brasileira empreendida por Miguel Arraes a partir da Argélia, Cf. CRUZ, 2016.

²⁷⁴ SILVEIRA, Ênio. Por que e Para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, p. 8, jul. 1978.

²⁷⁵ FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Editando o editor 3 - Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp, 1992, p. 89.

das ideias progressistas, em pleno repúdio ao regime de força que se implantava no país”.²⁷⁶ O editor lembrou um simpósio sobre o teatro brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, no período de edição da *Revista Civilização Brasileira*, que teria reunido cerca de 600 pessoas, constituindo “um verdadeiro comício”.²⁷⁷ Ainda que esse cálculo possa estar superestimado, o que interessa é a intenção de Ênio Silveira em destacar o caráter mobilizatório desses encontros. Eles correspondiam à expansão da sociabilidade da revista, que se abria ao contato direto com um público mais amplo e entre os próprios autores. Alargava, assim, o espaço público em um contexto marcado por seu progressivo fechamento e potencializava a politização da sua editora.

O primeiro registro que encontrei desses eventos data de 1966, o que corrobora a memória do editor.²⁷⁸ Em junho daquele ano, José Condé anunciou, em sua coluna no *Correio da Manhã*:

A editora Civilização Brasileira vai promover no teatro Santa Rosa, a partir da segunda quinzena deste mês, uma série de noites de autógrafos simultaneamente com debates entre autores e leitores. (...) As noites de autógrafos e de debates, que receberam a denominação de “Encontros com a Civilização”, terão lugar nas segundas-feiras 20 e 27 de junho e 4 e 11 de julho. Muitos escritores já aderiram à promoção entre eles: Hélio Silva, Leandro Konder, Thiago Melo, Edison Carneiro, Carlos Heitor Cony, Moacyr Felix, Campos de Carvalho, Carmem Silva, Joao Bittencourt. Os debates serão conduzidos pelo Ênio Silveira.²⁷⁹

Ao escolher o nome *Encontros com a Civilização Brasileira* para a revista lançada em julho de 1978, Ênio Silveira pretendeu retomar o clima de efervescência e mobilização política dos anos 1960 e a centralidade que a editora Civilização Brasileira obteve no campo da oposição cultural. Em agosto de 1979, o *Pasquim* anunciou o início do primeiro ciclo da nova fase desses encontros. Leandro Konder foi o primeiro a debater com o público o seu artigo *Marxismo e Cristianismo*, publicado no número 6 da revista.²⁸⁰ O momento era de grande mobilização da esquerda cristã, sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base e seu projeto de conscientização popular.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 89.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 89.

²⁷⁸ Renato Vieira afirmou que esses encontros eram organizados desde 1962. No entanto, o autor não apresentou registros deles para esse período. Cf. VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos*. Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 188

²⁷⁹ CONDÉ, José. Escritores e livros. Encontros com a Civilização. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 05 jun. 1966, p.5.

²⁸⁰ CULTURA em Campo. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 17-23 ago.1979, p.27.

A imprensa deu grande destaque a esses encontros. A título de exemplo, em matéria de 8 de dezembro de 1979, o *Jornal do Brasil* convidou o público a se reunir nos encontros com os autores do número 17 da revista, tais como Carlos Nelson Coutinho, Ênio Silveira, Geir Campos, Otávio Guilherme Velho, Maria Amélia Mello, Moacir Pereira, entre outros.²⁸¹

Do ponto de vista da edição de livros e revistas de oposição, o contexto era propício. Os trabalhos de Flamarion Maués²⁸² e Laurence Hallewell²⁸³ mostram que, durante a abertura política, houve um grande incremento da indústria editorial, e um dos segmentos que mais se destacaram foi o da literatura política de oposição: obras parlamentares, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos e clássicos do pensamento socialista.

Os marcos cronológicos desse fenômeno são objeto de discordância entre os autores. Para Hallewell, embora em 1977 tenha havido uma “enxurrada de livros de oposição”, a abertura para os livros veio, de fato, com a posse de João Batista Figueiredo na presidência da República, em 1979.²⁸⁴ Houve, então, uma mudança de postura do governo em relação à censura e um número cada vez maior de assuntos deixou de ser tabu.²⁸⁵ Já Flamarion Maués identificou esse processo em meados da década de 1970, embora reconheça que ele se intensificou entre 1977 e 1978.²⁸⁶ Segundo Maués, dois motivos explicam o fato: de um lado, a edição de livros passou a ser menos visada pelos agentes da repressão e a censura passou a se dedicar especialmente à questão moral ou a livros que fizessem a crítica direta ao regime. De outro, a partir de 1977-1978, houve o retorno do movimento estudantil e do movimento sindical à cena pública, além do avanço da campanha da anistia, o que ampliou um público ávido por literatura política.²⁸⁷

Para Sandra Reimão, a censura a livros durante a ditadura militar teve uma atuação mais forte durante o governo do general Ernesto Geisel (março de 1974 a março de 1979). No entanto, a autora também afirma que o escopo censório foi mais moral e menos político. Ela atribui isso a três fatores: antigas preocupações de ordem moral vinculadas às classes médias urbanas; o próprio Departamento de Censura de Diversões Públicas, percebendo o fim das

²⁸¹ LIVROS e autores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Caderno B, 8 dez. 1979, p.10.

²⁸² MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura*. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

²⁸³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. São Paulo: EDUSP, 1985

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 660.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 660.

²⁸⁶ MAUÉS, 2013, p. 11.

²⁸⁷ *Ibid.*

atividades censórias, buscou mostrar-se como necessário ao sistema; artistas e intelectuais, durante “os anos de chumbo” (1968-1974), exerceram a autocensura, pois estavam conscientes do rigor da atividade censória nesse período.²⁸⁸

O novo contexto foi favorável à criação de novas editoras de oposição e à revitalização daquelas já existentes como Brasiliense, Vozes, Paz e Terra e, o que interessa diretamente a este trabalho, a editora Civilização Brasileira. A título de exemplo, em 1974, Ênio Silveira publicou *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Friedrich Engels, tradução de Leandro Konder, e *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Holanda. Em 1975, publicou *Gota d'água*, também de Chico Buarque de Holanda, que foi um grande sucesso de público. *Gota d'água* foi o resultado da ação do Grupo Casa Grande, nome tirado do Teatro Casa Grande, local de encontro e reunião de vários intelectuais de oposição ao regime que, sob a liderança dos pecebistas, procuravam rearticular o pensamento oposicionista na perspectiva frentista da qual Ênio Silveira fez parte.²⁸⁹ Em 1976, publicou *Poema Sujo*, de Ferreira Gullar, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, de Moniz Bandeira, além dos romances-reportagens de José Louzeiro, como *Lucio Flávio, o passageiro da agonia* (1975) ou *Araceli, meu amor* (1976) – proibido e retirado de circulação –, que constituíram importantes formatos literários de resistência à ditadura na década de 1970.²⁹⁰

Para corroborar a ideia de que a abertura em relação aos livros veio, de fato, no final da década de 1970, Ênio Silveira não aceitou publicar o livro *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós, quando esse autor procurou a Civilização Brasileira por volta de 1975 ou 1976.²⁹¹ O livro tratava da luta armada, da repressão e da tortura durante o regime militar e foi escrito nos tempos de cárcere do autor, em 1973. Por intermédio de Otávio Ianni, Ênio Silveira

²⁸⁸ REIMÃO, Sandra. “Proibido a publicação e circulação...”- censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, 2014, p. 85-87.

²⁸⁹ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, USP, 2017, p. 185-189. Sobre o grupo Casa Grande, ver também HERMETO, Miriam. Os seminários de dramaturgia do Grupo Casa Grande. Limites do frentismo de resistência político-cultural na abertura política brasileira. In: MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

²⁹⁰ Para além da literatura política, a editora Civilização Brasileira continuou a sua prática editorial de um catálogo eclético. Em 1975, criou a coleção *Tempo e Contratempo*, dirigida pela filha de Ênio, Silvia Marcondes Ferreira, voltada à música nacional e estrangeira. O primeiro livro lançado na coleção foi *Enterrada Viva, uma biografia de Janis Joplin*, escrito por Myara Friedman. Cf. RODRIGUES, Helena Vianna. Civilização, 43 anos editando livros para leitores cada vez mais exigentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1975, p.8.

²⁹¹ Essas informações foram fornecidas por Renato Tapajós a Marcelo Ridenti. Cf. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 154. No depoimento a Ridenti, Tapajós não precisou a data em que procurou a editora Civilização Brasileira. Apontou que, entre 1975 e 1977, procurou diversas editoras. É possível supor que o autor tenha procurado Ênio Silveira antes de 1977, pois o contrato com a editora Alfa Ômega foi assinado em fevereiro desse ano e o livro publicado em maio.

explicou a Tapajós que o momento não era adequado. O livro seria barrado pela censura e geraria problemas ao autor.²⁹² Como destaca Sandra Reimão, uma certa literatura da violência, que a ditadura militar propiciara ou era incapaz de conter e se esforçava por ocultar, foi alvo forte da censura durante o governo Geisel.²⁹³

Ainda que a editora Civilização Brasileira publicasse diversas obras de oposição à ditadura, é possível inferir que Ênio Silveira não quisesse acirrar as tensões com a temática da luta armada e da tortura em um momento em que a abertura política anunciada era incerta. O próprio PCB, cuja direção e militantes haviam sofrido violenta repressão entre 1974 e 1975, recomendava evitar confrontações diretas com o governo para impedir um retrocesso político. *Em Câmera Lenta* foi publicado pela editora Alfa Ômega, no início de 1977. Como previra Ênio Silveira, Tapajós foi preso dois meses depois.

A partir de meados de 1977, Ênio Silveira sentiu que já poderia publicar títulos como *Cartas da prisão* (1977), *Das Catacumbas* (1978) e *A vida suspeita do subversivo Raul Parelo* (1979), de Frei Beto; *Reflexos no baile* (1977), de Antonio Callado, continuação do ciclo de livros sobre luta armada do autor; *Memórias* (1979), do importante militante comunista Gregório Bezerra. Em 1978, Ênio Silveira publicou um dos mais importantes livros da Campanha pela Anistia: *Liberdade para os Brasileiros: anistia ontem e hoje*, de Roberto Ribeiro Martins, militante do PCdoB, ex-presos político e um dos fundadores do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).²⁹⁴ Em 1979, publicou *Milagre no Brasil*, de Augusto Boal, livro de memórias em que o teatrólogo narrou sua prisão em São Paulo, em 1971, denunciando as torturas que presenciou. Diferente do que aconteceu com Tapajós, não houve censura ou repressão a nenhum desses livros ou autores.

Entre 1978 e 1984, os seguintes livros editados por Ênio Silveira estiveram na lista dos mais vendidos: *A ditadura dos Carteis*, de Kurt Mirow (1978), *Creio na Justiça e na esperança*, de D. Pedro Casaldáliga (1978), *Liberdade para os Brasileiros: Anistia ontem e hoje*, de Roberto Martins (1978); *Mil razões para viver*, de D. Hélder Câmara (1979); *Condenados ao subdesenvolvimento*, de Kurt Mirow (1979), *Memórias*, 1 parte, de Gregório

²⁹² RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 154.

²⁹³ REIMÃO, 2014.

²⁹⁴ MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela anistia. **Perseu**, São Paulo, n. 6, 2011, p. 257-277. BODEGHERO, Carla. A anistia de 1979: um balanço bibliográfico. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.

Bezerra (1979), *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto (1982).²⁹⁵

Outra prova dessa mudança de ventos é que, em 1979, ao lado de Sergio Lacerda e Jorge Zahar, Ênio Silveira integrou uma comissão de editores, em Brasília, para negociar com o ministro da Educação, Eduardo Portella, futuras medidas do governo em apoio ao livro.²⁹⁶ Segundo Hallelwell, a produção da editora Civilização Brasileira durante o governo Figueiredo (1979-1985) ainda impressionava: 200 títulos por ano, sendo 60% novos, 30% ficção nacional, 20% ficção estrangeira, 30% obras brasileiras de Ciências Sociais.²⁹⁷

O que quero mostrar até aqui é que a política de abertura do regime militar, o arrefecimento da repressão aos intelectuais, em especial ao próprio Ênio Silveira, e a emergência de uma sociedade mobilizada para transformar a abertura em redemocratização, no final da década de 1970, levaram o editor a traçar estratégias para retomar uma atuação editorial mais acentuada e reafirmar a presença dos intelectuais e da Civilização Brasileira na cena política do país. A meu ver, a criação da *Encontros com a Civilização Brasileira* foi a principal delas.

Uma caracterização geral da revista, que faço nos itens a seguir, ajuda a compreender a sua centralidade e a identificar aspectos da sua linha política e editorial.

3.2 A revista *Encontros com a Civilização Brasileira*

Encontros com a Civilização Brasileira foi uma revista político-cultural, lançada em julho de 1978 e publicada até o ano de 1982, em um total de 29 números. Sua circulação foi mensal entre julho de 1978 e julho de 1980. A partir daí, saiu de forma intermitente, tendo apenas um número em 1981 e um último em 1982.

Tinha formato de livro (140 x 210 mm), com cerca de 250 páginas cada número. Nela, foram publicados ensaios e artigos, muitos deles acadêmicos, com até 30 páginas, além de entrevistas, notas críticas, debates, poemas, contos e muitas resenhas. A revista também republicou manifestos políticos, comunicações em simpósios e congressos acadêmicos, intervenções em eventos políticos do campo da oposição ao regime militar, além de textos

²⁹⁵ MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013, p. 49.

²⁹⁶ BONFIM, Beatriz. Editores pedem um programa especial de apoio ao livro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Livro-Guia semanal de ideias e publicações, p. 1, 23 jun. 1979.

²⁹⁷ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 662.

originalmente saídos em revistas de esquerda do exterior, geralmente aquelas ligadas aos partidos comunistas europeus, especialmente o italiano e o francês.²⁹⁸ Alguns artigos da antiga *Revista da Civilização Brasileira* (1965-1968) foram republicados, o que contribuiu com a ideia de uma continuidade entre as duas revistas.

A linguagem formal e objetiva predominou. Ela deu aura de seriedade e cientificidade não apenas aos artigos acadêmicos, baseados em dados de pesquisa empírica e metodologia universitária, mas também aos outros gêneros textuais. Essa característica foi explicitada no chumbo amigo de Ziraldo no *Pasquim*:

por isso é que eu leio os *Encontros com a Civilização Brasileira* (...) No número de julho de 1980 (...) tem uma resposta do [Paulo] Francis a um de seus críticos, Sérgio Weigert, que é de deixar a gente morrendo de inveja. Eles se xingam numa linguagem que só os Cabot e os Lodge podem entender, quando falam com Deus. Um barato! ²⁹⁹

Em julho de 1980, a revista *Veja* caracterizou *Encontros* como “vetusta” e “pesada”. Em uma carta-resposta, publicada no número 26 de *Encontros*, Moacyr Félix afirmou que as matérias publicadas em *Encontros* não eram daquelas “em que o homem dá apenas dez minutos de si próprio para uma leitura em que busca apenas distrair-se dele próprio e, sobretudo, distrair-se do que o rodeia”.³⁰⁰ Segundo Félix, ele e Ênio Silveira partiam do pressuposto de que leitura é trabalho, não o trabalho de um tempo alugado, mas enquanto criação de si mesmo: “daí sabermos que a leitura, nesse sentido, é um diálogo entre o que está escrito e aquele que lê”.³⁰¹ Era esse diálogo e essa ação do leitor que os editores buscavam, explicitando o caráter engajado da revista.

Esse caráter aparecia na própria estratégia textual que predominou na maioria dos textos. Assim como chamou a atenção Maria Lucia Camargo, sobre a *Revista Civilização Brasileira*, em *Encontros*, os textos, em sua maioria, faziam um balanço histórico para a compreensão do presente e propostas de ação nesse presente com vistas a outro futuro.³⁰² *Encontros com a Civilização Brasileira* seguia, assim, a temporalidade própria das revistas

²⁹⁸ Alguns exemplos são as revistas italianas *Rinascita* e *Crítica Marxista*, ligadas ao Partido Comunista Italiano (PCI), a revista francesa *La Nouvelle Critique*, ligada ao Partido Comunista da França (PCF). Cf. Apêndice A.

²⁹⁹ ZIRALDO. Ah! Que Inveja (coluna Dicas). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 24-30 out. 1980, p.8.

³⁰⁰ FÉLIX, Moacyr. Uma carta para a revista *Veja*. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 26, 1980, p. 238.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 238.

³⁰² CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. *Revista Iberoamericana*, v. LXX, n. 208-209, jul.-dic. 2004, p.9.

criadas por intelectuais, voltadas para a conjuntura, arenas de debates visando intervir em seu presente, tendo, portanto, um caráter mais transitório que os livros, conforme Beatriz Sarlo.³⁰³

Como indica Jacqueline Pluet-Despatin, a configuração interna do espaço de sociabilidade de uma revista é marcada por diferenças na divisão de poder entre seus membros.³⁰⁴ Quanto à sociabilidade própria de *Encontros*, é possível identificar que as instâncias decisórias eram compostas, centralmente, por Ênio Silveira, como Diretor-responsável, e Moacyr Félix, como Editor-chefe. Ambos dirigiram a revista durante todo o tempo. O arrefecimento das perseguições a Ênio Silveira permitiu que ele retomasse a forma de gerência centralizada que adotou na Civilização Brasileira desde os anos de 1950.

Ênio Silveira e Moacyr Félix acompanharam de perto todas as etapas do processo editorial da revista, desde o contato com os autores até a orientação de projeto gráfico. Os recursos para a edição da revista vieram da própria editora Civilização Brasileira, o que garantiu a sua autonomia política e editorial. Todos os números da revista foram impressos pela gráfica carioca Portinho Cavalcanti Ltda. A sede da revista era o próprio escritório da editora Civilização Brasileira no centro do Rio de Janeiro.

O tratamento gráfico-editorial foi, nas palavras de Ênio Silveira e de autores como Cristiano Couto e Dédallo Neves, “mais profissional” do que aquele dado à *Revista Civilização Brasileira*, na década de 1960.³⁰⁵ Houve uma atenção maior com a diagramação, as revisões, traduções, *design* de capas. Mas nada revolucionário em relação ao padrão que o próprio Ênio Silveira já havia colocado na Civilização Brasileira desde o final dos anos de 1950 e início de 1960. Dédallo Neves atribuiu esse maior cuidado gráfico-editorial ao avanço da indústria cultural e à especialização da cultura como mercadoria no final dos anos de 1970 e 1980.³⁰⁶

A diagramação ficou sob a responsabilidade de Léa Caulliraux até o número 21. Do 22 até o 28, assumiu Ana Maria Araújo. O último número, 29, ficou sob a responsabilidade de

³⁰³ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas : razones de una práctica. In: **América: Cahiers du CRICCAL**, n. 9-10, 1992.

³⁰⁴ PLUET- DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l’histoire des intellectuels: les revues. **Les Cahiers de L’Institut d’Histoire du Temps Présent**, n. 20, mars 1992. Sociabilités Intellectuelles. Liex, Milieux, réseaux, p. 232.

³⁰⁵ Depoimento de Ênio Silveira para Renato Vieira. VIEIRA, Renato. **Consagrados e Malditos**. Os Intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 184.

³⁰⁶ NEVES, Dédallo de Paula. **A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma Intelectualidade (1978-1982)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021. COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios**. Confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984). 2013. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

C.A.T. Torres. O *design* gráfico ficou sob a responsabilidade de Eugênio Hirsch que, desde o final dos anos de 1950, fez da Civilização Brasileira uma referência em termos de impacto visual de suas capas.

Cada volume de *Encontros* era impresso em preto e branco, incluindo texto escrito, fotografias, ilustrações e publicidade. Apenas o fundo das capas e contracapas era colorido. O texto escrito dominava praticamente todo o miolo da revista, com pouco espaço para fotografias ou ilustrações, que ocupavam principalmente as capas.

No topo de cada capa, aparecia o nome da revista. Até o número 28, as palavras “encontros com” em letra minúscula e “Civilização Brasileira”, em maiúscula. No número 29, “Encontros com a Civilização Brasileira” apareceu toda em maiúscula. O logo da editora Civilização Brasileira, desenhado por Marius Lauritzen Bern, nos anos de 1950, concebido pela conjugação da forma das letras C e B com a ideia de um livro com as páginas abertas³⁰⁷, aparecia ao lado do nome da revista. No meio da capa, sempre uma grande fotografia ou ilustração. Abaixo, uma espécie de índice, sem paginação, onde eram anunciados os autores e títulos, exceto resenhas, funcionando como um chamariz aos leitores. A partir do número 26, isso foi para a contracapa. Importante destacar que o índice, de fato, vinha na página 5. O preço apareceu em todos os números, exceto no último, no canto superior direito.

O conteúdo das fotografias e das ilustrações das capas relacionava-se com algum artigo ou temática que os editores queriam destacar. Do volume 1 ao 8, com exceção do 7, isso foi sinalizado ao leitor pela combinação entre o conteúdo da fotografia ou ilustração e uma chamada em destaque branco, em forma diagonal, no canto inferior direito da capa, de determinado artigo. Alguns exemplos: no primeiro número de *Encontros*, a fotografia é de um brasileiro negro, enquadramento na sua face. No canto direito inferior, vem a chamada do artigo *O brasileiro Negro. 90 anos depois*, de Cláudio Bojunga, em que o autor discutiu a situação da população negra brasileira 90 anos depois da lei de abolição (Anexo A). Outro exemplo, no número 3, a capa traz uma ilustração aterrorizante de caveiras e esqueletos. No canto direito inferior, a chamada do artigo “Tortura e morte de presos políticos: o caso Herzog”, escrito por Heleno Fragoso e Sérgio Bermudes, advogados da família Herzog (Anexo B).

³⁰⁷ LIMA, Guilherme Cunha; MARIZ, Ana Sofia. Editora Civilização Brasileira: Novos parâmetros na produção editorial brasileira. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal. **Impresso no Brasil**. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo. editora Unesp, 2010, p. 267.

A partir do número 9, o destaque a determinado artigo desaparece da capa. Mas a fotografia e a ilustração continuam sendo relacionadas aos temas tratados na revista, em grande parte das vezes, aquele abordado nos editoriais. Como exemplo, no número 15, a fotografia de capa traz uma cena de repressão policial. No editorial “Violência gera violência”, Ênio Silveira abordou o tema do aumento da violência urbana, na década de 1980, como um dos graves desdobramentos das disparidades sociais provocadas pela forma como se desenvolveu o capitalismo brasileiro (Anexo C).

O visual das capas, no estilo de Eugênio Hirsh, foi quase sempre agressivo. Conforme Ênio Silveira lembrou, Hirsch dizia: “não vim para agradar, vim para agredir”.³⁰⁸ Na maioria das vezes, trazia cenas de violência ou precariedade da vida da população brasileira (Anexo D). Algumas capas trouxeram imagens de manifestações políticas (Anexo E). Além de traduzir visualmente o discurso da coleção, Sergio França Silva também ressalta a questão comercial: “ter uma capa de destaque, como propunha Hirsh, fez toda a diferença no momento crucial da venda, em que o livro tem que chamar mais a atenção do que as obras concorrentes que dividem com ele a bancada da livraria.”³⁰⁹

O espaço para publicidade era pequeno. Ocupava, principalmente, a segunda, terceira e quarta capas e poucas páginas no miolo. Era destinado aos anúncios do mercado editorial, sempre livros de conteúdo e autores progressistas ou de esquerda. Em primeiro lugar, os livros da própria editora Civilização Brasileira (Anexos F e G). Outros anunciantes eram os jornais *Movimento* e *O Pasquim*, as editoras Vozes, Ática, Codecri (Anexos H e I).

Na própria publicidade, era possível encontrar sinais do alinhamento político dos editores. Como, também, notou Dédallo Neves, no número 21, foi anunciado o livro *O PCB no quadro atual da política brasileira*, de Pedro Del Picchia, que trouxe a entrevista de seis membros do Comitê Central do PCB: Armênio Guedes, Salomão Malina, Hércules Correa, Luiz Tenório de Lima, Lindolfo Silva, Zuleika Alembert. No mesmo número, foi publicado o ensaio *A estrutura sindical brasileira: lutas, experiências, proposta* e anunciado o livro *A classe operária e seu partido*, ambos de Hércules Corrêa. Essas publicações se davam no calor da hora da crise interna do partido, ocorrida no período da transição democrática.³¹⁰ Essa crise resultou de uma queda de braço do secretário-geral Luís Carlos Prestes com o

³⁰⁸ FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Editando o editor 3**- Ênio Silveira. São Paulo: Edusp, 1992, p. 156.

³⁰⁹ SILVA, Sérgio Ricardo França. **Cicatrizes**. A trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira. 2020, Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2020, p. 43.

³¹⁰ Sobre a crise Interna do PCB, no final da década de 1970, Cf. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 387-439.

Comitê Central. Prestes só ocupou espaço, na revista, no número 27, publicado no segundo semestre de 1980, após a sua saída do partido, em março daquele ano. Ainda assim, só foram publicadas as perguntas elaboradas por 20 intelectuais e enviadas, três meses antes, para ele.

Uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 10 de agosto de 1980, afirmou que, embora Prestes tenha autorizado a ideia de Ênio Silveira e Moacyr Félix de reunir intelectuais de diferentes procedências políticas e ideológicas para questioná-lo, ele não respondeu às questões. Mesmo assim os editores decidiram publicá-las por acreditar que, algumas vezes, “as perguntas são mais importantes que as respostas”.³¹¹ Ao mesmo tempo, o pouco espaço para o grupo prestista, na revista, em contraposição à importância que as elaborações dos eurocomunistas desempenharam nela, indica o alinhamento político dos seus editores no debate interno ao PCB.

De volta à caracterização geral da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, os elementos trabalhados acima, como os aspectos gráfico-editoriais, a linguagem, as estratégias textuais, a publicidade, mostram que *Encontros* se apresentava no padrão das “revistas de resistência séria”, conforme classificação de Maria Camargo.³¹² Ajudam a identificar o tipo de público que se queria criar ou conquistar: aquele intelectualizado e engajado na vida política-cultural do país, do ponto de vista da oposição progressista ou de esquerda. O próprio Ênio Silveira explicitou, no número 9, que o público formado por *Encontros* era composto pelos “setores progressistas da nossa vida política, o meio universitário, a intelectualidade brasileira”.³¹³

Para atingir esse público, a revista era vendida em todo o Brasil, ainda que com uma concentração maior no Sudeste,³¹⁴ por meio de livrarias, bancas de jornais, com preferência àquelas situadas próximas às universidades, e também pelos correios, para chegar às cidades do interior do país onde não existiam livrarias.³¹⁵ A própria editora Civilização Brasileira

³¹¹ INFORME JB. Perguntas e Respostas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, 10 ago. 1980, p.6.

³¹² CAMARGO, Maria Lucia de Barros, Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. **Revista Iberoamericana**, v. LXX, n. 208-209, jul.-dic. 2004.

³¹³ SILVEIRA, Ênio. O conveniente fantasma do comunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, mar. 1979.

³¹⁴ Não encontrei dados da distribuição regional da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. Mas, na tese de Andrea Galúcio, há dados acerca da distribuição regional dos livros da editora Civilização Brasileira no ano de 1976: 78% dos livros ficavam na região Sudeste: 50% no Rio de Janeiro; 20% em São Paulo; 8% em Minas Gerais e Espírito Santo; 7% na região Sul; 5% no Norte (Acre, Amazonas e Pará); 5% no Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás). É possível inferir que esses dados não tivessem se alterado substancialmente em 1978. GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 167.

³¹⁵ REVISTA da Civilização Brasileira volta a circular. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 9 fev. 1978, p.12.

possuía uma rede de livrarias nas principais capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

Não há indicação, na revista, acerca da sua tiragem. Mas, segundo Moacyr Félix, em 1978, *Encontros* teve uma tiragem de 10.000 exemplares por número. Em 1979, foram 20.000.³¹⁶ A publicidade que a editora Civilização Brasileira fez do número 5 da revista, no *Pasquim*, afirmava que “80 mil pessoas estão lendo *Encontros* todo mês”.³¹⁷ Félix justificou a cifra, afirmando que “quem compra sempre cede ou empresta aos outros. Nesse rodízio, e isso muito nos responsabiliza, vemos que nós e nossos colaboradores estamos dialogando com cerca de 80.000 pessoas”.³¹⁸ Ainda que possa ter sido um tanto superestimado, para fins de propaganda, o que interessa marcar, aqui, é que a revista estava atingindo o seu público. A título de exemplo, a revista cultural *Tempo Brasileiro*, dirigida por Eduardo Portella, desde 1962, portanto, bem consolidada no mercado editorial, atingia tiragens de 3.000 a 3.500 exemplares em 1980.³¹⁹

O preço da *Encontros* foi em um crescendo, dos CR\$ 50,00 do primeiro número, aos CR\$ 200,00 do vigésimo nono, em 1982. Essa flutuação deveu-se ao aumento dos custos de produção da indústria gráfica, provocado pelos altos índices de inflação do período, em virtude da crise do chamado “milagre econômico”, que afetou todo o mercado editorial.³²⁰ O contexto de circulação de *Encontros* foi de recessão econômica.

Encontros circulou em um mercado editorial onde abundavam outros veículos de oposição, característica do período da abertura política, conforme chamou atenção Bernardo Kucinski³²¹ e Maués³²²: desde revistas como *Tempo Brasileiro*, de Eduardo Portella, ou *Ensaio de Opinião*, de Fernando Gasparian, passando por revistas editadas por intelectuais pecevistas, como *Temas de Ciências Humanas*, revistas acadêmico-universitárias, como *Dados* (IUPERJ), *Revista Cultura e Política* (CEDEC), *Cadernos Cebrap* (CEBRAP), até jornais alternativos como *O Pasquim* e *Movimento*, ou aqueles que tinham foco temático nos movimentos de minorias políticas, como os jornais *Versus*, *Brasil Mulher*, ou *o Lampião*, que

³¹⁶ FÉLIX, Moacyr. *O pensar e o sentir na obra de Moacyr Félix*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p. 196.

³¹⁷ OS LANÇAMENTOS da Civilização fortalecem a sensibilidade e a consciência dos leitores brasileiros. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 8-14 dez. 1978, p.26.

³¹⁸ FÉLIX, 2002, p. 197.

³¹⁹ CAMARGO, Maria Lucia de Barros. *Tempo Brasileiro e Novos Estudos Nos Anos 80*. **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 1, n. 1, 1997, p.5.

³²⁰ COUTO, 2013.

³²¹ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003.

³²² MAUÉS, 2013.

faziam, inclusive, a crítica, pela esquerda, aos marxistas e à esquerda nacionalista, tradição representada pela editora Civilização Brasileira. Como o próprio Moacyr Félix explicitou, havia “publicações periódicas para tudo; cada uma com seus objetivos e sua destinação precípua.”³²³

Assim como a *Revista Civilização Brasileira*, *Encontros* foi uma revista política, mas não partidária. Ao mesmo tempo, foi uma revista que buscou pontes e presença nas universidades, mas não foi uma revista acadêmica, isto é, “produzidas por e destinadas a um determinado e seletivo público, de extração nitidamente universitária”.³²⁴

Encontros também se diferenciou, pelo seu próprio formato de livro e densidade dos textos, das revistas e jornais tanto da grande imprensa quanto da imprensa alternativa. O próprio Ênio Silveira marcou a diferença logo no primeiro editorial:

Deliberadamente afastados da cobertura do dia a dia, não procuramos, por isso mesmo, apresentar soluções apressadas, apriorísticas, para as dúvidas ou inquietações que eles nos suscitem. Mantendo o dinamismo de uma revista, na maior estabilidade temporal de um livro, os *Encontros com a Civilização Brasileira* pretendem agir, antes, como elemento galvanizador de ideias do que de emoções desligadas do humanismo.³²⁵

Para disputar o mercado, *Encontros* foi apresentada como “uma revista em forma de livro, que custa menos que um livro” ou “um volume que vale por vários livros”.³²⁶ Para fins de comparação, em julho de 1978, *Encontros* custava 50 cruzeiros. *O som do outro sino. Um breviário liberal*, de Afonso Arinos, publicado pela Civilização Brasileira, custava 100 cruzeiros.³²⁷ O livro *Em defesa dos direitos humanos*, de D. Paulo Evaristo Arns, também publicado pela Civilização Brasileira, custava 150 cruzeiros.³²⁸ Enquanto *O Pasquim*, cujo formato era tabloide, custava 15 cruzeiros. O que interessa marcar, aqui, é que era uma revista com a densidade de um livro cujo preço de venda mais acessível contribuía para ampliar o número de leitores, incluindo estudantes universitários, um de seus públicos-alvo.

³²³ FÉLIX, Moacyr. Uma carta para a revista Veja. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 26, 1980, p. 238.

³²⁴ CAMARGO, Maria Lucia de Barros, Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. **Revista Iberoamericana**, v. LXX, n. 208-209, jul. dic. 2004, p. 891-913.

³²⁵ SILVEIRA, Ênio. Por que e Para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.1, jul. 1978, p.8.

³²⁶ *ENCONTROS com a Civilização Brasileira*. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, 29 mar. 1980, p.6.

³²⁷ *O som do outro sino. Um breviário Liberal* reuniu ensaios e discursos do prócer liberal, ex-udenista, Afonso Arinos de Mello Franco. Era mais um exemplo, no campo editorial, do alinhamento de Ênio Silveira na construção da frente ampla de comunistas a liberais, conforme propunha o PCB.

³²⁸ OS LANÇAMENTOS da Civilização fortalecem a sensibilidade e a consciência dos leitores brasileiros. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 9-14 dez.1978, p. 26.

O lançamento de cada volume de *Encontros* era divulgado pela grande imprensa e pela imprensa alternativa e não apenas como propaganda paga. Seus volumes eram anunciados e comentados em matérias e colunas de vários jornais.³²⁹ Isso revela a legitimidade e a consagração que Ênio Silveira havia conseguido para a Civilização Brasileira e também o clima da abertura política no país. Anunciar a revista era contribuir para ampliar a luta pela democracia no país.

Dos jornais da época, o mais assíduo em comentários sobre a *Encontros* foi o *Pasquim*. Embora tivessem formatos editoriais diferentes, havia afinidades políticas e pessoais entre os seus editores. Alguns de seus jornalistas, como Sérgio Augusto, integraram o Conselho editorial da *Encontros* e foram autores na revista.³³⁰ Além disso, participavam de eventos políticos organizados por Ênio Silveira, como os do Centro Brasil Democrático (Cebtrade), do qual o editor foi um dos fundadores, em 1978. Em julho de 1978, Sérgio Augusto anunciou, em *O Pasquim*, o lançamento de *Encontros*:

Em todos os graus permitidos e necessários. No primeiro, Eric Hobsbawn, Octávio Ianni, Darcy Riberio, Ralph dela Cava, Gianfrancesco Guarnieri etc. Custa quase o preço de dois ingressos para se ver o filme do Spielberg mas dura mais de duas horas. Pequeno óbice: não tem happy-end.³³¹

No tom irreverente, *O Pasquim* traduziu o caráter sério de discussão da realidade brasileira que marcou a *Encontros*. Ou, como a própria revista se apresentava em propaganda publicitária, *Encontros* era “atuante, engajada e útil aos que se preocupam em estudar com profundidade os problemas do nosso tempo”.³³² Um levantamento das temáticas abordadas e da sua estruturação ou divisão, na revista, contribuem para apontar os sentidos desse engajamento.

³²⁹ Alguns exemplos: em novembro de 1979, o pecebista Luiz Sérgio Henriques discutiu, no *Jornal da República*, a construção da democracia brasileira, a partir do artigo *A administração Carter: mito e realidade*, de Noam Chomsky, publicado no volume 15 da *Encontros com a Civilização Brasileira*. HENRIQUES, Luiz Sérgio. Nova democracia. **Jornal da República**. São Paulo, 13 nov. 1979, p.4. Alceu Amoroso Lima, na sua coluna do *Jornal do Brasil*, abordou o feminismo tendo como alguns dos seus embasamentos os artigos publicados no número 26 da *Encontros com a Civilização Brasileira*. ATHAYDE, Tristão. O feminismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 abr. 1981, p.11.

³³⁰ A título de exemplo: AUGUSTO, Sérgio. Os direitos de Carter e os direitos de Chomsky. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978. AUGUSTO, Sérgio. Os bobos da corte estão levitando. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 12, jun. 1979.

³³¹ AUGUSTO, Sérgio. Encontros com a Civilização Brasileira. **O Pasquim**. Rio de Janeiro, 21-27 jul. 1978, p.25.

³³² ENCONTROS com a Civilização Brasileira. **O Pasquim**. Rio de Janeiro. 20-26 jun.1980, p. 24.

3.3 OS TEMAS DE *ENCONTROS*

Em editorial de comemoração de um ano de *Encontros*, Ênio Silveira definiu a revista como um veículo de estudos “do que vai pelo Brasil e pelo mundo no campo das ciências sociais e políticas”.³³³ A revista trouxe os temas contemporâneos, nacionais e internacionais, da política, da economia, da sociedade e da cultura. As discussões do campo teórico-político marxista foram outro traço marcante da revista. O marxismo, em diferentes apropriações, foi a referência teórica da grande parte dos textos, incluindo os de autores não comunistas.

Diferente da sua antecessora, em *Encontros* não houve divisão em seções temáticas. A rubricas foram: “Resenhas”, “Documentário”, “Poesia”, “Conto”, “Enfoque”, “Dossier”, “Debates”. A única que apareceu em todos os volumes, exceto no último, foi “Resenhas”. Dos 29 números de *Encontros*, apenas um foi dedicado inteiramente a um tema: o especial 26 “Mulher Hoje”.

Foram publicados os seguintes “Dossiers”: “Dossier Eurocomunismo” (vol. 4), “Alceu Amoroso Lima: 85 anos” (vol. 6), “Socialismo e democracia” (vol. 15), “Vigésimo aniversário da revolução Cubana” (vol. 18).

Os temas dos “Enfoques” foram: “Futebol e história” (vol. 5), “Três enfoques sobre pensamento filosófico no Brasil” (vol. 4), “Três enfoques sobre a questão agrária no Brasil” (vol. 7), “Três enfoques sobre Ferreira Gullar” (vol. 9), “Dois enfoques sobre agricultura no Brasil” (vol. 10), “Três enfoques sobre Argentina” (vol. 10), “Sete enfoques sobre Amazônia” (11), “Cinco enfoques sobre a situação indígena” (vol. 12), “Oito enfoques sobre o papel da intelectualidade” (vol. 12), “Questão operária” (vol. 13), “Antropologia brasileira em questão” (vol. 15), “Atividade Intelectual na Universidade Hoje” (vol. 16), “Revolução no Irã” (vol. 19), “Os cursos de Pós-graduação” (vol. 19), “Reforma Agrária” (vol. 22), “Três enfoques sobre socialismo, liberdade e democracia” (vol. 24), “Quatro enfoques sobre violência e criminalidade” (vol. 24), “Romance Político: duas críticas e duas respostas” (vol. 25), “Seis enfoques sobre saúde e desenvolvimento” (vol. 27).

Em “Debates”, foram republicadas as intervenções dos participantes dos seminários e encontros organizados pelo Centro Brasil Democrático (CEBRADE), do qual Ênio foi um dos presidentes-fundadores, quais sejam: “Debate sobre a crise brasileira” (vol. 11), “Debate sobre a questão nacional Hoje” (vol. 24). A título de exemplo, em “Debate sobre a crise Brasileira”,

³³³ SILVEIRA, Ênio. Um ano de Encontros. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 12, jun.1979, p.7.

Ênio Silveira e Moacyr Félix selecionaram as transcrições das intervenções de Pedro Malan, Romulo Almeida, Maria da Conceição Tavares, Frederico Magalhaes Gomes, Alberto Passos Guimarães, Luiz Carlos Bresser Pereira, Saturnino Braga, Luiz Pinguelli Rosa, Paulo Cesar Timm, Luiz Ignácio da Silva (Lula), Alberto Goldmann. Eles debateram, no evento do CEBRADE, a crise econômica brasileira, a situação da oposição no Brasil, o papel do MDB, a democracia e a classe trabalhadora.

Importante destacar que os debates não ficavam restritos ao espaço dessa rubrica. Como exemplo, o artigo de maior repercussão, *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, publicado no número 9 da revista, gerou respostas que foram publicadas, sem a rubrica, em outros volumes, como no de número 17, com o texto de Adelmo Genro Filho *A democracia como valor operário*.

Em “Poesias”, destacavam-se os textos do editor Moacyr Félix. Como aponta Napolitano, a poesia foi um dos principais formatos literários da década de 1970 na tentativa de manter a palavra literária como lugar de resistência cultural.³³⁴ Reforçava, também, o formato político-cultural da revista.

Ao observarmos a totalidade dos títulos (Apêndice A) e compararmos com aqueles destacados nas rubricas e no número especial (26), podemos identificar os temas mais recorrentes. Foram eles: “socialismo e democracia”, “direitos humanos”, “estado de direito”, “papel do intelectual”, “universidades”, “cultura e democracia no Brasil”, “a questão da mulher e do feminismo”, “educação e conscientização das classes populares”, “sindicalismo e classe operária”, “comunidades cristãs e política partidária”, “questão indígena”, “questão agrária”, “a questão da Amazônia”, “modernização e desenvolvimento capitalista brasileiro”, “a questão nacional”, “a crise brasileira”, “renovação teórico-política do marxismo”, “o nacional-popular na literatura e arte brasileira”, “a questão energética”, “violência e criminalidade no Brasil”.

Houve mudanças e continuidades em relação às temáticas colocadas pela *Revista Civilização Brasileira* (1964-1968). Permaneceram as discussões acerca da reforma agrária, do papel do intelectual, das liberdades democráticas e dos interesses nacionais na economia e na cultura. No entanto, se a perspectiva nacionalista e anti-imperialista, que pautou a linha da editora Civilização Brasileira desde os anos de 1950, foi mantida em *Encontros*, cabe analisar como ela foi tratada perante a conjuntura inaugurada pela abertura política.

³³⁴ NAPOLITANO, Marcos. 1964. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo, Contexto, 2014, p. 223.

Encontros destacou algumas das questões que ganharam força na chamada “nova esquerda” da década de 1970: o feminismo, o novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base, a questão indígena e a ecológica. A revista contribui nos debates que agitavam as ciências sociais ou que diziam respeito à política educacional ou científica no Brasil, em especial o papel das universidades e do intelectual acadêmico, tornando-os parte integrante do debate político da oposição em fins da década de 1970.

Importante observar que, embora não tenha recebido centralidade na revista, a questão do negro no Brasil era objeto de debate dos intelectuais negros na editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960. Esteve presente na coleção *Retratos do Brasil*, a exemplo do livro *O negro no Futebol Brasileiro*, de Mario Filho, publicado, em 1965, com apresentação de Edson Carneiro, ou na *Revista Civilização Brasileira*, a exemplo do artigo de Abdias Nascimento, *Teatro Negro do Brasil. Uma experiência sócio-racial*, publicado no caderno especial de julho de 1968³³⁵. Em fins da década de 1970, a questão ganhou maior espaço no debate público, quando movimentos negros organizados se fizeram um dos importantes atores políticos do período, inserindo a questão racial na temática da redemocratização brasileira. A questão do negro no Brasil foi capa do primeiro número de *Encontros com a Civilização Brasileira*, em julho de 1978, que destacou o artigo de Claudio Bojunga, *O Brasileiro Negro. 90 anos depois*. O texto foi seguido da publicação do debate sobre raça e classe no Brasil, onde entrevistaram os intelectuais Octávio Ianni (Cebap), Beatriz Nascimento (IUPERJ) e Eduardo de Oliveira e Oliveira (USP). Os dois últimos eram militantes no Movimento Negro Unificado (MNU). No entanto, diferente do que prometia e, ao contrário do que ocorreu com o feminismo, o tema não ocupou mais espaço na revista.

A escolha dos temas elencados acima mostrou que o comprometimento com o processo de democratização do Brasil e a discussão sobre qual modelo de sociedade deveria ser levado adiante pautou a seleção dos textos e dos autores. As noções de democracia, as estratégias para alcançá-la e quais os agentes principais da mudança social no país eram debatidos pelas páginas de *Encontros*.

O engajamento na revolução brasileira, que marcou a organização de diversas coleções da editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960, permaneceu como o objetivo de *Encontros*, alinhavando os conteúdos publicados na revista. No entanto, Ênio Silveira e Moacyr Félix trouxeram textos que promoveram uma reavaliação de elementos

³³⁵NASCIMENTO, Abdias do. Teatro no Brasil - uma experiência sócio-racial. **Revista Civilização Brasileira**. Caderno Especial. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, jul. 1968.

centrais do seu ideário na medida em que a democracia assumiu centralidade nos debates da esquerda.

Um exemplo foi o empenho dos editores na renovação teórico-política do marxismo. Ênio manteve a sua prática de “arejamento” e trouxe os debates do pensamento marxista nacional e internacional, publicando posições distintas dentro desse campo. O destaque foi dado às elaborações eurocomunistas que foram apresentadas como o elemento de modernização da teoria socialista como pensou Marx.

Encontros trouxe “novos” e “velhos” temas que, no contexto de fins dos anos de 1970 e início de 1980, foram disputados por intelectuais de diversas correntes da esquerda, incluindo os da chamada “nova esquerda”, fortemente crítica ao PCB. Apesar das diferentes abordagens que receberam, esses temas se constituíram, por meio da revista, em intervenções políticas a favor da democratização do país.

Ao escolher esses conteúdos, os editores mostraram sua intenção de fazer com que a revista funcionasse como um ponto de referência para o pensamento de oposição, além de participar da renovação da agenda temática da esquerda. Principalmente, mostraram que pretendiam colocar em diálogo diferentes setores da esquerda do período, buscando construir pontos de convergência, ainda que batalhassem para o encaminhamento dessas temáticas em determinado sentido, como será discutido no próximo capítulo. Um mapeamento dos intelectuais que colaboraram na revista contribui para elucidar esse ponto.

3.4 OS INTELECTUAIS DA *ENCONTROS*

Tomar uma revista como espaço de sociabilidade implica analisar os diversos papéis desempenhados por seus participantes. Pluet-Despatin observa que é comum haver uma distinção entre a equipe editorial, que detém o poder de decisão, e os colaboradores externos, cuja participação se dá por meio dos textos enviados para publicação, existindo entre eles diferentes graus de envolvimento. No caso da *Encontros*, já indiquei que as decisões centrais estavam concentradas nas mãos de Ênio Silveira e Moacyr Félix. Resta agora examinar o universo mais amplo e heterogêneo dos colaboradores, bem como a importância variável que assumiam na dinâmica da revista.

Pelo menos 527 autores publicaram em *Encontros* (**apêndice I**). Nacionais em larga maioria, mas também foram publicados estrangeiros. *Encontros* foi aberta tanto para intelectuais consagrados quanto para iniciantes. Como autores mais publicados encontramos

os próprios membros da equipe editorial: Moacyr Félix, com 25 textos, Ênio Silveira, com 14. Eles eram seguidos por João da Penha, com 11; Ignácio Rangel, com 10; Nelson Werneck Sodré, com 9; Darcy Ribeiro e Luiz Pinguelli Rosa, com 7; Gisálio Cerqueira Filho e Adilson de Oliveira, com 6; Frei Beto, Leandro Konder, Sebastião Geraldo Breguês, Luiz Sérgio Henriques, com 5. Diversos autores, como Florestan Fernandes, Edmundo Moniz, Fábio Lucas, Otávio Guilherme Velho, com 4 textos. A maioria dos autores publicou entre um e três textos. Nessa contagem estão incluídas todas as formas de publicações: editoriais, artigos, ensaios, resenhas, notas, poemas, entrevistas.

Carlos Nelson Coutinho, autor do artigo de maior repercussão da revista, *A democracia como valor universal*, publicado no número 9, em março de 1979, escreveu apenas dois ensaios e uma resenha e foi um dos intelectuais que enviaram as perguntas para Luís Carlos Prestes, publicadas no n. 27 da revista, em 1980. O fato indica que a quantidade de publicações não é suficiente para medir a importância de determinado intelectual na revista. Ao mesmo tempo, o número reduzido de textos assinados pela maioria dos autores, com exceção dos editores, sugere a ausência de um grupo de colaboradores frequentes atuando diretamente na definição da orientação da revista, o que reforça a ideia aqui defendida sobre a centralidade das decisões de Ênio Silveira e Moacyr Félix na formulação da linha política de *Encontros com a Civilização Brasileira*.

A publicação da produção acadêmica cresceu em relação à sua antecessora, a *Revista Civilização Brasileira*. *Encontros* ampliou o espaço para os intelectuais universitários, publicando seus artigos, capítulos de livros ou teses, republicando textos de seminários e congressos, conforme pode ser visto no *Apêndice I* desta tese. Embora as ciências humanas e sociais predominassem como área de especialização desses intelectuais, a revista incorporou autores das ciências exatas, que questionavam as opções tecnológicas do regime. Nessas, os físicos dominavam, com nomes como o de José Goldemberg, Robert Lent, Alberto Passos Guimarães Filho que integravam o conselho consultivo da revista.

Encontros acompanhou a mudança do cenário intelectual onde emergia a figura do intelectual acadêmico profissional. Entre os anos de 1969 e 1975, o estímulo ao desenvolvimento das universidades públicas e aos programas de pós-graduação³³⁶ fez entrar

³³⁶ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990, p. 264. Conforme Daniel Pécaut, a preocupação do regime com a segurança nacional e o desenvolvimento econômico levou a um Investimento em uma política científica para o país, com Investimentos no desenvolvimento das universidades públicas, tendo consequências diretas sobre as ciências sociais. Entre 1964 e 1984, o número de estudantes no conjunto das Instituições de ensino superior decuplicou. O número de professores universitários aumentou em

em cena o intelectual ligado organicamente ao mundo das universidades. Nesse período, também foram criados centros de produção intelectual particulares destinados aos estudos sociológicos e políticos. Entre eles, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969; o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969; o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em 1976.³³⁷

Os trabalhos produzidos nesses centros, de feitura universitária, estavam em contato direto com a conjuntura e se constituíam, também, em intervenções políticas a favor da democratização brasileira. Seus intelectuais conseguiram influir sobre um grande público, conforme revela a penetração que os trabalhos do Cebap tiveram na sociedade.³³⁸ O próprio MDB, propondo-se a uma campanha eleitoral mais ousada, em 1974, convidou os intelectuais do Cebap para colaborar na atualização do seu programa. Como resultado, o partido incorporou não apenas a crítica ao autoritarismo, mas também ao modelo econômico do regime militar e trouxe uma plataforma que expressava as preocupações dos assalariados.³³⁹

Milton Lahuerta, Daniel Pécaut e Fernando Perlatto destacam que, para esses intelectuais, a legitimidade de sua militância advinha de sua condição de cientistas, de pesquisadores, de acadêmicos rigorosos, distinguindo-se dos políticos profissionais.³⁴⁰ Conforme Pécaut, na década de 1970, esses intelectuais colocaram-se em “um plano de representação superior, como se fossem detentores de um mandato informal dado pela sociedade civil e garantido pela cientificidade e pela racionalidade de suas proposições”.³⁴¹ Nessa posição, somaram forças com setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outras entidades, como a Ordem dos Advogados no Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Lahuerta e Pécaut defendem que, entre 1974 e 1979, os intelectuais atuaram como um grupo articulado de oposição, constituindo-se como uma espécie de “partido difuso”.³⁴² Para Pécaut, o marco foi o pleito de 1974, quando os intelectuais descobriram as possibilidades abertas pela união da oposição no MDB e entenderam que as eleições eram o meio de abrir espaços para as

proporções quase tão consideráveis. Só nos anos de 1974-1980, os professores em tempo integral passaram de 10.916 para 32.000 nas universidades públicas, e de 11.915 para 31.000 nas faculdades particulares.

³³⁷ Ver LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, v. 8, n. 14/15, 2001, p. 53-95. PERLATTO, Fernando. A reinvenção do público: Intelectuais, democracia e esfera pública. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 2, v. 3, mai. 2008, p. 213-231.

³³⁸ Sobre o Cebap, Cf. LAHUERTA, 2001.

³³⁹ LAHUERTA, 2001; NAPOLITANO, 2014, p. 242.

³⁴⁰ LAHUERTA, 2001; PERLATTO, 2008; PÉCAUT, 1990.

³⁴¹ PÉCAUT, 1990, p. 257-312.

³⁴² PECAUT, 1990, p. 257-312.

liberdades. Segundo o autor, a defesa dos interesses materiais, as estratégias profissionais e a luta pela democracia tornaram-se aspectos de uma mesma lógica.³⁴³

Nesse novo contexto, a editora Civilização Brasileira não conseguiu manter a centralidade dos anos de 1964 a 1968, quando supriu o vazio deixado pelo desmantelamento das universidades e das instituições culturais nacionalistas e de esquerda do país. Por isso mesmo, para manter a legitimidade da casa como lugar de produção intelectual, Ênio Silveira e Moacyr Félix reforçaram as pontes com as universidades e centros de pesquisa, ampliando o espaço para os autores e para os debates ali produzidos, especialmente os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Da sociologia paulista, escreveram, na *Encontros*, entre outros, Fernando Henrique Cardoso (Cebrap), Octávio Ianni (Cebrap), Florestan Fernandes. Outra presença na revista foi a dos Pesquisadores Associados em Ciências Sociais do Rio de Janeiro (SOCII), que congregava intelectuais provenientes de diversas universidades cariocas, como Gisálio Cerqueira Filho (PUC, UFF), Gizlene Neder (PUC), Michel Misse (UFRJ), Antonio Serra (UERJ), Regina Lucia Moreira (Iuperj), Luiz Werneck Vianna (IUPERJ), Maria Lucia Werneck Vianna (IUPERJ), Aloisio Alves Filho (IUPERJ).

Em setembro de 1979, Moacyr Félix anunciou, na revista, a intenção de publicar permanentemente trabalhos de pós-graduação. As teses deveriam ser enviadas ao “Núcleo de Publicações dos Estudantes de Pós-graduação em Ciências Sociais” do IUPERJ.³⁴⁴ O que, de fato, foi feito. Isso indicava não apenas o vínculo que se queria fazer com as universidades e centros de pesquisa, mas também com o próprio movimento estudantil, que voltou às ruas, em 1977, tornando-se um importante ator da redemocratização brasileira, ainda que sem o protagonismo que exerceu em 1968.³⁴⁵ Não à toa, em 1979, a editora Civilização Brasileira reeditou o livro *O Poder Jovem*, de Arthur Poerner, cuja primeira edição, de 1968, fora lançada no calor da hora das grandes manifestações estudantis. Além disso, Ênio e Felix retomavam, em *Encontros*, a sua proposta de incorporar jovens egressos das universidades, como o fizeram em *Cadernos do Povo Brasileiro*, no início da década de 1960, ampliando o quadro de autores da editora Civilização Brasileira e mostrando-se capaz de integrar e dialogar com as novas gerações.

³⁴³ *Ibid.*, p. 280.

³⁴⁴ O anúncio foi feito em nota de rodapé do artigo *Perspectivas do processo de privatização do Brasil*, de Beny Paltnik e Luiz Orenstein. O artigo foi produto do trabalho de pós-graduação para a cadeira de Industrialização Brasileira ministrada pelo professor Carlos Lessa na UFRJ.

³⁴⁵ NAPOLITANO, 2014, p. 261. Conforme Napolitano, a entrada em cena da classe operária na luta pela redemocratização do país, a partir de 1978, fez com que o movimento estudantil passasse a ocupar uma posição coadjuvante nessa luta, ficando a reboque dos partidos de esquerda ou dos movimentos sociais.

A incorporação do intelectual acadêmico em *Encontros* não retirou ou diminuiu, na revista, a presença do intelectual humanista e engajado que marcou presença na editora desde os anos de 1950. Escritores, ensaístas, críticos literários, dramaturgos, jornalistas, militantes partidários, ativistas políticos mantiveram-se em *Encontros*. Especialmente os intelectuais engajados no nacionalismo anti-imperialista como base da revolução brasileira, que conformou as coleções da editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960.

Antigos colaboradores da editora, como os que formaram o Grupo Civilização, discutido no capítulo anterior, que reuniu, após o golpe de 1964, a esquerda nacionalista, pecebista, trabalhista, socialista, cristã, mas também liberais-democráticos, permaneceram sendo referência em *Encontros*. A título de exemplo, no Conselho editorial (anexo J), constavam os nomes de Alberto Passos Guimarães, Alceu Amoroso Lima, Alex Viany, Antonio Callado, Antonio Houaiss, Dias Gomes, Ferreira Gullar, José Honório Rodrigues, Leandro Konder, Moacyr Werneck de Castro, Osny Duarte Pereira, Roland Corbisier. Outros nomes expressivos da resistência empreendida pela editora Civilização Brasileira, nos anos 1960, que continuaram atuantes por meio de *Encontros*, foram os Barbosa Lima Sobrinho, então presidente da ABI, ou de Heleno Frago, notabilizado como um dos mais importantes advogados dos presos políticos durante a ditadura.

Assim como a *Revista Civilização Brasileira*, *Encontros* foi um espaço de vocalização dos intelectuais pecebistas ainda que não fosse uma revista partidária. O único volume inteiramente temático de *Encontros*, que tratou da questão da mulher e do feminismo, o de número 26, foi organizado pela militante comunista Zuleika Alembert, que fez questão de ser apresentada, na revista, como “ex-deputada por São Paulo e membro do C.C. do P.C.B.”.³⁴⁶

Ao analisarmos a trajetória dos autores que mais artigos publicaram em *Encontros*, vemos que os pecebistas predominaram: Ênio Silveira, Moacyr Félix, João da Penha, Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder. Entre os autores estrangeiros, os militantes ou ex-militantes dos Partidos Comunistas de seus países também foram a maioria. Eric Hobsbawn foi destaque no número de lançamento, em julho de 1978, com entrevista na qual condenou a luta armada da esquerda, que considerou como terrorismo.³⁴⁷

Esse fato mostra que os comunistas mantinham a sua importância nos empreendimentos político-editoriais de Ênio Silveira. Entre eles, os intelectuais pecebistas

³⁴⁶ ALAMBERT, Zuleika. Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 26, 1980, p. 105.

³⁴⁷ HOBBSAWN, Eric. Humanismo e Barbárie: o terrorismo neste final de século. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978.

brasileiros que, naquele momento, dialogavam com o eurocomunismo e tinham no Partido Comunista Italiano (PCI) uma referência importante, tais como: Zuleika Alambert, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, além dos próprios Ênio Silveira e Moacyr Félix, que abriram bastante espaço para as teses eurocomunistas na revista.

No contexto da abertura política, os intelectuais pecebistas reconheceram, na editora Civilização Brasileira e na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, uma referência e um espaço de sua sociabilidade. Ivan Alves Filho, militante do PCB à época, relembra que voltou ao Brasil, após a anistia, em 1979, e logo procurou a editora Civilização Brasileira: “Eu estava chegando e queria me integrar na vida brasileira, fazer contato com a minha turma, na tentativa de me inserir na vida político-cultural brasileira. Além disso, precisava trabalhar e os textos enviados para *Encontros* eram remunerados”.³⁴⁸ Seu pai, Ivan Alves, dirigente do PCB, pediu que Ênio Silveira e Moacyr Félix o recebessem na editora.

Seu relato é importante por ser um dos poucos a nos informar sobre a natureza das relações que pautavam a sociabilidade cotidiana da revista. Segundo Ivan Alves, os encontros na editora eram informais: “as pessoas iam levar os seus artigos e a gente acabava se reunindo. Tanto os autores convidados quanto os que levavam seus textos para a seleção dos editores”.³⁴⁹ Ele relembra que Ênio Silveira o incumbiu de resenhar o livro *Formação Histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, para o número 14 da *Encontros*:

Em *Encontros com a Civilização Brasileira*, publiquei meu primeiro texto historiográfico de algum fôlego. Isso se deu em 1979, o ano da abertura política. Ele versava sobre a décima edição de um clássico, *Formação histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Devo essa para sempre ao Ênio e ao Moacyr.³⁵⁰

Após a publicação dessa resenha, Sodré, que já o conhecia, telefonou-lhe e propôs que dessem continuidade à discussão do seu livro, o que foi prontamente feito.

Outro nome lembrado por Ivan Alves foi o do intelectual trabalhista Luiz Alberto Moniz Bandeira, presença constante no escritório da editora Civilização Brasileira e autor na *Encontros*. Moniz Bandeira fazia a ponte entre a resistência empreendida por Leonel Brizola

³⁴⁸ Entrevista de Ivan Alves à autora em 20 de setembro de 2023. Foi uma prática comum de Ênio Silveira encontrar trabalhos para os militantes de esquerda que voltavam do exílio. Anita Prestes conta que, logo que voltou ao Brasil, fez uma série de traduções de livros do russo para o português para a editora Civilização Brasileira. Entrevista de Anita Prestes à autora em 17 de março de 2021.

³⁴⁹ Entrevista concedida por Ivan Alves à autora em 21 de setembro de 2021.

³⁵⁰ *Ibid.* Outros relatos de Ivan Alves Filho podem ser encontrados em ALVES FILHO, Ivan. **Os nove de 22**. O PCB na vida política brasileira. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2021.

no exílio e a resistência cultural que Ênio Silveira organizava em torno da sua editora. Em dezembro de 1978, foi preso quando desembarcava no aeroporto do Rio de Janeiro, vindo da Alemanha Ocidental, trazendo provas tipográficas do seu livro *Leonel Brizola: trabalhismo e social democracia* e da segunda edição do livro *O poder Jovem*, de Artur Poerner, além de cartas desse autor e do ex-governador gaúcho endereçadas a Ênio Silveira.³⁵¹ O livro de Moniz Bandeira foi publicado em 1979, na coleção *Retratos do Brasil*, com o título *Brizola e o trabalhismo*. Um dos capítulos que compõem a obra havia sido divulgado anteriormente, em 1978, na revista *Encontros*, sob o título *As origens e a evolução do PTB*. Outros livros do autor pela Civilização Brasileira foram *Ano Vermelho. A revolução Russa e seus reflexos no Brasil* (1967), *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (1973), *Carteis e desnacionalização* (1975), *O governo João Goulart* (1977).

A forte presença dos pecebistas, dos trabalhistas e dos intelectuais que compuseram o “Grupo Civilização” mostra que Ênio Silveira e Moacyr Félix pretenderam reconduzir à vida nacional uma esquerda que tivera no nacionalismo anti-imperialista e na proposta das reformas estruturais a base para convergir política e ideologicamente e que, após o golpe de 1964, defendeu a frente ampla e a luta pacífica pelas liberdades democráticas, conforme discutido no capítulo 1.

Não à toa, o primeiro número de *Encontros*, publicado em julho de 1978, foi encerrado com três textos em memória dos atores dessa resistência: *Carpeaux e Alexandria*, em memória de Otto Maria Carpeaux, escrito por Sebastião Uchoa Leite; *Darwin Brandão e a resistência cultural*, em memória do intelectual pecebista Darwin Brandão, escrito por Zuenir Ventura; *Max da Costa Santos*, em memória do político trabalhista Max da Costa Santos, escrito pelo também trabalhista Waldir Pires. O número 6 de *Encontros*, publicado em dezembro de 1978, terminou com uma homenagem a Alceu Amoroso Lima: 13 intelectuais escreveram sobre a obra e a trajetória do pensador católico. Segundo Ênio Silveira, com essa homenagem, “queremos também louvar a *intelligentsia* nacional, a que ele tanto tem inspirado, por se *ter mantido unida e combativa em defesa dos ideais democráticos* ao longo destes quatorze anos de sombria ditadura” (grifos meus).³⁵²

Ao mesmo tempo, a presença e o impacto das teses dos intelectuais pecebistas da tendência eurocomunista, a exemplo de Carlos Nelson Coutinho, mostraram o empenho dos

³⁵¹ MONIZ Bandeira é detido no Galeão. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 dez. 1978, p.15.

³⁵² SILVEIRA, Ênio. Alceu-85: Monumento à Dignidade Humana. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 6, dez. 1978, p. 202.

editores à renovação dessa esquerda. Além disso, Ênio Silveira e Moacyr Félix, reconhecendo as mudanças do cenário político e intelectual, buscaram a construção de pontes entre os intelectuais nacionalistas e pecebistas da editora Civilização Brasileira e os intelectuais da chamada “nova esquerda”.

Na década de 1970, sob o guarda-chuva “nova esquerda”, abrigaram-se desde os intelectuais ligados aos movimentos de minorias políticas, como o feminista e o negro, que recusavam as categorias de totalidade e de universalidade, caras ao marxismo, até os intelectuais vinculados aos movimentos de caráter basista, como os movimentos sociais de periferia, as Comunidades Eclesiais de Base, o novo sindicalismo operário de fins dos anos de 1970 e início de 1980.³⁵³

Esse intelectual, ainda que, muitas vezes, fosse remanescente da esquerda armada, fazia a crítica ao intelectual vanguardista das organizações marxista-leninistas, como o PCB ou às suas dissidências dos anos de 1960, das quais muitos deles foram integrantes. O nacionalismo e a aliança de classes propostas pela esquerda pecebista, da qual Ênio Silveira foi grande promotor, eram duramente criticados.

A despeito da enorme diversidade das forças que compuseram a chamada “nova esquerda”, havia alguns pontos em comum. De um lado, faziam a crítica aos partidos comunistas e socialistas tradicionais, à burocratização da política, ao modelo soviético. De outro, propunham uma democracia direta e participativa, criticavam a noção de representatividade liberal e valorizavam a subjetividade.³⁵⁴ No campo teórico, como destaca Maria Paula Araujo, uma parte desses grupos esforçava-se pela renovação no interior da teoria marxista. Outros buscavam paradigmas diferentes daqueles consagrados pelo marxismo.³⁵⁵

Entre os intelectuais da “nova esquerda”, Ênio Silveira e Moacyr Félix abriram espaço, na *Encontros*, sobretudo àqueles ligados aos movimentos de caráter basista da Igreja Católica, concretizados nas Comunidades Eclesiais de Base. A título de exemplo, Carlos Alberto Libânio, mais conhecido como Frei Betto, foi um dos autores mais publicados na revista. Além dele, Leonardo Boff, Clodovis Boff, João Batista Libânio, entre outros. Mas também as intelectuais feministas, que publicaram no especial *Mulher Hoje*, em 1980, como tais Eva Blay e Claudia Fonseca. Com menos espaço, na revista, estiveram nomes ligados ao

³⁵³ Sobre os intelectuais e as novas esquerdas da década de 1970, Cf. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios-USP, 2017, p. 263-295.

³⁵⁴ ARAUJO, 2000; NAPOLITANO, 2017.

³⁵⁵ Cf. ARAUJO, 2000.

novo sindicalismo, como Olívio Dutra, que apareceu apenas em uma entrevista. Muitos desses intelectuais da “nova esquerda”, como o próprio Frei Betto, participariam da fundação do Partido dos Trabalhadores, que se tornaria o principal concorrente do PCB.

Encontros não foi o espaço onde os sobreviventes da luta armada fizeram suas reavaliações e autocríticas. Esses grupos, atuando sobretudo do exílio, tiveram, em meados da década de 1970, suas próprias revistas ou jornais, como *Debate* ou *Em Tempo*. Ênio Silveira, Moacyr Félix e os intelectuais que se reuniram em torno das coleções da editora Civilização Brasileira, desde os anos de 1960, foram críticos à estratégia armada, considerando-a sectarismo de esquerda.

Por fim, em *Encontros* também foram publicados muitos intelectuais que tinham na imprensa seu espaço principal de atuação. Se, nos anos de 1960, Ênio Silveira incorporou os intelectuais do *Correio da Manhã*, como Carlos Heitor Cony, em *Encontros*, trouxe aqueles que atuavam em *O Pasquim*, na *Folha de S. Paulo*, no *Jornal do Brasil*, na *Veja* e na *Isto é*. Alguns deles colaboravam na editora Civilização Brasileira desde o início de 1960, como Franklin de Oliveira, Joel Silveira, Zuenir Ventura, mas novos nomes foram agregados, como Sérgio Augusto, Claudio Bojunga, Fernando Moraes, Ignácio de Loyola Brandão. O próprio Conselho Consultivo da revista apresentava nomes como Alberto Dines.

Interessante apontar que, no momento da abertura política, além da imprensa alternativa, cuja marca foi a oposição intransigente à ditadura desde o seu início, a grande imprensa também passou a se autorrepresentar como lugar de resistência. Segundo Bernardo Kucinski, a grande imprensa, que apoiou o golpe de 1964 e manteve relações ambíguas com o regime militar, assumiu, no final dos anos de 1970, a luta pela democratização do país. Conforme o autor, ela não apenas contribuiu para recriar a esfera pública de oposição como o fez apropriando-se dos temas até então exclusivos da imprensa alternativa e recontratando muitos de seus antigos jornalistas.³⁵⁶

É possível dizer que Ênio Silveira e Moacyr Félix tiveram a intenção tanto de estimular as conexões da grande imprensa com a oposição ao regime militar, ampliando a frente oposicionista, quanto de reforçar o papel da editora Civilização Brasileira como um lugar de oposição reconhecido pelos jornalistas e seu público. Vale destacar que, em 1979, a Civilização Brasileira lançou o livro *O golpe de 1964: a imprensa disse não*, de Thereza

³⁵⁶ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991, p. XXV.

Cesário Alvim. O livro contribuía para a representação da grande imprensa como lugar de oposição ao regime militar.

Como outras coleções da editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira e Moacyr Félix mantiveram a linha ecumênica que caracterizou sua prática editorial. A composição do Conselho Consultivo reforça esse ponto (Anexo J). Ele foi integrado por cerca de 50 intelectuais dos mais diversos percursos políticos e institucionais. Entre os nomes ali reunidos estavam: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Dias Gomes, Alex Viany, Ferreira Gullar, Alberto Passos Guimarães, Luiz Mario Gazzaneo, Antonio Sérgio Arouca, revelando a grande presença dos pecebistas na revista; Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier, representando a herança isebiana; Darcy Ribeiro e Wilson Fadul, pelo lado dos trabalhistas; Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, representando a sociologia paulista e o marxismo acadêmico; Alceu Amoroso Lima, Frei Beto, Leonardo Boff, Waldo César, a esquerda cristã; Osny Duarte Pereira e Barbosa Lima Sobrinho, o campo progressista nacionalista; Alberto Dines, representando o jornalismo de oposição à ditadura.

O pluralismo do Conselho fez com que Ênio Silveira e Moacyr Félix não escapassem das tensões inerentes ao mundo intelectual. Um exemplo foi a discordância de Nelson Werneck Sodré ao nome de Carlos Guilherme Mota para integrar o conselho. Sodré se sentiu insultado por Mota porque este escreveu que sua obra era “esquemática e apressada”; e pediu para ser dispensado do Conselho. Ênio Silveira tentou demovê-lo. Alegou que não podia voltar atrás do convite, “a não ser que, deliberadamente, abramos flanco a violentas críticas e danosos ataques que, *al fin y al cabo*, acabariam por comprometer a própria iniciativa já de si bastante arriscada”.³⁵⁷ Salientou o fato de que Mota era, na revista, “uma voz entre tantas outras” e fez uma defesa intransigente do pluralismo ideológico. Recusava-se a editar uma publicação monolítica e dogmática, pois seu objetivo era “um veículo intelectual multifacetado da análise dos problemas culturais brasileiros”. Ênio Silveira ressaltou que seus membros poderiam expandir opiniões críticas “por mais severas que sejam” sobre os trabalhos e as ideias de outros membros, alimentando polêmicas que a repressão e o comodismo haviam enterrado sob o silêncio.³⁵⁸

Sodré discordou das ponderações de Ênio Silveira e afirmou que seu problema não era “de divergência de opinião, mas de conotação ideológica e ética comprometedores com a

³⁵⁷ AUGUSTO, Sérgio. Joias do folclore Intelectual dos comunistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 2008, Caderno 2, p. D11,

³⁵⁸ *Ibid.*

presença do nome do sr. Carlos Guilherme Mota”.³⁵⁹ Terminou dizendo-se impossibilitado de polemizar com “criaturas” daquele tipo, “uma vez que a polêmica presume divergência científica, o que não é o caso”.³⁶⁰

Importante destacar que o conselho não se reunia, nem tinha gerência sobre as decisões editoriais da revista, que eram centralizadas em Ênio Silveira e Moacyr Felix. Porém, o colegiado tinha a função de marcar o caráter plural, eliminando qualquer vínculo partidário que pudesse tolher os debates ali travados.

Pretendi mostrar, até aqui, que Ênio Silveira e Moacyr Félix procuraram fazer da revista um espaço de encontro entre intelectuais de diferentes trajetórias políticas e institucionais que pensavam estratégias e projetos para a redemocratização do país. No entanto, conforme indica a hierarquização que pautou a sociabilidade própria da revista, trabalho com a ideia de que revista não foi a vocalização igualitária de todas essas tendências. Os editores tinham o seu projeto político para a redemocratização brasileira e encaminharam a linha política da revista na direção desse projeto.

3.5 ECUMENISMO E PECEBISMO NA LINHA POLÍTICO-EDITORIAL DE *ENCONTROS*

Renato Vieira afirmou que *Encontros com a Civilização Brasileira* foi bastante eclética e, ao contrário da *Revista Civilização Brasileira*, não teve uma linha editorial definida.³⁶¹ Discordando dessa interpretação, Cristiano Couto defendeu que o ecumenismo de esquerda, ou seja, a abertura para diferentes correntes políticas e ideológicas da esquerda, foi a própria linha editorial de *Encontros*. Por meio dele, os editores publicaram uma revista heterodoxa e não dogmática, garantindo o debate livre de ideias e mantendo sua independência perante partidos políticos.³⁶²

O ecumenismo progressista e de esquerda marcou as práticas editoriais de Ênio Silveira desde os anos de 1950, quando o editor engajou a editora Civilização Brasileira no debate da revolução brasileira. Ele foi mantido na revista *Encontros com a Civilização*

³⁵⁹ *Ibid.*

³⁶⁰ *Ibid.*

³⁶¹ VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos**. Os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília, Thesaurus, 1998, p. 184.

³⁶² COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios**. Confronto de resistências em revistas culturais *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Cuadernos de Marcha* e *Controversia* (1978-1984). 2013. Tese (doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Brasileira. Como os próprios Ênio Silveira e Moacyr Félix expressaram nos editoriais dos números 1, 12 e 13 da revista, era um “ecletismo controlado”, aberto apenas às correntes que pensam propostas de transformação social em um sentido emancipatório. *Encontros com a Civilização Brasileira* estaria fechada para conservadorismos e dogmatismos de todos os tipos, inclusive à esquerda”.³⁶³

A literatura sobre Ênio Silveira aponta esse ecumenismo para apresentar a complexidade e pluralidade das suas práticas editoriais e reforçar a ideia do editor democrático e não dogmático. A meu ver, essa cultura política democrática que o editor expressou tem relação com a sua circulação por diversos espaços e redes político-culturais. Incorporou até mesmo a influência da cultura norte-americana, como na valorização do indivíduo-cidadão, o que pode ser percebido nas próprias *Epístolas ao Marechal*, publicadas na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965.³⁶⁴ O ecumenismo também fez parte do caráter pessoal gregário de Ênio Silveira e da natureza da sua profissão de editor.

Para além de todos esses aspectos, os quais levo em consideração, trabalhei, no capítulo anterior, com a ideia de que o ecumenismo editorial foi, também, uma forma de o editor expressar seu pecebismo e se alinhar à estratégia frentista que predominou, não sem conflitos, no partido. Antes de 1964, em seus documentos oficiais, como na Declaração de março de 1958, o PCB propunha atuar com a política de aliança de classes para a realização da revolução nacionalista e democrática, primeira etapa da revolução brasileira. Após 1964, fundamentou a defesa da frente ampla de oposições para promover a resistência civil e desarmada para derrotar a ditadura. Ajustada às diferentes conjunturas, essa linha política predominou na trajetória do partido, apesar dos conflitos internos, como os que provocaram as dissidências favoráveis à luta armada, na década de 1960.³⁶⁵

³⁶³ SILVEIRA, Ênio. Por que e para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978. SILVEIRA, Ênio. Um ano de Encontros. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 12, jun. 1979. FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 13, jul. 1979.

³⁶⁴ SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao marechal. Primeira epístola: sobre o delito de opinião. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 3, jul. 1965. SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao marechal. Segunda epístola: sobre a vara de marmelo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 04, set. 1965.

³⁶⁵ Cf. SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp, vol. 6, 2ª edição, 2014; REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil, entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**, Campinas, Editora Unicamp, 2007. CARVALHO, Maria Alice. Breve História do “comunismo democrático” no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. As esquerdas no Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Andrea Galúcio foi a primeira autora a identificar uma atuação pecebista de Ênio Silveira no período da transição democrática brasileira. Embora não tenha como objeto específico de estudo a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, Galúcio analisou os editoriais escritos por Ênio e afirmou que a revista foi a única coleção em que o editor explicitou a sua filiação ao partido.³⁶⁶ Até então, segundo ela, a militância pecebista do editor estivera separada de suas publicações, ainda que essas tenham contribuído com a entrada das ideias socialistas e marxistas no Brasil.³⁶⁷

Dédallo Neves segue Galúcio e aponta que a própria constituição da revista, ao reunir diferentes correntes intelectuais do campo da oposição, assumiu a forma de uma frente ampla.³⁶⁸ No entanto, para o autor, Ênio, inclusive, considerou o projeto de transição ao socialismo dos novos intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores.³⁶⁹

Compartilho a tese de Andrea Galúcio, exceto que, conforme mostrei no capítulo 1, o pecebismo de Ênio Silveira esteve presente em suas práticas editoriais no período anterior ao da abertura política e da transição democrática. Tenho como hipótese, também, que Ênio Silveira se posicionou a favor das teses dos intelectuais da tendência eurocomunista durante o período da abertura política e fez de *Encontros* um veículo de divulgação e batalha por essas teses.

Leandro Konder sintetizou as relações entre Ênio Silveira e o PCB que defendo aqui, inclusive para o período de publicação de *Encontros*:

Ênio Silveira era militante, membro do Partido. Mas nunca participou do Comitê Cultural. Ele tinha autonomia, [...] ao mesmo tempo em que era um tipo disposto a colaborar com o Partido, [...] um militante muito dedicado. Mas ele controlava por conta própria a revista, a editora, os instrumentos de trabalho dele. [...] O partido podia fazer propostas, ela dava a última palavra, sempre.³⁷⁰

Há que se acrescentar que as publicações da editora Civilização Brasileira não apenas colaboravam com o partido, mas, como destacam Segatto e Santos, também influíam no

³⁶⁶ GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política.** 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009, p. 203-215.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 203-215.

³⁶⁸ NEVES, Dédallo de Paula. **A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma Intelectualidade (1978-1982).** 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2021, p. 14.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 25.

³⁷⁰ *Apud* RIDENTI, 2010, p. 121.

debate interno do PCB a partir da leitura que seus militantes faziam dos livros e coleções editados por Ênio.³⁷¹ O depoimento de Ferreira Gullar corrobora esse ponto. Segundo ele, apesar do PCB ter seu Comitê Cultural, a influência cultural mais abrangente do Partido não vinha dele, mas da atuação viva de comunistas no campo da cultura, como aquele agregado em torno da *Revista Civilização Brasileira*.³⁷² Estendo a observação de Ferreira Gullar para a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. O debate sobre o eurocomunismo, publicado no número 4 de *Encontros*, em outubro de 1978, foi exemplar nesse sentido.

Defendo que a prática editorial ecumênica em *Encontros* foi uma estratégia de Ênio Silveira para preservar a coesão dos intelectuais e materializar a linha da frente ampla das oposições, de comunistas a liberais, conforme propôs a maioria da direção do PCB, especialmente o grupo de intelectuais pecebistas que passaram a ser denominados de eurocomunistas.³⁷³ A aprovação da estratégia da frente ampla não foi feita sem tensões no partido. Durante a abertura política e a transição democrática, alguns setores do PCB, com Prestes à frente, questionaram essa linha de ação e defenderam uma frente de esquerda mais restrita.³⁷⁴ Por isso, é importante retomar brevemente alguns aspectos da crise interna enfrentada pelo partido nesse período, a fim de situar a posição de Ênio Silveira e da revista *Encontros* nesse contexto.

3.6 EUROCOMUNISTAS x PRESTISTAS: A CRISE DO PCB NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao longo da abertura e da transição democrática, o PCB enfrentou uma das maiores crises internas de sua história. Essa crise foi marcada por intensas disputas pelo controle do aparelho partidário e por profundas divergências ideológicas quanto à interpretação da realidade brasileira e às estratégias para a superação da ditadura militar. Os conflitos envolveram tanto membros da direção nacional quanto intelectuais vinculados ao partido, refletindo visões distintas sobre o papel do PCB no processo da transição democrática brasileira.

³⁷¹ SANTOS; SEGATTO, 2014, p. 35.

³⁷² Depoimento dado a RIDENTI, 2010, p. 131.

³⁷³ Sobre os Intelectuais “eurocomunistas” do PCB, Cf. NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática. **Estudos Avançados**, v.28, n.80, 2014. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 387-439.

³⁷⁴ REIS, 2014.

Segundo Eumano Silva, um marco importante dessa crise foi o debate em torno da linha política aprovada no VI Congresso do PCB, realizado em dezembro de 1967.³⁷⁵ Na ocasião, reafirmou-se a tese de uma revolução pacífica e progressiva em duas etapas: a primeira, de caráter nacional e democrático; a segunda, socialista. Estrategicamente, o objetivo era eliminar o imperialismo e o latifúndio, considerados os principais entraves ao desenvolvimento nacional. Do ponto de vista tático, diante do regime ditatorial, consolidou-se a política de construção de uma frente democrática ampla, envolvendo todos os setores da oposição – inclusive a “burguesia progressista” e os liberais –, com vistas à conquista das liberdades democráticas e à retomada do desenvolvimento capitalista.³⁷⁶ Essa orientação previa, ainda, a participação ativa dos comunistas nas instituições permitidas pelo regime, com destaque para as eleições e a atuação parlamentar, tendo o MDB como principal instrumento de enfrentamento à ditadura no plano institucional. Embora a luta armada não tenha sido completamente descartada, os dirigentes que a defendiam foram afastados ou expulsos, consolidando uma linha predominantemente civilista e frentista.

Na segunda metade da década de 1970, com grande parte da direção nacional e dos intelectuais do partido no exílio, as resoluções do VI Congresso voltaram ao centro do debate. Os conflitos foram polarizados entre o grupo ligado a Luís Carlos Prestes, exilado em Moscou, que rechaçava a linha de 1967, e o núcleo liderado por Armênio Guedes, radicado em Paris, que passou a ser identificado com o eurocomunismo e defendia a linha da frente ampla aprovada em 1967. Nesse aspecto, os então chamados “eurocomunistas” coincidiam com as posições do núcleo majoritário do Comitê Central. Esse seguia a política predominante desde o VI Congresso, implementada pelos dirigentes que sustentaram a gestão de Giocondo Dias, que defendia a formação da frente ampla contra o fascismo, sem ataque frontal à burguesia.³⁷⁷

A tendência eurocomunista consolidou-se no exílio europeu e ganhou força no PCB a partir da segunda metade da década de 1970. Era formada por militantes e intelectuais com sólida formação teórica e política, como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Gilvan Cavalcanti de Melo. Esse grupo mantinha estreita relação com quadros paulistas do partido, como David Capistrano Filho e Marco Aurélio Nogueira. Muitos

³⁷⁵ SILVA, Eumano. **Longa Jornada até a democracia. Os 100 anos do partidão- 1922/2022**. Brasília, Fundação Astrogildo Pereira, 2023, vol. 2, p. 427-438.

³⁷⁶ PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 199-201.

³⁷⁷ SILVA, Eumano. 2023, p. 427-438.

desses militantes e intelectuais já haviam se unido, em 1968, na crítica à posição do partido diante da invasão soviética à Tchecoslováquia, expressa em manifesto publicado por Ênio Silveira na *Revista Civilização Brasileira*.³⁷⁸

Armênio Guedes foi também o principal redator da resolução do Comitê Estadual da Guanabara, de 1970, que elevava a democracia, sem adjetivos, à condição de objetivo central da luta contra a ditadura, inclusive como caminho necessário ao socialismo.³⁷⁹ Essa resolução foi ratificada pelo Comitê Central em 1973 e 1977.³⁸⁰ A ditadura era classificada como fascista, o que justificava a formação de uma frente ampla com todos os setores oposicionistas, inclusive a burguesia progressista, como previa a linha de 1967.

Após a repressão de 1975, o Comitê Central passou a operar integralmente no exílio. Nesse novo cenário, os eurocomunistas, especialmente os exilados na França e na Itália, conquistaram maior influência. O núcleo de Paris, coordenado por Armênio Guedes e Zuleika Alambert, assumiu o controle do jornal *Voz Operária*, que se tornou um espaço privilegiado para a difusão de suas ideias e para a disputa de hegemonia interna. Inspirados pelo Partido Comunista Italiano, pelo eurocomunismo e pela experiência de Salvador Allende no Chile, os eurocomunistas defendiam a democracia como valor universal e criticavam a concepção dominante no partido, que via a frente democrática apenas como tática. Além disso, propunham maior participação da militância nas decisões partidárias e questionavam os limites do modelo soviético, buscando superar os paradigmas vigentes do marxismo-leninismo e a hegemonia da URSS no movimento comunista internacional.³⁸¹ Nesses pontos, confrontavam não apenas Prestes, mas também a maioria dos integrantes do Comitê Central.

O grupo de Prestes, que incluía intelectuais como Anita Prestes e Marly Vianna, reagia às teses eurocomunistas acusando-as de abandonar os princípios revolucionários. Embora tivesse aprovado a linha de alianças em 1967, Prestes passou a rejeitá-la, defendendo uma frente restrita à esquerda, que preservasse a identidade socialista e o caráter revolucionário do partido. Para ele, a democracia burguesa era inconciliável com a democracia proletária, e o socialismo só poderia ser alcançado por meio de uma ruptura qualitativa, e não por reformas

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 472.

³⁷⁹ PRESTES, Anita. O fracasso dos autodenominados “renovadores” (1970-1980). SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. **História do PCB**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2022, p. 201-202.

³⁸⁰ NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: Intelectuais comunistas, frentismo e a questão da democracia. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 80, 2014b, p. 46.

³⁸¹ DULCE, 1995, p. 211-217; REIS, 2014, *passim*; SILVA, Eumano, 2023, *passim*.

graduais. Rompia, assim, com a ideia de democracia progressiva e rejeitava a possibilidade de um caminho pacífico ao socialismo, dominante no partido desde 1958.³⁸²

Entre 1976 e 1979, realizaram-se quatro reuniões plenárias do Comitê Central no exílio. Em um cenário de alianças e dissidências em constante reconfiguração, como mostra o trabalho de Daniel Aarão Reis, foram aprovadas resoluções em janeiro de 1976, março de 1977, novembro de 1978 e maio de 1979.³⁸³ Prevaleceram as posições favoráveis à frente ampla e à via institucional para derrubar a ditadura, sustentadas pela maioria do Comitê Central e pelos eurocomunistas. Em 1976, por exemplo, Hércules Correia e Armênio Guedes, com apoio majoritário, refutaram a proposta de Prestes de equiparar o regime fascista ao regime burguês. Segundo Aarão Reis, tratou-se de uma reafirmação da linha de 1967 e de uma derrota para os que pretendiam alterá-la.³⁸⁴ Prestes e seus aliados também tiveram que fazer concessões e reconhecer que a vitória do MDB nas eleições de 1974 validava a linha política adotada pelo partido.³⁸⁵

Na reunião de 1977, consolidou-se ainda mais a orientação frentista e conciliadora. Propôs-se a união de todos os patriotas, inclusive antigos membros da Arena, com a ênfase de que os comunistas não eram revanchistas.³⁸⁶ No entanto, como era comum nas reuniões e resoluções do partido, posições distintas foram amalgamadas. Ao mesmo tempo em que se afirmava a necessidade de construir um consenso oposicionista em torno da democracia e da via institucional, destacava-se também a importância da mobilização de amplas massas, em especial da classe operária.³⁸⁷

As divergências teóricas também se aprofundaram. Em dezembro de 1977, Carlos Nelson Coutinho publicou, sob o pseudônimo Josimar Teixeira, o texto *Frente democrática: instrumento do pacto em torno do novo regime*, no número 147 da *Voz Operária*.³⁸⁸ Contra uma frente de esquerda, conforme proposta por Prestes, defendeu a frente ampla “desde a classe operária até setores da grande burguesia” e afirmou que a democracia era o eixo articulador entre as táticas e a estratégia do partido, antecipando a tese central de seu ensaio *A democracia como valor universal*, publicado em 1979 na revista *Encontros com a Civilização*

³⁸² DULCE, 1995, p. 219-222; SILVA, Eumano, 2023, *passim*; REIS, 2014, *passim*;

³⁸³ REIS, 2014, *passim*.

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 379-380.

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 381.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 391.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 391.

³⁸⁸ TEIXEIRA, Josimar. Frente democrática: Instrumento do pacto em torno do novo regime. **Voz Operária**, n. 147, junho 1978, p. 8.

Brasileira. Nesse mesmo número, Armênio Guedes, reiterava a necessidade da frente democrática e do papel do MDB:

Uma frente que incorpore movimentos que partam de associações profissionais liberais, como a OAB, que incorpore movimentos oposicionistas da Igreja Católica, dos estudantes, dos intelectuais, das mulheres, dos militares e, sobretudo, das massas trabalhadoras, através de suas organizações sindicais e necessariamente mais ampla que o partido legal de oposição, o MDB. Entretanto, ninguém pode subestimar o papel que o MDB deverá desempenhar na organização e dinamização da frente, como o canal de expressão política parlamentar e eleitoral dos diversos movimentos que podem integrá-la.³⁸⁹

A intransigência de Prestes em relação à noção de democracia como valor universal inviabilizou a formulação de um documento consensual entre as três principais tendências do partido – eurocomunistas, prestistas e aliados de Giocondo Dias – em 1978. A quarta reunião do Comitê Central, realizada em Sófia, na Bulgária, foi a última com a participação de Prestes. Nessa ocasião, ele obteve o apoio do grupo de Giocondo Dias, isolou os eurocomunistas e afirmou:

Na atual etapa da luta contra o fascismo, é indispensável [...] que nosso partido não abra mão de suas bandeiras, os objetivos estratégicos de um partido revolucionário da classe operária. [...] Não são idênticos os conceitos democráticos das diversas forças que lutam agora contra o fascismo e pelas liberdades democráticas [...].³⁹⁰

Com a anistia de 1979 e o retorno da direção e da militância ao Brasil, os conflitos internos se intensificaram. Contudo, entre 1980 e 1983, tanto os eurocomunistas quanto os prestistas foram progressivamente isolados, o que permitiu a ascensão de uma nova camada dirigente, vitoriosa no VII Congresso do partido, realizado em 1982. Sob a liderança de Giocondo Dias, os “pragmáticos”, como os denominou Marcos Napolitano, reafirmaram as alianças amplas com os liberais em nome da democracia, mas sem promover a renovação das estruturas partidárias nem incorporar as inovações teóricas propostas pelos eurocomunistas.³⁹¹ Isso resultou em uma acomodação entre as teses democráticas e o modelo organizacional centralizado e hierarquizado do PCB.³⁹²

Em março de 1980, Prestes rompia com o PCB ao publicar a *Carta aos Comunistas*. No documento, denunciava a atuação da direção partidária e reafirmava a necessidade de um

³⁸⁹ GUEDES, Armênio. Construir uma saída para a crise, eis a tarefa atual para as forças democráticas. **Voz Operária**, n. 147, junho 1978, p. 4-5.

³⁹⁰ SILVA, Eumano, 2023, p. 522.

³⁹¹ NAPOLITANO, 2014b, p. 45; DULCE, 1995, p. 219- 228.

³⁹² DULCE, 1995.

partido genuinamente revolucionário, em contraste com a orientação “reformista” adotada desde o VI Congresso, em 1967. Sua principal preocupação era resgatar o compromisso com a classe operária e com a revolução socialista. O afastamento definitivo foi formalizado em 1984.³⁹³

Defendo que Ênio Silveira, no contexto da crise interna do PCB, apostou em uma atualização crítica do partido, alinhando-se às propostas dos intelectuais eurocomunistas, sem, contudo, estabelecer vínculo orgânico com esse grupo. Como discutido no capítulo anterior, Ênio mantinha estreitos laços profissionais, intelectuais e de amizade com Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, principais responsáveis, ao lado dele, pelo processo de renovação do marxismo promovido pela editora *Civilização Brasileira*. Não por acaso, foi na revista *Encontros* que Coutinho publicou o ensaio *A democracia como valor universal*, expressão máxima das teses eurocomunistas no Brasil. No entanto, ao contrário desses intelectuais, que deixaram o PCB a partir de 1983, Ênio Silveira permaneceu no partido até sua extinção, em 1992 – o que revela sua profunda identificação com o PCB e confirma a afirmação de Dulce Pandolfi: “ser comunista era muitas coisas, mas, acima de tudo, era ser um membro do PCB”.³⁹⁴

3.7 ENTRE A REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E A ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: UM NOVO PAPEL PARA O INTELLECTUAL DE ESQUERDA

Ao lançar *Encontros com a Civilização Brasileira*, Ênio Silveira procurou repetir a unidade intelectual que havia marcado a resistência cultural empreendida pela *Revista Civilização Brasileira*, na década anterior, e que possibilitou constituir uma frente ampla das oposições contra a ditadura.

No entanto, dez anos separavam as duas revistas. O contexto político-intelectual havia se modificado substancialmente. Como visto, entre 1964 e 1968, Ênio Silveira e os intelectuais que se reuniram na *Civilização Brasileira* assumiram para si o papel de protagonistas da resistência à ditadura. Isso devido ao contexto de fragmentação das esquerdas e à forte repressão que se abateu sobre os movimentos da classe trabalhadora, dissolvendo os vínculos entre os intelectuais e o povo, ensaiados no início dos anos de 1960.

³⁹³ SILVA, Eumano, 2023, p. 598-601; DULCE, 1995, p. 220.

³⁹⁴ DULCE, 1995, p. 246.

O mundo da cultura foi percebido, então, como o espaço privilegiado para sedimentar a unidade das oposições. No primeiro editorial da *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, Ênio Silveira escreveu: “a tarefa, nesta quadra, caberá principalmente aos intelectuais”.³⁹⁵ Na década de 1960, o intelectual de esquerda se auto atribuiu o papel de representante do povo em sua luta contra a ditadura no país.

O campo intelectual em 1978 não era mais aquele encerrado em 1968. A partir de 1977, a sociedade mobilizada contra a ditadura retomou o espaço público. Os estudantes, a Igreja Católica, as entidades liberais como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), intelectuais, organizações de esquerda, incluindo a ex-esquerda armada, movimentos de mulheres e de bairros lutavam para transformar a abertura em redemocratização. A entrada em cena da classe operária, com o ciclo de greves de 1978 a 1980, radicalizou essa luta.³⁹⁶

A nova dinâmica da sociedade e o protagonismo assumido pela classe operária recolocaram em discussão o lugar do intelectual na sociedade. O tema foi trabalhado por autores como Milton Lahuerta, Marcos Napolitano e Marcelo Ridenti.³⁹⁷ Esses autores apontam que foi na relação entre os intelectuais e os movimentos sociais e de trabalhadores

³⁹⁵ SILVEIRA, Ênio. Princípios e Propósitos. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, mar. 1965, p.3.

³⁹⁶ Destaco as críticas feita pela literatura acadêmica a respeito das relações entre sociedade e Estado na década de 1970. Como apontou Lahuerta, entre 1974 e 1979, a sociedade civil se afirmou enquanto conceito e realidade. No contexto de luta contra a ditadura, a sociedade civil se tornou sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado Ditatorial. Para o autor, um dos problemas dessa contraposição maniqueísta é que se passou a considerar tudo o que vinha da sociedade civil como positivo e o que dizia respeito ao Estado marcado, *a priori*, por um sinal negativo. Autores como Daniel Reis e Denise Rolemberg destacam outros problemas, como o dos deslocamentos de sentido e reconstruções históricas feitas pelas disputas de memórias ainda durante o período da abertura e transição democrática. Um primeiro deslocamento de sentido foi a apresentação das ex-esquerdas armadas como parte Integrante da resistência democrática, apagando a proposta revolucionária de Instalação de uma ditadura do proletariado, que as havia moldado. Outro deslocamento: a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, à ditadura. Redesenhou-se o quadro das relações complexas entre sociedade e ditadura, marcada, como mostra, também, o trabalho de Rodrigo Mota, por uma combinação de adesão, de acomodação, de resistência. Conforme Reis, desapareceram as pontes e a cumplicidade que, no limite, constituíram o próprio fundamento do processo de distensão. A sociedade brasileira apareceu como resistente ao regime militar, como também o vencera. Cf. LAHUERTA, 2001; REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura** – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. MOTA, Rodrigo Patto Sá Mota. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³⁹⁷ LAHUERTA, 2001. NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios - USP, 2017, p. 263-295. RIDENTI, Marcelo. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo (org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Ridenti também destaca o “outro lado da moeda”: às vezes a (auto) crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para dar o lugar ao Intelectual profissional competente e competitivo no mercado das ideias, centrado na carreira e no próprio bem-estar Individual. RIDENTI, 2006, p. 458.

(sindicais ou não) que se fundamentou um novo papel do intelectual de esquerda cujos desdobramentos se verificaram nas adesões partidárias a partir de 1979. A discussão central, em fins dos anos de 1970 e início de 1980, foi a participação dos intelectuais na luta pela democracia, apoiando ou não, vinculados ou não aos movimentos de base popular. O principal embate se dava entre aqueles que, como os pecebistas, privilegiavam a frente ampla das oposições e o jogo político-institucional para a transição democrática e uma nova esquerda intelectual, avessa à dimensão institucional, que apostava no fortalecimento da sociedade civil em oposição ao Estado.³⁹⁸

No entanto, há uma importante ressalva feita por Pécaut: os intelectuais que privilegiaram as estratégias na cena política estavam, em sua maioria, longe de desdenhar os movimentos da sociedade.³⁹⁹ É aqui que podemos localizar a posição de Ênio Silveira e dos intelectuais pecebistas. Para o PCB, os movimentos da sociedade civil deveriam empurrar e pressionar o governo e o parlamento na luta pela redemocratização. Ao mesmo tempo que privilegiavam a estratégia eleitoral para superar a ditadura, afirmavam que essa deveria vir conjugada à “luta de massas” no meio popular, sindical e estudantil.⁴⁰⁰ Assim, se, na entrevista dada ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em fevereiro de 1978, Ênio Silveira defendeu a atuação da intelectualidade no jogo político, no primeiro editorial da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em julho daquele ano, o editor convocou os intelectuais a se inserirem no conjunto da sociedade:

Torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de ideias (...) Entendemos que *é dever de todos os intelectuais consequentes intensificar sua participação nesse esforço* (...) [grifos meus].⁴⁰¹

Em 1978, o intelectual não era mais arauto ou falava em nome do povo, como o havia feito entre 1965 e 1968, durante a publicação da *Revista Civilização Brasileira*. Agora, ele interagiu e somava forças com outros atores políticos. Não por acaso, em 1978, Ênio Silveira foi um dos fundadores do Centro Brasil Democrático (Cebrade), do qual se tornou vice-presidente. Constituído como entidade da sociedade, sob os auspícios do PCB, o Cebrade

³⁹⁸ LAHUERTA, 2001; NAPOLITANO, 2017

³⁹⁹ PÉCAUT, 1990, p. 306.

⁴⁰⁰ REIS, 2014, p. 391.

⁴⁰¹ SILVEIRA, Ênio. Por que e Para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978, p.7.

visava congregar intelectuais, artistas, operários, políticos e demais atores da oposição em uma frente única das oposições, mas que continuava apostando no jogo político-institucional e na aliança de classes para superar a ditadura.⁴⁰²

Ênio Silveira foi o agente central na constituição de um dos grupos de intelectuais mais atuantes na oposição ao regime militar na década de 1960. Quis repetir o feito, de forma atualizada aos novos debates e atores da esquerda, na década de 1970. A análise dos editoriais escritos por ele permite explicitar os pontos que defendo aqui. Os editoriais são espaços estratégicos: os temas ali selecionados, a forma como são abordados, os leitores a quem se tem em mira ajudam a identificar o projeto político-editorial que deu origem e norteou *Encontros com a Civilização Brasileira*.

3.8 OS EDITORIAIS DE ÊNIO SILVEIRA: FRENTE AMPLA E NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO FIGUEIREDO.

Entre julho de 1978 e julho de 1980, Ênio Silveira publicou 13 editoriais em *Encontros*. Em estilo direto e jornalístico, fez a análise da conjuntura política brasileira, apontando caminhos para a redemocratização. A maioria dos seus textos foi endereçada às oposições de esquerda e ao último presidente militar, o general João Figueiredo (1979-1985). Neles, demarcou seu posicionamento acerca do papel desses atores no jogo da transição política e defendeu estratégias a serem tomadas pelas esquerdas.

Chamo a atenção para um aspecto cronológico. Embora o primeiro número da

⁴⁰² A defesa dessa estratégia aparece em diversos documentos produzidos pela entidade. Entre eles, as resoluções do Primeiro Encontro Nacional pela Democracia, realizado em 1978; do Segundo Encontro Nacional pela Democracia, realizado em 1979; do Manifesto de Fundação, de 1978; no editorial do jornal Brasil Democrático, de 1978. Esses documentos podem ser acessados em: CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Manifesto de Fundação**. Rio de Janeiro, 1978a [Anexo da Informação n° 023/79 /DSI/MJ da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. 17 janeiro de 1979]. In: BRASIL, Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Disponível em BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1414_d0001de0001 (4). Acesso em 20.10.2023; DIVISÃO de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Informação n. 023/79 /DSI/MJ. Assunto: *Centro Brasil Democrático. Encontro Nacional pela Democracia*. Rio de Janeiro, 17 jan. 1979. In: BRASIL, Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça. Disponível em [br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1414_d0001de0001](#). Acesso em 20.10.2023; O LUGAR, o fim e os meios. **Brasil Democrático**. Rio de Janeiro, novembro de 1978, n. 1, p. 2. [Anexo da Informação p. 6, 1/79 /DSI/MJ, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, 09 mar. 1979]. In: BRASIL. Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Disponível em BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1414_d0001de0001. Acesso em 20 out. 2023

Encontros tenha saído em julho de 1978, a ideia de criação da revista é do início daquele ano. Antes, portanto, da emergência da classe operária na cena política da abertura. Defendo que essa anterioridade tem a sua importância para a compreensão dos motivos da criação e da linha política da revista. 1978 foi ano eleitoral, tanto para o Congresso quanto para a Presidência da República, ainda que, para esta, de forma indireta. Ano-chave para os setores que, após a vitória do MDB nas eleições de 1974, defendiam as possibilidades abertas pela união da oposição nesse partido e as eleições como meio de abrir espaços para as liberdades; aposta que os pecebistas faziam desde 1965 e reafirmaram, a despeito das tensões internas no partido, na linha política aprovada no VI Congresso, em 1967, e nas Resoluções Políticas de 1977 e 1978.⁴⁰³ Essa anterioridade reforça a hipótese que trabalho neste capítulo, qual seja: a de que a criação da *Encontros* foi, também, uma forma de o editor lutar pela tese pecebista que defendia o processo eleitoral como terreno privilegiado de arregimentação de forças contra a ditadura, a aliança entre as esquerdas e entre estas e os setores liberais e o investimento na luta constitucional contra a institucionalidade da ditadura, conforme propunha a maioria da direção do PCB e a tendência eurocomunista. Um documento publicado pelo PCB de São Paulo, em março de 1978, com forte influência dos intelectuais eurocomunistas, reforça essa afirmação:

A movimentação em torno da criação de novos partidos (...) traz consigo o risco do rompimento da frente democrática de oposição ao regime e da sua expressão legal e eleitoral, o MDB. Este risco é ainda mais grave num ano eleitoral, quando todos os esforços devem se concentrar no objetivo de infligir uma nova derrota à ditadura.⁴⁰⁴

Seguindo essa linha, uma das principais batalhas travadas por Ênio Silveira nos seus editoriais foi a defesa da estratégia do partido de união das oposições em torno do MDB, até que fosse realizada uma Assembleia Constituinte livremente eleita, e do jogo político-institucional, com destaque para as eleições, como via de luta para a redemocratização. Ênio Silveira também apostou em criar canais de negociação com o regime militar. Afinal, entendia ser o momento de fazer avançar a abertura política, dando a ela um sentido de redemocratização e disputar a qualidade da nova democracia a ser instaurada.

⁴⁰³ REIS, 2014, p. 387-439.

⁴⁰⁴ COMISSÃO estadual de reorganização do PCB/SP, 1978. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; CAPISTRANO FILHO, David; GUEDES, Cláudio. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 35.

Como mostra Francisco Carlos Teixeira da Silva, do ponto de vista dos militares, a abertura política, iniciada pelo governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) deveria ser limitada e conduzida pelo alto, excluindo a oposição de esquerda e a construção de uma sociedade aberta e justa. O projeto Geisel/Golbery pretendia uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do país, mas não exatamente a redemocratização.⁴⁰⁵ Para Adriano Codato, a abertura política representava um projeto de institucionalização do autoritarismo.⁴⁰⁶

Nos editoriais que publicou entre 1978 e 1979, Ênio Silveira se opôs à estratégia das forças de oposição que, naquele momento, lutavam pela volta do pluripartidarismo no Brasil.⁴⁰⁷ A principal argumentação de Ênio Silveira era que uma fragmentação partidária, com a criação de novas legendas situadas à esquerda, seria um grande erro tático. Ela enfraqueceria a oposição e anularia a vantagem obtida com a expressiva votação no MDB nas eleições de 1978. Para Ênio Silveira, a oposição precisava vencer no terreno do inimigo, no jogo político-institucional, usando todos os espaços possíveis, inclusive ocupando ministérios.⁴⁰⁸

O editor identificava uma agenda urgente de democratização pela qual a oposição unida deveria lutar no ano de 1978. Em uma escala de prioridades afinadas com as aspirações do PCB e dos movimentos de oposição da sociedade, apontava: a anistia ampla, geral e irrestrita, como ponta de lança da retomada da luta democrática; o retorno ao Estado de Direito; igualdade perante a lei e a garantia de direitos humanos; reforma agrária e uma política externa independente.⁴⁰⁹ Vale destacar que essas teses também eram defendidas pelo Cebrade, criado sob os auspícios do PCB.⁴¹⁰ Portanto, às bandeiras dos direitos políticos mínimos de uma democracia liberal, Ênio Silveira agregava a defesa da reforma agrária e da

⁴⁰⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 9 ed., 2019.

⁴⁰⁶ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, nov. 2005, p. 83-106.

⁴⁰⁷ SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira? **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 6, dez. 1978.

⁴⁰⁸ SILVEIRA, Ênio. Diálogos de surdos. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 17, nov. 1979.

⁴⁰⁹ SILVEIRA, Ênio. Fazer história ou não, eis a opção. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978, p.9.

⁴¹⁰ CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Manifesto de Fundação**. Rio de Janeiro, 1978a [Anexo da Informação n. 023/79 /DSI/MJ da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. 17 janeiro de 1979]. In: BRASIL. Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Disponível em BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1414_d0001de0001 (4). Acesso em 20 out. 2021

política externa independente, que conformou a luta da esquerda nacionalista, especialmente pecebista e trabalhista, desde o final dos anos de 1950, e pela qual o editor militava.

Em dezembro de 1978, Ênio Silveira escreveu o editorial “Quem tapa o sol com a peneira?”. Nele, alertava a oposição para que não se iludisse com o resultado das eleições de 1978. A maioria dos votos no MDB revelaria muito mais a frustração popular com a ditadura do que um voto ideológico. Portanto, para aqueles setores da esquerda, dentro ou fora do MDB, que intensificavam os preparativos para a reorganização partidária no Brasil, avisava: “(...) a ditadura, embora enfraquecida, não teve seu Waterloo e muito menos recebeu, em 15 de novembro, a pá de cal (...)”.⁴¹¹ O momento exigia união para que se evitassem recuos. A abertura não era linear e sem retrocessos, como já haviam demonstrado os diversos fechamentos promovidos pelo governo Geisel, a exemplo do fechamento do Congresso Nacional, em 1 de abril de 1977, e do anúncio, duas semanas depois, de um conjunto de medidas, o chamado Pacote de Abril, que pretendia assegurar ao partido do governo, a Arena, o controle do Poder Legislativo.⁴¹²

O campo da esquerda estava dividido. Se a luta democrática havia se tornado consenso após a derrota da luta armada, em 1974, o conteúdo da democracia e as estratégias para alcançá-la geravam dissensos. Para uma parte da esquerda, sobretudo aquela vinculada aos novos movimentos sociais, a estratégia pecebista de frente ampla e aliança de classes era criticada por, supostamente, diluir o papel do proletariado. Para essa esquerda, a questão que se impunha era a organização de um partido operário de massas, que se concretizaria na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Significativamente, em nenhum de seus editoriais, Ênio Silveira abordou os temas das greves do ABC paulista, do novo sindicalismo e da fundação do PT, que estavam no calor da hora e mobilizavam muitos intelectuais, inclusive no Cebrade e em artigos que selecionou para publicação em *Encontros*. Entre esses artigos, o de Florestan Fernandes, *A tarefa dos intelectuais na revolução democrática*, defendia que os intelectuais assumissem um papel orgânico na formação de um partido operário socialista, proletarizando-se.⁴¹³

Conforme destaca Lahuerta, em fins de 1970, setores da intelectualidade defenderam a formação de um partido autônomo, “tanto diante da frente democrática expressa no MDB

⁴¹¹ SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira? **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 6, dez. 1978, p.8.

⁴¹² NAPOLITANO, 2014, p. 234.

⁴¹³ FERNANDES, Florestan. Tarefas dos Intelectuais na revolução democrática. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 14, ago. 1979.

quanto da tradição do movimento operário ligado ao PCB”.⁴¹⁴ Dentro de uma perspectiva classista, tratava-se, ainda, da valorização de uma sociedade mobilizada, autônoma e em oposição ao Estado.

O PCB admitia que as greves operárias – iniciadas no ABC paulista – marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime. Porém, conforme analisa Hamilton Lima, “isto mais parecia dizer respeito, para os *pecebistas*, às formas específicas de luta dos metalúrgicos paulistas do que à correlação de forças na sociedade.” Segundo o autor, o jornal do partido, *Voz Operária*, de janeiro de 1979, afirmava que “o centro de luta era o parlamento e a posse dos eleitos é que determinaria um giro de abrangência mais ampla e efetiva na conjuntura política e não os *avanços setoriais* dos estudantes e dos trabalhadores.”⁴¹⁵ Nesse sentido, o silêncio de Ênio Silveira sobre o tema, nos editoriais, é significativo do seu alinhamento à maioria da direção do PCB e aos intelectuais eurocomunistas que faziam de *Voz Operária* uma plataforma para suas posições.

Em sentido contrário ao dos intelectuais da “nova esquerda”, entre 1978 e 1979, Ênio Silveira apostou na reativação da aliança entre comunistas e trabalhistas, que pautou os anos de 1950 e início de 1960. Foi, inclusive, articulador de encontros, ainda em 1978, entre Leonel Brizola, intelectuais e políticos de esquerda.⁴¹⁶ O editor acreditava em uma futura reativação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), após concluído o processo de abertura, “que será, sem dúvida, o maior partido popular da América Latina (...) que, antes do golpe de 1964, já se convertera, apesar de suas numerosas contradições internas, na mais expressiva agremiação política do povo brasileiro”.⁴¹⁷

Naquele momento, Leonel Brizola liderava a reorganização e atualização do PTB, lançando o “novo PTB” em junho de 1979, em Lisboa, com uma mistura original de trabalhistas, socialistas e ex-militantes das esquerdas revolucionárias. Conforme Daniel Araão Reis, era o socialismo moreno, comprometido com a democracia, vinculado à Internacional Socialista, preocupado com os novos movimentos sociais de minorias políticas como o das mulheres e dos negros.⁴¹⁸ Segundo Michelle Macedo,

⁴¹⁴ LAHUERTA, 2001, p. 83.

⁴¹⁵ LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última legalidade (1964-84)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995, p. 241-242.

⁴¹⁶ SENADORES do MDB defendem no Rio união oposicionista. **Jornal do Brasil**, 1º Caderno, p. 4, 09 dez. 1978.

⁴¹⁷ SILVEIRA, Ênio. Por que e para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978, p.8.

⁴¹⁸ REIS, 2014, p. 425.

a defesa dos direitos do trabalhador e o nacionalismo permaneceram como pilares do projeto trabalhista, mas foram relidos de acordo com o presente. Novas bandeiras foram hasteadas, em parte, devido à aproximação de Brizola com setores da esquerda europeia, em especial a social-democracia, e ao contato com os novos movimentos sociais que ganhavam destaque na Europa ocidental.⁴¹⁹

Para apresentar esse novo trabalhismo, Ênio Silveira publicou, no número 9 da *Encontros*, o texto *A Internacional Socialista vai à América Latina*, de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Também publicou, no número 4 da revista, de outubro de 1978, o texto *As origens e a evolução do PTB*, do intelectual trabalhista Moniz Bandeira. O texto compôs um dos capítulos do livro *Brizola e o Trabalhismo*, lançado pela coleção *Retratos do Brasil*, em 1979. Na orelha, Ênio exaltou Brizola como uma autêntica liderança de massas, ao lado de Luiz Carlos Prestes e de Miguel Arraes de Alencar.⁴²⁰ A análise do editor foi corroborada com a vitória de Brizola ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1982, a despeito de todas as fraudes para tentar impedir sua vitória nessa eleição.

Vale destacar que Ênio também publicou, no número 29 de *Encontros*, as conclusões do livro de Miguel Arraes *O jogo do poder no Brasil*, onde o ex-governador pernambucano fez um diagnóstico da abertura política e prognosticou caminhos para a democratização do país. Na revista, Arraes foi apresentado como “um dos maiores líderes do chamado ‘pensamento de esquerda’ no Brasil”. Os editores também denunciaram o cerceamento do regime a Arraes: “um dos poucos nomes a que a abertura democrática ainda não concedeu livre trânsito nos programas de debates políticos das televisões brasileiras”.⁴²¹

Ênio apostava na retomada da aliança nacionalista entre trabalhistas, comunistas e socialistas que havia sustentado as lutas das esquerdas no pré-1964. O editor também batalhou pela legalização do PCB, uma das campanhas prioritárias do partido na luta pela redemocratização. No editorial *O conveniente fantasma do comunismo*, publicado no número 9 de *Encontros*, condenou o discurso anticomunista que havia sustentado o golpe de 1964 e a ditadura militar. Argumentou que, na nova conjuntura, ele era mobilizado, de forma

⁴¹⁹ MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente**. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). 2012. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 64.

⁴²⁰ SILVEIRA, Ênio. Orelha. In: MONIZ Bandeira, Luiz Alberto. **Brizola e o trabalhismo**. (Coleção Retratos do Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴²¹ FÉLIX, Moacyr. Colaboram neste número. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 29, 1982, p. 239.

anacrônica, para impedir a redemocratização brasileira. Buscando diálogo com Figueiredo, Ênio Silveira sugeriu que os pecebistas eram “elementos consequentes da esquerda”.⁴²² Embora fossem “adversários natos” do general presidente, não tinham “o menor interesse em desafiá-lo com provocações idiotas ou levar o país ao caos”.⁴²³ Argumentou que as nações mais desenvolvidas do sistema capitalista, como a França ou a Itália, já asseguravam ampla liberdade de atuação aos seus partidos comunistas. Reforçou que essas nações desenvolviam relações comerciais e culturais com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas, não obstante a concomitância da sua participação em tratados defensivos-ofensivos como a OTAN.⁴²⁴ Ênio terminou o editorial afirmando que Figueiredo não precisaria mais invocar o fantasma do anticomunismo se ele efetivamente se dispusesse a um “diálogo franco e construtivo com o povo brasileiro”: “ele, o povo, as forças armadas, no que têm de melhor, poderão juntos enfrentar e esmagar os semeadores de tempestades.”⁴²⁵

A abertura de canais de negociação com o governo Figueiredo (1979-1985), como propunha a maioria da direção do PCB e os eurocomunistas, foi defendida por Ênio em seus editoriais. Em novembro de 1979, escreveu *Diálogo de surdos*, onde criticou os setores da esquerda que se recusavam às negociações com o governo, deixando espaço livre para bolsões radicais de direita que resistiam à abertura. Segundo Ênio Silveira, “a oposição parece não entender que o governo Figueiredo, sendo o mais aberto desde 1964, vive agudas contradições internas oscilando entre prosseguir uma escalada democratizante e a pressão interna contrária que sofre, notadamente por militares”.⁴²⁶

Para Ênio Silveira, o contexto exigia uma análise pragmática por parte da oposição. Esta deveria usar, estrategicamente, o discurso de conciliação de que falava Figueiredo, levando o governo a tomar providências concretas e urgentes: mudança no modelo econômico, reformulação ministerial com participação da oposição e, sobretudo, a convocação de uma Assembleia Constituinte plena e soberana, que havia se tornado a grande bandeira das oposições após a Lei de Anistia de 1979. Para Ênio Silveira, somente a

⁴²² SILVEIRA, Ênio. O conveniente fantasma do comunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 9, mar. 1979, p. 11.

⁴²³ *Ibid.*, p. 11.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 10.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁴²⁶ SILVEIRA, Ênio. Diálogos de surdos. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 17, nov. 1979, p.8.

Assembleia Constituinte representativa de todas as camadas da nação poderia reinstaurar a democracia no país. O que, para o editor, poderia ser feito, inclusive, com Figueiredo.⁴²⁷

No sentido de trabalhar pela consecução de um acordo nacional entre governo e oposição, o editor também dirigiu seus editoriais ao presidente Figueiredo. De um lado, procurava avalizar Figueiredo para a oposição, apresentando-o como originário de uma tradição familiar democrática.⁴²⁸ De outro, combatia o discurso anticomunista mobilizado pela ultradireita e apresentava a Figueiredo uma “esquerda responsável [que] quer tudo menos desestabilizar o presidente, que tem cumprido, ao melhor de sua capacidade, as promessas que fez como candidato”.⁴²⁹ Figueiredo também não poderia “tapar o sol com a peneira” e ignorar a rejeição popular à ditadura demonstrada pela vitória do MDB nas urnas, em 1978.⁴³⁰

No editorial *Fazer História ou não, eis a questão*, de agosto de 1978, apontava as opções para Figueiredo: “ser outro desses típicos generaletes latino-americanos” ou seguir o exemplo do rei espanhol Juan Carlos, que avalizou um amplo acordo nacional e instituiu a monarquia parlamentar liberal-democrática na Espanha, após anos de franquismo. Se optasse pelo segundo exemplo, poderia “tornar-se maior do que a fôrma em que o colocaram e escolher um caminho que o aproxime das legítimas aspirações nacionais, para governar com o povo e para o povo, abandonando as características autocráticas e arbitrárias que marcaram os governos que o precederam”.⁴³¹

O modelo da transição pactuada espanhola estava na ordem do dia. Como aponta Francisco Carlos Teixeira da Silva, conquistava setores da oposição moderada, mas principalmente a direita e militares pró-abertura.⁴³² Em torno do imperativo de reconstrução institucional do país, criaram-se as condições para a assinatura, por parte de todas as forças da sociedade espanhola, dos chamados Pactos de Moncloa, em 1978. Liderado pela direita não franquista, garantiu, de um lado, a impunidade dos responsáveis pela antiga ordem. De outro, negociou a legalização de todos os partidos, inclusive do Partido Comunista Espanhol e

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ SILVEIRA, Ênio. Um ano de Encontros. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 12, jun. 1979, p.9.

⁴²⁹ SILVEIRA, Ênio. O som e a fúria...significando muito. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 25, jul. 1980, p.9.

⁴³⁰ SILVEIRA, Ênio. Os arautos da mentira. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 7, jan. 1979, p.7.

⁴³¹ SILVEIRA, Ênio. Fazer história ou não, eis a opção. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978, p.8.

⁴³² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9 ed., 2019. p. 334.

conferiu autonomia às nacionalidades na Espanha. Segundo o autor, o governo de transição espanhol ofereceu mudanças estruturais profundas, algumas vezes avançando além das propostas da República de 1934.⁴³³

Segundo Daniel Aarão Reis, a problemática de um pacto democrático, nos moldes do processo político em curso na Espanha, começou a ser aventada pelos intelectuais eurocomunistas do PCB⁴³⁴, o que reforça a ideia que defendo sobre o alinhamento de Ênio às posições desses intelectuais no contexto da abertura política e da transição democrática. Ênio Silveira não desenvolveu, nos seus textos, o teor dos Pactos de Moncloa. Mas defendeu uma transição pactuada com Figueiredo desde que o presidente abrisse o diálogo “com todas as camadas da população brasileira, de que resulte a eleição de uma Assembleia Constituinte e a promoção de um novo estatuto (...) sobre bases democráticas e nacionalistas”.⁴³⁵ Essa seria a forma de imprimir a marca popular e romper o caráter conservador que as transições pactuadas assumem.

Nessa proposição de pacto, Ênio Silveira cobrou de Figueiredo a sua parte. O presidente teria de parar de dificultar o processo de abertura por meio de legislação constrangedora, como a reforma partidária, decretada em novembro de 1979, que, entre outros aspectos, proibiu as coligações partidárias para enfraquecer a oposição.⁴³⁶ Também deveria anular a linha dura, controlar a comunidade de informações e punir os responsáveis pelos diversos ataques terroristas contra os que trabalhavam pela redemocratização.⁴³⁷ No editorial *O som e a fúria... significando muito*, de julho de 1980, o editor denunciou, de forma veemente, o atentado à sede da OAB que tirou a vida da secretária da instituição, Lyda Monteiro da Silva.⁴³⁸ A própria editora Civilização Brasileira havia sofrido um segundo atentado a bomba em 1976.

Em alguns editoriais, Ênio Silveira fez uma autocrítica por ter acreditado que Figueiredo iniciaria uma “fase de progressiva institucionalização da democracia, voltando-se,

⁴³³ *Ibid.*

⁴³⁴ REIS, 2014, p. 395.

⁴³⁵ SILVEIRA, Ênio. Por que e para quê. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978, p. 10.

⁴³⁶ SILVEIRA, Ênio. Diálogos de surdos. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n.17, nov. 1979.

⁴³⁷ SILVEIRA, Ênio. O som e a fúria... significando muito. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 25, jul. 1980.

⁴³⁸ Em 1976, o depósito da editora Civilização Brasileira foi novamente alvo de atentado a bomba. Em 1981, houve o episódio, frustrado, de atentado a bomba no *show* em comemoração do Dia do Trabalhador organizado pelo Cebrade, no Riocentro.

antes, para a base do que para a cúpula da pirâmide social”.⁴³⁹ Nem por isso deixou de apostar em negociações com o governo. Além de expressar uma linha predominante pecebista para a superação da ditadura, a proposta de conciliação fazia parte da própria prática política do editor. Como exemplo, em outubro de 1969, após um pronunciamento do general Emílio Garrastazu Médici, Ênio Silveira escreveu uma carta ao general presidente.⁴⁴⁰ Nela, propôs a Médici que se transformasse no “Pacificador que toda a Nação aguarda, no Estadista que reunifique a família brasileira, dando forma e substância a seus justos anseios de democracia, justiça, soberania e progresso”.⁴⁴¹ Estrategicamente, afirmou que Médici estava em “sintonia com o pensamento de Abraham Lincoln, quando ele disse, em plena Guerra Civil Americana, que ‘sobre uma casa dividida ninguém governará’. Se esse fosse, efetivamente, o pensamento do general presidente, conforme anunciou em pronunciamento, Ênio propunha juntar as suas “modestas forças e capacidades” – provavelmente referindo-se ao seu papel junto à oposição ao regime – à busca pela ‘união e concórdia”, compreendendo-a como a grande luta dos nossos dias.⁴⁴²

Voltando aos editoriais de *Encontros com a Civilização Brasileira*, para marcar sua posição no campo da esquerda, Ênio Silveira procurou diferenciar a defesa estratégica que fazia da negociação com o governo da via da conciliação nos moldes conservadores, ou seja, dos acordos nas altas esferas do poder, excluindo-se a participação popular das decisões políticas. Segundo o editor,

com a palavra diálogo não estamos pensando na propalada conciliação (...). Os graves problemas que teremos de enfrentar (...) não comportarão equacionamento em meros debates acadêmicos entre governo e MDB. A questão não é conciliar partidos de espúrias origens, mas promover o mais amplo debate com todas as camadas da população que resulte na eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte (...) estabelecida sobre bases democráticas e nacionalistas.⁴⁴³

⁴³⁹ SILVEIRA, Ênio. Os arautos da mentira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 7, jul. 1979, p. 8.

⁴⁴⁰ A carta de Ênio Silveira para o General Emílio Garrastazu Médici, 15 out. 1969. Acessível no site do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l sob a referência BNM 110 (35), p. 460-461. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=enio+silveira, acessado em 15 out. 2023.

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira? *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 6, dez. 1978, p.10.

3.8.2 Qual democracia?

Nos editoriais da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, Ênio Silveira defendeu que a nova democracia a ser instaurada deveria ser entendida “como um fim em si”.⁴⁴⁴ Não era um instrumento ou tática para se atingir o socialismo, utopia pela qual o editor militava desde os anos de 1940. Segundo Ênio Silveira, “a livre decisão da vontade popular se manifestará um dia, eleitoralmente ou não, sobre a forma de regime social que preferir”.⁴⁴⁵ A questão é que nenhum regime poderia prescindir da democracia política. Nem mesmo o socialismo: outras nações já “começam a constatar que o socialismo sem democracia interna não gera bons frutos”.⁴⁴⁶

No entanto, o editor não era um formulador de questões teóricas. Nesse ponto, ele desempenhou com destreza seu papel de intelectual mediador e, como veremos no último capítulo, levou para a revista intelectuais alinhados ao eurocomunismo. A defesa da democracia como valor universal encontraria uma elaboração teórica apurada com a publicação do ensaio *A democracia como valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho, em novembro de 1979, então membro da tendência eurocomunista do PCB.

Ênio Silveira atuava publicando os debates que surgiam na esquerda eurocomunista brasileira e europeia, os quais teriam, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, um de seus principais difusores no Brasil. A democracia política e suas instituições eram desvinculadas dos valores burgueses. Não se tratava, porém, de limitar a democracia a uma concepção minimalista e eleitoral, mas de compreender que a democracia formal representativa e os direitos liberais eram o mínimo e que, sem eles, a democracia não existe. Afinal, Ênio Silveira conhecia bem os resultados da ausência de um regime de liberdades mínimas. Ao longo da ditadura, fora preso sete vezes, sua editora sofreu três atentados a bomba, teve uma centena de títulos de livros confiscados e restrições de crédito financeiro que quase o levaram à falência.

Nos encontros e congressos promovidos pelo Cebrade, assim como em seus editoriais na *Encontros*, Ênio Silveira defendeu que o novo projeto democrático a ser instaurado no Brasil deveria promover a ampla participação das classes populares nas decisões políticas do

⁴⁴⁴ SILVEIRA, Ênio. Diálogos de surdos. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 17, nov. 1979, p.10.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁴⁶ SILVEIRA, Ênio. Desordem e possível progresso. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 20, fev. 1980, p.8.

país, bem como a socialização crescente dos frutos do seu trabalho. Para isso, a democracia política deveria ser combinada com um desenvolvimento econômico nacionalista, estatista e redistributivista, processo que teria sido abortado pelo golpe em 1964.⁴⁴⁷ Implicava também a distensão no plano internacional, retomando o projeto de política externa independente, com o Brasil na liderança do campo terceiro-mundista.⁴⁴⁸ Por meio de seus editoriais na *Encontros*, Ênio Silveira promoveu, também, uma crítica contundente ao capitalismo liberal, que estava nos debates sobre o modelo de modernização a ser adotado no país, e que “insistem em desenvolvê-lo aqui com tão obstinada quanto anacrônica ortodoxia”, quando “já não é aplicado cegamente na maior parte do mundo”.⁴⁴⁹

Na concepção de democracia defendida por Ênio Silveira, eram combinados tanto elementos colocados em discussão pela tendência eurocomunista do PCB, como a valorização da democracia representativa, quanto de uma cultura política da esquerda nacionalista que tivera o seu auge nos anos de 1960. À sua maneira, mesmo apostando em canais de negociação com o governo e uma saída pactuada, defendia a construção de uma democracia com ampla incorporação das classes populares.

O contexto intelectual em que Ênio Silveira se moveu durante a publicação de *Encontros* foi marcado por rupturas entre os núcleos intelectuais de oposição ao regime militar. Se, entre 1974 e 1979, houve uma aproximação dos núcleos intelectuais críticos ao regime, essa grande frente de oposição se esvaiu após a reforma partidária de 1979. Como mostra Lahuerta, a temática da organização autônoma da classe operária e das possibilidades da dimensão institucional para superação do regime dividiram a intelectualidade crítica. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em fevereiro de 1980, levou à ruptura definitiva.⁴⁵⁰ No entanto, conforme Pécaut, se a institucionalização do PT implicou uma divisão política, o diálogo e os laços pessoais entre alguns dos principais dirigentes do novo partido e as esquerdas que atuavam por meio do PMDB permitiram preservar a comunicação entre eles, ao menos até 1982, período da publicação de *Encontros com a Civilização*

⁴⁴⁷ SILVEIRA, Ênio. Os arautos da mentira. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 7, jan. 1979.

⁴⁴⁸ SILVEIRA, Ênio. Fazer história ou não, eis a opção. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978. SILVEIRA, Ênio. Desordem e possível progresso. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 20, fev. 1980.

⁴⁴⁹ SILVEIRA, Ênio. Ordem, progresso e dependência. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 23, mai. 1980, p.10.

⁴⁵⁰ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, v.8, n.14/15, 2001.

Brasileira.⁴⁵¹ Tal cenário permite compreender a batalha de Ênio, por meio da revista, de construir pontes e alianças com esses setores, ao mesmo tempo em que com eles disputava projetos de democratização, conforme discutirei nos próximos capítulos.

3.9 ENCONTROS COM CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: SUCESSO OU FRACASSO POLÍTICO-EDITORIAL?

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi analisada pelos poucos trabalhos acadêmicos que a ela se dedicaram sempre em comparação com a *Revista Civilização Brasileira*. Afinal, desde a sua criação, houve o esforço de seus editores para afirmar uma filiação entre elas. Nessa comparação, a chave de leitura foi a discussão acerca do sucesso ou fracasso editorial de *Encontros*.

O tema foi iniciado pelo próprio Ênio Silveira. Em entrevista a Renato Vieira, na década de 1990, Ênio lamentou que *Encontros* teve menor sucesso no meio cultural do que a *Revista Civilização Brasileira*. O editor atribuiu isso a uma suposta desmobilização política a partir da abertura política: “(...) O Albatroz é o pássaro das tempestades, nós éramos o Albatroz de Baudelaire: enquanto havia repressão, havia de tudo; de repente, tudo começou a ficar permissivo e não surge ninguém, as pessoas deixaram de comparecer”.⁴⁵²

Renato Vieira endossou a tese de Ênio Silveira. Para o autor, “não obstante a importância dos artigos ali publicados, vivia-se a desmobilização decorrente de quase 15 anos de censura e violência por parte do Estado. Sem desenvolver o tema, Vieira afirma, também, que novas figuras surgiram no cenário cultural, tornando o intelectual humanista e engajado, que marcara a editora Civilização Brasileira, coisa do passado.”⁴⁵³

Cristiano Couto tem outra tese. Para esse autor, o menor sucesso de *Encontros* teve a ver com a consolidação da indústria cultural na década de 1970 e a erosão de valores da resistência cultural à ditadura que sustentaram a década anterior. Para o autor, cumpria reformular o discurso e o seu formato, pois o contexto de recepção de *Encontros* estava marcado por condições políticas e culturais muito diferentes. Os 13 anos que separaram as duas revistas teriam sido decisivos para o rápido desenvolvimento de instâncias de consagração emergentes, como a mídia televisiva. Os próprios intelectuais comunistas, a

⁴⁵¹ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990, p. 292.

⁴⁵² *Apud* VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos**. Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 184.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 184.

exemplo de Dias Gomes, não ficaram alheios à expansão dos meios de comunicação e da indústria cultural.⁴⁵⁴ Muitos deles deixaram de ser teóricos e ensaístas de revistas culturais para ocuparem esses novos espaços de cultura de massa. Nesse contexto, revistas culturais nos moldes da “resistência séria” dos anos de 1960, como *Encontros*, deixaram de ter a mesma energia aglutinadora de outros tempos e se tornaram anacrônicas.⁴⁵⁵

Cristiano Couto segue Maria Lucia Camargo que afirma que o ‘periodismo de resistência séria’ “surge, se fortalece, entra em declínio e desaparece no mesmo compasso de sua eliciadora contraface, a ditadura militar”.⁴⁵⁶ Para a autora, a década de 1970 trouxe para a cena cultural as tensões entre as várias formas de resistência ao autoritarismo, bem como as questões que emergem da consolidação da indústria cultural. Discursos de resistência que se basearam no humor, no desbunde comportamental, na contracultura tornaram-se mais eficientes do que o registro sério e elevado como o de *Encontros com a Civilização Brasileira*.⁴⁵⁷ A autora cita como exemplo o conjunto de entrevistas de *O Pasquim*. Os entrevistados iam desde Antonio Houaiss, passando por Caetano Veloso, Chico Buarque até Chacrinha, Silvio Santos, Leila Diniz. Segundo Camargo, era uma galeria variada e desierarquizada de personagens da cena cultural, perturbadora da dicotomia entre alta cultura e baixa cultura.

Para Dédallo Neves, a consolidação da indústria cultural, na década de 1970, foi um dos fatores que explicam o menor sucesso de *Encontros* em comparação com a *Revista Civilização Brasileira*.⁴⁵⁸ A mercantilização da atividade do artista-intelectual reduziu a esfera pública de debates ao separar cultura e política, conforme denunciou o próprio Carlos Nelson Coutinho em artigo para a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.⁴⁵⁹ No entanto, para Neves, outros motivos participam dessa explicação. Neles, a tese de Marcos Napolitano da existência de um longo modernismo, iniciado em 1920 e esgotado na década de 1970, a noção

⁴⁵⁴ NAPOLITANO, 2017. Segundo Napolitano, os dramaturgos comunistas defenderam o uso dos meios de comunicação de massas como veículos de conscientização e resistência. Para os comunistas, não fazia sentido atuarem em circuitos fechados. Para a realização do seu projeto, era necessário falar ao máximo de pessoas possível.

⁴⁵⁵ COUTO, Cristiano. *Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. Dimensões*. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, v. 29, 2012. p. 351-373.

⁴⁵⁶ CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. *Revista Iberoamericana*, v. LXX, n. 208-209, jul.-dic. 2004, p. 891.

⁴⁵⁷ *Ibid.* p. 907.

⁴⁵⁸ NEVES, Dédallo de Paula. *A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma Intelectualidade (1978-1982)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

⁴⁵⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Democracia no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. *Civilização Brasileira*, n. 17, nov. 1979.

de “brasilidade revolucionária” de Marcelo Ridenti, e os conceitos de *cultura emergente*, *dominante* e *residual* de Raymond Williams, desempenham papel fundamental.

Segundo Neves, na década de 1970, emergiram “novos intelectuais”, com novos temas, referências e novas formas de atuação. De um lado, o intelectual profissional com o seu lugar de atuação nas universidades e as suas formas de intervenção na realidade a partir de congressos e artigos acadêmicos. De outro, o intelectual gramsciano vinculado, organicamente, à classe trabalhadora que atuava no novo movimento sindical e nos novos movimentos populares. Ambos eram críticos do intelectual vanguardista que pretendia a construção de um Brasil moderno a partir dos temas e valores da *brasilidade revolucionária* e do *nacional-popular*. Esse intelectual vanguardista, mesmo quando não comunista, endossava as posições dos intelectuais pecebistas e hegemonizou o campo cultural da esquerda nas décadas de 1950 e 1960.⁴⁶⁰ Dédallo Neves considera que esse foi o intelectual por excelência da editora Civilização Brasileira e da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968). No entanto, na década de 1970, esse intelectual perdeu sua hegemonia para o intelectual acadêmico ou o intelectual orgânico da classe operária.

Nesse sentido, a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, ao pretender uma continuidade com a *Revista Civilização Brasileira*, teria se tornado um empreendimento editorial que passou à residualidade devido ao ocaso do intelectual vanguardista. Isso explicaria o seu menor sucesso. Segundo Neves, *Encontros com a Civilização Brasileira* “foi o outono dos velhos tempos e não a primavera dos novos”.⁴⁶¹

Por outros caminhos, Dédallo Neves conflui com Renato Vieira, quando esse aponta para o esgotamento das formas de intervenção do intelectual humanista e engajado da editora Civilização Brasileira, e também com Cristiano Couto, que aponta a erosão dos valores que definiram uma época e a necessidade de *Encontros* mudar o seu discurso, o que não teria sido feito.

A meu ver, a explicação de um menor sucesso de *Encontros* devido a uma desmobilização política e social no período da abertura e da transição democrática, indicada pelo próprio Ênio Silveira, na década de 1990, não se sustenta. Pelo contrário, o final dos anos de 1970 e início de 1980 foi um período rico em mobilizações da sociedade civil contra a ditadura, fato que explicou, inclusive, a revitalização das editoras de oposição, como a editora

⁴⁶⁰ NEVES, 2021. Neves segue a análise de Celso Frederico e de Marcelo Ridenti que mostram que, na década de 1960, os Intelectuais de esquerda endossaram as posições pecebistas: a preocupação com o caráter nacional e popular da arte e a exigência de um único front no combate à ditadura e na luta pela democratização do país.

⁴⁶¹ NEVES, 2021, p. 11.

Civilização Brasileira e a própria criação da *Encontros*. Além disso, conforme detalhei no início do capítulo, *Encontros* teve uma boa acolhida entre os leitores e a intelectualidade progressista e de esquerda. Do contrário, não sairia em 29 números, quantidade maior que a da própria *Revista Civilização Brasileira*, que teve 22 números e três especiais. Não à toa, mais de 500 intelectuais publicaram em *Encontros*, a imprensa anunciou e comentou os seus lançamentos e foram feitos os encontros com a Civilização Brasileira. Mas o contexto editorial da *Encontros* era, de fato, outro. Havia uma profusão de lugares e mídias de oposição, o que fez com que a nova revista não exercesse a mesma centralidade da sua antecessora.

Além disso, a meu ver, nessa chave de leitura, perde-se a riqueza dos debates presentes na revista, em um momento em que os intelectuais de esquerda aprofundaram a sua orientação democrática, em meio a um intenso movimento da sociedade civil brasileira e, também, de crise do mundo socialista, que será discutido adiante. Os próprios Cristiano Couto e Dédallo Neves resgatam aspectos desses debates. O primeiro com o tema da democracia e o segundo com a discussão acerca do papel do intelectual.

Se sabemos, hoje, que o projeto frentista do PCB foi derrotado entre as esquerdas ou, em leitura inversa, que a aposta pecebista de transição negociada saiu vitoriosa, os seus atores não sabiam. O leque estava aberto às disputas. Nos próximos capítulos, discuto como a *Encontros com a Civilização Brasileira* se empenhou em referenciar a discussão acerca da noção de democracia e seus atores, com destaque para as mulheres, o movimento sindical e a Igreja Católica.

PARTE 2 - OS PERSONAGENS

PREÂMBULO

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* disputou, no campo da esquerda, estratégias para a redemocratização do país. Isso envolveu a definição de quais seriam os seus atores sociais, seu lugar e seu papel, bem como a noção de democracia pela qual se lutava. Uma análise do conjunto dos textos publicados mostrou que os editores destacaram a classe operária, as mulheres, os setores progressistas da Igreja Católica e os intelectuais como atores privilegiados dessa luta. Eles entraram, na revista, como sujeito e objeto de suas próprias questões, refletindo sobre o seu papel na construção de uma nova sociedade. Diferente dos povos indígenas ou dos trabalhadores rurais, que apareceram apenas como objeto de reflexão dos intelectuais, ou do movimento negro, cuja abordagem não foi além do primeiro número da *Encontros*.

Nos capítulos 4 e 5, intitulados, respectivamente, *Encontros com operários e mulheres* e *Encontros com católicos e eurocomunistas*, que integram a segunda parte desta tese, investigo como a classe operária, as mulheres e os setores progressistas da Igreja Católica foram abordados na revista.⁴⁶² De forma conexa, analiso a noção de democracia pela qual a linha editorial de *Encontros* se esforçou para defender. Para tanto, faço uma análise do conjunto dos textos publicados sobre cada um desses temas, articulando uma abordagem externalista, voltada a explicações que consideram o condicionamento social das práticas dos autores, com uma abordagem internalista, que considera a lógica do conteúdo e das ideias difundidas nesses mesmos textos. Com Beatriz Sarlo, considero também que a sintaxe de uma revista “informa, de um modo em que jamais poderia fazer seus textos considerados individualmente, a problemática que definiu aquele presente”.⁴⁶³ Por isso, as decisões editoriais, que envolvem, entre outros, a proposição ou aceitação de temáticas, a seleção, a hierarquização e a articulação dos autores e textos, bem como o lugar que ocupam na revista, revelam o sentido que se pretendeu atribuir a determinada discussão. Procedendo assim, os editores atuaram como intelectuais mediadores, criando significados para os debates,

⁴⁶² A discussão acerca do papel dos intelectuais feita na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi trabalhada na dissertação de Dédallo Neves, referida no capítulo anterior. Circunscrevi minha análise aos atores sociais que ainda não foram objeto da literatura acadêmica sobre a *Encontros com a Civilização Brasileira*.

⁴⁶³ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, 1992, p. 10.

intervindo no presente com vistas à construção de um outro futuro. Afinal, como lembrou o jornalista e pecebista Danúbio Rodrigues, Ênio afirmava que, em *Encontros*, “cada artigo é de caso pensado”.⁴⁶⁴ Sigo esses caminhos para investigar como *Encontros com a Civilização* buscou referenciar a discussão em torno da democracia e de seus atores.

⁴⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 01 de set. 2024. À época, o jornalista e militante pecebista Danúbio Rodrigues, além de trabalhar em diversos jornais, como o *Jornal do Brasil*, também fazia “copidesque” para a editora Civilização Brasileira e para a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

4 ENCONTROS COM OPERÁRIOS E MULHERES

4.1 O MOVIMENTO SINDICAL

No campo da esquerda, a classe operária sempre foi considerada um agente fundamental, senão o principal, da transformação social. Esse papel foi potencializado no contexto da abertura política e da transição democrática, quando o ciclo de greves de 1978 a 1980, nas indústrias automobilísticas da região do ABC paulista, reconfiguraram a luta contra a ditadura militar, bem como as disputas internas da esquerda.⁴⁶⁵

As greves no polo industrial mais dinâmico e moderno do país à época, bem como o “novo sindicalismo”, como se autodenominou o movimento sindical que emergiu daquele período, assumiram características de confronto com o regime. De um lado, colocaram em xeque a política de contenção salarial e antigreve do governo, chocando-se com o conjunto das medidas de arrocho, esteio da política econômica do regime militar. De outro, confrontaram a estrutura sindical oficial, marcada pelo corporativismo, pela verticalização e pela subordinação ao Estado, herança do Estado Novo (1937-1945), cuja necessidade de mudança tornou-se o centro dos debates sindicais e políticos.⁴⁶⁶

O trabalho de Marco Aurélio Santana mostra que, em uma de suas dimensões, a retomada do sindicalismo, em fins da década de 1970, foi caracterizada pela concorrência de projetos políticos e sindicais que disputavam a hegemonia da esquerda. Essa luta ocorreu de forma mais relevante entre o PCB, com sua longa tradição no campo da esquerda, e o PT,

⁴⁶⁵ Cf. SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n. 104, 2018, p. 19-65. As greves tiveram início na fábrica da Mercedes-Benz, em março de 1978, espalhando-se, em maio, para as fábricas da Saab-Scania, da Ford e da Volkswagen. Foi o início de uma onda mobilizatória que durou até 1980, alcançou grandes, médias e pequenas empresas. Desenvolveu tipos variados de greves, de durações diversas, e alcançou outros municípios como São Paulo e Osasco. A título de exemplo, a greve geral de março de 1979, em plena passagem do governo Geisel ao governo Figueiredo, mobilizou cerca de 170 mil trabalhadores. Os trabalhadores realizaram assembleias e atos, muitas vezes, em grandes estádios de futebol, como o Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em 1979.

⁴⁶⁶ Cf. CORREA, Hércules. A Estrutura Sindical Brasileira: Lutas, Experiências, Proposta. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 21, mar. 1980, p. 127-129. Conforme explicou o líder sindical pecebista, Hércules Correa, em texto publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, a estrutura sindical brasileira compunha-se de três elementos: unidade sindical, tutela do Estado via Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho. Dentro da unidade sindical, a estrutura era verticalizada. Os sindicatos eram por categoria profissional na área territorial. As federações, nos Estados, por ramo da economia e as confederações, de âmbito nacional, por setores da economia. Essa estrutura sustentava-se com o imposto sindical, descontado diretamente na folha de pagamento pela empresa empregadora. Esse desconto obrigatório ocorria uma vez por ano no valor de um dia de salário do trabalhador, fosse ele sindicalizado ou não. Era proibida a existência de organização sindical dentro dos locais de trabalho, de entidades sindicais horizontais e criação de uma central única.

partido que emergiu das lutas daquele período. O destino dos dois partidos no mundo da grande política daquela conjuntura se relacionou diretamente com as ações e disputas no mundo sindical.⁴⁶⁷ Por isso mesmo, a abordagem que Ênio Silveira e Moacyr Félix deram à questão operária em *Encontros com a Civilização Brasileira* assume importância seminal na investigação do projeto político que a revista representou.

4.1.2 Direito de greve e liberdade sindical

A questão operária apareceu logo nos primeiros números da *Encontros*, sinalizando a importância conferida ao tema nos debates do país e da revista. Nesse momento, foram duas as preocupações de Ênio Silveira e Moacyr Félix. De um lado, publicar textos que construíssem a legitimidade das greves e da necessidade de mudança da estrutura sindical oficial. De outro, ligar esses temas às lutas pela redemocratização do país.

A discussão da questão salarial foi uma das pontes para isso. As greves de 1978 tiveram suas raízes no cotidiano operário dos primeiros anos da década de 1970: arrocho salarial combinado com o aumento ilegal das horas trabalhadas e do controle repressivo dos trabalhadores dentro e fora das fábricas. Um fato determinante para a eclosão das greves foi a denúncia de que o regime militar maquiara os índices de inflação em 1973 e 1974, camuflando o verdadeiro custo de vida, o que fez com que os trabalhadores perdessem 34,1% do valor real do salário.⁴⁶⁸ Em 1977, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo⁴⁶⁹ deu início a uma campanha de reposição salarial que, como as anteriores, terminou com a homologação dos índices oficiais. Dessa vez, os operários não aceitaram e irromperam as greves em 1978.⁴⁷⁰

Essa discussão esteve presente em todos os textos publicados em *Encontros*, mas com centralidade na da socióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante pecebista Zuleide Faria de Mello.⁴⁷¹ A autora publicou uma série de dados, tabelas e índices

⁴⁶⁷ SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 179-295.

⁴⁶⁸ SANTANA, 2001, p. 183.

⁴⁶⁹ NAPOLITANO, 2014, p. 277. Esse sindicato compreendia trabalhadores de 670 fábricas. 50% da categoria trabalhavam em cinco empresas automobilísticas e 75% em fábricas com mais de quinhentos empregados. O trabalho mais especializado nessas fábricas fazia com que os operários tivessem maior poder de negociação, pois não poderiam ser substituídos facilmente.

⁴⁷⁰ SANTANA, 2018, p. 24-30; SANTANA, 2001, p. 183-184.

⁴⁷¹ MELLO, Zuleide Faria. A Reprodução da Força de Trabalho e os Índices Salariais. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978.

para comparar a evolução dos salários dos operários com a dos preços dos elementos básicos para a “reprodução de vida do trabalhador” nas décadas de 1960 e 1970: alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, vestuário, lazer. A partir deles, discutiu a situação da vida cotidiana da classe trabalhadora após 14 anos da ditadura militar, mostrando que esta havia sido jogada em um processo de crescente pauperização.⁴⁷²

O texto de Zuleide Faria de Mello seguia a indicação do PCB que concitava seus militantes a explicar à população a justiça das reivindicações operárias e da luta que desenvolviam. Em 1978, o tom do partido era de apoio às greves e percepção de suas possibilidades na luta contra a ditadura.⁴⁷³ A “Declaração do Comitê Central sobre o Movimento Sindical”, publicada no jornal *Voz Operária*, de novembro desse mesmo ano, as considerava um fator de enfraquecimento do regime militar ao abrir uma brecha na sua política salarial.⁴⁷⁴ A partir de 1979, sutilmente, o partido foi mostrando receios de que as greves pudessem ter impactos negativos na luta contra a ditadura, mas nem por isso deixou de apoiá-las.⁴⁷⁵

O PCB, que se considerava o único partido da classe operária, por ideologia e tradição histórica, tentava se credenciar novamente como liderança do movimento sindical e passou a atuar junto dos setores que compunham o novo sindicalismo. Com eles, no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, realizado em 1978, integrou o grupo denominado de Autênticos, que se formou em oposição às lideranças “pelegas” articuladas com o Ministério do Trabalho e com o regime militar. As divergências entre pecebistas e os outros setores dos Autênticos apareceriam a partir de 1979.⁴⁷⁶

As greves do ABC colocaram o debate em torno da mudança da estrutura sindical oficial, que passou a ser o elemento nuclear de toda a luta do movimento sindical do período. Acompanhando essa dinâmica, os editores publicaram, em julho de 1978, no primeiro número da revista, a conferência intitulada *Ação Sindical e Desenvolvimento Econômico*, apresentada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) por Barbosa Lima Sobrinho, então presidente da entidade e, como visto, presença constante nas coleções da editora Civilização

⁴⁷² *Ibid.*

⁴⁷³ SANTANA, 2001, p. 185.

⁴⁷⁴ DECLARAÇÃO do PCB sobre o Movimento Sindical. **Voz Operária**, n. 152, nov. 1978, p. 6-8. Disponível em https://www.fundacaoastrojildo.org.br/wp-content/uploads/2020/Voz_operaria.pdf. (Fundação Astrogildo Pereira). Acesso em 30 jan. 2025.

⁴⁷⁵ SANTANA, 2001, p. 185.

⁴⁷⁶ SANTANA, 2001, p. 203-204.

Brasileira, desde o início da década de 1960.⁴⁷⁷ A ele, seguiram-se as publicações, em 1979, de outras duas conferências pronunciadas na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também no ano de 1978: *Direito do Trabalho no Estado de Direito*, do jurista Evaristo de Moraes Filho, e *A Organização Sindical Brasileira e os Direitos do Homem*, do advogado trabalhista Eugênio Roberto Haddock Lobo, então presidente da OAB do Rio de Janeiro.⁴⁷⁸ Os três autores representaram, na revista, a voz do campo liberal-democrático.

Em suas conferências, saíram em defesa de mudanças na legislação trabalhista de modo a romper com a tutela e o controle do Estado e garantir direito de greve e autonomia para a organização sindical. Fizeram a ligação dessa luta com a questão democrática, associando liberdade sindical ao conjunto de liberdades necessárias à construção de uma verdadeira democracia. A tese de Evaristo de Moraes, incorporada como Declaração de Princípios da OAB e replicada no texto de Haddock Lobo, afirmava: “sem liberdade sindical, não há democracia possível, não há estado de direito”.⁴⁷⁹

Nesse ponto, a intenção dos autores foi reforçar a bandeira do novo sindicalismo. Em 1977, Luís Inácio da Silva (Lula), presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e uma das principais lideranças dos Autênticos, afirmava: “para nós, interessa muito aquela democracia que também dê liberdade aos sindicatos. Esse negócio de democracia só para políticos não dá pé, pois a gente vai continuar espremido aqui”.⁴⁸⁰ Escancarava, assim, os limites da abertura do regime militar, que não previa participação política dos trabalhadores e mostrava que o novo sindicalismo rompia com as expectativas de alguns setores liberais de que ele se transformasse em um sindicalismo de negócios.⁴⁸¹

Para Barbosa Lima Sobrinho, as lideranças “autênticas” do novo sindicalismo, exemplificadas, entre outros, pelo nome de Lula, seriam aquelas capazes de promover essa mudança. Isso porque elas atuariam de forma mais politizada e independente do Estado, impulsionando a organização do movimento sindical a partir das bases operárias. Não à toa,

⁴⁷⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa. Ação Sindical e Desenvolvimento Econômico. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978.

⁴⁷⁸ MORAIS Filho, Evaristo de. Direito do Trabalho no Estado de Direito. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, mar. 1979. LOBO, Eugênio Roberto Haddock. A Organização Sindical Brasileira e os Direitos do Homem. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 13, jul. 1979.

⁴⁷⁹ LOBO, 1979, p. 66.

⁴⁸⁰ TRIBUNA Metalúrgica, n. 43, set. 1977, p.9 *apud* NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 277.

⁴⁸¹ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 121. Vale destacar que, nas primeiras greves irrompidas em 1978, seus dirigentes desdobraram-se para caracterizar o movimento como apartidário e apolítico. No entanto, o seu caráter político já estava dado porque atingia a legislação salarial, a repressão e os objetivos políticos do regime ditatorial.

Barbosa Lima Sobrinho iniciou seu texto com a apresentação da batalha que essas lideranças travavam contra os chamados “pelegos”.⁴⁸²

Para reforçar esse argumento, tanto Barbosa Lima Sobrinho quanto Evaristo de Moares lançaram mão, em síntese própria, dos estudos acadêmicos acerca das relações entre Estado e classe operária no Brasil, tendo como eixo o populismo como categoria explicativa para o período de 1930-1964. Procuravam mostrar que a organização sindical corporativista havia surgido em um contexto de ditadura – a do Estado Novo (1937-1945) –, e de política populista, nos anos de 1930 e 1964, e havia sido mantida e desenvolvida por outra ditadura, aquela iniciada em 1964. Por isso mesmo, precisava ser abolida como condição de construção de um país democrático. Consideraram, também, as análises que o cientista político Luiz Werneck Vianna chamou de “interpretações sociológicas”, produzidas nos anos de 1950 e 1960. Esses estudos davam forte acento à composição social da classe operária. Neles, o operariado imigrante de origem europeia, anarquista, com ímpeto de luta de antes de 1930, teria sido sucedido por outro de origem rural, infenso a ideologias políticas anticapitalistas que, pela melhoria de suas condições no mundo urbano industrial, se tornou presa fácil do populismo.⁴⁸³

A análise acadêmica servia para marcar a ruptura entre o velho e o novo sindicalismo, valorizando o último. A classe operária do novo sindicalismo seria jovem no tempo e no espaço, estaria livre das fraquezas dos velhos operários e de seus sindicatos, que haviam capitulado ao pacto populista.

Na visão de Evaristo de Moraes, Barbosa Lima Sobrinho e Haddock Lobo, as novas lideranças sindicais deslocavam o polo de ação do Estado para a sociedade. No entanto, é importante ressaltar que o protagonismo dado à sociedade nas lutas contra a ditadura não implicou, nesses autores, um discurso anti-institucional, como ocorria com alguns atores do novo sindicalismo, como as Oposições Sindicais. Não poderia ser diferente. Afinal, o próprio Barbosa Lima Sobrinho atuava no jogo político-institucional, tendo concorrido para a vice-presidência da República na chapa de Ulisses Guimarães nas eleições indiretas de 1974.

Os três autores terminavam seus textos defendendo um programa de mudanças na legislação trabalhista e sindical muito próximo daquele defendido pelos setores Autênticos, mas que incluía também os pecebistas. Propunham a revogação de todo o título V da CLT, atinente à organização sindical. Em linhas gerais, isso implicava defesa da pluralidade

⁴⁸² LIMA SOBRINHO, 1978, *passim*.

⁴⁸³ LIMA SOBRINHO, 1978; MORAES, 1979.

sindical, direito de greve, livre negociação entre patrões e empregados, fim do imposto sindical obrigatório – considerado um dos principais responsáveis pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado. Quanto à Justiça do Trabalho, enquanto Barbosa Lima Sobrinho e Evaristo de Moraes, fazendo coro com as lideranças do novo sindicalismo, defendiam a sua extinção, Haddock Lobo propunha sua democratização nos moldes das teses dos sindicalistas pecebistas.⁴⁸⁴

Os textos de Barbosa Lima Sobrinho, Evaristo de Moraes e Haddock Lobo tiveram a intenção de levar a luta pela mudança da estrutura sindical para as suas entidades representativas, buscando a convergência entre a oposição dessas entidades civis e o movimento operário na luta contra a ditadura.

Ainda que tenham feito pronunciamentos muito favoráveis às posições dos Autênticos do novo sindicalismo, nenhum dos autores se imiscuiu nas divergências internas do sindicalismo. Isso pode ser explicado tanto porque eles vinham de fora do movimento operário e não tinham uma militância em partidos de esquerda, quanto porque, no momento de suas conferências, em 1978, as disputas e rupturas no seio do sindicalismo não tinham se dado de forma mais abrupta e definitiva.

Foi com o texto de Luiz Werneck Vianna, *Apontamentos sobre a questão operária e sindical*, publicado em 1979, que essas disputas foram levadas pelos editores para *Encontros*.⁴⁸⁵ Esse texto simbolizava, na revista, a entrada do intelectual acadêmico nas lutas sindicais do período. Como mostra Marco Aurélio Santana, o movimento sindical que emergiu em fins da década de 1970, mais do que qualquer outro na história operária, foi tributário de construções intelectuais desenvolvidas nas universidades e centros de pesquisa. Estudos foram produzidos não só a respeito dos novos atores, mas também dos “velhos”, sobretudo do movimento operário entre 1930 e 1964. Estabeleceu-se uma via de mão dupla entre sindicalistas e o meio acadêmico, reforçado pelo fato de que muitos desses intelectuais eram também militantes de esquerda.⁴⁸⁶ Esse foi o caso de Werneck Vianna que, além de cientista social do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e, antes, do

⁴⁸⁴ LIMA SOBRINHO, 1978; MORAES, 1979; LOBO, 1979.

⁴⁸⁵ VIANNA, Luiz Werneck. Apontamentos sobre a questão operária e sindical. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 13, jul. 1979.

⁴⁸⁶ SANTANA, Marco Aurélio. Entre ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, out. 1999, p. 106. SANTANA, Marco Aurélio. Partido e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. **Dados- Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 55, n. 3, 2012, p. 811-815,

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), era militante do PCB e um dos nomes importantes da tendência eurocomunista do partido.

O texto de Vianna inseriu-se naquela que foi uma das marcas daquele período, qual seja, a mobilização de interpretações do passado da classe operária como referência e instrumento nas disputas sindicais do presente.⁴⁸⁷ Fundamentado na sua teoria da revolução burguesa brasileira, o autor fez a crítica do que chamou de “interpretações sociológicas” e de “interpretações políticas” acerca do movimento sindical anterior a 1964. O problema nuclear de ambas, segundo Vianna, era a estrutura sindical corporativa, que associaram à emergência do populismo após 1930, e nas razões da sua continuidade sob a ordem liberal após democratização dos anos de 1945, impedindo a organização autônoma da classe operária.⁴⁸⁸

A interpretação sociológica, como visto acima, estava ancorada na tese do atraso da classe operária, explicada pela alteração na composição social no após 1930. Segundo Vianna, apesar do jargão marxista, essa corrente interpretativa partia da crítica liberal à sociedade de massas e das disfunções produzidas na ordem democrática pelo desequilíbrio dos ritmos no processo de modernização. O populismo era tratado mais como uma corrupção da liberal-democracia do que por seus efeitos sobre a práxis operária.⁴⁸⁹

Já a corrente de “interpretação política” explicava as debilidades da classe operária no período pré-1964 pelas orientações de suas lideranças de esquerda. Segundo Vianna, para essa corrente, a submissão do sindicato ao Estado teria sido um subproduto da “madrasta associação da esquerda operária com as forças do populismo”, na redemocratização dos anos de 1940.⁴⁹⁰

A crítica central de Werneck Vianna foi que ambas interpretavam a servidão dos operários ao Estado em torno do alegado pacto populista por causas que lhes eram intrínsecas – atraso da classe ou conduta das lideranças da esquerda – “e não pela política consciente e brutal do Estado em reprimir o sindicalismo livre a fim de aprisioná-lo na estrutura sindical corporativa e abrir caminho para a forma própria com que o capitalismo se impôs no Brasil”.⁴⁹¹ Vianna lançava-se contra essas correntes a partir da sua tese sobre revolução burguesa no Brasil, “que não conheceu uma etapa democrática”.⁴⁹² O caminho para o moderno, no país, teria se dado pela via autoritária, preservando o papel das elites fundiárias

⁴⁸⁷ SANTANA, 1999; 2012, *passim*.

⁴⁸⁸ VIANNA, 1979, p. 54.

⁴⁸⁹ *Ibid*, p.54.

⁴⁹⁰ VIANNA, 1979, p. 55.

⁴⁹¹ VIANNA, 1979, p. 55

⁴⁹² *Ibid.*, p. 54.

em combinação com as elites industriais ascendentes. Por isso, segundo o autor, os estudos acerca do movimento sindical precisavam mostrar a articulação da ordem corporativa e do corporativismo sindical com o projeto de modernização e hegemonia burguesa.⁴⁹³

Como destaca Marco Aurélio Santana, alguns elementos importantes na formação do novo sindicalismo vieram das análises que poderíamos incluir no que Vianna chamou de “interpretações políticas”.⁴⁹⁴ O principal expoente dessa corrente era o cientista político Francisco Weffort. Naquela altura, Weffort era ator ativo nos debates sobre a formação de um partido popular e socialista, o que resultou na sua associação com os setores que se engajaram na criação do PT, em fins de 1979, com destaque para os vinculados ao novo sindicalismo.⁴⁹⁵ Em fins da década de 1970, percebendo a política para além do Estado, saíria do Cebrap e criaria o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Ali radicalizaria as suas posições na temática das classes sociais, apostando no potencial de ruptura da classe operária, na construção de uma democracia centrada nos movimentos sociais e em formas de associação autônomas ao Estado.⁴⁹⁶

Francisco Weffort foi o principal responsável pela consolidação, nos estudos acadêmicos, do populismo como categoria explicativa do período de 1930 e 1964, dando forma acabada a uma longa tradição da sociologia paulista de recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo.⁴⁹⁷ Conforme mostra Santana, nos estudos desse autor, havia uma visão muito crítica acerca da atuação do PCB.⁴⁹⁸ O partido era acusado de ter dado vida ao populismo devido a sua política nacionalista e reformista, baseada em alianças de classes. O sindicalismo pecebista no pré-1964 seria caracterizado pelo controle das massas operárias, pelo privilegiamento do Estado e não da sociedade como espaço de intervenção, pela priorização dos objetivos políticos do partido e não dos econômicos da classe trabalhadora. O resultado teria sido a dependência do movimento sindical em relação ao Estado e o distanciamento das bases. Dessa forma, para Weffort, não era apenas o Estado populista que precisava ser superado, mas também a tradição da esquerda pecebista.⁴⁹⁹

⁴⁹³ VIANNA, 1979, p. 56.

⁴⁹⁴ SANTANA, 1999, p. 106.

⁴⁹⁵ *Ibid.*

⁴⁹⁶ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth**, v.8, n. 14/15, 2001.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 66. Sobre a construção da categoria populismo por Weffort, ver FERREIRA, Jorge (org.). O nome e a coisa. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁹⁸ SANTANA, 1999, p. 106-107.

⁴⁹⁹ *Ibid.*

Na década de 1960, Ênio Silveira e Moacyr Félix haviam publicado, com pioneirismo, os textos de Weffort sobre o populismo, no contexto do debate sobre as causas do golpe de 1964 realizado nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*.⁵⁰⁰ No entanto, em fins de 1970, o autor não participou das discussões feitas em *Encontros*.

Ênio Silveira e Moacyr Félix publicaram a posição de Werneck Vianna. Apesar de ter sido orientando de doutorado de Weffort, na USP,⁵⁰¹ e de ter trabalhado com ele no Cebrap, realizando estudos sobre a classe operária, Vianna tinha uma visão do tema sindical marcada por sua militância pecebista e contraposta à do seu orientador.⁵⁰²

No texto publicado em *Encontros*, ao fazer a crítica das “interpretações políticas”, Vianna desmontava a culpabilização que recaía sobre a atuação do PCB no movimento sindical pré-1964, criticando o “ângulo estreito e pobre do voluntarismo da corrente de perspectiva política focada na conduta das lideranças operárias para interpretar a continuidade institucional entre o Estado Novo e o liberalismo após 1945” no que tangia à estrutura sindical.⁵⁰³

O pecebismo de Vianna também pode ser encontrado no texto, quando, a partir do passado, voltou os olhos para as questões sindicais do seu presente. O autor criticou aqueles que confundiam a independência da classe operária com a sua autonomia legal. Segundo Vianna, conforme o encaminhamento dado à questão, poderia ocorrer uma outra forma de servidão.⁵⁰⁴

Esse seria o caso da crítica liberal ao corporativismo, que pretendia “a institucionalização da vida em moldes economicistas, sindicatos plurais, na forma e no conteúdo, fragmentados e ausentes de práticas de cidadania, viabilizando a utopia de uma hegemonia burguesa nos trópicos”.⁵⁰⁵ Por isso, o autor alertava que o “obreirismo” era liberal.⁵⁰⁶

Essa crítica já antecipava, na revista, os debates que aconteceriam, nos meios sindicais e políticos, entre o PCB e os setores do novo sindicalismo que fundariam o PT. Os pecebistas

⁵⁰⁰ WEFFORT, Francisco. Raízes Sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 2, mai.1965, p. 39-61.

⁵⁰¹ Sob orientação de Francisco Weffort, na USP, Vianna defendeu, em 1976, a tese de doutorado em Sociologia intitulada *Liberalismo e sindicato no Brasil*.

⁵⁰² ARAÚJO, Gisele, et. al.. Luiz Werneck Vianna, entrevista. Escritos. **Revista da Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 4, n. 4, p. 343-366, 2010.

⁵⁰³ VIANNA, 1979, p. 55.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 60-61.

⁵⁰⁵ *Ibid.*, p. 60-61.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 60-61.

criticavam o “voluntarismo” dos setores dos novos movimentos sociais, bem como da intelectualidade a eles ligada, que a seu ver recusavam o Estado e a política. Não à toa, Vianna publicaria, pouco tempo depois, no jornal pecebista *Voz da Unidade*, o artigo *Pela política, contra o basismo e o espontaneísmo*.⁵⁰⁷ Nele, criticava os grupos de esquerda que identificavam organização com burocratização política e afirmava que a política, antes de se arte do possível, consistia na arte de tomar decisões.⁵⁰⁸

Por fim, Vianna exaltou, em *Encontros*, que o novo sindicalismo não produziu uma organização de tipo liberal na classe operária moderna.⁵⁰⁹ Seguindo a linha do PCB para o movimento sindical, destacou que a luta econômica seguia sendo a luta política, contra o regime e a CLT, pois o “arbítrio que pesa sobre a sociedade é o mesmo que pesa sobre o sindicato”.⁵¹⁰ Também exaltou que, no decurso das greves de 1978, bem como nas resoluções do III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, do mesmo ano, os operários haviam afirmado os princípios da unidade de ação e da vocação de cidadania.⁵¹¹ Como visto, a ideia de “unidade na diversidade” foi o princípio dos comunistas em todas as frentes e espaços que ocuparam na luta contra a ditadura militar. Na ótica pecebista, esse princípio servia não apenas para fortalecer o movimento ao somar as forças de oposição, mas também para construir a hegemonia do partido nesses espaços, tentando impedir a concorrência no campo da esquerda.

Marco Aurélio Santana, autor com o qual sigo na caracterização dessas disputas, defende que, apenas em 1979, as divergências internas no sindicalismo “autêntico” apareceram de forma mais clara.⁵¹² Nesse ano, no Congresso dos Metalúrgicos de Poços de Caldas (SP), formaram-se dois blocos. De um lado, os Combativos, integrados pelos Autênticos e pelas Oposições Sindicais. De outro, a Unidade Sindical, que juntou sindicalistas do PCB – que havia pouco estavam próximos dos Autênticos –, do PCdoB, do MR-8 com os setores mais conservadores do movimento sindical, incluindo os chamados “pelegos” liderados por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão.⁵¹³ Este, após ser nomeado

⁵⁰⁷ VIANNA, Luiz Werneck. *Pela Política, contra o basismo e o espontaneísmo*. *Voz da Unidade*, 12-18 jun. 1980, p. 3. Disponível em file:///C:/Users/AdmIn/Downloads/voz_da_unidade_ano_i_n_8_mai_1980_-_n_14_jul_1980_.pdf. Acesso em 30 out. 2025. (Fundação Astrogildo Pereira- Biblioteca Salomão Malina).

⁵⁰⁸ *Ibid.*.

⁵⁰⁹ VIANNA, 1979, p. 60-61.

⁵¹⁰ VIANNA, 1979, p. 60-61

⁵¹¹ *Ibid.*

⁵¹² SANTANA, 2001, p. 203-248.

⁵¹³ *Ibid.*

interventor do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos, em 1964, se tornou diretor do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, até 1987.⁵¹⁴

Os Autênticos, ainda que oriundos da estrutura sindical oficial, faziam uma crítica radical a ela e propunham sua alteração por meio de um sindicalismo mais atuante e combativo. Também defendiam a ampliação do papel das Oposições Sindicais, que se destacavam pela atuação nas bases operárias, via comissões de fábrica. Vale destacar que, em termos de composição social, enquanto os Autênticos eram formados por uma liderança operária jovem no tempo e no espaço, muitos deles migrantes nordestinos radicados na região industrial do ABC, as Oposições Sindicais eram integradas por militantes egressos da luta armada, do trotsquismo e da ala esquerda da Igreja Católica.

No caso da Unidade Sindical, os chamados pelegos eram pouco afeitos às mudanças na estrutura sindical, sobretudo à sua democratização. Já o PCB, embora defendesse a necessidade de mudanças nessa estrutura, era contrário aos movimentos audaciosos que pudessem desestabilizar o processo de democratização. O partido também se afastava de posturas que considerava aventureiras como a das Oposições Sindicais. Para Santana, enquanto, no período de 1945 a 1964, o PCB combateu os pelegos, no quadro da transição política, de fins da década de 1970 e início de 1980, com a existência de um grupo alicerçado nas bases operárias que lhe pressionava à esquerda, o PCB se lançou a posições de maior identidade com os setores conservadores.⁵¹⁵ É importante ressaltar que a aliança feita pelo PCB com os pelegos no movimento sindical não escapou às críticas da militância do partido.⁵¹⁶

Portanto, a divisão entre os dois blocos tinha a ver tanto com as concepções sindicais, especialmente as formas de enfrentar a estrutura sindical oficial, quanto com o relacionamento com as Oposições Sindicais. Mas, também, no que tange ao PCB e aos Autênticos, que fundaram o PT, a divisão estava muito mais relacionada às linhas políticas gerais da luta contra a ditadura e pela redemocratização, conforme veremos no debate feito em *Encontros*.

Haja vista que foi em 1980 que ocorreu a ruptura definitiva entre pecebistas e Autênticos. As tensões entre as análises e avaliações acerca das greves gerais de 1980 foram um dos motivos. O PCB, ao contrário dos Autênticos, temia que as greves colocassem em risco o processo de redemocratização. Outro motivo foi a realização do Encontro Nacional de

⁵¹⁴ *Ibid.*

⁵¹⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento. A disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos de 1970/1980. *Perseu*. São Paulo, n. 1, Ano I, 2007, p. 47.

⁵¹⁶ *Ibid.*

Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, o Entoes, que reuniu as Oposições Sindicais e os Autênticos e sacramentou a ruptura com a Unidade Sindical. O PCB considerava o Entoes uma entidade paralela que provocava o divisionismo no movimento sindical. Mas o motivo principal da ruptura foi a fundação, em fevereiro de 1980, do Partido dos Trabalhadores, impulsionada pelos Autênticos e pelas Oposições Sindicais. O novo partido passou a ser o principal concorrente do PCB no campo da esquerda e no movimento operário.⁵¹⁷

Por isso mesmo, em 1980, Ênio Silveira e Moacyr Félix levaram para a revista as posições de dois importantes líderes sindicais e representantes desses partidos: Hércules Correa, pelo PCB, e Olívio Dutra, pelo PT.⁵¹⁸ Hércules Correa era membro do Comitê Central do PCB. Operário têxtil, foi uma das maiores lideranças sindicais no período entre 1945 e 1964, tendo sido um dos fundadores do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O texto *A estrutura sindical brasileira, lutas, experiências e proposta*, escolhido pelos editores para integrar o debate em *Encontros com a Civilização Brasileira*, era parte de um capítulo do livro *A classe operária e seu partido*, do mesmo autor, publicado pela editora Civilização Brasileira, em 1978, e bastante propagandeado pelas páginas da revista. Olívio Dutra, então presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, era, ao lado de Luiz Inácio da Silva (Lula), um dos principais expoentes do grupo dos Autênticos, e também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Concedeu uma longa entrevista (25 páginas), feita por Antonio Hohlfeldt, para a *Encontros com a Civilização Brasileira*. Nela, foi apresentado como um líder autêntico da sua classe devido às suas origens pobres e “vida modesta” e à sua militância sindical sempre feita nas bases.

A disputa entre esses dois líderes sindicais, na revista, apareceu sobretudo por meio de uma discussão referida ao passado do movimento sindical, cujos supostos erros e acertos foram transformados em objetos de contenda nas práticas do presente.

Na entrevista de Olívio Dutra, esse passado foi rememorado por meio das greves no setor bancário, no Rio Grande do Sul, em 1962, quando Leonel Brizola era governador do Estado e João Goulart presidente da República:

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 47-51.

⁵¹⁸ CORREA, Hércules. A estrutura sindical brasileira, lutas, experiências e proposta. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 21, mar. 1980. HOHLFELDT, Antônio. Olívio Dutra: Um Líder Sindical – Entrevista com Antônio Hohlfeldt. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 22, abr. 1980.

tinha pouca gente na reunião do sindicato, mas decidiram a greve de qualquer forma; as greves eram meio sem sentido porque havia até um interesse do governo.... Era gente do PTB, tempos de Brizola, era tudo na dependência de quem estava no governo a greve dar ou não certo. Não dependia da vontade da categoria, de sua mobilização ou organização da sua consciência... A greve podia surgir quando o governo, querendo mostrar sua força ou tomar uma medida mais populista, tinha interesse na mobilização de alguns setores dos trabalhadores.⁵¹⁹

Quanto à posição do sindicalismo desse período acerca da estrutura sindical, continuava:

antes de 64, a luta por liberdade e autonomia sindical não era considerada fundamental. Para que tal ocorresse, foi preciso o sucesso do populismo, do paternalismo getulista que anestesia a consciência dos trabalhadores desviando sua atenção... a estrutura sindical que está aí foi montada para ter controle dos sindicatos e criou-se um partido [o PTB] para ser o seu escoadouro... a atual estrutura sindical era feita assim para ser cristalizada em cúpulas, mantendo tais elites, sem que as pressões de base jamais cheguem efetivamente até suas direções, ficando, no máximo, nos sindicatos.⁵²⁰

A crítica de Olívio Dutra foi direcionada ao sindicalismo de 1945 a 1964, lido sob a chave negativa da ideia de populismo. O alvo do combate foi o PTB que, segundo ele, “nunca foi de oposição coisa nenhuma”.⁵²¹ As lideranças sindicais petebistas teriam sustentado a montagem da estrutura sindical corporativa, feita para controlar os operários, o que teria produzido um sindicalismo de cúpula, pelego, orientado pela colaboração e dependência em relação ao Estado paternalista. Impediu, dessa forma, o desenvolvimento da consciência de classe e da luta dos trabalhadores.

Interessante observar que, em nenhum momento, Olívio Dutra mencionou o PCB, que, junto com o PTB, hegemonizou o sindicalismo de esquerda entre 1945 e 1964. Apesar disso, é possível dizer que, de forma velada, esse partido foi o endereço de suas críticas. Afinal, no pré-1964, foi a aliança PTB/PCB que disputou a liderança do movimento sindical. Por isso mesmo, o PCB era acusado, pelos setores do novo sindicalismo, de ter sido a linha auxiliar do populismo, tese reforçada pelos, já referidos, estudos de Francisco Weffort.

No entanto, enquanto o PTB perdeu seus laços com o movimento sindical após o golpe de 1964, o PCB continuou ativo e disputando a hegemonia nesse campo, sendo o

⁵¹⁹ HOHLFELDT, Antônio. Olívio Dutra: Um Líder Sindical – Entrevista com Antônio Hohlfeldt. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 22, abr. 1980, p. 12-13.

⁵²⁰ HOHLFELDT, 1980, p. 29.

⁵²¹ *Ibid.*, p. 29.

principal concorrente, na esquerda, do bloco dos Combativos, ao qual pertencia Olívio Dutra. Por isso mesmo, o sindicalismo pecebista se tornou o centro dos ataques desse bloco. Afinal, os Combativos não disputavam a liderança do movimento apenas com os pelegos.

Para acentuar as inovações do movimento sindical de fins dos anos de 1970, marcando o corte com o passado, Olívio Dutra trouxe para a entrevista sua trajetória como líder sindical. Destacou seu trabalho de conscientização nas bases do setor bancário: “Da associação da agência bancária de base à associação de bairro, fazendo trabalho de aglutinar, trazer para o sindicato, fazer participar das assembleias.... fazer jornal, agitação e propaganda.”⁵²² Como resultado, ele teria sido eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e, em 1974, teria havido a maior assembleia da história dos bancários. Sobre a greve dos bancários de 1979, ressaltou que, embora não tivessem tido resultados em grandes ganhos materiais para a categoria, teriam obtido ganhos políticos: “porque as categorias discutem o que é patrão e o que é governo, sabem que a luta implica sindicatos autônomos livres do domínio do governo”. Diferente das greves do pré-64, aquelas eram “greves com consciência de classe”.⁵²³

Quanto à estrutura sindical vigente, destacava que o novo sindicalismo, diferente daquele do pré-1964, fazia uma crítica radical aos mecanismos de atrelamento dos sindicatos ao Estado e tinha na luta pela autonomia sindical o seu tema caríssimo. Mostrava que lutavam para revogar o já referido título V da CLT. Indicava que a luta pelo fim do imposto sindical era central, pois esse seria a espinha dorsal a manter o peleguismo e o controle dos sindicatos pelo Estado.⁵²⁴

Na contraposição novo/velho sindicalismo, Dutra explicitava quais seriam os pilares do novo sindicalismo: luta pela liberdade e autonomia sindical e priorização das organizações das bases operárias nas empresas. Esses eram considerados o fundamento sólido de qualquer perspectiva de reorganização do conjunto do movimento operário no sentido de classe.

Na entrevista, Dutra também fez a distinção da forma de combate dos Autênticos com a das Oposições Sindicais, com quem aqueles atuavam em aliança no interior do bloco dos Combativos. Segundo Dutra, os Autênticos eram contrários aos setores “anarcóides” dentro das Oposições Sindicais que “alegavam que os operários deveriam abandonar os sindicatos e ficar de fora assentando o canhão contra esta estrutura.”⁵²⁵ Para o líder sindical, isso não funcionaria porque, apesar dessa estrutura, os ‘sindicatos são reconhecidos pelos

⁵²² HOHLFELDT, 1980, p. 14.

⁵²³ *Ibid.*

⁵²⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁵²⁵ *Ibid.*, p. 31-32.

trabalhadores como seus organismos”.⁵²⁶ Diferente das Oposições Sindicais, os Autênticos defendiam que a estrutura sindical só poderia ser desmantelada na medida em que “os trabalhadores estiverem por dentro dos sindicatos, construindo organismos de base, capazes de fazer a implosão da estrutura”.⁵²⁷

Conforme destaca Marco Aurélio Santana, apesar do discurso radical, os Autênticos sempre combateram as visões mais radicais das Oposições Sindicais e trabalharam em defesa dos sindicatos oficiais, conjugando essa luta com a sua democratização.⁵²⁸ Esse posicionamento os aproximava dos sindicalistas pecebistas, que viam com suspeição as propostas e práticas basistas paralelas das Oposições Sindicais. Ainda segundo o autor, Autênticos e comunistas se aproximavam nos posicionamentos programáticos e nas estratégias de ação nos meios sindicais. No entanto, os primeiros nunca poderiam admitir tal fato pois, na disputa pela hegemonia, era necessário marcar o corte com o PCB, escamoteando possíveis continuidades.⁵²⁹

Por isso mesmo, o ápice dessa disputa, na entrevista de Dutra, ocorreu a partir do momento em que ele abordou a criação do PT. Significativamente, essa foi uma das poucas vezes, entre todos os números e textos da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, que a fundação do PT foi tratada de forma explícita. O fato reforça a ideia que defendo sobre o alinhamento do projeto editorial de *Encontros* às teses pecebistas para a redemocratização brasileira.

O interesse do líder sindical foi marcar a distinção entre o novo partido e aqueles das esquerdas revolucionárias, onde o PCB poderia ser incluído.

o PT não pode ser ... um partido revolucionário. Porque estabeleceria, a priori, o que a classe trabalhadora quer, seria estabelecer algo das vanguardas e não do conjunto dos trabalhadores. É um processo de amadurecimento da consciência da classe trabalhadora que vai fazer do PT um instrumento revolucionário ou não. E dentro do PT a classe trabalhadora pode sugerir outras formas de transformação da sociedade... Se este posicionamento quebra a tradição das esquerdas europeias são outros quinhentos... infelizmente, as esquerdas brasileiras sempre foram vanguardas... nunca empolgaram a massa por mais bem articuladas que fossem teoricamente... os trabalhadores da massa nunca estiveram com a literatura europeia em dia por

⁵²⁶ HOHLFELDT, 1980.

⁵²⁷ *Ibid.*

⁵²⁸ SANTANA, 2001, *passim*.

⁵²⁹ *Ibid.*

motivos óbvios. E daí a desvinculação [...] Temos que evitar os erros das antigas esquerdas brasileiras [...].⁵³⁰

Na fala de Dutra, o PT chegava para fazer o corte com a tradição da esquerda europeia, que era a do partido de vanguarda, que conduzia e falava em nome dos trabalhadores, mas estaria bastante distante da realidade deles. No novo partido, ao contrário, a classe operária se auto-organizaria e conduziria o seu próprio destino.

Por isso, outra crítica de Olívio Dutra era voltada à política de alianças de classes, sobretudo aquela dos trabalhadores com a burguesia nacional, que havia embasado a estratégia do PCB para a revolução brasileira desde ao menos 1958, bem como a frente ampla no MDB para derrotar a ditadura, também sustentada pelo partido:

Não podemos estar num mesmo grande conduto político partidário [referência ao MDB], porque a proposta desse veículo partidário seria algo que não resolveria problema de ninguém. Mas não podemos perder, com isso, a visão de que vivemos em um regime de arbítrio [...] que, para ser vencido, necessita do concurso de toda a população [...] Contudo, não podemos aceitar uma unidade... a qualquer custo [...] é mito, pois a sociedade está dividida em classes [...] Querer unir, querer não dividir... a sociedade brasileira está dividida entre explorados e exploradores [...] A aliança com a chamada burguesia nacional trouxe graves consequências para o assalariado brasileiro porque, na hora de enfrentar, quem é que ficou lutando? O trabalhador sozinho, porque a chamada burguesia nacional preferiu a aliança com o capital estrangeiro.⁵³¹

A identidade do PT e do novo sindicalismo era construída tendo os supostos equívocos do PCB como contraponto. Sua política reformista e de aliança de classes teriam levado os trabalhadores à derrota em 1964. Por isso, no lugar de uma frente democrática no MDB, Dutra ressaltava que o PT propunha uma “frente dos trabalhadores” porque a unidade seria inviável em uma sociedade dividida entre “explorados e exploradores”.⁵³² Ressaltava, assim, o corte de classe que deveria conformar o novo partido, recusando qualquer projeto que colocasse um horizonte nacional e exigisse amplas alianças de classe como aquele do PCB.

Vale destacar que a fala de Dutra vinha ao encontro do discurso de Lula em evento no Centro Brasil Democrático (Cebrade) sobre a crise brasileira, em 1978, publicado no número

⁵³⁰ HOHLFELDT, 1980, p. 35-36.

⁵³¹ HOHLFELDT, 1980.

⁵³² *Ibid.*

11 da revista.⁵³³ Nele, o líder sindical já anunciava a intenção de criação de um partido dos trabalhadores dada das limitações e o potencial de manipulação sobre a classe trabalhadora que representaria a sua participação numa frente pluriclassista no MDB.⁵³⁴

A versão pecebista no debate sobre a mudança da estrutura sindical brasileira e na disputa pela hegemonia no campo da esquerda foi levada para a revista por meio do texto de Hércules Correa.⁵³⁵ Nele, o autor esgrimiou contra as lideranças do novo sindicalismo que acusavam o movimento sindical do período de 1945 a 1964, do qual o PCB havia sido liderança, de ter sido uma experiência negativa que deveria ser combatida. Contrapondo-se a tal visão, reivindicou a positividade de todo o trabalho que o PCB havia feito no pré-1964.

Hércules Correa elencou, então, as diferentes tentativas dos comunistas para mudar a estrutura sindical, examinando os seus erros e acertos. Para o autor, os comunistas haviam errado toda vez que se recusaram a participar dos sindicatos reconhecidos pelo Estado. Alguns exemplos citados foram o momento mesmo da implantação da estrutura sindical oficial, em 1939, ou quando tentaram criar um sistema de organizações sindicais paralelas, como na primeira metade dos anos de 1940.⁵³⁶

Na sua visão, o PCB teria errado, pois o reconhecimento oficial dos sindicatos era uma reivindicação do próprio movimento operário. A aceitação da tutela do estado teria sido um mal necessário, devido à fraqueza do movimento, já que o reconhecimento estatal representou um avanço em relação à situação anterior. Da mesma forma, as tentativas de criação de organizações paralelas pelos comunistas, na primeira metade dos anos 1940, haviam sido derrotadas pois os operários não aceitavam trocar o certo pelo duvidoso, ou seja, deixar a entidade sindical legalizada para ir para uma outra ilegal.⁵³⁷

Por outro lado, o autor aceitou parte das críticas que acusavam o PCB de não ter contestado abertamente a tutela do Estado. A ausência dessa batalha teria decorrido da preocupação de perder-se o caráter institucional do movimento sindical, de ele voltar a ser um movimento ilegal. Reconheceu que a institucionalização poderia e deveria continuar sem que fosse obrigatória a existência da atual estrutura sindical. Porém, frisou que a manutenção de algumas das relações com o Estado seria do interesse do movimento sindical a fim de que os

⁵³³ SILVA, Luiz Inácio Lula da *et al.* Debate sobre a crise brasileira. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 11, mai. 1979, p. 213-217.

⁵³⁴ SILVA, Luiz Inácio da, 1979, p. 214-215.

⁵³⁵ CORREA, 1980.

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 129-133.

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 129-133.

trabalhadores pudessem aumentar sua pressão direta sobre ele, além de jogar um papel importante na luta por construir uma sociedade democrática no país.⁵³⁸

Após elencar os erros do PCB, Correa passou ao que considerava terem sido os seus acertos. Por exemplo, quando, a partir de 1958, os pecebistas passaram a trabalhar dentro da estrutura vertical para derrotar as direções reacionárias e criar um sistema horizontal fundindo-o com o vertical existente. Assim, na área territorial, os sindicatos e as federações haviam formado os Pactos de Unidade, as Comissões Intersindicais e as Comissões Coordenadoras. No plano nacional, as confederações, federações e sindicatos nacionais, bem como as entidades horizontais estaduais, formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Tão importante quanto o formato da luta teria sido o seu conteúdo, ou seja, o fato de que, não por acaso, a partir de 1958, quando se estabeleceu “a nova política” do PCB, as reivindicações sindicais foram articuladas às propostas de transformação econômicas anti-imperialistas e antilatifundiárias centradas na defesa das liberdades democráticas.⁵³⁹

Esse teria sido o grande acerto porque, segundo Hércules Correa, em todas as tentativas anteriores em que o movimento sindical se ateve às reivindicações sociais específicas dos trabalhadores, a luta e a organização teriam avançado dentro dos locais de trabalho. Porém, o movimento sindical não teria conseguido resolver o problema das alianças políticas com os diferentes setores da sociedade e a luta pela mudança da estrutura sindical esvaziou-se com o atendimento parcial das reivindicações. Somente quando as reivindicações específicas foram articuladas às lutas gerais, como a partir de 1958, teria sido possível usar o verticalismo e com ele estruturar um sistema orgânico horizontal como forma de combater a estrutura oficial.⁵⁴⁰

Para Hércules Correa, a prova de que estavam no caminho certo é que 1964 teria sido a reação das “classes dominantes encabeçadas pelo imperialismo e pelos latifundiários, que não tiveram dúvidas de se unir e despejar o peso do seu poderio sobre o movimento sindical”. Rebatia, aqui, os setores da esquerda, como o próprio PT, que acusavam o PCB de ter sido responsável pela derrota do movimento sindical em 1964 devido à sua política de alianças, especialmente com a burguesia nacionalista.⁵⁴¹

Toda a argumentação do texto de Hércules Correa foi montada para confluir na seguinte linha de defesa: as lutas específicas dos trabalhadores deveriam vir articuladas às

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 138.

⁵³⁹ CORREA, 1980, p. 132-135.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 135.

⁵⁴¹ *Ibid.*, p. 135.

lutas gerais pela democratização do país. E, nessa luta, embora a classe operária fosse considerada “a força fundamental” no alargamento das liberdades democráticas, o movimento sindical não poderia ter ação isolacionista, separando-se do resto da sociedade.⁵⁴² Essa posição reverberava as diretivas do PCB. Conforme aponta Marcos Napolitano, a partir do jornal *Voz Operária*, de 1979, para o partido, a classe operária deveria ser o “centro aglutinador de uma frente antifascista, conjugando sua luta com a da oposição parlamentar, aliando-se a setores da sociedade, criando as condições para a formação de um “amplo bloco democrático no Congresso, com amplo respaldo das massas”.⁵⁴³

Ao mesmo tempo, para se defender de acusações de “reformismo”, os pecebistas destacavam que sua política de alianças visava “estrategicamente, a conquista da hegemonia da classe operária na vida social e política e, taticamente, garantir a abertura e a sua transformação em democracia.”⁵⁴⁴

No entanto, para Hércules Correa, vincular as lutas sindicais às lutas gerais não significava abrir mão de objetivos específicos da classe operária. Como todos os textos publicados na revista, também Hércules Correa indicou um programa de ação específico: a) gestão democrática do imposto sindical no lugar de sua eliminação como propunha o bloco dos Combativos; b) defesa da unicidade sindical, contrapondo-se às propostas de pluralidade das Oposições Sindicais; c) a favor da liberdade e autonomia sindical, bem como à organização de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), em concordância com os Combativos.⁵⁴⁵

No momento da publicação do texto de Hércules Correa, em 1980, algumas propostas do PCB ainda estavam bastante de acordo com as reivindicações dos Autênticos, a exemplo da criação da CUT ou da ideia de que a mudança da estrutura sindical deveria se dar por dentro dela, apesar do discurso mais radical dos Autênticos. Como aponta Santana, as divergências de fundo no campo sindical existiam mais entre os pecebistas e as Oposições Sindicais – cujos representantes os editores não convidaram para o debate na revista – ou entre setores Autênticos e os setores conservadores ou pelegos, contrários às mudanças na estrutura oficial, do que entre Autênticos e os sindicalistas do PCB.⁵⁴⁶ Ainda assim, conforme

⁵⁴² CORREA, 1980, *passim*.

⁵⁴³ *Apud* NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil*. A vida Cultural Brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios: USP, 2017, p. 281.

⁵⁴⁴ PCB/São Paulo: Dez anos de política - o futuro imediato. In: Nogueira, M. A. *et al.* **O PCB em São Paulo: Documentos** (1974-1980). São Paulo: Editora Lech, 1981, *apud* Napolitano, 2017, p. 282.

⁵⁴⁵ CORREA, 1980, p. 136-138.

⁵⁴⁶ SANTANA, 2001, *passim*.

mostrou o trabalho de Santana, no novo quadro das décadas de 1970 e 1980, o PCB não foi identificado como o partido da classe operária e não viu efetivada a sua pretensão de hegemonizar o movimento sindical daquele período.⁵⁴⁷

A divisão das posições dos líderes sindicais apresentados na revista tinha mais a ver com as linhas políticas gerais dos partidos aos quais estavam ligados – PT e PCB – e com sua disputa por hegemonia dentro da esquerda do que propriamente com distinções sindicais de fundo. Enquanto o PT trabalhava na lógica do enfrentamento direto com o regime a partir do centro sindical, os comunistas optaram pela lógica do combate indireto, institucionalizado e tendo com centro a frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional.⁵⁴⁸

4.1.3 A questão operária e a linha frentista de *encontros*

Desde o seu primeiro número, *Encontros com a Civilização Brasileira* promoveu a discussão da pauta colocada pelo novo sindicalismo e fez a sua ligação com as lutas pela redemocratização. Dessa forma, mostrou que os editores reconheceram a classe operária e o novo movimento sindical como atores estratégicos na luta contra a ditadura militar e na construção de uma democracia que não ficasse limitada aos direitos formais, mas incorporasse os direitos sociais e uma efetiva distribuição de riqueza.

Ao mesmo tempo, essa discussão veio acompanhada dos novos dissensos no campo da esquerda. As divergências ocorriam não apenas em torno da redefinição das formas de atuação do movimento sindical, mas também acerca do papel da classe trabalhadora na transição democrática. A polarização opôs o PCB e os setores que criaram o PT.

A maioria dos textos exaltou as práticas sindicais mais combativas e independentes do Estado das lideranças “autênticas” do novo sindicalismo. O próprio Ênio Silveira, nas perguntas que fez para Luiz Carlos Prestes, publicadas no número 27 da revista *Encontros*, questionou o motivo da modesta presença do PCB no núcleo de maior concentração operária do Brasil (o ABC paulista). Questionou também se as práticas sindicais do partido foram ou estariam inadequadas àquele momento.⁵⁴⁹ Mas nem por isso deixou de apoiar o partido, como mostram as publicações que fez dos livros e textos de Hércules Correa pela *Civilização Brasileira*. A meu ver, a crítica de Ênio Silveira estava mais ligada à constante busca do editor

⁵⁴⁷ SANTANA, 2001.

⁵⁴⁸ SANTANA, 2001, *passim*.

⁵⁴⁹ SILVEIRA, Ênio. Perguntas de vinte Intelectuais a Luiz Carlos Prestes. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 27, 1980, p. 161.

por renovação e adequação das práticas políticas da esquerda, especialmente do PCB, às questões do seu tempo.

O ponto que defendo é que, apesar da avaliação positiva da luta do novo sindicalismo, na linha editorial geral para o tema operário, Ênio Silveira e Moacyr Félix jogaram novamente a favor das teses do PCB, especialmente da tendência eurocomunista, para a redemocratização brasileira. Nela, a classe operária tinha um papel fundamental, porém, dentro da frente ampla das oposições. Essa posição, como vimos, era contrária tanto ao PT e aos setores do novo sindicalismo, que defendiam uma política restritiva de classe, quanto aos pecebistas ligados a Prestes. A posição de *Encontros* pode ser observada pela própria composição dos autores escolhidos para abordagem do tema.

Ênio Silveira e Moacyr Félix convidaram diferentes atores da sociedade civil para tratar da questão operária e sindical: intelectuais acadêmicos (Zuleide Faria de Melo, Werneck Viana), representantes da OAB (Evaristo de Moraes e Haddock Lobo) e da ABI (Barbosa Lima Sobrinho), além de líderes sindicais diretamente envolvidos na questão (Olívio Dutra e Hércules Correa). Esses autores ocupavam não apenas espaços diferentes de atuação, mas também pertenciam a correntes políticas e ideológicas diversificadas. Zuleide Faria de Melo, Werneck Viana e Hércules Correa eram militantes do PCB; Olívio Dutra, um dos fundadores do PT; Barbosa Lima Sobrinho, Evaristo de Moraes e Haddock Lobo representavam os setores liberais-democráticos em oposição à ditadura. A meu ver, essa composição ia além do espírito ecumênico de Ênio Silveira: pretendia, de fato, integrar a classe operária à frente ampla democrática, tal como propunha a maioria da direção do PCB, em particular a tendência eurocomunista, em oposição às propostas de uma frente de esquerda mais restrita, capitaneada pela classe operária, conforme defendia o núcleo em torno de Prestes.

Para corroborar esse ponto, destaco que *Encontros* publicou apenas um autor – Olívio Dutra – da corrente petista. Não trouxe nenhum representante das Oposições Sindicais, que formavam o grupo mais à esquerda dentro do movimento operário e na formação do PT. Nos embates acadêmicos, a escolha foi pelo nome do intelectual comunista Werneck Vianna que se opunha às formulações críticas acerca do sindicalismo pecebista, bem como à aposta no potencial de ruptura autônoma da classe operária feitas por Francisco Weffort. De outro lado, os autores pecebistas e aqueles do campo liberal-democrático formaram a maioria.

Como visto no texto de Hércules Correa, o PCB também defendia a articulação das lutas específicas de cada setor da frente às lutas gerais pela democracia, valorizando o jogo político-institucional e a sociedade civil organizada. Não à toa, o que uniu os autores

publicados na revista foi a ligação que fizeram das reivindicações sindicais com a luta pela redemocratização do país, bem como a posição daqueles de fora do movimento sindical de que estavam somando forças nessa luta.

A meu ver, seguindo a estratégia frentista, na seleção dos textos feita pelos editores havia a busca de um denominador comum que construísse as pontes entre os setores divergentes e concorrentes, como os pecebistas e os petistas, e promovesse as alianças para concretizar um objetivo maior: a redemocratização brasileira. Em outras palavras era a busca da “unidade na diversidade”, para garantir o avanço do processo de abertura e transição democrática.

A linha comum encontrada pelos editores, para além da questão salarial e do direito de greve, foi o apoio à mudança na estrutura sindical, grande bandeira do novo sindicalismo. Nessa luta, Autênticos e pecebistas possuíam mais pontos em comum do que divergências. O que os separava eram, sobretudo, as linhas políticas gerais defendidas pelos partidos aos quais estavam vinculados – PT e PCB – e a disputa pela hegemonia no interior do movimento sindical.

Por isso mesmo, no meu entendimento, ainda que muitos dos textos publicados em *Encontros* tenham exaltado a luta das lideranças “autênticas”, na linha editorial geral prevaleceram as teses pecebistas. Afinal, os setores do novo sindicalismo e que formaram o PT não aceitavam a participação da classe trabalhadora em uma frente oposicionista junto com os setores liberais como, a meu ver, a revista *Encontros* defendeu.

A tese que defendo é reforçada pela atividade militante de Ênio Silveira no Cebrade. Entre as tarefas atribuídas a essa entidade estava “contribuir para a organização das massas trabalhadoras e, ao mesmo tempo, integrá-las no leito comum da ampla frente democrática, que deverá absorver suas reivindicações setoriais específicas”.⁵⁵⁰ Para os pecebistas, entre eles, Ênio Silveira, a derrubada da ditadura só teria viabilidade com a participação de amplos setores da sociedade e não apenas da classe trabalhadora, unidos em uma frente democrática.⁵⁵¹

⁵⁵⁰ CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Projeto de documento básico**. Rio de Janeiro, nov. 1979 [anexo E da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, 15 maio 1980]. Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Disponível em [BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1723_d0001de0001](#). Acesso em 20 out. 2021

⁵⁵¹ DIVISÃO de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. **Informação n. 023/79 /DSI/MJ**. Assunto: Centro Brasil Democrático. Encontro Nacional pela Democracia, Rio de Janeiro, 17 janeiro de 1979. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça. Disponível em [br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1414_d0001de0001](#). Acesso em 20 out. 2021

Apesar da sua intenção aglutinadora, o Cebrade não escapou dos dissensos da esquerda após 1980. A busca de uma estratégia comum das forças de oposição não conquistou a nova esquerda ligada aos novos movimentos sociais, como visto na declaração de Lula acerca do MDB, no Primeiro Encontro Nacional pela Democracia do Cebrade.

Por isso mesmo, a meu ver, os textos de Hércules Correa e Olívio Dutra, publicados em *Encontros*, em 1980, encerram o debate acerca da questão operária na revista. A partir de 1980, a divisão entre PCB e PT se tornou mais acentuada, dificultando as alianças e a busca de uma estratégia comum das forças de oposição. O PT foi ocupando cada vez mais espaço e se transformando em força hegemônica.

4.2 ENCONTROS COM AS MULHERES E O FEMINISMO

Em 1980, após o encerramento do debate acerca da classe operária, foi publicado *Mulher Hoje*, único número especial da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. Desde os anos de 1960, a questão da “emancipação feminina” aparecia, pontualmente, nos projetos editoriais da Civilização Brasileira. No entanto, foi apenas na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, no contexto da transição política, que ela obteve um espaço central.⁵⁵² A empreitada foi fruto da articulação dos editores com a militante pecebista Zuleika Alambert, nome expressivo da tendência eurocomunista do partido. Naquele momento, Alambert era responsável por agitar um processo de revisão crítica do PCB quanto a “questão feminina”. A publicação de *Mulher Hoje* indica que os editores encamparam esse processo.

A literatura aponta as difíceis relações estabelecidas entre o movimento feminista e os diversos grupos e partidos de esquerda, entre eles o PCB, no período da redemocratização brasileira.⁵⁵³ As feministas trouxeram questões nem sempre aceitas por esses grupos, de onde

⁵⁵² O tema ocupou espaço no já mencionado jornal *Reunião*, lançado em 1965, que criou a seção *Reunião Mulher*. O jornal, no entanto, não passou de três números. A *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968) publicou apenas um artigo sobre o tema: *Mulheres, a revolução mais longa*, de Juliet Mitchell, no número 14, de julho de 1967. A editora Civilização Brasileira também publicou, em 1966, o livro *Arte de ser mulher* de Carmem Silva.

⁵⁵³ Cf. ARAUJO, Maria Paulo. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015; MORAES, Maria Lygia Quartin de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos Sociológicos**. Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012; PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003; SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 40, p. 169-195, jun. 2013; SOUSA, Priscila Paula de. Mulheres e militância na ditadura militar brasileira: uma análise historiográfica. **História e Cultura**, Franca, v. 7, n. 1, p. 102-133, jan.-jul. 2018.

vinham a maior parte de suas integrantes. A luta feminista foi, muitas vezes, acusada pela esquerda de dividir e enfraquecer a luta principal que deveria se dar contra a ditadura, pela redemocratização e pelo socialismo. Por outro lado, as feministas acusavam os grupos de esquerda de instrumentalizar as suas lutas, subordinando a emancipação feminina ao fim da sociedade de classes. Como aponta Rachel Soihet, a esquerda foi, ao mesmo tempo, o interlocutor privilegiado do movimento feminista e um dos inimigos que teve que enfrentar ao lado da ditadura.⁵⁵⁴

Esses conflitos perpassaram o próprio movimento feminista que era heterogêneo e fragmentado. Celi Pinto identifica três tendências nesse movimento: a marxista, a liberal e a radical.⁵⁵⁵ As duas primeiras tenderiam a ver os problemas das mulheres com uma dimensão que extrapolava a luta específica da mulher. A marxista reduzindo-os à luta de classes e a liberal à luta por direitos. O terceiro grupo colocaria a própria condição da mulher e a luta pela sua emancipação no centro da discussão, levantando questões menos aceitas, como sexualidade e subjetividade.⁵⁵⁶

Analiso, neste item, qual papel foi atribuído às mulheres na redemocratização brasileira e como a revista *Encontros* participou da disputa pelos debates nos campos da esquerda e do feminismo.

4.2.2 A edição de *Mulher Hoje*

No especial *Mulher Hoje* foram publicados: *Mulher* (editorial), Zuleika Alambert e Moacyr Félix; *As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina*, Maurice Godelier; *Por uma antropologia da mulher*, Clarice Novaes da Mota; *O futuro das relações entre os sexos*, Agnes Heller; *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*, Eva Alterman Blay; *Feminismo e freudismo*, Franca Masciarelli; *Uma proposta para o movimento feminista: subverter os conceitos e as ideias vigentes*, Maria Jose Nascentes; *O fundo da imagem na questão feminina*, Nelly Schnaith; *Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher*, Zuleika Alambert; *Quando as mulheres filmam*, Elice Munerato e Maria Helena Darcy de Oliveira; *A mulher e a CLT*, Grupo Feminista do Rio; *A*

MATTOS, Patrícia. Rumos do feminismo no Brasil: conquistas, disputas e desafios. PAIVA, Angela, *et al.*, **Movimentos e coletivos sociais. Categorias em disputa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2023.

⁵⁵⁴ SOIHET, 2013, p. 176.

⁵⁵⁵ PINTO, 2003, p. 60.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 60.

questão da mulher na reprodução da força de trabalho, Mary Garcia Castro; *Trabalhadora sem-terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo*, Claudia Fonseca; *Três prefácios e uma orelha sobre liberdade e sexo*, Moacyr Félix; *Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência*, Dominique Ridley–Leigh; *Controle da Natalidade, Legalização do aborto Feminino*, Mary Garcia Castro; *Aborto: uma questão em debate*, Nota oficial do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde.

A escolha política de Zuleika Alambert e Moacyr Félix, organizadores da edição, foi pela abordagem de um amplo leque de questões que mobilizava os movimentos feministas e femininos do período: participação política feminina; trabalho feminino; políticas do corpo: aborto, sexualidade, prazer, controle da reprodução; politização do privado; valorização das subjetividades; representação/imagem feminina nos meios de comunicação; androcentrismo da produção científica; psicanálise e feminismo. Foram abordados tanto os elementos que compunham o quadro de opressão e marginalidade da mulher, quanto os que enfatizavam a atuação política feminina, apontando as mulheres como importantes agentes da redemocratização brasileira. Um eixo de destaque na revista foi o debate sobre as relações entre marxismo e feminismo presente, sobretudo, nos artigos de Zueika Alambert, Moacyr Félix, Maurice Godelier, Mary Castro, Agnes Heller (1980), Maria Nascente.

Pela primeira vez, na revista, as mulheres configuraram a maioria dos autores. Isso foi resultado de uma escolha político-editorial relacionada à agenda feminista que lutava para que as mulheres fossem sujeito e objeto de suas próprias questões. Conforme mostra Celi Pinto, a produção do conhecimento acadêmico, no caso das mulheres, saiu de suas próprias fileiras e não de intelectuais interessados no tema ou de simpatizantes.⁵⁵⁷

Isso produziu um tipo de atuação feminista, chamada, pela autora, de “feminismo acadêmico”, que empreendeu uma vasta produção sobre questões específicas das mulheres, distribuída em projetos de pesquisa nas principais universidades e centros de pesquisa do país.⁵⁵⁸ A maioria das militantes do feminismo constituído nos anos de 1970 e 1980 vinha das classes médias intelectualizadas⁵⁵⁹. Eram profissionais liberais, estudantes, pesquisadoras e professoras universitárias, em sua maioria ligadas às áreas das ciências humanas e da saúde.

⁵⁵⁷ PINTO, 2003, p. 85-89.

⁵⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁵⁹ *Ibid.* Segundo Celi Pinto, o movimento feminista não foi um movimento popular nem no sentido de classe, nem no seu raio de ação. A chegada até as classes populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica e não como decorrência natural do seu desenvolvimento.

Das autoras que publicaram em *Mulher Hoje*, apenas Zuleika Alambert não tinha sua trajetória vinculada à universidade. Alguns exemplos das vinculações acadêmicas das autoras à época da publicação da revista: Clarice Novaes Mota, professora de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Eva Blay, professora de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo; Maria José Nascentes, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Maria Helena Darcy de Oliveira, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas; Claudia Fonseca, professora de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Dominique Ridley-Leigh, antropóloga pela Universidade de Brasília; Mary Castro, socióloga pela Universidade Federal da Bahia.

No entanto, a militância dessas mulheres se estendia para além da universidade e centros de pesquisa. Havia uma articulação entre pesquisa acadêmica, ativismo feminista e participação política. A produção acadêmica alimentava as campanhas produzidas pelas mulheres. Muitas dessas intelectuais atuavam também em outros espaços como grupos, associações e centros feministas.

Importante destacar as autoras/autores publicados na edição que mantinham vínculos ou simpatias com o PCB ou com o movimento comunista em geral. A começar pela própria organizadora da edição, Zuleika Alambert, que, à época, integrava o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Moacyr Félix, editor da revista, embora nunca tenha se filiado ao PCB, atuava nas causas do partido. Mary Castro Garcia, autora de dois artigos nessa edição, militava no PCdoB. A filósofa Agnes Heller e o antropólogo Maurice Godelier, destacados intelectuais marxistas, embora dissidentes dos partidos comunistas dos seus respectivos países, Hungria e França, continuavam a militar pela causa comunista. A psicanalista Franca Masciarelli, cujo artigo fora traduzido da revista italiana *Critica Marxista*, era alinhada às ideias do Partido Comunista Italiano (PCI). Essa ligação em diversos graus com o movimento comunista por parte dos autores de *Mulher Hoje* é importante para compreensão da sua linha editorial.

Essa diversidade de espaços de atuação das intelectuais feministas marcou o próprio projeto editorial da revista, que valorizava o papel público do intelectual. Os artigos de Eva Blay e Mary Garcia Castro publicados em *Mulher Hoje* haviam sido apresentados em reuniões e congressos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mary Castro atuava no Movimento Feminino pela Anistia do Rio de Janeiro e no Coletivo Mulheres do Rio de Janeiro. Elice Munerato e Maria Helena Darcy de Oliveira integravam o Centro Mulher Brasileira, principal associação feminista do Rio de Janeiro, que congregava diversas

tendências do feminismo, mas com forte presença das militantes de esquerda, especialmente comunistas.⁵⁶⁰

4.2.3 Mulheres na redemocratização brasileira

As feministas brasileiras foram influenciadas pelos movimentos europeus e norte-americanos. No entanto, as questões debatidas nesses países foram apropriadas e reinterpretadas pelas brasileiras em função da realidade nacional, marcada por profundas desigualdades sociais e pela luta pela redemocratização do país.

Um exemplo do tipo de engajamento feminista na redemocratização a que a revista deu voz foi a publicação do artigo *A mulher e a CLT*, assinado pelo Grupo Feminista do Rio. Nele, foi discutido o capítulo sobre o trabalho feminino do anteprojeto do governo Figueiredo (1979-1985) de atualização da CLT. O artigo destacou a especificidade da inserção da mulher na esfera produtiva. Discutiu a questão da dupla jornada, do trabalho noturno, do impacto na família, do cuidado com os filhos, das desigualdades salariais, entre outros. Contrapôs-se ao enfoque empresarial do anteprojeto governamental e à falta de consulta às trabalhadoras. Terminou propondo um conjunto de medidas, como o aumento do tempo da licença maternidade, que deveriam ser incluídas numa legislação específica sobre trabalho feminino e encaminhadas ao Congresso Nacional como parte também da construção de uma nova institucionalidade democrática.

A revista também publicou a nota oficial do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde e a intervenção de Mary Castro no ato realizado no Teatro Casa Grande⁵⁶¹ como parte dos eventos que deram início à campanha nacional pela contracepção e legalização do aborto, em 1980. Ao lado do argumento dos direitos da mulher à plena assunção do seu corpo e da sua sexualidade, os textos defenderam a luta pela legalização do aborto como uma luta mais geral pela democratização dos serviços de saúde, por políticas de natalidade acompanhadas de medidas de combate às desigualdades sociais, e também de uma luta contra regimes autoritários.

Dessa forma, *Mulher Hoje* abriu espaço para a dinâmica combinada de elaboração feminista e ação política, publicando artigos engajados que promoviam a incorporação das

⁵⁶⁰ SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 235-253, 1ª sem. 2007.

⁵⁶¹ O Teatro Casa Grande foi um importante espaço de resistência cultural à ditadura militar hegemônica pelos comunistas no período da abertura política e redemocratização.

questões levantadas pelas mulheres e seus movimentos aos debates da sociedade civil no processo de redemocratização. Nesse ponto, divergiu radicalmente de certos órgãos da imprensa alternativa de esquerda, como *O Pasquim*, jornal que promovia um constante deboche e descrédito do feminismo.

Um dos objetivos dessa escolha editorial de *Mulher Hoje* foi promover o reconhecimento das mulheres como agentes da redemocratização brasileira e defender sua agenda como importante para a construção de uma democracia ampliada. Importante destacar que Zuleika Alambert já havia iniciado essa batalha no número 21 da revista *Encontros*, publicado em março de 1980, com o artigo *Mulher, Direitos e democracia*.⁵⁶²

O artigo *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*, de Eva Blay, foi emblemático na abordagem das mulheres como agentes da redemocratização, um dos eixos centrais da revista. Nele, a autora elencou os diversos movimentos femininos e feministas do período. Defendeu que esses movimentos foram responsáveis por abrir novos espaços de luta contra a ditadura, protagonizando importantes decisões do processo de redemocratização.

O movimento feminino pela Anistia foi destacado, pela autora, como o primeiro movimento organizado da sociedade civil de contestação à ditadura e responsável pelo processo que resultou na lei de anistia de 1979. Quanto à questão das desigualdades sociais, a autora afirmava terem sido os movimentos femininos contra a carestia “que mais que todos os outros denunciou a concentração de renda no país”.⁵⁶³ Referindo-se às greves de trabalhadores a partir de 1978, Blay destacou que foi “a partir dos movimentos femininos contra o custo de vida que se iniciou o processo de greves de trabalhadores que não pode mais ser contado”.⁵⁶⁴

No contexto do debate interno das oposições à ditadura, o ponto central de Eva Blay foi defender que a luta das mulheres extrapolava o seu nível específico para se tornar bandeiras de homens e mulheres em luta por uma democracia ampliada.⁵⁶⁵

Embora a autora tenha se concentrado nos movimentos femininos, não deixou de apontar as associações feministas como importantes para a construção de uma sociedade

⁵⁶² ALAMBERT, Zuleika. *Mulher, Direitos e democracia. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 21, mar. 1980.

⁵⁶³ BLAY, Eva Alterman. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. Encontros com a Civilização Brasileira*. A Mulher Hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 26, 1980, p. 67.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁶⁵ *Ibid.*, p. 69.

democrática “quando discutem o poder como está estabelecido e se auto-organizam em bases não autoritárias, desprovidas de hierarquias”.⁵⁶⁶

No entanto, a edição organizada por Zuleika Alambert não pretendia apenas dar voz e encaminhamento às questões levantadas pelos movimentos femininos e feministas na conjuntura da redemocratização. Havia um projeto político a ser disputado dentro dos próprios campos do feminismo e da esquerda. A análise do artigo de Zuleika Alambert permite perceber esse projeto.

4.2.4 Zuleika Alambert, o marxismo e a elaboração teórica sobre a mulher

Como outras militantes de esquerda, foi durante o exílio na França, entre 1973 e 1979, que Zuleika Alambert teve contato mais forte com o debate feminista. Isso a levou a uma progressiva tomada de consciência de gênero, embora ainda não se identificasse como feminista, enfatizando a especificidade da questão feminina contra as teses do PCB que subordinava a questão ao fim da sociedade de classes.⁵⁶⁷

Uma das primeiras mulheres a integrar o Comitê Central do PCB, Zuleika Alambert foi uma das principais responsáveis por impulsionar um processo de revisão crítica e mudança da posição oficial do partido quanto à “questão feminina”. Entre 1975 e 1979, uma série de reuniões e produção de documentos, tendo Alambert à frente, foram realizados pelo Comitê Central para debater o assunto. A produção dessas discussões resultou em resoluções oficiais publicadas em *Voz Operária* a partir de 1979.⁵⁶⁸ O partido fez autocrítica quanto ao seu silêncio ou instrumentalização do movimento das mulheres, reconhecendo que reproduzia internamente os valores machistas. Concluiu pela necessidade de um movimento específico contra as formas de exploração das mulheres devendo a luta pela sua emancipação ser acrescentada à luta pela emancipação do proletariado.⁵⁶⁹ A partir daí, o jornal *Voz Operária*,

⁵⁶⁶ *Ibid.*, p. 63.

⁵⁶⁷ SOIHET, 2013, p. 177. A importância da experiência francesa para a conversão de Alambert ao feminismo fica mais evidente quando comparada à sua experiência no Chile. Nesse país, onde esteve exilada entre 1970 e 1973, o PCB lhe incumbiu a tarefa de organizar e conscientizar as mulheres, resultando na criação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio. Esse comitê foi coerente com as concepções do PCB, organizando as mulheres para as “lutas gerais”, sem espaço para os temas específicos que as feministas reivindicavam.

⁵⁶⁸ MULHER/RESOLUÇÃO. A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. *Voz Operária*, n. 159, 1979 (Suplemento ao n. 159). Disponível em https://www.fundacaoastrojildo.org.br/wp-content/uploads/2020/Voz_operaria.pdf. Acesso em 16 fev. 2025

⁵⁶⁹ Sobre a questão feminina e o feminismo no PCB, Cf. ABREU, Maira Luisa Gonçalves. O PCB e a questão feminina (1970-1979). In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**, 2008, Florianópolis; ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. **Tempos Históricos**. v.

tendo à frente os intelectuais da tendência eurocomunista, passou a dedicar espaço à questão.⁵⁷⁰

No entanto, a própria Zuleika Alambert apontou que isso não significou uma mudança de fato na cultura política do partido. Segundo ela, havia uma resistência interna de parte dos militantes e da própria direção a essas mudanças.⁵⁷¹ A disputa que Alambert travou no interior do PCB em defesa do feminismo foi uma das razões para que deixasse o partido em 1983.

Importante destacar que, durante o seu exílio na França, Alambert, então casada com Armênio Guedes, participou da afirmação do grupo de intelectuais pecebistas, depois chamado de “eurocomunista”. Os intelectuais que compuseram essa tendência, ainda que fossem fieis às estruturas partidárias e seus princípios ético-políticos, procuravam atuar de forma mais autônoma. Essa autonomia se manifestou em formulações que nem sempre reverberavam as decisões da cúpula partidária.⁵⁷²

Por isso, a partir de sua volta ao Brasil, em 1979, Zuleika Alambert desenvolveu esforços para combater tanto o “sectarismo de esquerda” presente nos partidos comunistas, como o próprio PCB, quanto a “ideologia burguesa” de um certo tipo de feminismo que desvinculava a emancipação da mulher da luta anticapitalista⁵⁷³. Vale destacar que, no momento da publicação da revista, Alambert ainda não se identificava como feminista, o que ocorreria logo depois. Preferia se dizer “uma marxista que se dedica ao problema da mulher”.⁵⁷⁴ Nesse sentido, proferiu uma série de encontros, palestras e debates com feministas brasileiras e se engajou no Centro da Mulher Brasileira. Todas essas ações visaram aproximar

21, p. 107-140, set 2017; BARCELOS, Thatiana Amaral de. O despertar do feminismo na Voz Operária. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, 2012; SOIHET, 2013; TAVARES, Btzaida Mata Machado. **Mulheres Comunistas: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2003.

⁵⁷⁰ PRIMEIRA conversa sobre o universo dos problemas e movimentos femininos. **Voz Operária**, n. 154, jan. 1979, p. 6-7. https://www.fundacaoastrojildo.org.br/wp-content/uploads/2020/Voz_operaria.pdf. Acesso em 16 fev. 2025

⁵⁷¹ SOIHET, 2013.

⁵⁷² NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 28, n. 80, p. 41-58, abr. 2014, p. 50.

⁵⁷³ Em entrevista dada a Pedro del Picchia, Alambert explicitava sua posição comunista na abordagem da emancipação feminina e esclarecia suas divergências com o feminismo que separava a luta das mulheres da luta de classes. PICCHIA, Pedro. **O PCB no quadro atual da política brasileira**. Entrevistas com seus membros do Comitê Central. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁵⁷⁴ O MACHISMO é forte no PCB. **Jornal da República**, São Paulo, 5 nov.1979, p. 5.

o feminismo e o marxismo, disputando a hegemonia comunista no campo feminista. A meu ver, a publicação de *Mulher Hoje* fez parte dessas atividades.⁵⁷⁵

No artigo “O marxismo e a elaboração teórica sobre a mulher”, publicado em *Encontros*, o objetivo de Zuleika Alambert foi defender o marxismo e o movimento comunista das críticas que recebiam do movimento feminista em todo o mundo. A autora apontava dois eixos dessas críticas: um que afirmava que os marxistas nunca deram importância à questão feminina; outro que afirmava que quando deram, deixaram de lado a sua especificidade para reduzir sua condição apenas a uma questão econômica.

Para rebatê-las, Alambert percorreu sobre as contribuições teóricas e políticas dos marxistas sobre a “questão da mulher”, retomando Karl Marx, Friedrich Engels, August Bebel, Lenin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai. Seu objetivo foi defender que a questão estava inscrita na tradição marxista desde os primórdios.

Para Alambert, os clássicos marxistas haviam superado as contribuições socialistas pré-marxistas ao identificar as raízes socioeconômicas da opressão sobre a mulher, ou seja, o surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes : “Marx e Engels mostraram que a mulher, com a propriedade privada, se tornou economicamente dependente do pai e do marido, e por outro lado, assinalou sua escravidão de classe, tanto como escrava como camponesa-serva ou proletária”.⁵⁷⁶ A partir desse referencial, rebateu as correntes feministas que desvinculavam a luta das mulheres da luta de classes.

No entanto, procurando abrir um diálogo com as feministas, entre elas as liberais, Zuleika Alambert reconhecia que o movimento feminista pelos direitos da mulher conseguiu travar lutas de grande amplitude, principalmente na Inglaterra com as *suffragettes*.

Nesse diálogo, reconhecia a existência de erros na abordagem comunista quanto à questão. Citava, como caso exemplar, o Congresso da III Internacional, realizado em Moscou em 1921, quando a orientação foi pela proibição de qualquer colaboração com o movimento feminista burguês.⁵⁷⁷ Desse “erro evidente” teria “se originado a subestimação posterior, por parte dos partidos comunistas, da especificidade da questão da mulher”.⁵⁷⁸ Mas, em geral,

⁵⁷⁵ Em 1986, Alambert já aguerrida militante feminista publicaria o livro *Feminismo. O ponto de vista marxista* onde retomava e expandia os argumentos trabalhados no seu artigo da revista *Encontros*. ALAMBERT, Zuleika, **Feminismo. O ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

⁵⁷⁶ ALAMBERT, Zuleika. Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 26, p.105-125, 1980. Dossiê A Mulher Hoje, p. 107.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 114.

⁵⁷⁸ *Ibid.*, p. 114.

com exceção do stalinismo, apontado como o grande fator de atraso do movimento comunista, Alambert tendeu a minimizar esses erros devido aos limites das conjunturas históricas.

Zuleika Alambert defendeu que o marasmo existente no movimento marxista, no que tange à elaboração teórica sobre a mulher, foi rompido com o Partido Comunista Italiano, sob liderança de Palmiro Togliatti, no período de 1945 a 1970. O PCI era o partido exemplar para a tendência eurocomunista do PCB. Quando voltou ao Brasil, em 1979, Alambert declarou seu alinhamento aos chamados “euros”, criticou a linha assumida de exclusivismo partidário que “ignora o pluralismo que a vida está impondo e a luta democrática pede que se leve em consideração”.⁵⁷⁹ É possível dizer que, ao abrir essa frente, também pensava nas questões colocadas pelo feminismo e pelos movimentos das mulheres para a redemocratização brasileira.

Segundo Alambert, o caminho italiano para o socialismo reconhecia o pluralismo da vida política.⁵⁸⁰ Defendia a atuação política feminina e a união das mulheres de todas as classes na luta por todos os seus direitos específicos e pela completa paridade com o homem na vida política, econômica e social. O PCI defendia que a “massa feminina era aliada indispensável da classe operária, protagonista em primeira pessoa da revolução democrática e socialista”.⁵⁸¹ A centralidade da classe operária era mantida e, para Alambert, estaria aí a superioridade da elaboração estratégica e política dos comunistas em relação a outras forças ideológicas e políticas e aos movimentos feministas. Para a autora, os comunistas italianos teriam superado uma visão limitada e corporativa das reivindicações feministas, ao aliar a luta das mulheres à luta de classes, mas sem diluir a primeira à segunda. Ao mesmo tempo, o PCI teria superado a instrumentalização da luta das mulheres, prática que foi comum ao movimento comunista.⁵⁸² É possível inferir que, nesse ponto, a autora também estivesse falando do e para o seu próprio partido, o PCB, que tão largamente utilizou essa prática, conforme aponta a historiografia, e era denunciado pela própria Zuleika Alambert.⁵⁸³

Respondendo às feministas que acusavam os comunistas de reduzir a questão da mulher à temática econômica, argumentava que o PCI prosseguia fazendo uma teoria sobre a mulher. Nela, reconhecia as especificidades de suas questões e contemplava temas centrais da agenda do chamado feminismo radical, tais como: público e privado, a reapropriação do

⁵⁷⁹ SOIHET, 2013, p. 186.

⁵⁸⁰ ALAMBERT, Zuleika. Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 26, p.105-125, 1980. Dossiê A Mulher Hoje, p. 121-122.

⁵⁸¹ *Ibid.*

⁵⁸² *Ibid.*

⁵⁸³ SOIHET, 2013.

corpo, aborto, relação homem-mulher. Alambert mostrava todo um esforço - que podia ser identificado na própria seleção que fez para a revista - dos comunistas italianos no sentido de incorporar à sua política para a mulher toda a rica contribuição do movimento feminista internacional e italiano da década de 1960.

Essa renovação do marxismo, na argumentação da autora, seria seguida por outros partidos comunistas, como o francês e o espanhol. O próprio título, os temas e a forma da abordagem que Zuleika Alambert deu para *Mulher Hoje* em muito se pareceu com aquela dada pelo seminário *Mulher Hoje e amanhã*, realizado em 1975, pelo Partido Comunista Francês e citado em seu artigo.⁵⁸⁴ Vale destacar que a autora não mencionou o PCB em seu artigo. A meu ver, seu silenciamento comportava um recado ao PCB sobre a necessidade de reinvenção do seu fazer político, tal como o PCI, especialmente em relação à questão das mulheres.

Em seu artigo, Alambert defendeu, perante uma esquerda dogmática, que a especificidade da questão feminina e da sua luta deveria se dar concomitantemente às lutas contra o capitalismo ou contra a ditadura. Ao mesmo tempo, pretendeu mostrar, tanto para essa esquerda quanto para as feministas, a renovação do marxismo que vinha sendo empreendida por diversos partidos comunistas, sem a qual seria impossível abrir um diálogo e disputar a hegemonia marxista no interior do movimento feminista.

4.2.5 Perspectivas para um feminismo marxista

A batalha travada por Alambert para aproximar feminismo e marxismo pautou a linha editorial de *Mulher Hoje*. Um substrato analítico marxista perpassou a maioria dos artigos publicados, mesmo entre autoras não militantes comunistas. Indicativo tanto da seleção feita por Zuleika Alambert e Moacyr Félix quanto sinal dos tempos em que o marxismo se difundia nas universidades brasileiras, especialmente nas ciências sociais.

Apenas um artigo foi marcado por um marxismo dogmático. Em *Uma proposta para o movimento feminista: subverter conceitos e as ideias vigentes*”, de Maria Jose Nascentes, a luta das mulheres desapareceu para dar lugar à luta anticapitalista.

A maioria dos artigos, no entanto, foi referenciada em uma abordagem marxista que se renovava sob inspiração da militância feminista. As desigualdades entre homens e mulheres

⁵⁸⁴ ALAMBERT, Zuleika. Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 26, p.105-125, 1980. Dossiê A Mulher Hoje, p. 123.

foram analisadas em uma perspectiva que interseccionava classe e gênero - termo ainda não utilizado -, e reconhecia a especificidade da questão das mulheres.

Vale destacar que a articulação com a questão da opressão de raça não apareceu nas discussões. Essa ausência, no entanto, não foi um dado específico da revista, mas caracterizou a própria produção feminista brasileira daquele momento, mesmo entre as autoras de esquerda. Fato que foi levantado por Lelia Gonzalez, pioneira na discussão sobre a relação entre gênero, classe e raça no Brasil, ainda no final dos anos de 1970. A interseccionalidade classe/raça/gênero se colocaria com mais força na produção e movimento feminista brasileiro a partir de fins dos anos de 1980 e início de 1990.

Em depoimento sobre a publicação do seu artigo em *Mulher Hoje*, Claudia Fonseca ressaltou a importância do marxismo nas análises feministas do período: “chegando ao Brasil [1978], tomei um banho de feminismo marxista, que à época abriu horizontes importantes para mim”⁵⁸⁵. Em seu artigo, Fonseca analisou, a partir de uma abordagem interseccional de gênero e classe, a autonomia e subordinação da mulher dentro do espaço doméstico em função da sua inserção na esfera produtiva. Seu artigo trouxe, ainda, a questão específica da mulher trabalhadora do campo, quando a maioria das análises se centrava na mulher trabalhadora urbana.

Da mesma forma que Fonseca, o artigo de Ridley-Leigh (1980), interseccionando classe e gênero, subverteu as análises sobre migração campo-cidade. Rompendo com os trabalhos orientados por uma perspectiva masculina sobre migração, Leigh destacou o protagonismo das mulheres na organização de todos os estágios dos processos de migração. Os artigos de Fonseca (1980) e Ridley-Leigh (1980) rompiam, dessa forma, os limites do instrumental teórico da sociologia clássica do trabalho restrito à dimensão do mercado capitalista.

Os temas abordados na revista, no entanto, extrapolaram as questões relativas ao trabalho feminino. Como aponta a historiografia, esse foi um dos temas privilegiados das feministas de esquerda até fins dos anos de 1970 que, muitas vezes, apresentavam preconceitos contra temáticas relativas às políticas do corpo e ao terreno mais fluido da subjetividade, consideradas burguesas ou moralmente inadequadas. Além disso, a abordagem dessas temáticas, que envolviam aborto, sexualidade, contracepção, prazer, enfrentava a

⁵⁸⁵ Depoimento de Claudia Fonseca enviado por e-mail à autora em 08 mar. 2022.

oposição de importantes aliados na luta contra a ditadura, como a Igreja Católica, o que era mais um motivo para o silêncio de setores do PCB.

A escolha de Alambert foi pela valorização da discussão desses temas que eram centrais na agenda do chamado feminismo radical, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, mas que ainda encontravam resistência na esquerda brasileira. Os temas do aborto ou da sexualidade receberam o mesmo espaço na revista que o tema do trabalho feminino. Enquanto trabalho feminino foi abordado nos artigos de Claudia Fonseca, Leigh (1980), Mary Castro, Coletivo Feminista Rio; os temas do aborto e sexualidade foram trabalhados nos artigos de Mary Castro, Moacyr Félix, Agnes Heller e do Centro Brasileiro da mulher. Essa escolha não ocorreu apenas para mostrar a renovação marxista e do movimento comunista com a incorporação da ampla temática feminista. Pretendeu-se, também, disputar esses temas com o feminismo radical além de travar um embate com as esquerdas pelo seu reconhecimento.

O artigo de Moacyr Félix foi emblemático dessas disputas.⁵⁸⁶ Nele, perguntava: “sexo é um problema burguês?”. Ao que respondia “(...) preocupar-se com sexo não é, como querem (...) alguns corifeus do sectarismo da esquerda, alienar-se do engajamento político (...)”.⁵⁸⁷ Para Félix, a revolução sexual implicava a emancipação de todo um contexto cultural que fundamenta a alienação do homem e o subdesenvolvimento das sociedades. O autor trouxe a discussão do prazer, do amor, da afetividade, da plena assunção do corpo pelas mulheres como parte de um projeto de emancipação não apenas das mulheres, mas também da humanidade. Argumentou que a desalienação do homem, ideia central da teoria marxista, não se daria apenas no nível socioeconômico, mas também no pessoal, no cultural, nas relações entre os sexos e isso passava pela desopressão da mulher tanto no nível material quanto no afetivo e sexual.

Enquanto Moacyr Félix combatia o sectarismo da esquerda, a filósofa Agnes Heller direcionava seu combate ao feminismo não marxista. Para a autora, a revolução sexual, caso fosse desvinculada da luta de classes, não seria “garantia de um futuro mais humano, mas, ao contrário (...), o indivíduo manipulado sobre as bases de seus motivos particularistas pode

⁵⁸⁶ FELIX, Moacyr. Três prefácios e uma orelha sobre liberdade e sexo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Mulher hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 26, 1980. Vale destacar que o artigo de Félix reuniu prefácios escritos pelo autor para diferentes livros publicados entre os anos de 1966 e 1970. É possível inferir que, com a reedição desses textos, Félix também pretendesse mostrar ao leitor um engajamento de longa data ao feminismo, ressaltando o caráter progressista da Editora Civilização Brasileira.

⁵⁸⁷ FÉLIX, 1980, p. 190.

envoluir mais em relação ao sexo oposto”.⁵⁸⁸ Para a autora, apenas em uma sociedade comunista haveria o fim da alienação entre os sexos.

4.2.6 Lutas gerais x lutas específicas

As disputas travadas pelas autoras/autores da revista sobre o tema da revolução sexual ligaram-se ao debate colocado pela esquerda brasileira no contexto da transição democrática sobre a questão da relação entre “lutas gerais” e “lutas específicas”.

A linha editorial da revista sobre o tema seguiu a posição explicitada por Mary Castro no seu artigo sobre a legalização do aborto. A autora combateu o que considerava uma falsa dicotomia entre lutas gerais e lutas específicas colocada por segmentos da esquerda em oposição à ditadura. Para a autora, a luta específica das mulheres pela sua desopressão seria parte integrante das lutas pela emancipação social total ou das lutas contra a ditadura. Considerava que a questão da legalização do aborto era não apenas um direito das mulheres à plena assunção do seu corpo, mas também uma luta por uma sociedade mais igualitária, já que tinha uma clara distribuição de classe, e uma luta contra o regime ditatorial “que quer controlar os corpos e a reprodução das mulheres”.⁵⁸⁹

Como Alambert, Mary Castro defendeu que, embora apenas no socialismo fosse possível a plena igualdade entre mulheres e homens, a luta pela desopressão da mulher deveria “começar aqui e agora”, no âmbito do capitalismo, sendo composta “de uma série de metas imediatas (...) mas não se esgota nelas”.⁵⁹⁰ Vale destacar que seu texto foi acrescido de comentários de mulheres do PCB como a própria Zuleika Alambert, Cristina Konder e Amélia Coutinho que, naquele momento, lutavam por uma renovação do partido quanto ao tema das mulheres. Combatiam a tese de que a questão das desigualdades de gênero seria naturalmente resolvida com o fim da sociedade de classes. Mas, ao mesmo tempo, a luta das mulheres não poderia ser desvinculada da luta mais geral, fosse pelo socialismo ou contra a ditadura.

⁵⁸⁸ HELLER, Agnes. O futuro das relações entre sexos. *Encontros com a Civilização Brasileira. Mulher Hoje. Número Especial*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 26, p. 61, 1980.

⁵⁸⁹ RELLER, ref. 500, p. 166.

⁵⁹⁰ CASTRO, Mary Garcia. Controle de natalidade, legalização do aborto e feminismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 26, 1980. Dossiê A Mulher Hoje, p. 230.

4.2.7 O projeto político de *Encontros com a Civilização Brasileira* para as mulheres

Procurei mostrar que batalha pela hegemonia marxista no movimento feminista pautou a linha editorial de *Mulher Hoje*. Porém, tratou-se da proposição de um marxismo renovado, aberto ao reconhecimento da pluralidade social e da necessidade de um discurso que acolhesse tanto as questões classistas quanto temas novos na esquerda, como aqueles colocados pelo feminismo. Articulando-se com Zuleika Alambert, Ênio Silveira e Moacyr Félix encamparam a batalha da tendência eurocomunista do PCB pela renovação do partido, mas também das esquerdas em geral, no contexto da transição democrática. Não á toa, *Mulher Hoje* foi publicado após o próprio jornal *Voz Operária*, impulsionado pelo grupo de Zuleika Alambert, publicar uma edição especial dedicada ao informe específico do partido sobre as “causas femininas”.⁵⁹¹

Mulher Hoje destacou as mulheres como importantes agentes da redemocratização brasileira, refutando as acusações de divisionismo feita por setores da esquerda. Os movimentos femininos foram apresentados como responsáveis por abrir novos espaço de luta contra a ditadura, protagonizando importantes decisões do processo de redemocratização, como no caso da campanha pela Anistia ou mesmo da emergência das greves operárias do ABC paulista. Já a agenda feminista foi apontada como fundamental para uma nova institucionalidade democrática. Na linha editorial de *Encontros*, novamente, tratou-se de unir as diversas lutas. Dessa vez, a feminina, a feminista, a democrática e a socialista.

⁵⁹¹ MULHER/RESOLUÇÃO, 1979.

5 ENCONTROS COM CATÓLICOS E EUROCOMUNISTAS

5.1 ENCONTROS COM A IGREJA CATÓLICA

Outro ator considerado estratégico para a redemocratização brasileira foi a Igreja Católica. A força que a instituição adquiriu como porta-voz das oposições à ditadura militar, em meados da década de 1970, bem como a sua ligação com as classes populares por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), não escaparam ao reconhecimento de Ênio Silveira e Moacyr Félix. A prova é que o tema ocupou mais espaço, na revista, que a discussão acerca do movimento sindical, totalizando 12 textos. Houve um grande interesse dos editores em publicar a posição política da Igreja tanto nos processos de abertura e transição democrática quanto em projetos vinculados à luta socialista, conforme demonstra a seleção que fizeram dos autores e títulos.

Foram publicados: *Política a curto prazo e religião a longo prazo - uma visão sobre a Igreja Católica*, de Ralph della Cava (nº 1, julho 1978); *Da prática da Pastoral Popular*, de Frei Betto (nº 2, agosto 1978); *Comunidades Cristãs e política partidária*, de Clodovis Boff e Leonardo Boff (nº 3, setembro 1978); *O intelectual orgânico a serviço do sistema e das classes populares?* Luiz Alberto Gómez de Souza (nº 3, setembro 1978); *Conflito Igreja-Estado*, J. B. Libânio (nº 4, outubro 1978); *Marxismo e Cristianismo*, de Leandro Konder (nº 6, dezembro 1978); *Puebla e as práticas populares na América Latina*, de Luiz Alberto Gómez de Souza (nº 9, março 1979); *A educação nas classes populares*, de Frei Betto (nº 13, julho 1979); *Prática Pastoral e prática política*, de Frei Betto (nº 21, março 1980); *Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares*, de Francisco Rolim (nº 22, abril 1980); *Movimentos sociais Populares: aspectos econômicos, sociais e políticos*, de Luiz Eduardo Wanderley (nº 24, julho 1980); *Marxismo e cristianismo. Aqui e Agora*, de Ricardo Abramovay (nº 28, 1981)

A maioria dos autores pertencia à esquerda católica: os teólogos Frei Betto (dominicano), Clodovis Boff (Ordem dos Servos de Maria), Leonardo Boff (franciscano) e João Batista Libânio (jesuíta), além dos sociólogos Luiz Alberto Gómez de Souza e Luiz Eduardo Wanderley, ambos ex-militantes da Ação Católica. Eram intelectuais ligados à Teologia da Libertação e atuantes nas pastorais populares, onde formulavam projetos de

educação popular, e em grupos de estudos “marxistas-cristãos”.⁵⁹² Estiveram presentes em Puebla, México, acompanhando os acontecimentos da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizado em 1979, que selou a “opção preferencial pelos pobres” feita pela Igreja Católica Latino-americana.⁵⁹³ Eram, portanto, intelectuais orgânicos das esquerdas cristãs. Frei Betto integrava o conselho editorial de *Encontros com a Civilização Brasileira* e mantinha laços de amizade com Ênio Silveira desde que saiu da prisão, em 1973. É possível dizer que ele foi uma ponte importante para levar esses autores para a revista.

Os editores também publicaram o brasilianista Ralph Della Cava e o sociólogo e ex-dominicano Francisco Rolim, ambos próximos da ala esquerda da Igreja Católica. Das outras correntes ideológicas, apenas os marxistas foram convidados. Leandro Konder, pecebista da tendência “eurocomunista”, pertencia ao grupo mais próximo de Ênio Silveira que frequentava a editora Civilização Brasileira. Já Ricardo Abramovay compunha o grupo marxista criado em torno da revista *Debate*, formado por intelectuais brasileiros exilados na França, em meados da década de 1970, liderados por João Quartim de Moraes. O grupo fez a crítica e autocritica da luta armada, no Brasil. Em 1980, parte de seus integrantes, inclusive o próprio Quartim de Moraes, aproximou-se do PCB.⁵⁹⁴

A partir da seleção dos autores e títulos, trabalho com a hipótese de que os editores pretenderam reabrir o diálogo entre a esquerda católica e os marxistas. Como visto, esse diálogo foi buscado por Ênio Silveira por meio de projetos editoriais da Civilização Brasileira desde a década de 1960, a exemplo da criação da revista *Paz e Terra* e da editora de mesmo nome, que ficaram a cargo de Moacyr Félix. Naquele período, estavam em curso a luta pelas reformas de base e, logo após 1964, a resistência à ditadura militar. Em fins da década de 1970 e início de 1980, os editores, a meu ver, retomaram esse objetivo, atualizando-o para o novo contexto político do país e da própria Igreja Católica. Tratou-se, então, de construir alianças para manter a unidade da luta tanto para a redemocratização do país quanto para a construção do socialismo.

O desafio era grande. De um lado, a esquerda católica, formada na década de 1970, foi a matriz mais importante da chamada nova esquerda e uma das bases da fundação do Partido

⁵⁹² FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. **Frei Betto**: biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, *passim*.

⁵⁹³ *Ibid.*

⁵⁹⁴ ROLLENBERG, Denise. Debate no exílio: em busca de renovação. IN: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel. História do marxismo no Brasil. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007, p. 291-339.

dos Trabalhadores (PT). Era bastante crítica às esquerdas nacionalistas, trabalhistas e pecebistas, que haviam conformado a linha política de Ênio Silveira e da editora Civilização Brasileira e, como defendi em capítulo anterior, mantinham influência nos projetos políticos do editor. De outro lado, as esquerdas marxistas viam a Igreja Católica com desconfiança, em vista de seu histórico conservadorismo político. Também compreendiam a religião como “consciência alienada”. Uma análise do conjunto dos textos publicados sobre o tema permitirá perceber como os editores encaminharam essas questões.

5.1.2 A virada progressista da Igreja Católica

Uma das primeiras preocupações dos editores foi publicar textos que tratassem da “virada progressista” da Igreja Católica e da sua conversão em porta-voz das oposições à ditadura. O tema percorreu todos os textos citados acima, mas teve centralidade nos de Ralph della Cava, João Batista Libânio, Luiz Eduardo Wanderley, Luiz Alberto Gómez de Souza.⁵⁹⁵ A meu ver, o intuito era convencer um segmento dos leitores, aquele formado pela esquerda não católica, dessa transformação política da instituição e seu afastamento do regime militar. Afinal, no início da década de 1960, sob a bandeira do anticomunismo, a alta hierarquia da Igreja havia se oposto às tendências socialistas da juventude católica e mobilizado os seus fiéis em apoio ao golpe de Estado e à instauração da ditadura militar, em 1964.

Ralph della Cava foi o autor escolhido para abrir a discussão na revista. À época, ele era uma das referências mais importantes nos estudos acerca da Igreja Católica na América Latina. Seu texto colocou questões que seriam, doravante, abordadas pelos outros autores. Quais sejam: como teria sido possível à Igreja Católica, uma instituição politicamente dividida e ideologicamente conservadora, ter se unido em uma cruzada pelos direitos humanos e contra a ditadura militar? Até quando seria possível manter esse papel histórico de guia interino de uma sociedade civil sob provocação política? Quais eram as reais

⁵⁹⁵ CAVA, Ralph della. Política a Curto Prazo e Religião a Longo Prazo: Uma visão da Igreja Católica no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978; LIBÂNIO, João Batista. Conflito Igreja-Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 4, out. 1978; WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 24, jul. 1980; SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Puebla e as práticas populares na América Latina. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, mar. 1979.

possibilidades de o catolicismo prover uma nova ordem social no Brasil baseada em princípios igualitários?⁵⁹⁶

O ponto de partida do autor foi mostrar que a Igreja Católica brasileira não era uma instituição homogênea e que, ao longo de sua história, havia sido perpassada por conflitos e divisões que refletiam as diferentes classes sociais e regiões econômicas do país. Nem mesmo a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, teria conseguido dar uma unidade interna e harmonia ideológica a essa instituição. Não obstante essa heterogeneidade, Cava destacava que uma posição político-ideológica conservadora havia hegemonizado a Igreja.⁵⁹⁷ Como explicar, então, a virada progressista da Igreja a partir da década de 1970?

Para Cava, assim como para os demais autores publicados na revista, fatores internos e externos à Igreja responderiam à questão. No que tange aos processos internos, desde os anos de 1960, teria havido um forte movimento de renovação da Igreja Católica propiciado pelo Concílio Vaticano II (1961-1965).⁵⁹⁸ A ele, como destacou Frei Betto, se somaram as formulações que ensejaram a chamada Teologia da Libertação e as conclusões da II Conferência Geral do Episcopado, realizada em Medellín (Colômbia), em 1968, e da III Conferência Geral do Episcopado, realizada em Puebla (México), em 1979, que fizeram uma opção clara pelos pobres e aprovaram uma série de diretrizes e resoluções em prol de uma atuação mais efetiva no combate às injustiças sociais.⁵⁹⁹ A Conferência de Puebla foi especialmente destacada no texto de Gómez de Souza.⁶⁰⁰

Porém, para Cava, os processos políticos em andamento no Brasil teriam sido mais decisivos para dar unidade interna à CNBB e a sua transformação em porta-voz das oposições à ditadura militar a partir de 1973.⁶⁰¹ Após a decretação do AI-5, em 1968, as medidas repressivas tomadas pela ditadura militar atingiram fortemente as bases laicas e clericais da Igreja. Reagindo a essa intervenção do Estado, as principais “facções” da CNBB, que o autor dividiu em progressistas, moderados e conservadores, teriam se unido na defesa da integridade física da instituição. A oposição pioneira dos bispos progressistas, representados por Dom Helder Câmara, teria deixado, então, de ser voz isolada na instituição. A união entre

⁵⁹⁶ CAVA, 1978.

⁵⁹⁷ CAVA, 1978, p. 243-244.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, 1978, p. 244.

⁵⁹⁹ BETTO, Frei. Da prática da pastoral popular. **Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, n. 2, ago. 1978, p. 107.

⁶⁰⁰ SOUZA, 1979.

⁶⁰¹ CAVA, 1978, p. 244-247.

a ala conservadora, liderada por Dom Vicente Scherer, e a ala dos moderados, que presidia a CNBB e, até então, procurava uma base comum com o regime militar, teria possibilitado a constituição de uma hegemonia centrista dentro da CNBB, isolando os bispos de ultradireita.⁶⁰²

O ano de 1973 teria sido o momento decisivo da unidade da CNBB. No XXV Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, sob a égide de um movimento ecumênico pelos direitos humanos, a Igreja Católica fez circular no país um documento que demonstrava as origens bíblicas de cada um dos 30 artigos da Declaração. Esse teria sido o marco da união entre os preceitos do cristianismo e a luta pela democracia, bem como da superação, momentânea, das profundas divisões internas da Igreja.⁶⁰³

No entanto, Cava destacava que a atribuição ao catolicismo como porta-bandeira do crescente movimento civil de oposição à ditadura só teria sido possível devido ao desmantelamento das associações civis da nação. Isso fez com que a Igreja Católica restasse como a única instituição legal e juridicamente consolidada em condições de escapar ao controle direto do poder do Estado.⁶⁰⁴ Ao mesmo tempo, os membros da Igreja mostravam que a defesa dos direitos humanos ultrapassava a proteção dos quadros do próprio catolicismo. No início da década de 1970, a Comissão de Justiça e Paz, montada pela Igreja de São Paulo, passou a apelar ao regime em favor de todos os presos, torturados e desaparecidos, qualquer que fosse sua religião ou filiação política.⁶⁰⁵

No entanto, segundo Cava, para se tornar porta-voz das oposições, a Igreja precisou vencer as desconfianças tanto de liberais quanto de marxistas. Desde os anos de 1950, os liberais teriam atritos com a Igreja devido à questão da educação laica. Já os marxistas, segundo o autor, não poderiam desculpar facilmente a hierarquia conservadora da Igreja que havia legitimado o golpe e a repressão desencadeada sobre a esquerda.⁶⁰⁶

Dois eventos teriam forjado essa aliança entre os grupos seculares de oposição civil e a Igreja. A intervenção do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, ao organizar as missas ecumênicas em memória do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Filho, em 1976, assassinados pela ditadura militar. A partir daí, a Igreja teria selado a aliança com marxistas e liberais em um apelo a uma frente unida e continuada de

⁶⁰² CAVA, 1978, p. 244-247.

⁶⁰³ *Ibid.*, p. 246.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, p. 246-247.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 247.

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 247.

oposição às arbitrariedades do regime. Sob inspiração de Arns, a Igreja endossaria a maior plataforma de oposição: fim da tortura e da censura, anulação do AI-5, completa restauração dos direitos legais, anistia ampla e irrestrita.⁶⁰⁷

Em julho de 1978, a liderança da Igreja-instituição na luta pela liberdade e pela justiça não tinha precedentes. Essa constatação abriu para outra questão: quais seriam as chances de essa virada progressista e de esse papel de porta-bandeira assumido pela Igreja perdurar? A resposta de Cava e todos os demais autores publicados na revista: esse fato era transitório, acabaria quando a sociedade civil retomasse o Estado de Direito e pudesse se reconstituir em sua plenitude.⁶⁰⁸

A linha explicativa geral fornecida por Cava foi compartilhada, ainda que não por referências diretas, pelos outros autores católicos publicados em *Encontros*, bem como pelos marxistas Leandro Konder e Ricardo Abramovay.⁶⁰⁹ A diferença entre eles esteve sobretudo nos ângulos de análise e nas ênfases dadas a determinados fatos históricos em detrimento de outros. A única crítica direta à análise de Cava foi de Luiz Alberto Gómez de Souza que, ao analisar os resultados de Puebla, discordou da divisão do bispado em correntes político-ideológicas proposta pelo brasilianista.⁶¹⁰

Para o objetivo desta tese, o que importa destacar é o esforço dos editores em publicar textos que confirmassem a mudança de papel político e social da Igreja Católica em fins da década de 1970. Um dos motivos, defendo, era legitimar, perante o conjunto das esquerdas, uma aliança com a Igreja Católica em uma frente ampla democrática, focada no jogo político institucional, para derrotar a ditadura.

Procedendo assim, os editores reforçavam a linha do PCB. O partido, desde que boa parte da alta hierarquia católica assumiu o seu distanciamento crítico em relação ao regime, formou uma comissão de entendimento político para aprofundar o diálogo entre católicos e comunistas. O consenso entre ambos se daria por meio da defesa dos direitos humanos e da democracia.⁶¹¹ Entre 1970 e 1980, os jornais pecebistas *Voz Operária* e, depois, *Voz da Unidade* dedicaram um espaço considerável ao movimento de aproximação entre comunistas

⁶⁰⁷ CAVA, 1978, p. 247-248.

⁶⁰⁸ *Ibid.*, p. 248.

⁶⁰⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Marxismo e cristianismo. Aqui e agora. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 28, 1981; KONDER, Leandro. Marxismo e Cristianismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 6, dez. 1978.

⁶¹⁰ SOUZA, 1979.

⁶¹¹ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios-USP, 2017, p. 278.

e católicos na tentativa de reforçar as alianças contra o regime. Um exemplo foi o artigo *Democracia sai ganhando com a visita do papa*, de Leandro Konder, publicado em *Voz da Unidade*, por ocasião da visita do papa João Paulo II ao Brasil, em julho de 1980.⁶¹² Nesse mesmo movimento, Ênio Silveira foi um dos nomes escolhidos pelo papa para integrar a lista dos convidados a se reunir com ele quando de sua visita ao Brasil.⁶¹³ Naquele momento, a meu ver, o editor simbolizava não apenas a resistência democrática no mundo da cultura, mas a sua militância comunista também contava nessa escolha por parte da Igreja e pelo aceite do editor.

Para além da aliança com a Igreja-instituição em uma frente ampla para derrotar a ditadura, os pecebistas, incluindo os editores, reconheceram a força da Igreja Católica no trabalho de mobilização popular via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O texto de Cava antecipou essa discussão na revista. O autor viu no poder das CEBs em despertar os trabalhadores enquanto classe a possibilidade de a Igreja manter a intervenção na sociedade e no país. Por isso, terminou o seu texto com o prognóstico de que o catolicismo brasileiro se transformaria na maior associação da classe trabalhadora da nação. Defendeu, ainda, a união de marxistas e cristãos em um Partido dos Trabalhadores.⁶¹⁴ O teólogo João Batista Libânio, no texto *Conflito Igreja-Estado*, publicado em outubro de 1978, argumentou que a Igreja, enquanto oposição, expressava um duplo conflito: da burguesia liberal contra o autoritarismo e o das classes populares contra as péssimas condições de vida provocadas pela política econômica do regime. Para ele, o conflito com a burguesia desapareceria assim que a ditadura tivesse fim. Restaria o conflito com as classes populares, via CEBs, que inauguraria uma nova etapa do conflito Estado x Igreja.⁶¹⁵

Surgidas na periferia de São Paulo, na segunda metade dos anos de 1960, as CEBs multiplicaram-se, na década seguinte, em todo o território nacional. Eram constituídas por grupos de homens e mulheres das classes populares organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativas de padres, bispos e leigos. A precariedade da vida cotidiana deu motivo ao seu surgimento.⁶¹⁶ Sua proposta era promover uma evangelização

⁶¹² KONDER, Leandro. Democracia sai ganhando com a visita do papa. **Voz da unidade**, 10-16 jun. 1980, p. 3. Disponível em file:///C:/Users/AdmIn/Downloads/voz_da_unidade_ano_i_n_15_jul_1980_-_n_22_set_1980.pdf. Acesso em 24 fev. 2025. (Fundação Astrogildo Pereira)

⁶¹³ PAPA no Brasil. Papa diz a Intelectuais que sem liberdade não há cultura. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 1º Caderno, 2 jul. 1980, p.2.

⁶¹⁴ CAVA, 1978.

⁶¹⁵ LIBÂNIO, 1978.

⁶¹⁶ BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 7.

politicamente libertadora da exploração de classe. A partir de 1966, as CEBs, assim como outras pastorais populares, também se constituíram em rede de apoio para a rearticulação do movimento operário em São Paulo. Nelas, iniciou-se o trabalho das Oposições Sindicais, visto anteriormente.⁶¹⁷ Frei Betto estimou que, em fins da década de 1970, existiriam cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas.⁶¹⁸ Ainda que as cifras possam estar superestimadas, oferecem uma dimensão do contingente de trabalhadores mobilizados em torno das CEBs, justificando o interesse do conjunto das esquerdas brasileiras, incluindo o PCB, sobre elas.

No texto *O intelectual orgânico a serviço do sistema ou das classes populares?*, publicado no número três de *Encontros*, em setembro de 1978, o sociólogo católico Luiz Alberto Gómez de Souza, sustentando o conceito gramsciano de intelectual orgânico, desafiava as esquerdas: “a fonte de um trabalho intelectual que pretende estar a serviço das classes populares emergentes deve ser a experiência que está surgindo com as CEBs e que terá de ser assumida criticamente. Quem não conseguir realizá-la perde a direção”.⁶¹⁹

Atentos às novas questões colocadas pelas e para as esquerdas, Ênio Silveira e Moacyr Félix abriram a discussão, na revista, para que um segmento dos intelectuais da esquerda católica, aqueles formuladores tanto da Teologia da Libertação no Brasil quanto de uma nova pedagogia popular, expusessem suas concepções acerca do papel das CEBs em um projeto de revolução social. Essa discussão se fez, principalmente, por duas vias: em torno de um novo método de educação popular e da relação das CEBs com partidos políticos na transição democrática.

5.1.3 A CEBs e a nova pedagogia de libertação popular

O tema de uma educação popular foi tratado, na revista, principalmente por meio dos textos *Da prática Pastoral Popular*, publicado em agosto de 1978, e *A educação nas classes populares*, publicado em julho de 1979, ambos de Frei Betto.

Naquela altura, o dominicano tinha os pés fincados na pastoral popular, nos movimentos sociais de periferia e no movimento sindical do ABC paulista, sendo um dos

⁶¹⁷ BETTO, Frei. Prática Pastoral e prática política. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 21, p. 144, mar. 1980.

⁶¹⁸ *Op. cit.*, 1981, p. 7.

⁶¹⁹ SOUZA, Luiz Alberto Gómez. O Intelectual orgânico a serviço do sistema ou das classes populares? *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, nº 3, p. 38, set. 1978.

intelectuais mais engajados na formulação de uma nova pedagogia libertadora.⁶²⁰ Em São Paulo, atuava no Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), entidade vinculada a segmentos da Igreja Católica progressista e voltada para projetos de educação junto aos movimentos populares. Conforme Américo Freire e Evanize Sydow, o Cepis surgiu na confluência de três vertentes, todas interessadas em promover um trabalho de base: a cristã, vinculada à Teologia da Libertação; a pedagógica, influenciada pelas ideias de Paulo Freire; e a marxista, que, após a derrota da luta armada, apostava na necessidade de desenvolver um trabalho político de assessoria junto aos movimentos populares.⁶²¹ Segundo os autores, essas diferentes vertentes chegaram a uma zona de convergência: “a crítica às posturas vanguardistas que não reconheciam a importância da relação dialógica entre prática e teoria; a aposta em uma educação libertadora voltada ao empoderamento do povo trabalhador; e a crença na transformação social e no projeto socialista”.⁶²²

Importante destacar que, em meados da década de 1970, os teólogos Frei Betto, Leonardo Boff, Clodovis Boff, João Batista Libânio e os sociólogos católicos Luiz Alberto Gómez de Souza e Luiz Eduardo Wanderley, autores que discutiram a temática da Igreja em *Encontros*, participavam de um grupo de reflexão e ação que reunia teólogos e agentes pastorais com vistas a promover uma aproximação entre marxismo e cristianismo. Posteriormente chamado de Emaús, o grupo fora criado sob inspiração de Frei Betto, para quem o marxismo era o instrumental de análise que melhor servia para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista.⁶²³

As reflexões feitas no Cepis e no grupo de estudos “cristão-marxista” são encontradas nos textos de Frei Betto publicados em *Encontros*. Neles, o autor defendeu que o marxismo deveria ser a teoria utilizada para desvendar as contradições internas do capitalismo⁶²⁴ e definiu o que considerava ser “educação popular”:

toda atividade situada “na linha de conscientização – entendida como contribuição à emergência de uma consciência explícita de classe – e na linha da libertação, entendida como busca de um projeto social alternativo

⁶²⁰ FREIRE; SYDOW, 2016, *passim*.

⁶²¹ *Ibid.*, p. 185.

⁶²² *Ibid.*, p. 185.

⁶²³ FREIRE; SYDOW, 2016, p.162-163.

⁶²⁴ BETTO, Frei. Prática pastoral e prática política. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 21, mar. 1980, p. 154.

que englobe tanto o regime de governo quanto o sistema capitalista de produção.⁶²⁵

O substrato teórico marxista era evidenciado nessa definição. Ela era complementada pela ideia de que a educação popular deveria trabalhar em torno dos interesses objetivos da classe operária e não das classes populares em geral ou da ideia genérica de povo que, supostamente, ocultaria a realidade de classes. Essa posição foi defendida tanto por Frei Betto⁶²⁶ quanto pelos demais autores católicos publicados em *Encontros*, especialmente Luiz Alberto Gómez de Souza e Francisco Rolim.⁶²⁷ Para esses autores, caberia à classe operária, ainda que minoritária dentro das CEBs, dar a direção moral e intelectual do processo de libertação social, pois era ela que carregava para essas comunidades a contradição fundamental do capitalismo.⁶²⁸ Além disso, todos eles afirmavam que o processo de libertação só se realizaria, efetivamente, com o socialismo. Vale destacar que, diferente de Souza e de Rolim, que sustentaram, em seus textos, um marxismo gramsciano, Frei Betto, embora tenha declarado que havia vários marxismos, não especificou qual seguia.⁶²⁹

Os textos de Frei Betto foram direcionados especialmente aos agentes pastorais, grupos políticos e intelectuais que atuavam com educação popular. Seu objetivo principal foi fazer a crítica aos métodos tradicionais da esquerda, apontando o que considerava ser os seus erros e a maneira de superá-los para a construção de uma “pedagogia correta na evangelização libertadora”.

O alvo foi o modelo cultural em que o “educador liberta os educandos”. Segundo o autor, o problema desse modelo não estava nos seus fins, o socialismo, mas nos seus meios, marcados pelo elitismo, dirigismo e vanguardismo.⁶³⁰ Os educadores dessa linha estariam convencidos de que a “ciência que liberta o povo se elabora fora do povo para, em seguida, ser injetada no povo.”⁶³¹ Acreditariam mais nas próprias ideias do que na prática testada e avaliada pela comunidade. Estariam condicionados pelos interesses da tendência política à qual se filiavam que, por sua vez, se consideraria “a representante” dos trabalhadores. Por

⁶²⁵ BETTO, Frei. A educação nas classes populares. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 13, jul. 1979.

⁶²⁶ BETTO, Frei. Da prática da pastoral popular. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 2, ago. 1978, p. 107.

⁶²⁷ SOUZA, 1978; ROLIM, Francisco. Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 22, abr. 1980.

⁶²⁸ BETTO, 1978; SOUZA, 1978; ROLIM, 1980.

⁶²⁹ BETTO, 1980, p. 154.

⁶³⁰ BETTO, 1979.

⁶³¹ BETTO, 1978, p. 111-112.

isso, segundo Betto, todas as análises feitas pelo educador partiriam do pressuposto de que já existe uma direção política do processo social capaz de expressar corretamente dos interesses das bases.⁶³²

Segundo Frei Betto, havia nesse modelo, que ele deixa implícito ser aquele adotado pelos grupos e partidos marxista-leninistas, um equívoco de origem: supor que fora da base popular, sem nenhum vínculo com o trabalhador, é possível criar instrumentos capazes de propiciar a educação popular. Para Frei Betto, o povo seria o elemento passivo a sofrer, mais uma vez, uma ação opressora, manipuladora, direcionista, por mais que fosse carregada de intenções libertadoras em seus propósitos e objetivos.⁶³³

Para superar esses problemas, o dominicano propôs uma nova pedagogia cujo pressuposto deveria ser o de que “ninguém educa ninguém”.⁶³⁴ Seria na relação dialogal educador-educandos, a partir do universo mental dos educandos e do método “ver, julgar e agir” praticado pela Ação Católica, que o educador ajudaria a criar as condições de percepção das mediações socioanalíticas necessárias para que os educandos convertessem sua intuição de classe em consciência de classe.⁶³⁵

Para efetivar essa educação *com* as classes populares, Frei Betto dizia ser necessária uma mudança do lugar social do educador. Isso porque haveria uma defasagem entre o universo mental do educador, em geral oriundo das classes médias, e aquele das classes populares que precisava ser superada ou minimizada. Isso não se obteria por mera intenção, mas por uma efetiva revolução cultural por meio da qual o educador deixa-se reeducar pelos educandos: antes de falar, ouve; antes de ensinar, aprende; antes de explicar, pergunta; antes de formular, pratica; antes de querer conduzir, deixa-se conduzir.”⁶³⁶

Essa mudança de ética também deveria se dar no nível da fé, com o educador adotando uma radicalidade evangélica capaz de assumir uma preferência de Deus pelos pobres. Vale destacar que, no texto *Da prática da pastoral Popular*, publicado em agosto de 1978, Frei Betto dedicou-se a combater especialmente o educador que usaria o discurso religioso como mero cabide para as suas propostas políticas.⁶³⁷

A proposta de Frei Betto implicava uma nova relação entre teoria e prática: “não se busca teorias elaboradas por intelectuais no sistema que não possuem nenhuma prática

⁶³² BETTO, 1978, p. 111-112.

⁶³³ BETTO, 1978 e 1979, *passim*.

⁶³⁴ BETTO, 1979, p. 163.

⁶³⁵ *Ibid.*

⁶³⁶ BETTO, 1979, p. 169.

⁶³⁷ *Ibid.*

popular. A teoria deve ter, como ponto de partida, a própria prática pastoral. Ela não é privilégio do agente, não é fabricada fora do povo”.⁶³⁸ Não obstante, Frei Betto reconhecia que a base não chega, sozinha, a formular, de forma sistemática, sua teoria: “é um esforço dialético articulado com as referências teóricas trazidas pela presença do educador junto aos educandos e não do educador para os educandos ou dos educandos para si mesmos”.⁶³⁹

Ao propor essa mudança epistêmica e de ética cultural, o dominicano alertava que era necessário cuidado para não cair nos desvios do “populismo eclesial”, marcado por um anti-intelectualismo exacerbado e por um estilo obreirista. Essa era a atitude do agente pastoral que sacralizava o povo como se ele tivesse uma consciência pura, isenta de qualquer influência da ideologia dominante. Ao mesmo tempo, o estilo obreirista ou pauperizante dessa tendência esconderia a verdadeira causa da pobreza que seria a contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade.⁶⁴⁰

A nova pedagogia de libertação popular defendida por Frei Betto passava, principalmente, por uma nova ética de militância cultural baseada em um novo papel para o intelectual. De arauto, ele passaria a mediador do processo em que a classe trabalhadora seria sujeito e protagonista da sua própria libertação.

Os textos de Frei Betto e dos intelectuais católicos publicados em *Encontros* colocavam em xeque a forma como a maioria das esquerdas se relacionava com a classe trabalhadora. O alvo era o modelo cultural de “ida ao povo” para ensiná-lo e politizá-lo. Nesse modelo, segundo a esquerda católica, o povo era, antes de tudo, objeto e destinatário dos discursos e das ações dos intelectuais, partidos e grupos de esquerda, e não o agente que participa dessas construções. Como visto no capítulo 1, esse teria sido o modelo dos projetos políticos das esquerdas nacionalistas, trabalhistas e pecebistas, que conformaram a linha editorial da *Civilização Brasileira*, nas décadas de 1950 e 1960. Como exemplo, a própria edição de *Cadernos do Povo Brasileiro*.

Na contramão disso, a esquerda católica exaltava um novo tipo de intelectual, identificado com os movimentos de base que se supunha estar ao lado dos trabalhadores. O principal embasamento histórico desse novo intelectual era a emergência das classes trabalhadoras na cena política exemplificada pelo novo sindicalismo e pelas CEBs.

⁶³⁸ BETTO, 1978, p. 108.

⁶³⁹ BETTO, 1979, p. 170.

⁶⁴⁰ BETTO, 1978, p. 110-111.

As CEBs foram consideradas, pelos intelectuais católicos publicados em *Encontros*, como um veículo de excelência de uma nova pedagogia popular libertadora. No entanto, falando para os seus pares, os autores destacaram que o processo de libertação popular não se esgotava nelas. Tanto Frei Betto quanto os irmãos Boff foram veementes em destacar que elas não poderiam substituir os partidos políticos ou sindicatos, levando o debate para outro patamar na revista.

5.1.4 As CEBs, a democracia formal e a política partidária

“Quando se implantar a distinção política e se abrir a possibilidade de criação de novos partidos, em que balança pesarão as CEBs e suas lideranças?”⁶⁴¹ A questão lançada pelos irmãos Boff estava no calor da hora dos debates internos da Igreja e também dos diversos setores da esquerda que disputavam a força política e eleitoral dessas comunidades. O tema foi anunciado, na revista, por Ralph della Cava. Mas foi por meio dos textos *Comunidades Cristãs e política partidária*, de Clodovis Boff e Leonardo Boff, publicado em setembro de 1978, e *Prática Pastoral e prática partidária*, de Frei Betto, publicado em março de 1980, que os editores levaram, com mais ênfase, os embates internos da esquerda católica para revista.

Um dos públicos-alvo desses textos foi o dos líderes populares e dos agentes pastorais que rejeitavam a participação na política institucional e apostavam em uma democracia igualitária construída nas organizações de base como as CEBs. Combatendo essa recusa à política formal, o objetivo dos irmãos Boff e de Frei Betto foi afirmar a necessidade de organização política das classes trabalhadoras por meio de partidos políticos. O argumento central foi o de que as CEBs tinham ação política limitada na mudança social, pois não estariam ligadas pragmaticamente ao poder.⁶⁴² A partir daí, os três autores buscaram convencer seus pares da importância da “democracia formal e seus institutos: o voto e os partidos políticos”.

No cerne dessa discussão estava a noção de democracia com a qual os autores e seus pares operavam. A democracia parlamentar e representativa, considerada formal e burguesa, era diferenciada da democracia participativa, essa sim popular e socialista. No entanto, com

⁶⁴¹ BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. Comunidades Cristãs e política partidária. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 3, set. 1978, p. 12.

⁶⁴² BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis, 1978; BETTO, 1980.

uma visão etapista e taticista da democracia, os irmãos Boff defenderam que “a primeira deveria vir antes, por ser condição para a segunda.”⁶⁴³

Para rebater as acusações de segmentos da esquerda, inclusive católica, de que essa estratégia era reformista e não socialista, os irmãos Boff se posicionavam: não serão reformas que levarão ao socialismo, como quer a social-democracia, mas também não será a reforma x revolução, pois as reformas podem ter conteúdo revolucionário.⁶⁴⁴ Para os autores, era necessário evitar extremismos, fosse aquele da visão pequeno-burguesa que se contenta com as liberdades do liberalismo clássico, fosse aquele da visão idealista que quer os fins sem os meios, típico do esquerdismo dos intelectuais apressados e golpistas.⁶⁴⁵ Reforçando essa linha, Frei Betto ponderou que, embora “numa sociedade dividida em classes não exista democracia (...) no nosso país, hoje, só à burguesia interessa impedir a representatividade dos setores identificados com a causa da libertação dos oprimidos”.⁶⁴⁶

Para reforçar a necessidade de atuação na política institucional, o objetivo principal dos textos dos irmãos Boff e de Frei Betto foi o de “orientar” os líderes e agentes pastorais nas escolhas partidárias no período de abertura e transição política. A diferença das conjunturas políticas por ocasião da publicação dos seus textos levou a diferentes posições acerca do tema.

O texto dos irmãos Boff foi publicado em setembro de 1978, próximo às eleições para o Congresso Nacional, que seriam realizadas em novembro, e um ano antes da reforma partidária que estabeleceu o pluripartidarismo. Reter esses marcos é importante, pois os autores também se direcionaram aos líderes comunitários e agentes pastorais que se movimentavam pela criação de um partido dos trabalhadores de novo tipo. A intenção declarada dos autores foi preparar esses agentes para o novo contexto da abertura, combatendo o que consideraram “ingenuísmo” dos primeiros e “voluntarismo” dos segundos.⁶⁴⁷

Segundo Leonardo Boff e Clodovis Boff, naquele momento, os cristãos envolvidos nas CEBs deveriam aproveitar as brechas que permitiriam maior mobilização política.⁶⁴⁸ Entre elas, a participação no MDB: “entre Arena e MDB, não há escolha possível. Entra-se no partido de oposição, não por seu programa, que é de oposição vazia, nem por seu caráter

⁶⁴³ BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo, 1978, p. 23.

⁶⁴⁴ *Ibid.*, p. 23.

⁶⁴⁵ *Ibid.*, p. 23- 24.

⁶⁴⁶ BETTO, 1980, p. 157.

⁶⁴⁷ BOFF, 1978, p. 12.

⁶⁴⁸ *Ibid.*, p. 14.

(burguês), mas por aquilo que ele representa: oposição ao regime”.⁶⁴⁹ A adesão ao MDB deveria ser reservada e crítica. O apoio não deveria ser ao partido, mas “aos candidatos que nele encontram um campo de luta pelo povão”.⁶⁵⁰ O partido só deveria ser utilizado “para ampliar o espaço de representação popular em nível de aparelho do poder.”⁶⁵¹

Para legitimar essa proposta perante as lideranças populares e agentes pastorais, os autores promoveram uma leitura da abertura política como fruto não de concessões do regime militar, mas de “pressões que vêm de baixo para cima”. As aberturas *conquistadas* propiciariam a liberdade de discussão, reintroduziriam a democracia formal e as eleições, permitindo a mobilização popular e a criação de condutos adequados às reivindicações das classes subalternas e dominadas.⁶⁵²

Os irmãos Boff dividiram a luta em momentos táticos e estratégicos: “Em termos táticos, a luta se faz contra o regime militar. Em termos estratégicos, ela se faz também contra o partido de oposição, mas isso viria só com o tempo.”⁶⁵³ Tal perspectiva supunha que, em um momento futuro, se teria de sair do MDB para fundar um partido dos trabalhadores: “o objetivo, a longo termo, é o socialismo; a curto termo, é conquistar cadeiras no MDB. A médio termo, é a reformulação partidária e a ideia de um partido realmente popular.”⁶⁵⁴

Os teólogos franciscanos diagnosticavam que, naquele momento, não havia condições “nem objetivas nem subjetivas” para a criação desse partido, pois a consciência da maioria da população trabalhadora ainda seria reduzida. Prognosticavam que esse partido ainda seria marcado por um conteúdo populista inevitável. Poderia ser, inclusive, um PTB, que aglutinaria a pequena burguesia e os trabalhadores.⁶⁵⁵ Vale destacar que todos os autores católicos publicados por *Encontros* recusaram o modelo do Partido Social Democrata Cristão, considerado por eles um partido burguês, mantenedor do *status quo* capitalista.⁶⁵⁶

Em março de 1980, com a nova conjuntura política marcada pelo pluripartidarismo e pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Ênio Silveira e Moacyr Félix retomaram, na revista, o tema da relação entre as CEBs e os partidos políticos com a publicação do texto *Prática Pastoral e prática política*, de Frei Betto.

⁶⁴⁹ BOFF, 1978, p. 23.

⁶⁵⁰ *Ibid.*, p. 23.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 23.

⁶⁵² *Ibid.*, p. 14.

⁶⁵³ *Ibid.*, p. 23.

⁶⁵⁴ *Ibid.*, p. 24.

⁶⁵⁵ *Ibid.*, p. 24.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 16.

O ponto de partida do dominicano foi mostrar aos agentes pastorais que, no novo contexto de liberalização política, a sociedade civil havia assumido uma nova configuração na qual o papel da Igreja, tanto na oposição à ditadura militar quanto na organização popular, não era mais hegemônico:

com a abertura, o movimento popular e operário se emancipa, prescindindo de seus vínculos com a pastoral; os grupos políticos emergem da clandestinidade, exilados retornam, novos canais de expressão são criados, a reformulação partidária reflete a necessidade de encontrar um novo palco para os embates das várias correntes e tendências que se formaram ao longo dos anos no seio da resistência e da oposição à ditadura.⁶⁵⁷

Segundo Frei Betto, a aspiração partidária do novo movimento operário e a emergência de novos grupos políticos teria feito emergir uma racionalidade política adequada à nova conjuntura que, ao mesmo tempo, revelava a precariedade política do discurso da pastoral. Esse discurso seria forjado em uma linguagem genérica, simbólica e utópica, baseada em princípios éticos inadequados para exprimir as contradições daquele momento. Por isso, na nova conjuntura, o partido seria um imperativo de organização e mobilização da sociedade civil em função da mudança de poder na sociedade política.⁶⁵⁸

A partir daí, Frei Betto avançou, em linha convergente com aquela feita pelos irmãos Boff, algumas proposições sobre como deveria ser o partido ao qual se vinculariam as organizações populares. Em primeiro lugar, esse partido deveria fazer a opção pelas classes trabalhadoras, tendo no proletariado rural e urbano seu bloco hegemônico. Destacava que “não basta presença física; tem que vir de setores representativos do movimento operário e que atuam nos movimentos populares.”⁶⁵⁹

Frei Betto, assim como os irmãos Boff, recusava o “pretenso ecumenismo de classe”. Isso só serviria ou para reativar o populismo, fazendo do povo mera clientela eleitoral, ou para fazer-se obra inspirada em um pequeno grupo privilegiadamente dotado de clarividência política.⁶⁶⁰

A relação do partido com as organizações de base foi outro tema central no seu texto, pois muitos agentes pastorais temiam que o partido político representasse um fator de concorrência ou esvaziamento do trabalho feito nas bases populares. Para Frei Betto, o partido

⁶⁵⁷ BETTO, 1980, p. 145.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p. 146.

⁶⁵⁹ *Ibid.*, p. 155

⁶⁶⁰ BETTO, 1980, p. 155-156.

ideal deveria ter respeito e incentivo à autonomia das organizações de base, como as comissões de fábricas, as Oposições Sindicais, as equipes de pastorais da terra. Essas organizações “não devem se fundir no partido nem com ele concorrer.”⁶⁶¹ Por sua vez, as organizações de base seriam necessárias para evitar o elitismo e o vanguardismo. Além disso, a educação popular, considerada antídoto contra esses males da esquerda tradicional, deveria ser um processo permanente mesmo dentro da estrutura partidária.⁶⁶²

Como assinalaram Américo Freire e Evanize Sydow, ao registrar o “partido ideal”, Frei Betto procurou, de um lado, se distanciar da esquerda histórica a qual via como cupulista e antidemocrática. Nela, podemos incluir o PCB que, naquele momento, lutava pela legalização do partido. De outro lado, o dominicano refutou os trabalhistas os quais acusava de populistas. Esse grupo também pretendia sua recondução à vida política e tinha em Brizola uma de suas principais expressões.⁶⁶³

Ao mesmo tempo, embora não tenha mencionado o nome do Partido dos Trabalhadores (PT), era dele que Frei Betto tratava ao registrar como deveria ser o partido com o qual as CEBs e demais pastorais populares deveriam se relacionar. Essa foi a aposta partidária de Frei Betto, embora jamais tenha se filiado ao PT.⁶⁶⁴

Tanto os textos dos irmãos Boff quanto os de Frei Betto, embora separados por diferentes conjunturas políticas, deixaram claro que a aposta partidária da esquerda católica não seria pelos trabalhistas nem pelos pecebistas, frustrando a tentativa deles de conquistar a força política das CEBs.

5.1.5 Marxismo e cristianismo: a voz dos comunistas

O papel de oposição à ditadura militar e de organização da classe trabalhadora feita pela Igreja no contexto da abertura e transição política fez com que os editores Ênio Silveira e Moacyr Félix atualizassem o debate acerca das relações entre marxismo e cristianismo presente na editora Civilização Brasileira desde a década de 1960. O tema foi tratado em textos de Leandro Konder, publicado em dezembro de 1978, e de Ricardo Abramovay, publicado em 1981.

⁶⁶¹ BETTO, 1980, p. 150.

⁶⁶² *Ibid.*, p. 155-157.

⁶⁶³ FREIRE; SYDOW, 2016, p. 205.

⁶⁶⁴ *Ibid.*, p. 205.

O ponto de partida de ambos os autores foi mostrar que os “marxistas não dogmáticos”, como se autorrepresentaram, reconheciam o processo de conversão política da Igreja em “uma luta de massas não só pela democracia, mas também pelo socialismo”.⁶⁶⁵ Por isso, declararam-se empenhados, por meio de um diálogo crítico com os católicos, em superar as distâncias e construir alianças, não apenas no “nível tático”, para derrotar a ditadura, mas também no “estratégico”, com vistas à construção do socialismo.⁶⁶⁶ A grande questão mobilizadora desse diálogo proposto pelos autores foi: “o cristianismo chegará a suplantir o marxismo como guia de ação da emancipação das massas populares e da revolução socialista?”.⁶⁶⁷

O texto de Konder abriu a discussão. Nele, o trabalho de organização popular feito pela Igreja foi saudado, pois: “quanto mais ampla for a gama das forças políticas mobilizadas no processo de transformação revolucionária da sociedade, tanto mais forte será o consenso popular em que a revolução se apoiará.”⁶⁶⁸

Konder propôs, então, uma exposição franca das divergências teóricas entre marxistas e católicos, pois só assim seria possível a concretização de uma ação política unitária, objetivo almejado pelos pecebistas. Do lado marxista, segundo o autor, a chave do diálogo estava em não ocultar o caráter materialista e ateu do marxismo.⁶⁶⁹

Segundo Konder, Marx enxergaria uma certa duplicidade na consciência religiosa. Para ele, a religião era tanto uma expressão passiva da alienação, como uma expressão de protesto contra a miséria deste mundo. Apesar disso, advertia que a concepção que os marxistas tinham da essência da religião como consciência alienada levava-os a não esperar da ideologia religiosa que ela desempenhasse uma função revolucionária consequente: “a alienação não se manifesta somente na passividade ou na ausência de reação. Ela se manifesta igualmente na impropriedade, na confusão, nos limites de determinada forma de reação.”⁶⁷⁰

Por isso, para Konder, as inúmeras iniciativas progressistas tomadas pelas comunidades e grupos cristãos haviam se mostrado politicamente trôpegas. Haviam se concretizado com certa lentidão, “porque, segundo os marxistas, são inspiradas por uma ideologia pouco apta para servir como eficaz guia para ação”.⁶⁷¹ Respondendo à pergunta se o

⁶⁶⁵ KONDER, 1978; ABRAMOVAY, 1981.

⁶⁶⁶ *Ibid.*.

⁶⁶⁷ KONDER, 1978, p. 64.

⁶⁶⁸ *Ibid.*, p. 60.

⁶⁶⁹ *Ibid.*, p. 61.

⁶⁷⁰ *Ibid.*, p. 64.

⁶⁷¹ KONDER, 1978, p. 64.

cristianismo suplantaria o marxismo como guia de ação da revolução socialista, Konder respondia, categoricamente, que não. Mas deixava a porta aberta para alianças com os cristãos, afirmando que a colaboração política com aqueles empenhados na luta socialista era mais importante do que a crítica marxista dos princípios teóricos.⁶⁷²

Na mesma linha de Konder seguiu o texto de Ricardo Abramovay. A partir dos textos de Frei Betto, publicados em *Encontros*, o autor fez a crítica da nova ética de militância cultural da esquerda católica que matizava o lugar do intelectual. Apontou que, nessa concepção, já se encontrava a parte fundamental que separava cristãos de esquerda e marxistas.⁶⁷³

Abramovay lançou mão da obra de Engels para mostrar que um dos pais do marxismo caracterizava o comunismo como resultado da unidade de dois movimentos contraditórios: “movimento de massas na luta pela defesa dos interesses imediatos e as ideias socialistas que são o fruto da paciente elaboração científica que não pode ser, de forma alguma, substituída pelo contato com as massas”.⁶⁷⁴ O autor destacou que aquilo que, para os marxistas, era um dado, para os cristãos de esquerda, era vivido como uma espécie de ação pecaminosa cuja única solução seria o abandono da condição de intelectual, ou seja, da sua tentativa de trazer de fora ideias para as organizações populares.

Ao mesmo tempo, Abramovay argumentou que a esquerda cristã não percebia que também não estava imune ao dirigismo que tanto condenava. Ela seria responsável “pela elaboração e pela difusão de ideias que “maculam” a consciência do povo”. Segundo o autor, tanto a Teologia da Libertação quanto as ideias políticas dela decorridas “não foram elaboradas pelo povo, mas nasceram em laboratórios de pesquisa (Universidade de Lovaina (Bélgica), ou os cursos de Carlos Mesters em Angra dos Reis) e cresceram a partir daquilo que é, no essencial, uma ramificação da estrutura orgânica da própria Igreja: as CEBs.”⁶⁷⁵ No entanto, segundo Abramovay, as concepções que teriam nascido dos intelectuais lhes apareceriam como sendo geradas pelo próprio povo.⁶⁷⁶

O autor denunciava que os intelectuais católicos queriam eliminar a questão básica da atuação política para os marxistas: a direção, a orientação e o projeto político pelo qual deveriam se guiar os envolvidos nos conflitos sociais. Concluía seu texto afirmando que o

⁶⁷² KONDER, 1978, p. 64.

⁶⁷³ ABRAMOVAY, 1981, p. 138.

⁶⁷⁴ *Ibid.*, p. 138.

⁶⁷⁵ *Ibid.*, p. 139.

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p. 139.

socialismo científico não surgia espontaneamente das lutas operárias: “o que é imediato, espontâneo, nas lutas dos assalariados não forma a base sobre a qual se pode erguer um projeto de sociedade.”⁶⁷⁷

Cientes da força política da Igreja na organização da classe trabalhadora no contexto de transição política, os textos de Konder e Abramovay mostravam o interesse de um segmento marxista, aquele vinculado ao PCB ou próximo às suas ideias, em construir alianças com a Igreja com vistas a manter a unidade da luta pela revolução brasileira. No entanto, também mostraram as tensões nessa tentativa, motivadas por divergências teóricas que, em última instância, seriam o elemento definidor de quem daria a direção ao processo revolucionário.

5.1.6 *Encontros* na batalha pela união das esquerdas

As transformações internas da Igreja Católica ocuparam o espaço público da *Encontros com a Civilização Brasileira*. Para os editores, era preciso discutir o impacto dessas mudanças nos rumos da transição política e da própria esquerda brasileira. Por isso, abriram as páginas da revista para que os intelectuais orgânicos da esquerda católica apresentassem as suas posições políticas. Essas posições foram defendidas perante as outras esquerdas leitoras da revista, mas, sobretudo, perante os seus próprios pares, a exemplo dos textos dos irmãos Boff ou de Frei Betto, direcionados aos agentes das pastorais populares. O fato mostrava o interesse dos editores em fazer *Encontros* ser reconhecida como um espaço de discussão também da esquerda católica.

Essa abertura, como tenho defendido ao longo desta tese, ia além do ecumenismo de Ênio Silveira e Moacyr Félix. A meu ver, a intenção era construir pontes para reabrir o diálogo entre a esquerda marxista, sobretudo pecebista, e a esquerda católica com vistas à construção de alianças tanto para derrotar a ditadura militar e redemocratizar o país quanto para a construção do socialismo.

Uma das primeiras estratégias dos editores foi publicar textos que apresentassem a “virada progressista” da Igreja Católica brasileira. Com ela, buscavam justificar, para as esquerdas marxistas, a incorporação da Igreja Católica a uma frente ampla democrática. Os

⁶⁷⁷ ABRAMOVAY, 1981, p. 143.

editores agiam em consonância com a linha política defendida pela maioria da direção do PCB que, naquela altura, não media esforços para a construção dessa aliança.

O texto de Leonardo Boff e Clodovis Boff sinalizava que, em 1978, havia essa possibilidade. Com um realismo político bastante próximo ao do PCB, os irmãos defenderam a participação das lideranças cristãs de esquerda no jogo político-institucional e sua entrada no MDB. A ancoraram-se em uma visão etapista da luta democrática: primeiro contra a ditadura, depois pelo socialismo. Visão que também apareceu no texto do pecebista Leandro Konder.

No entanto, a possibilidade de alianças em torno do MDB em uma frente democrática, conforme a linha pecebista defendida por Ênio Silveira, se esgotava no texto publicado por Frei Betto, em 1980, no momento da criação do PT. Embora em nenhum momento tenha mencionado o nome partido, era dele que falava, nele que apostou. Na argumentação de Frei Betto, o PT, supostamente, estaria livre tanto do populismo dos trabalhistas quanto do vanguardismo dos comunistas. Também estaria livre da aliança nacionalista dessas tradições, sustentada no genérico conceito de povo, que teria reforçado a dominação burguesa sobre a classe trabalhadora. Essa foi uma das principais críticas da “nova esquerda” da década de 1970 ao PCB.

Ainda que a esquerda católica defendesse o marxismo como via teórica para superação do capitalismo, o diálogo entre cristãos e marxistas, pretendido pelos editores, enfrentava desafios pois se pautava por éticas de militância política e cultural bastante diferentes, sobretudo em relação ao papel dos militantes e intelectuais na conscientização da classe trabalhadora e na revolução social.

A meu ver, ao abrir espaço para as críticas elaboradas pelos intelectuais católicos, os editores também pensavam na necessidade de um processo de revisão crítica das esquerdas marxistas ou mesmo trabalhistas quanto a sua atuação na organização da classe trabalhadora.

A despeito das diferenças entre a esquerda católica e a esquerda marxista, os editores batalharam para preservar a comunicação entre elas com vistas à unidade da luta tanto democrática quanto socialista. Leandro Konder e Ricardo Abramovay indicaram que, entre um segmento dos marxistas, aquele vinculado ao PCB ou próximo a ele, havia essa intenção. Embora marcassem as diferenças com a esquerda católica, disputando a direção do processo revolucionário, sabiam que não conseguiriam concorrer nem prescindir do trabalho de organização popular feito pela Igreja Católica no contexto da transição democrática.

A noção de democracia defendida pelos intelectuais da esquerda católica também se distanciou daquela que foi defendida pela linha editorial de *Encontros com a Civilização Brasileira*. Da parte da esquerda católica, houve um esforço para diferenciar a democracia formal, considerada burguesa, da democracia participativa, essa sim popular. Concepção semelhante àquela que até então havia predominado no PCB. No entanto, veremos no próximo item, os editores de *Encontros*, alinhados à tendência dita eurocomunista do PCB, promoveram a defesa de uma outra noção de democracia, diferente tanto da nova esquerda quanto da esquerda marxista tradicional e mesmo de setores do PCB.

5.2 ENCONTROS COM A DEMOCRACIA: OS EUROCOMUNISTAS

A questão por qual democracia lutar mobilizou os mais diversos atores da esquerda. Impulsionando a discussão estava a disputa pela direção do processo de redemocratização e a consolidação de projetos políticos rumo ao socialismo. Os editores Ênio Silveira e Moacyr Félix intervieram nessas disputas ao levar o debate em torno das relações entre socialismo e democracia e das reformulações teóricas e políticas do chamado “eurocomunismo”, que agitou a esquerda europeia, sobretudo os partidos comunistas, ao longo da década de 1970. O ponto central da discussão foi o enfrentamento da questão democrática pelos marxistas, especialmente da democracia política e de suas instituições, e, de forma conexa, a revisão da teoria marxista do Estado e da revolução socialista. O encaminhamento dado pelos editores à questão, na revista, permite perceber por qual democracia e em quais disputas a revista *Encontros* foi inserida naquele contexto.

O tema foi tratado pelos seguintes autores e títulos: Umberto Cerroni, *Estado e Revolução* (1978, n. 2); *Dossiê Eurocomunismo* (1978, n. 4): I- Eric Hobsbawn, *O eurocomunismo e a longa transição capitalista*; II- Narciso Condé, *Legalidade, democracia política e ditadura de classe*; III- Niels Larsen, *O eurocomunismo e seus sete preceitos*; IV- Jean Kanapa, *As características do eurocomunismo*; V- Edvard Kardej, *A crise do capitalismo e o eurocomunismo*; Lucio Lombardo Radice, *Um socialismo a ser inventado* (1979, n. 9); Andre Tosel, *Hegemonia e pluralismo: a elaboração teórico-política do marxismo italiano*, (1979, n. 13); *Dossiê Socialismo e Democracia* (1979, n. 15): I- Luigi Longo, *Relatório sobre a Tchecoslováquia*; II- Galvano dela Volpe, *Crise checa e teoria política*; III- Robert Haveman, *O Caminho de Praga*; Lelio Basso, *Democracia e socialismo na Europa Ocidental*

(1980, n. 24); Agnes Heller, *Democracia formal e democracia socialista* (1980, n. 27); Rudi Supek, *Uma resposta crítica ao socialismo de Estado* (1982, n. 29).

Esse debate teve sua expressão no Brasil, via *Encontros com a Civilização Brasileira*, sobretudo por meio do artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*.⁶⁷⁸ Além dele, Adelmo Genro Filho, *A democracia como valor operário*⁶⁷⁹ e Elias Chaves Neto, *O socialismo e os impasses atuais do Brasil*⁶⁸⁰ também trataram o tema.

A discussão em torno das relações entre socialismo e democracia envolveu as diversas correntes da esquerda. No entanto, os editores de *Encontros* circunscreveram o debate ao campo marxista, com ênfase na discussão sobre eurocomunismo. A maioria dos autores era de militantes ou ex-militantes dos partidos comunistas dos seus países, o que indica que esse era o público-alvo dos editores.

Segundo Marco Mondaini, a expressão “eurocomunismo” definiu a crescente confluência entre alguns partidos comunistas da Europa Ocidental, a partir da década de 1970, em torno de uma série de princípios capazes de construir uma concepção de sociedade socialista apropriada aos países europeus de capitalismo avançado.⁶⁸¹ Uma concepção alternativa ao modelo soviético e pautada na proposição de um socialismo enraizado nos princípios da democracia, da liberdade e do pluralismo. O aprofundamento da dimensão democrática da temática da transição ao socialismo foi central nessa discussão. O pensamento comunista italiano, sobretudo as formulações de Enrico Berlinguer, à frente do PCI entre 1969 e 1984, desempenhou papel central na constituição do eurocomunismo. Com a intenção de ampliar a *via italiana ao socialismo*, elaborada por Palmiro Togliatti, na direção de uma *via ocidental ao socialismo*, as teses Berlinguerianas atraíram outros partidos comunistas europeus. Seu nascimento oficial ocorreu em 1975 por meio da interlocução entre o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Comunista Espanhol (PCE) e o Partido Comunista Francês (PCF), atraindo, depois, outros partidos comunistas, como o inglês.⁶⁸²

Apesar dos aspectos comuns, as elaborações dos partidos comunistas que aderiram ao eurocomunismo comportavam diferenças teóricas e políticas. O eurocomunismo não

⁶⁷⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, mar. 1979.

⁶⁷⁹ GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 17, nov. 1979.

⁶⁸⁰ CHAVES NETO, Elias. O socialismo e os impasses atuais do Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 24, jun. 1980.

⁶⁸¹ MONDAINI, Marco. **Há trinta anos, o eurocomunismo**. Gramsci e o Brasil, 2006. Disponível em <https://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=535>. Acesso em 01 fev. 2025.

⁶⁸² MONDAINI, 2006.

conseguiu se constituir de forma orgânica em um programa comum dos partidos comunistas europeus. Já no final dos anos de 1970, o projeto deu sinais de seu esgotamento devido à falta de sintonia entre os três principais partidos, PCI, PCF e PCE, na maturação de um projeto socialista democrático e no distanciamento em relação ao projeto comunista de matriz soviética.⁶⁸³

Encontros com a Civilização Brasileira foi um dos principais difusores do eurocomunismo no Brasil. Ênio Silveira e Moacyr Félix, como intelectuais mediadores, organizaram o *Dossiê Eurocomunismo*, publicado no volume 4, em 1978, que se destacou nesse sentido. Nele, foi apresentado o enfoque de cinco intelectuais e militantes de partidos comunistas de diferentes países acerca das elaborações teóricas e políticas da nova via que se difundia.

O dossiê foi composto por artigos, entrevistas e manifestos partidários, extraídos da revista *Recherchess Internationales* do Partido Comunista Francês. Uma introdução brasileira ao dossiê, escrita pela jornalista Maria Teresa Ottoni Siqueira, que também atuava na sucursal do Rio de Janeiro do jornal pecebista *Voz da Unidade*, apresentou o Eurocomunismo de forma didática ao leitor brasileiro, identificando uma genealogia e as principais ideias, valores e propostas políticas.

O foco do dossiê estava nos militantes da esquerda brasileira, especialmente aqueles dos partidos comunistas. Um elemento que ajuda a corroborar essa ideia foi a seleção do texto de Narciso Isa Conde, secretário geral do Partido Comunista dominicano para integrar o dossiê.⁶⁸⁴ Nele, Conde afirmava a busca de um caminho próprio e democrático ao socialismo, onde “as liberdades democráticas sejam mantidas e ampliadas”, “um socialismo ao sabor dominicano”.⁶⁸⁵ Citava os partidos comunistas europeus que buscavam vias autônomas em relação ao PCUS e modelos democráticos de transição ao socialismo. A escolha dos editores de um texto latino-americano mostrava à esquerda brasileira que as ideias eurocomunistas extrapolavam as fronteiras geográficas europeias e dos países de capitalismo avançado. Poderiam servir de referência e fonte de diálogo às esquerdas latino-americanas.

Com diferentes perspectivas, os autores publicados em *Encontros* levaram as reflexões teóricas e políticas colocadas pela esquerda comunista europeia engajada na ideia da construção de um socialismo democrático. Foram abordados: o novo olhar para a teoria

⁶⁸³ MONDAINE, 2006.

⁶⁸⁴ CONDÉ, Narciso. Legalidade, democracia política e ditadura de classe (Dossiê Eurocomunismo). **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, out.1978.

⁶⁸⁵ *Ibid.*

marxista do Estado, onde a democracia representativa deixava de ser vista como forma de dominação burguesa; a ruptura da oposição entre reforma e revolução; o rompimento com o modelo soviético; as aproximações e o distanciamento em relação à socialdemocracia e a afirmação do caráter revolucionário das propostas eurocomunistas; a questão da hegemonia e do pluralismo e da articulação entre democracia direta e indireta na construção do socialismo; as referências teórico-conceituais do pensamento comunista italiano que embasavam as formulações eurocomunistas.

A maioria dos autores publicados fez a defesa das formulações eurocomunistas, sobretudo a ideia da democracia política como o caminho e o terreno sobre o qual fundar a sociedade socialista. A exceção ficou com os textos de Lelio Basso⁶⁸⁶, membro do Partido Socialista Italiano, e Genro Filho⁶⁸⁷, ex-militante do PCR, Partido Comunista Revolucionário, uma dissidência do PCB. Ambos criticaram o eurocomunismo por supostamente aderir aos critérios da democracia burguesa e não definir seus próprios critérios socialistas da democracia. Também criticaram a estratégia da democracia política como via para a construção do socialismo. Segundo Basso, a via revolucionária estaria “no terreno social - ali onde se assentam as desigualdades, onde assumem as relações de produção e onde nascem as ideologias.”⁶⁸⁸ Já o artigo de Elias Chaves Neto foi portador de uma ambiguidade entre a defesa da democracia como via da revolução brasileira e a manutenção de elementos de um certo marxismo-leninismo, como a defesa do modelo soviético, mostrando a dificuldade do PCB em romper com as heranças teóricas e tradições políticas que edificaram o movimento comunista internacional.⁶⁸⁹

Ênio Silveira e Moacyr Félix ainda reeditaram, no número 15 de *Encontros*, o *Dossiê Socialismo e Democracia*⁶⁹⁰, publicado pela primeira vez, em 1968, na *Revista Civilização Brasileira*, por ocasião da “Primavera de Praga”. No dossiê, intelectuais e militantes comunistas defenderam o movimento de renovação e construção de um socialismo democrático na Tchecoslováquia. A reedição do dossiê foi uma forma de mostrar a trajetória

⁶⁸⁶ BASSO, Lelio. Democracia e socialismo na Europa Ocidental. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 24, jun. 1980.

⁶⁸⁷ GENRO FILHO, 1979.

⁶⁸⁸ BASSO, 1980, p. 123.

⁶⁸⁹ CHAVES NETO, 1980.

⁶⁹⁰ Na versão de 1979, o dossiê Socialismo e democracia, publicado no número 15 de *Encontros*, selecionou os seguintes textos da versão original: LONGO, Luigi. Relatório sobre a Tchecoslováquia. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 15, 1980; VOLPE, Ralph della. Crise Tcheca e Teoria política. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 15, 1980; HAVEMANN, Robert. O caminho de Praga. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, n. 15, 1980.

do movimento comunista pela afirmação dos vínculos entre democracia e socialismo, mas também o posicionamento da *Civilização Brasileira* e de seus editores nessa trajetória, quando contrariaram, à época, a posição do Comitê Central do PCB que apoiou a intervenção soviética na Tchecoslováquia, conforme visto no capítulo 2.

O espaço dedicado na revista ao tema, a seleção dos autores e a forma da abordagem permitem afirmar que o eurocomunismo foi apresentado pelos editores da *Encontros* como o elemento de modernização da teoria socialista e a referência de renovação da esquerda, compreendidos como necessários à adequação comunista às transformações do mundo contemporâneo.

5.2.2 Eurocomunismo no Brasil

O ponto que defendo é que, ao trazer o debate e as formulações teóricas e políticas da esquerda comunista europeia, sobretudo as elaborações eurocomunistas, na busca de um socialismo democrático, Ênio Silveira e Moacyr Félix pretenderam interpelar a esquerda marxista brasileira, especialmente a pecebista, e impulsionar um movimento de renovação apontando para a discussão de novas estratégias da revolução brasileira, que consideraram mais adequadas ao novo contexto da transição democrática. Afinal, como mostra Napolitano, o mesmo problema da democracia e das alianças políticas amplas, que se apresentava ao PCB, era colocado pelos grandes partidos comunistas europeus, embora em outro contexto social, político, cultural, econômico.⁶⁹¹

Como vimos, as publicações de Ênio Silveira eram lidas e debatidas pelos intelectuais e militantes da esquerda brasileira, entre eles os do PCB, partido do editor. As coleções da editora eram compreendidas como aquelas que traziam os sinais do tempo. Segundo Raimundo Santos e José Segatto, a própria direção do PCB, muitas vezes, precisou se adequar ao debate que era trazido por sua militância a partir das publicações da editora *Civilização Brasileira*.⁶⁹²

A defesa feita do eurocomunismo, na revista, mostrava que Ênio Silveira estava em sintonia com as ideias da chamada tendência eurocomunista do PCB, que tinha nos

⁶⁹¹ NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: Intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática. *Estudos Avançados*, v. 28, n.80, 2014, p. 50.

⁶⁹² SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, v. 6, 2ª ed., 2014.

intelectuais comunistas no exílio europeu, com importantes conexões no Brasil, seu núcleo central. A adesão e defesa irredutível da democracia política e suas instituições foi o eixo articulador do grupo, que procurou redimensionar o papel do PCB na redemocratização. Esses intelectuais preconizavam o valor da democracia política como um fim em si, o jogo eleitoral, o aliancismo, o pluralismo político e recusavam a ideia da ditadura do proletariado rumo ao socialismo. Também defendiam a democratização das instâncias partidárias e a renovação teórica criticando o etapismo e o economicismo.⁶⁹³

As ideias eurocomunistas, embora não tenham sido a causa da guinada democrática do grupo, foram importantes fontes de inspiração e diálogo.⁶⁹⁴ Um ponto aqui defendido é que, ao trazer o debate em torno do eurocomunismo, os editores buscaram ampliar os argumentos teóricos e dar mais força às elaborações desse grupo no debate interno do PCB.

O ápice desse projeto político-editorial ocorreu com a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, considerada, pelos contemporâneos, a primeira manifestação elaborada de uma “discussão eurocomunista brasileira”.⁶⁹⁵ Coutinho voltava do exílio europeu disposto a intervir mais incisivamente na cena política do país e do próprio PCB. Publicou o ensaio no agitado ano de 1979, marcado pela lei da Anistia, pela retomada do pluripartidarismo, pelas greves operárias no ABC paulista e pelo acirramento das disputas internas do PCB. O grupo de Prestes era o principal oponente das ideias dos intelectuais eurocomunistas às quais excluía sem nuances.⁶⁹⁶ Prestes já havia declarado que “isso é ideia burguesa, de democracia burguesa, está errado”.⁶⁹⁷

5.2.3 A democracia como valor universal.

Como visto no capítulo 2, Carlos Nelson Coutinho foi um dos “intelectuais da casa”. Nos anos de 1960, foi responsável, ao lado de Ênio Silveira e Leandro Konder, pela renovação editorial da *Civilização Brasileira* no campo marxista, tendo sido o introdutor de

⁶⁹³ Cf. NAPOLITANO, 2014; SANTOS; SEGATTO, 2014; REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.387-439; SILVEIRA, Marcos Paulo de Lucca. Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 101, p. 53-87, 2017.

⁶⁹⁴ *Ibid.*

⁶⁹⁵ SANTOS; SEGATTO, 2014.

⁶⁹⁶ REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, *passim*. SILVA, Eumano. **Longa jornada até a democracia**. Os 100 anos do partidão-1922-2022. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2023.

⁶⁹⁷ SILVA, Eumano, 2023, p. 522.

importantes autores do chamado marxismo ocidental. Entre eles, Antonio Gramsci, de quem foi tradutor para o português e cuja obra embasaria suas reflexões teóricas a partir de então.

No final dessa década de 1970, além de integrar o Conselho Editorial de *Encontros*, Coutinho participou novamente da renovação do debate no campo da esquerda brasileira, via editora *Civilização Brasileira*, sendo responsável pela formulação teórica e ampla difusão da nova concepção de democracia como um fim em si e da sua relação intrínseca com o socialismo.

Com o olhar voltado para a conjuntura brasileira da transição democrática e para as disputas internas do PCB, a formulação de Coutinho dialogou e se inspirou nas elaborações do eurocomunismo. O próprio título do ensaio era uma citação direta do discurso proferido por Enrico Berlinguer, em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da revolução de outubro. No discurso, o líder do PCI enfatizou o vínculo intrínseco entre socialismo e liberdades democráticas. Tratava-se da valorização da democracia política e do rompimento da separação feita, no campo da esquerda, entre democracia formal (burguesa/capitalista) e democracia real (proletária/socialista).⁶⁹⁸ Segundo Berlinguer, “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.⁶⁹⁹

No seu ensaio, Coutinho expôs os fundamentos da concepção de uma estratégia de “sociedade socialista fundada na democracia política”.⁷⁰⁰ Sua intenção era empregar a ideia de Berlinguer para, simultaneamente, combater a ditadura militar brasileira e o que considerava dogmatismo marxista-leninista.⁷⁰¹

O ensaio foi dividido em duas partes. Na primeira, trouxe as reflexões teóricas e o debate político colocado pela esquerda eurocomunista a respeito dos vínculos entre socialismo e democracia. Defendeu esse vínculo como parte integrante do patrimônio cultural marxista. Argumentou que o marxismo, ao contrário das interpretações liberais ou de orientação stalinista, sempre valorizou a democracia política a começar do próprio Lenin. A identificação entre democracia e dominação burguesa seria fruto de leituras reducionistas e economicistas. Para Coutinho, tratava-se de repor a correta leitura da teoria marxista do Estado.

⁶⁹⁸ COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. Construção de hegemonia político-cultural no contexto da transição: narrativas sobre democracia e socialismo em *Encontros com a Civilização Brasileira*, Cuadernos de Marcha e Controversia (1979-1985). *Revista Tempo*, v. 21, n. 37, p. 151-169, 2015.

⁶⁹⁹ *Apud* COUTINHO, 1979, p. 34.

⁷⁰⁰ COUTINHO, 1979.

⁷⁰¹ COUTO, 2015.

Retomando as elaborações de Berlinguer, Coutinho postulou que a democracia política não deveria ser entendida como um princípio tático, mas um valor estratégico permanente. É a condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e o aprofundamento da nova sociedade socialista.⁷⁰² O respeito às liberdades, à pluralidade e à autonomia deveria permanecer vigente no socialismo.

No entanto, a democracia socialista não seria mera continuidade da democracia liberal, mas a sua superação dialética: ela “elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia liberal”.⁷⁰³

A noção de democracia de massas, formulada por Pietro Ingrao, teórico do PCI, embasou os argumentos de Coutinho. A construção da democracia socialista se daria pela crescente articulação entre os organismos populares de democracia direta (sindicatos, conselhos, associações) e os mecanismos tradicionais de representação indireta (parlamento, partidos). Essa articulação deveria promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social em um sentido socialista, pois o socialismo se realizaria tanto a partir da socialização dos meios de produção quanto dos meios de governar.⁷⁰⁴

Questão central nesse processo seria a luta pela *hegemonia* dos trabalhadores. Retomando Ingrao: “A democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos”.⁷⁰⁵

O conceito gramsciano de *hegemonia* seria o ponto de discriminação entre a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia. A teoria socialista deveria criticar abertamente a “mistificação liberal” e a “hodienda social-democracia”, que identifica hegemonia com totalitarismo e colocar claramente a hegemonia como questão central de todo o poder de Estado. A questão da hegemonia também romperia com o modelo soviético.⁷⁰⁶

A defesa da democracia ancorada nos termos do debate e nos usos teóricos e conceituais eurocomunistas serviu de ponte para que Coutinho passasse à discussão do caso brasileiro, na segunda parte do ensaio intitulada “o caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à via prussiana”. Nela, a “questão comunista” foi equacionada pela releitura

⁷⁰² COUTINHO, 1979, p. 37.

⁷⁰³ *Ibid.*, p. 40.

⁷⁰⁴ *Ibid.*, p. 39.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 40.

⁷⁰⁶ COUTINHO, 1979, p. 40.

da história e da contemporaneidade brasileira, visando responder ao contexto da transição política brasileira e à construção do socialismo no Brasil.

Na segunda parte, aparece a originalidade da análise e da proposta de Coutinho em relação ao eurocomunismo, mostrando que sua reflexão não foi mera importação das ideias eurocomunistas, mas fruto de um movimento teórico próprio do grupo de intelectuais comunistas brasileiros, conforme mostra Marcos Silveira.⁷⁰⁷ Essa originalidade ocorreu pela formulação de uma nova compreensão da realidade brasileira, a partir de releituras teóricas e usos particulares dos conceitos marxistas. O trabalho de Marcos Silveira mostra como Coutinho fez uma construção própria onde conceitos como *revolução passiva*, *via prussiana* de modernização, *revolução-restauração* e *modernização conservadora* estruturaram as interpretações da história e da conjuntura política brasileira e justificaram a adesão à democracia pela esquerda comunista brasileira.⁷⁰⁸

Na formulação de Coutinho, o valor da democracia para os brasileiros teria uma dimensão diferenciada da europeia não apenas devido à ditadura militar, mas sobretudo pelo caráter prussiano da nossa modernização:

As transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil sempre foram efetuadas no quadro de uma via prussiana, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas ‘de cima para baixo’ com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência do capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais [...] mas essa modalidade de via prussiana (Lenin, Luckács) ou de “revolução-restauração” (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar [...].⁷⁰⁹

Diagnosticado o problema, ou seja, a “via prussiana” ou da “revolução restauração”, Coutinho apontou o antídoto para a superação desse mal de origem: inverter a tendência elitista e prussiana da política brasileira por meio da luta pela renovação democrática no país empreendida pelo conjunto das forças populares.

Segundo Coutinho, em um primeiro momento, a renovação democrática possivelmente não ultrapassaria os limites da democracia liberal. Mas isso não alteraria o

⁷⁰⁷ SILVEIRA, Marcos, 2017.

⁷⁰⁸ *Ibid.*.

⁷⁰⁹ COUTINHO, 1979, p. 41.

valor das conquistas democráticas para as forças populares. A criação de um regime de liberdades formais representaria a superação da atual modalidade concreta da “via prussiana”. Em segundo lugar, “a consolidação de um regime democrático aparece como um pressuposto que deve ser reposto, conservado e aprofundado em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas.”⁷¹⁰

Apostando na força dos movimentos da sociedade civil no período da transição, Coutinho afirmava que, embora duramente reprimida, a sociedade civil teria sido impulsionada pela modernização conservadora da nossa última *revolução pelo alto*. Isso abriu a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais para baixo o eixo das grandes decisões hoje tomadas pelo alto.⁷¹¹

Mobilizando Gramsci, a batalha pela construção do socialismo deveria se dar pela *guerra de posição* e não pela conquista e substituição integral dos aparelhos de Estado, nos moldes da revolução de 1917. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil seria a base para a conquista democrática do poder de Estado pela classe trabalhadora.

As elaborações acima também pensavam o papel dos comunistas na redemocratização brasileira. Com elas, o autor reiterava e atualizava a política de frente ampla e unificada das oposições, parlamentar e institucional, que o PCB desenvolvia desde 1965 para derrotar a ditadura. Esse frentismo era ressignificado com as elaborações dos intelectuais comunistas no exílio, como Coutinho, aceitando os termos da democracia representativa como base para a ampliação dos direitos e da participação popular e caminho para a construção de uma sociedade democrática e socialista.

Nesse sentido, Coutinho conclui seu artigo apontando que as tarefas democráticas imediatas da sociedade brasileira dividiam-se em dois planos: 1) conquistar e consolidar um regime de liberdades fundamentais por meio da *unidade de todas as forças* interessadas em torno de uma *Assembleia Nacional Constituinte*; 2) *Construção de alianças* necessárias para *aprofundar a democracia* em um sentido de democracia de massas com crescente participação popular; a *busca da unidade*, nesse nível, terá como meta a conquista do *consenso* necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa

⁷¹⁰ COUTINHO, 1979, p. 42-43.

⁷¹¹ *Ibid.*, p. 44.

posterior , para a construção em nosso país de uma *sociedade socialista fundada na democracia política*” [grifos meus].⁷¹²

5.2.4 Originalidade do ensaio de Coutinho em relação ao eurocomunismo e ao PCB

Coutinho mobilizou bases teóricas e conceituais comuns aos intelectuais eurocomunistas, mas produziu uma reflexão original. Conforme Marcos Silveira, na sua formulação, o reformismo democrático adquire caráter revolucionário no Brasil devido à história da especificidade prussiana do país.⁷¹³

A inovação de Coutinho também ocorreu em relação às formulações do PCB. A valorização da democracia como via de transformação social foi colocada pelo partido desde os anos de 1950. Como visto, a Declaração de março de 1958 e a “nova política” afirmaram a democracia como o caminho pacífico e processual da revolução brasileira, assumindo uma estratégia de reformas parciais, as “soluções positivas”, a ser levado adiante por configurações pluriclassistas.⁷¹⁴

No entanto, como aponta Maria Alice Resende de Carvalho, até a década de 1970, a defesa da via democrática não era hegemônica, nem estava teoricamente bem assentada. Convivia com o dogma leninista-stalinista. Era compreendida de forma instrumentalizada, considerada uma tática e não uma estratégia. A democracia aparecia subordinada a outras questões como a questão agrária, a questão nacional e a luta anti-imperialista.⁷¹⁵

Para Marcos Silveira, o ensaio de Coutinho representou o momento fundamental em que a questão democrática deixou de ser tema secundário ou subordinado no ideário da esquerda comunista brasileira. A nova elaboração manteve os elementos da revolução brasileira presentes nas formulações comunistas desde os anos de 1950, como a questão agrária, a luta anti-imperialista, a questão nacional. Mas fez uma inversão causal nas hierarquias. Se, antes, a verdadeira democracia era consequência da independência nacional e da justiça social, com Coutinho, a democracia política é o ponto de ruptura que levará à transformação social no sentido igualitário.⁷¹⁶

⁷¹² COUTINHO, 1979, p. 45-46.

⁷¹³ SILVEIRA, Marcos, 2017.

⁷¹⁴ SANTOS; SEGATTO, 2014, p. 29.

⁷¹⁵ CARVALHO, Maria Alice Rezende. Breve História do comunismo democrático no Brasil. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁷¹⁶ SILVEIRA, Marcos, 2017.

5.2.5 Repercussão do ensaio e a posição de *Encontros*

O ensaio de Coutinho foi um verdadeiro divisor de águas no PCB. A defesa da democracia como um valor universal estava presente nas resoluções políticas do Comitê Central do PCB de dezembro de 1977 e novembro de 1978, elaboradas, sob a influência dos intelectuais eurocomunistas, por parte da direção no exílio, na Europa. Como visto, o próprio Coutinho, sob pseudônimo de Josimar Teixeira, havia publicado, em *Voz Operária*, em junho de 1978, o texto *Frente democrática: Instrumento do pacto em torno do novo regime*, onde expôs as suas ideias.⁷¹⁷ No entanto, Santos e Segatto apontam que ainda era um movimento que se realizava de forma segmentada, não tinha a adesão de todas as correntes no partido nem expressão pública.⁷¹⁸ Enfrentava também a forte oposição do grupo de Prestes.⁷¹⁹

O impacto da ideia da democracia como valor universal entre a intelectualidade e as organizações da esquerda brasileira viria, de fato, a partir da publicação do texto de Coutinho em *Encontros*. O ensaio extravasou os limites da revista e do PCB, circulando em diversos outros espaços intelectuais e partidários, gerando adesões e polêmicas.

Ênio Silveira e Moacyr Félix abriram a revista para o debate. Detenho-me no artigo de Adelmo Genro Filho *A democracia como valor operário*, publicado no n.17 de *Encontros com a Civilização Brasileira*, por ter sido o único texto incisivamente crítico às ideias eurocomunistas, especialmente ao ensaio de Coutinho, publicado pelos editores. O autor, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), expressou uma perspectiva distinta da adotada majoritariamente pela revista.

Para Genro Filho, a ideia de uma democracia com valor universal suprimia a questão da verdadeira democracia operária e popular “que precisa ser construída desde agora (...) a partir de um programa diferenciado da discursão liberal”.⁷²⁰ Os rumos que as lutas operárias tomavam no Brasil, segundo o autor, já apontavam para questões mais avançadas que as liberdades formais, embora ainda não socialistas.⁷²¹

O autor recusava a ideia de primeiro conquistar um regime de liberdades e, paulatinamente, aprofundar no sentido de uma democracia de massas por meio da aliança com setores interessados. Para Genro Filho, a aliança dos trabalhadores com a dita burguesia

⁷¹⁷ TEIXEIRA, Josimar. Frente democrática: Instrumento do pacto em torno do novo regime. *Voz Operária*, n. 147, junho 1978, p. 8.

⁷¹⁸ SANTOS; SEGATTO, 2014.

⁷¹⁹ SILVA, Eumano, 2023, p. 522.

⁷²⁰ GENRO FILHO, 1979, p. 198.

⁷²¹ GENRO FILHO, 1979.

progressista se não fosse compreendida como tática, levaria à desmobilização dos trabalhadores e à redução da sua luta aos aspectos burgueses.⁷²²

O erro de Coutinho estaria na abdicação da categoria revolução pela confiança na busca da hegemonia enquanto processo contínuo. Apenas a ruptura revolucionária, compreendida como a tomada do poder pela violência revolucionária, poderia levar à verdadeira construção de uma democracia com valor operário.⁷²³

Por isso, para Genro Filho, as tarefas da esquerda e das forças populares brasileiras naquele momento não poderiam se limitar aos critérios do liberalismo emedebista tal como propunham Coutinho e o PCB: Estado de Direito, eleições livres, liberdades sindicais e Assembleia Constituinte. Citando Lenin, era necessário “indicar diretamente e sem rodeios as tarefas imediatas da luta verdadeiramente revolucionária do proletariado e dos camponeses, diferentes dos ardis liberais dos latifundiários e donos de fábrica”.⁷²⁴

O autor conclui o texto argumentando que, embora as formas de poder popular na democracia socialista ainda estivessem em debate, nem por isso deveriam abraçar o parlamento burguês e demais instituições do capitalismo como valores universais. O marxismo não deveria, em nome do repúdio ao stalinismo, tomar emprestado o espelho da democracia burguesa. Por isso, falar de socialismo com democracia política apenas elidia o problema da verdadeira e original democracia operária e popular por construir.⁷²⁵

Apesar do artigo de Genro Filho, a posição predominante na *Encontros* foi pela abertura do marxismo na defesa dos vínculos intrínsecos entre socialismo e democracia política tal como propunham Coutinho e os eurocomunistas. Não à toa, o ensaio de Coutinho foi precedido, no mesmo volume, do texto de Lucio Lombardo Radice⁷²⁶, dirigente do PCI, onde o autor fez a apresentação e a defesa das formulações teóricas e políticas eurocomunistas, reforçando a ideia aqui defendida de que a apresentação do eurocomunismo pelos editores de *Encontros* serviu para munir e reforçar politicamente a posição do grupo renovador do PCB.

Ênio Silveira e Moacyr Félix frisavam que o debate internacional seria uma contribuição para as elaborações da esquerda brasileira que, no entanto, deveriam ser próprias e adequadas à realidade nacional. Ao levar o debate acerca do eurocomunismo e da relação

⁷²² *Ibid.*, p.196-198.

⁷²³ GENRO FILHO, p. 199.

⁷²⁴ *Ibid.*, p. 200.

⁷²⁵ *Ibid.*, p. 201-202.

⁷²⁶ RADICE, Lucio Lombardo. Um socialismo a ser inventado. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, 1979.

socialismo e democracia, o objetivo dos editores, atuando como intelectuais mediadores, foi impulsionar um movimento de renovação da esquerda marxista brasileira apontando para a discussão de novas estratégias da revolução brasileira.

O ponto que defendo é que foi especialmente por meio desse debate, com destaque para o artigo de Carlos Nelson Coutinho, que os editores explicitaram a noção de democracia e as estratégias para alcançá-la pela qual batalhou a linha editorial de *Encontros com a Civilização Brasileira* e a militância política comunista de seu editor, Ênio Silveira, no contexto da transição democrática.

Apesar da derrota do grupo de intelectuais que conformam a tendência eurocomunista nas disputas internas do PCB e da sua marginalização na década de 1980, a ideia de democracia como valor universal se impôs definitivamente no PCB, como demonstraram as resoluções do VII Congresso do partido, realizado em 1984. É possível dizer que Ênio Silveira e Moacyr Félix, ao atuarem como intelectuais mediadores, levando as discussões da tendência eurocomunista para o espaço público de *Encontros*, tiveram sua participação na consolidação dessa visão de democracia dentro do PCB.

6 CONCLUSÃO

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* representou o último grande projeto editorial de Ênio Silveira voltado à articulação da intelectualidade progressista e de esquerda, com vistas à sua intervenção na conjuntura política do país. Na literatura acadêmica, ela é frequentemente interpretada como um projeto residual, expressão do declínio do intelectual humanista ou do vanguardista, um perfil que teria marcado os projetos da editora Civilização Brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1980, esse tipo de intelectual teria sido substituído por novas figuras – o intelectual acadêmico ou o orgânico dos movimentos sociais – que, com outros repertórios e formas de atuação, se agruparam em torno do então recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesta tese, propus uma interpretação distinta. Analisei *Encontros* não como o epílogo de um projeto político derrotado, nem como o ocaso de um tipo de intelectual, mas como produto de um contexto de reabertura política marcado por intensa mobilização social e distintas possibilidades de recomposição das esquerdas. Foi um momento em que o resultado do jogo político ainda estava em disputa, inclusive para a esquerda nacionalista e pecebista do pré-1964, que voltava à cena política de forma atualizada. Nesse cenário, Ênio Silveira, editor engajado e protagonista da resistência cultural à ditadura, destacou-se como um agente capaz de articular amplos setores da esquerda e do campo progressista para discutir projetos para a redemocratização do país. A marca autoral da revista foi indissociável de seu projeto político.

Diferente das análises que apontaram para a ausência de uma linha editorial definida ou que enxergaram no ecletismo da revista o seu próprio projeto, defendi que *Encontros* teve um projeto político-editorial claro: a defesa da estratégia de frente ampla do PCB, combinada com a abertura à renovação crítica do marxismo e das práticas políticas do próprio partido e da esquerda em geral. As teses da chamada tendência eurocomunista do PCB, defensoras da valorização da democracia política e da pluralidade social, tiveram papel central nessa proposta. Ênio Silveira, com o respaldo de Moacyr Félix, atuando como intelectual mediador, sustentou as diretrizes do PCB para a redemocratização, ao mesmo tempo em que intervinha nos debates internos do partido, ao defender as teses dos intelectuais eurocomunistas, mas sem jamais transformar a revista em órgão dessa corrente ou do partido.

Encontros manteve sua autonomia editorial, funcionando como espaço plural de reflexão crítica e interlocução com distintos setores da esquerda intelectual, sem se converter

em mero porta-voz das diretrizes partidárias. Com autonomia, Ênio Silveira atuava como pecebista e jogava a favor das teses do partido para a redemocratização.

Recuperar a trajetória de Ênio Silveira, com ênfase em sua militância pecebista, foi central para a compreensão desse projeto político. Busquei evidenciar a centralidade dessa militância em seus projetos editoriais. Argumentei que sua autonomia em relação ao partido não o impediu de atuar como intelectual comunista; pelo contrário, foi como editor que ele mais efetivamente militou. Mais que uma afinidade de ideias, as coleções engajadas na ideia de revolução brasileira, organizadas por Ênio Silveira a partir dos anos 1960, foram criadas também para defender as teses do partido.

A articulação entre ecumenismo editorial e pecebismo foi um dos elementos centrais dessa interpretação. A abertura a diferentes correntes da esquerda e do campo progressista, marca das práticas de Ênio Silveira, servia simultaneamente para preservar sua autonomia perante o partido e para promover, de forma estratégica, a política de alianças amplas defendida pelo PCB desde os anos 1960. Essa estratégia apareceu, por exemplo, nas coleções *Retratos do Brasil* e *Cadernos do Povo Brasileiro*, que reuniam isebianos, trabalhistas e comunistas, bem como em sua atuação em espaços como o CTI. Após o golpe, essa mesma lógica orientou a criação do jornal *Reunião* e da *Revista Civilização Brasileira*.

Ao lançar *Encontros*, em 1978, Ênio Silveira procurava reviver o protagonismo intelectual da resistência cultural à ditadura e, ao mesmo tempo, reinserir a esquerda nacionalista e pecebista no novo cenário político. Atuando como intelectuais mediadores, Ênio Silveira e Moacyr Félix buscaram, por meio de *Encontros*, dialogar com os novos debates da esquerda e com os atores emergentes, em um esforço de atualização e renovação que marcou a trajetória editorial de Silveira. Ainda que o projeto político defendido fosse o do PCB, havia a tentativa de mediação desse projeto com as novas formas de militância e pensamento na esquerda, incorporando, inclusive, as críticas e propostas das novas esquerdas.

A construção de alianças amplas, porém, encontrou novos obstáculos no final dos anos 1970 e início dos 1980. A “nova esquerda”, representada pelo PT, se afirmava como crítica ao nacionalismo, às alianças de classe e ao papel vanguardista do intelectual, pilares da tradição comunista. Em seu lugar, propunha a autonomia da classe operária e a recusa da via institucional como caminho privilegiado de luta. Paralelamente, os movimentos de minorias políticas, como o feminismo, reivindicavam agendas específicas e questionavam a centralidade da luta de classes.

Apesar dessas tensões, quando *Encontros* surgiu, em 1978, tais divergências ainda não estavam cristalizadas. A reforma partidária que permitiu o pluripartidarismo ocorreu em 1979, o PT foi fundado em 1980 e o último número da revista saiu em 1982. Nesse intervalo, o diálogo entre setores da velha e da nova esquerda ainda era possível, o que explica o esforço de Ênio em manter abertos os canais de interlocução e em construir pontes, mesmo diante da crescente fragmentação política e disputa por hegemonia dentro da esquerda.

Essa disputa se refletiu tanto nos editoriais quanto na forma como Ênio Silveira e Moacyr Félix organizaram a discussão acerca da democracia e de seus atores. Em seus editoriais, Ênio defendeu a unificação das oposições em torno do MDB, a aposta na via institucional e na negociação com o regime, posições alinhadas à direção majoritária do PCB e à tendência eurocomunista, em oposição ao grupo de Prestes. No entanto, ainda que por caminhos diferentes, Ênio Silveira, expressando as posições pecebistas, convergiu com os setores da nova esquerda na defesa de uma democracia ampliada. Para ele, a dimensão política da democracia, por si só importante, deveria ser articulada à dimensão econômica e social. Isso significava a socialização crescente das classes populares nas decisões políticas. Implicava também a defesa de um desenvolvimento econômico nacionalista e redistributivista, como havia sido defendido no pré-1964. Nesse sentido, se Ênio Silveira, atuando como intelectual mediador, atualizava os termos do debate sobre a democracia, por outro lado, permaneciam em suas propostas elementos da cultura política que pautaram as esquerdas nacionalistas desde os anos 1960.

Quanto aos atores sociais – o novo sindicalismo, o setor progressista da Igreja Católica, os movimentos feminino e feminista –, os editores construíram uma linha editorial que seguiu uma dupla estratégia: de um lado, reconheceram a importância das novas questões e formas de organização colocadas por esses atores nos rumos da transição política e da própria esquerda; de outro, insistiram na sua integração ao projeto de frente ampla, batalhando pela preservação da união das esquerdas e entre essas e os setores liberais.

No caso do novo sindicalismo, a linha editorial de *Encontros* foi pelo apoio às suas reivindicações, ligando-as às lutas pela redemocratização. Porém, defendeu a participação da classe operária organizada na frente oposicionista, contrastando com a proposta petista de autonomia operária. A estratégia frentista apareceu no próprio perfil dos autores publicados, predominantemente ligados ao PCB e ao campo liberal-democrático, com apenas um representante do novo sindicalismo e do PT. Ao mesmo tempo, na seleção dos textos publicados, havia a busca de um denominador comum que construísse pontes entre setores

divergentes e promovesse alianças para o objetivo maior: a redemocratização brasileira. A linha comum encontrada, para além da questão salarial e do direito de greve, foi o apoio à mudança da estrutura sindical, grande bandeira do novo sindicalismo.

O mesmo padrão orientou os debates sobre o papel da Igreja Católica, tanto na oposição à ditadura militar quanto na organização da classe trabalhadora. A linha editorial de *Encontros* batalhou para legitimar, tanto para a esquerda marxista quanto para a esquerda católica, a incorporação da Igreja Católica na frente ampla contra a ditadura. Ao mesmo tempo, deu voz aos intelectuais católicos ligados às CEBs, que se pautavam por uma ética de militância política e cultural bastante crítica àquela da esquerda marxista tradicional, como a pecebista. Buscou construir pontes entre esses setores, refletindo sobre a transformação da Igreja e suas implicações para a luta democrática e socialista, procurando restaurar o diálogo, iniciado nos anos 1960, entre a esquerda marxista e a católica.

No campo do feminismo, a linha editorial, tendo a pecebista Zuleika Alambert à frente, apoiada por Moacyr Félix e Ênio Silveira, foi construída para destacar a importância dos movimentos femininos e feministas para a redemocratização, enfrentando tanto a esquerda tradicional, que acusava essas pautas de fragmentarem a luta de classes, quanto correntes feministas que recusavam a articulação com o socialismo. Buscou, assim, afirmar uma hegemonia marxista no feminismo, renovada à luz das propostas da tendência eurocomunista do PCB, influenciada pelas elaborações do PCI.

Ao incluir essas vozes, os editores pretendiam que *Encontros* fosse reconhecida como um espaço legítimo de interlocução entre diferentes setores da esquerda e do campo progressista. Procurei mostrar que o diálogo com outros atores da esquerda não se restringia a uma lógica instrumental de aliança. A publicação das críticas, demandas e experiências trazidas por esses interlocutores também pretendia desencadear uma reflexão interna dos intelectuais e militantes pecebistas sobre os limites do partido e sobre a necessidade de sua atualização.

Esse marxismo renovado apareceu de forma marcante no debate sobre a relação entre socialismo e democracia, que deixava revelado o alinhamento de *Encontros* às ideias dos intelectuais eurocomunistas do PCB. Ênio Silveira e Moacyr Félix levaram para a revista o debate e as formulações teóricas da esquerda comunista, nacional e estrangeira, vinculada às teses eurocomunistas. Pretendiam interpelar a esquerda marxista e intervir no próprio debate interno do PCB, impulsionando um movimento de renovação que propunha novas estratégias para a revolução brasileira, consideradas mais adequadas ao novo contexto da transição

democrática. O ápice desse projeto ocorreu com a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, que representou a primeira manifestação elaborada de uma discussão eurocomunista brasileira. A noção de democracia política foi defendida como valor intrínseco, rompendo com a leitura tática e instrumental que predominava no PCB e nas esquerdas em geral.

As publicações de Ênio Silveira, vimos, eram lidas e debatidas pelos intelectuais e militantes da esquerda brasileira. A própria direção do PCB, muitas vezes, precisou se adequar ao debate que era trazido por sua militância a partir das publicações da editora Civilização Brasileira. Isso mostra a importância que *Encontros* desempenhou como espaço de formulação, crítica e articulação política no interior da esquerda brasileira.

A transição política brasileira seguiu, em parte, a via pactuada e institucional preconizada pelo PCB e defendida por *Encontros*. No entanto, o partido não conseguiu conquistar a almejada hegemonia no novo cenário. A revista foi encerrada em 1982. A crise financeira da editora Civilização Brasileira explica materialmente esse desfecho. Simbolicamente, no entanto, ele vem acompanhado da ascensão do PT como força hegemônica na esquerda. Mas, ao contrário de importantes intelectuais pecebistas, como Leandro Konder ou Carlos Nelson Coutinho, que deixaram o PCB para se filiar ao PT, Ênio Silveira estreitou sua militância, tornando-se, inclusive, suplente do Comitê Central do PCB, e seguiu como pecebista até a última assembleia do partido, em 1991.

FONTES

JORNAIS

HEMEROTECA DIGITAL- BNDIGITAL- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Correio Da Manhã

CONDÉ, José. Escritores e livros. Encontros com a Civilização. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 5 jun. 1966.

Diário De Notícias

JARDIM, Luis. Autores e Fábulas. Editora Civilização Brasileira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 15 mar. 1957.

Jornal Da República

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Nova democracia. **Jornal da República**, São Paulo, p. 4, 13 nov. 1979.

O MACHISMO é forte no PCB. **Jornal da República**, São Paulo, p. 5, 5 nov. 1979.

Jornal De Notícias

ALENCAR, Mauro. A revolução de nosso tempo. **Jornal de Notícias**, São Paulo, p. 2, 30 out. 1946.

COMO repercute no Brasil a concessão do Prêmio Nobel ao romancista André Gide. **Jornal de Notícias**, São Paulo, p. 8, 14 dez. 1947.

Jornal Do Brasil

ATHAYDE, Tristão. O feminismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.11, 24 abr. 1981.

BONFIM, Beatriz. Editores pedem um programa especial de apoio ao livro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 jun. 1979. (Livro-Guia semanal de ideias e publicações).

EDITOR responde aos rumores: vai lançar “A maçã no escuro”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, caderno 1, p. 8, 14 nov. 1958.

ENCONTROS com a Civilização Brasileira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, caderno 1, p. 6, 29 mar. 1980.

INFORME JB. Perguntas e Respostas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, caderno 1, p. 6, 10 ago. 1980.

INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, caderno 1, p. 5, 30 maio 1965.

LIVROS e autores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, caderno b, p. 10, 8 dez. 1979.

PAPA no Brasil. Papa diz a intelectuais que sem liberdade não há cultura. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, caderno 1, p. 2, 2 jul. 1980.

RODRIGUES, Helena Vianna. Civilização, 43 anos editando livros para leitores cada vez mais exigentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mar. 1975.

SENADORES do MDB defendem no Rio união oposicionista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, caderno 1, p. 4, 9 dez. 1978.

Leitura

SILVEIRA, Ênio. O livro e a realidade polonesa de hoje. **Leitura**, Rio de Janeiro, n. 4, ano XV, out. 1957.

CONY na São José. **Leitura**, Rio de Janeiro, p. 33, jul.1964.

Novos Rumos

DENÚNCIA de Ênio Silveira. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 8-14 dez.1961, p.5.

Para Todos

OS PROBLEMAS do livro e da indústria editorial. **Para Todos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, , jun. 1956.

SILVEIRA, Ênio. A discografia brasileira de Claudio Santoro II. A Sinfonia n. 4 – da Paz. **Para Todos**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 8, primeira quinzena setembro 1956.

SILVEIRA, Ênio. Um brasileiro na Rumania. Primeira de uma série de reportagens. **Para Todos**, Rio de Janeiro, n. 35, out. 1957a.

SILVEIRA, Ênio. Um brasileiro na Rumania. Segunda de uma série de reportagens. **Para Todos**, Rio de Janeiro, n. 36, nov. 1957b.

Pasquim

AUGUSTO, Sérgio. Encontros com a Civilização Brasileira. **Pasquim**, Rio de Janeiro, p. 25, 21-27 jul. 1978.

CULTURA em Campo. **Pasquim**, Rio de Janeiro, p. 27, 17-23 ago.1979.

ENCONTROS com a Civilização Brasileira. **Pasquim**. Rio de Janeiro, 20-26 jun. 1980.

IDEOLOGIA da cultura brasileira. **Pasquim**, Rio de Janeiro, 27 out. 1977.

OS LANÇAMENTOS da Civilização fortalecem a sensibilidade e a consciência dos leitores brasileiros. **Pasquim**, Rio de Janeiro, p. 26, 9-14 dez.1978.

ZIRALDO. Ah! Que inveja (coluna Dicas). **Pasquim**, Rio de Janeiro, p. 8, 24-30 out. 1980.

Última Hora

ACADÊMICOS depõem no IPM da Feijoada. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 7, 29 maio 1965.

AO POVO brasileiro. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 3 out. 1962.

CAMPOS, Geir. A mulher em debate. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 7 set. 1963.

CAMPOS, Geir. A Câmara do livro acomodou-se. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 dez. 1963.

EDITOR no PTB. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 5, 8 dez. 1960.

ESQUERDAS querem homens de seus quadros no ministério. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 16 dez. 1963.

ESQUERDA: união para ascensão ao poder. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 16 dez. 1963.

ESQUERDAS exigem um novo ministério e culpam Goulart por fome e miséria. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, caderno 1, p. 3, 17 de dez. de 1963.

FRANCIS, Paulo. Show Business. Segadas e Homero. **Última Hora**. Rio de Janeiro, p.10, 25 set. 1962.

INTELECTUAIS em massa apoiam a candidatura de Sergio Magalhaes. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1960.

INTELECTUAIS condenam atentado à Constituição. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 5, 31 ago. 1961.

MAURO, José. Intelectuais e o golpe. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 10, 15 set. 1961.

MAURO, Jose. Na hora H. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 26 maio 1962.

MAURO, José. Sanções econômicas contra a editora. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 out. 1962.

MAURO, José. Na hora H. Uma e Outras. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 16 dez. 1963.

SÉRGIO Magalhaes em noite de autógrafos. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 3 out. 1960.

TAVARES, Flávio. Informa de Brasília. Balanço na esquerda. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 16 dez. 1963.

ACERVO O ESTADO DE S. PAULO

O Estado De S. Paulo

CENTRO estudará questões políticas. **O Estado de S. Paulo**, 1 ago. 1978.

ESCOREL, Eduardo. Celebrando o legado de Leo Hirszman. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2007, caderno 2.

FRANCIS, Paulo. Nova York por aí. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 26 fev. 1996, caderno 2.

MONIZ Bandeira é detido no Galeão. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, , 20 dez. 1978.

REVISTA da Civilização Brasileira volta a circular. **O Estado de São Paulo**. São Paulo 9 fev. 1978.

BIBLIOTECA SALOMÃO MALINA- FUNDAÇÃO ASTROGILDO PEREIRA

Voz Operária

COMITÊ Central do PCB. A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Paris, p.1-8, Suplemento ao n. 159. Junho 1979.

DECLARAÇÃO do PCB sobre o Movimento Sindical. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Paris, p. 6-8, n. 152. Nov. 1978.

GUEDES, Armênio. Construir uma saída para a crise, eis a tarefa atual para as forças democráticas. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Paris, n. 147, p. 4-5. jun. 1978.

PRIMEIRA conversa sobre o universo dos problemas e movimentos femininos. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Paris, n. 154, jan. 1979, p. 6-7.

RESPOSTAS a um novo quadro. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Paris, p. 1, n. 147. junho, 1978.

TEIXEIRA, Josimar. Frente democrática: instrumento do pacto em torno do novo regime. **Voz Operária**. Órgão central do Partido Comunista Brasileiro, n. 147, jun. 1978, p. 8.

Voz Da Unidade

CAVALCANTI, Paulo. A hora é de unir as forças democráticas. **Voz da Unidade**, São Paulo, ano 1, n. 11, p. 3, 1-7 ago.1980.

KONDER, Leandro. Democracia sai ganhando com a visita do papa. **Voz da unidade**, São Paulo, ano 1, n. 14, p. 3, 10-16 jul. 1980.

VIANNA, Werneck. Pela Política, contra o basismo e o espontaneísmo. **Voz da Unidade**, São Paulo, n. 11, 12-18 jun., p. 3, 1980.

BIBLIOTECA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Jornal *Reunião*

KONDER, Leandro. Paulo Francis e as esquerdas. **Reunião**, Rio de Janeiro, p. 31, 27 out. 1965.

SILVEIRA, Ênio. Editorial. **Reunião**, Rio de Janeiro, p. 2, 20 out. 1965.

SILVEIRA, Ênio. Editorial. **Reunião**, Rio de Janeiro, p. 2, 27 out. 1965.

REVISTAS

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Revista Civilização Brasileira

CONDIÇÕES e perspectivas da política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, n. 1, p. 5-25, Rio de Janeiro, mar. 1965.

FÉLIX, Moacyr (org). Tchecoslováquia. Análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, caderno especial 3, ano IV, set. 1968.

GAZZANEO, Luís Mario; SILVEIRA, Cid (org). A Revolução Russa. Cinquenta Anos de História. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Caderno Especial n. 1, nov. 1967.

GUIMARAES, RENATO. Esquerdismo: doença senil do anticomunismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 131-167, maio-ago. 1968.

GUEDES, Fausto. Revolução Brasileira: nova fase de um debate antigo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 20, 1965.

MITCHELL, Juliet. Mulheres, a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-41, jul. 1967.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Negro do Brasil: uma experiência sócio-racial. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, caderno especial n.2, p. 193-211, jul. 1968.

SILVEIRA, Ênio. Princípios e Propósitos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-4, março de 1965.

SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal. Primeira Epístola: sobre o “delito de opinião”. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.3, p. 3-11, jul.1965.

SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal. Segunda Epístola: sobre a vara de marmelo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, set. 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. Terrorismo Cultural. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 241, maio 1965.

TAVARES, Assis. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 11-12, p. 48-80, dez. 1966-mar. 1967.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, caderno especial n.2, ano IV, p. 69-78, jul. 1968.

WEFFORT, Francisco. Raízes Sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-61, maio 1965.

Encontros Com A Civilização Brasileira

ABRAMOVAY, Ricardo. Marxismo e cristianismo. Aqui e agora. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 28, vol. 3, p. 131-144, 1981.

ALAMBERT, Zuleika; Félix, Moacyr. Mulher (Editorial). **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 7-8, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.

ALAMBERT, Zuleika. Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p.105-125, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.

ARRAES, Miguel. Crise da democracia e a abertura no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 29, p.163- 174, 1982.

AUGUSTO, Sérgio. Os direitos de Carter e os diretos de Chomsky. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.31-40, agosto de 1978.

AUGUSTO, Sérgio. Os bobos da corte estão levitando. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 231-242, junho de 1978.

BANDEIRA, Alberto Moniz. As origens e a evolução do PTB. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 95-116, outubro de 1978.

BASSO, Lelio. Democracia e socialismo na Europa Ocidental. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 24, vol. 3, p. 105-124, 1980.

BETTO, Frei. Da prática da pastoral popular. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 107, ago. 1978.

BETTO, Frei. A educação nas classes populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 162-173, jul. 1979.

BETTO, Frei. Prática pastoral e prática política. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 21, vol. 3. p. 141-158, mar. 1980.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de via e creches. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.26, v. 3, p. 63-70,1980. Dossiê A Mulher Hoje.

BOFF, Clodóvis; BOFF, Leonardo. Comunidades Cristãs e política partidária. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 11-25, set. 1978.

CASTRO, Mary Garcia. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v.3, p. 157-171,1980. Dossiê A Mulher Hoje.

CASTRO, Mary Garcia. Controle de natalidade, legalização do aborto e feminismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 223-231, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.

CAVA, Ralph della. Política a Curto Prazo e Religião a Longo Prazo: Uma visão da Igreja Católica no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 242-257, jul. 1978.

- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa. A Internacional Socialista vai à América Latina. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p.111-119, março de 1979.
- CERRONI, Umberto. Estado e Revolução. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 57-80, ago. 1978.
- CHAVES NETO, Elias. *O socialismo e os impasses atuais do Brasil* **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 24, v.3, p. 125-145, 1980.
- COLABORAM neste número. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p. 238-240, 1982.
- CONDÉ, Narciso. Legalidade, democracia política e ditadura de classe. Dossiê Eurocomunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 233-237, 1978.
- CORREA, Hércules. A estrutura sindical brasileira, lutas, experiências e proposta. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 3, p. 127-139, mar. 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, mar. 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Democracia no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 19-48, nov. 1979.
- FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 7-8, jul. 1979.
- FÉLIX, Moacyr. Três prefácios e uma orelha sobre liberdade e sexo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.26, v.3, p. 189-208, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- FÉLIX, Moacyr. Uma carta para a revista Veja. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro n. 26, v. 3, p. 235-240, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Tarefas dos intelectuais na revolução democrática. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 25-33, ago. 1979.
- FONSECA, Claudia. Trabalhadores sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 173-187, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 195-202, 1979.
- GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 9-29, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- GRUPO Feminista Rio. A mulher e a CLT. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 143-155, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- HAVEMAN, Robert. O Caminho de Praga. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 155-158, set. 1979. Dossiê Socialismo e Democracia.
- HELLER, Agnes. O futuro das relações entre os sexos. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v.3, p. 49-61, ago. 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- HELLER, Agnes. Democracia formal e democracia socialista. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 171-187, set. 1980.
- HOBBSBAWN, Eric. Humanismo e Barbárie: o terrorismo neste final de século. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 23-32, jul. 1978.
- HOBBSBAWN, Eric. O eurocomunismo e a longa transição capitalista. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 226-232, out. 1978. Dossiê Eurocomunismo.
- HOHLFELDT, Antônio. Olívio Dutra: Um Líder Sindical – Entrevista com Antônio Hohlfeldt. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 3, p. 11-36, abr. 1980.

- KANAPA, Jean. As características do eurocomunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 243-249, out. 1978. Dossiê Eurocomunismo.
- KARDEJ, Edvard Kardej. A crise do capitalismo e o eurocomunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 250-258, out. 1978. Dossiê Eurocomunismo.
- KONDER, Leandro. Marxismo e Cristianismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 57-65, dez. 1978.
- LARSEN, Niels. O eurocomunismo e seus sete preceitos. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 238-242, out. 1978. Dossiê Eurocomunismo.
- LIBÂNIO, João Batista. Conflito Igreja-Estado. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 29-40, out. 1978.
- LIMA Sobrinho, Barbosa. Ação Sindical e Desenvolvimento Econômico. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 65-75, jul.1978.
- LOBO, Eugênio Roberto Haddock. A Organização Sindical Brasileira e os Direitos do Homem. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 65-76, jul. 1979.
- LONGO, Luigi. Relatório sobre a Tchecoslováquia. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 132-149, set. 1979. Dossiê Socialismo e Democracia.
- MASCIARELLI, Franca. Feminismo e freudismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 71-86, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- MELLO, Zuleide Faria. A Reprodução da Força de Trabalho e os Índices Salariais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 123- 137, ago. 1978.
- MORAIS Filho, Evaristo. Direito do Trabalho no Estado de Direito. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 223-240, mar. 1979.
- MOTA, Clarice Novaes da. Por uma Antropologia da Mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p.31-48,1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- MUNERATO, Elice; OLIVEIRA, Maria Helena Darcy. Quando as mulheres filmam. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v.3, p. 127-141, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- NASCENTES, Maria Jose. Uma proposta para o movimento feminista: subverter os conceitos e as ideias vigentes. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v.3, p. 87-95, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- NOTA oficial do centro brasileiro de estudos da saúde. Aborto: uma questão em debate. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 232-234,1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- RADICE, Lucio Lombardo. Um socialismo a ser inventado. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 13-32, 1979.
- RIDLEY-LEIGH, Dominique. Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v.3, p. 209-222,1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- ROLIM, Francisco. Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 3, p. 89-114, abril 1980.
- SCHNAITH, Nelly. O fundo da imagem na questão feminina. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 26, v. 3, p. 97-104, 1980. Dossiê A Mulher Hoje.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da *et al.* Debate sobre a crise brasileira. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 213-217, maio 1979.
- SILVEIRA, Ênio. Por que e para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 8, julho 1978.
- SILVEIRA, Ênio. Fazer história ou não, eis a opção. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-9, ago.1978.

- SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira? **Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, n. 6, p. 6-10, dez.1978.
- SILVEIRA, Ênio. Alceu-85: Monumento à Dignidade Humana. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 202, dez. de 1978.
- SILVEIRA, Os arautos da mentira. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7-10, jan. 1979.
- SILVEIRA, Ênio. O conveniente fantasma do comunismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 11, mar. 1979.
- SILVEIRA, Ênio. Um ano de Encontros. **Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, n.12, p. 7-8, jun.1979.
- SILVEIRA, Ênio. Diálogos de surdos. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 17, p.10, nov. 1979.
- SILVEIRA, Ênio. Desordem e possível progresso. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 8, fev. 1980.
- SILVEIRA, Ênio. Ordem, progresso e dependência. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 23, p.10, mai. 1980.
- SILVEIRA, Ênio. O som e a fúria...significando muito. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 25, v. 3, p. 7-9, jul. 1980.
- SILVEIRA, Ênio. Perguntas de vinte intelectuais a Luiz Carlos Prestes. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 161, 1980.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Puebla e as práticas populares na América Latina. **Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, n. 9, p. 79-93, mar. 1979.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes. O intelectual orgânico a serviço do sistema ou das classes populares? **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 38, set. 1978.
- SUPEK, Rudi. Uma resposta crítica ao socialismo de Estado. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p. 141-162,1982.
- TOSEL, André. Hegemonia e pluralismo: a elaboração teórico-política do marxismo italiano. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 77-96, jul. 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. Apontamentos sobre a questão operária e sindical. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 51-63, jul. 1979.
- VOLPE, Galvano. Crise tcheca e teoria política. **Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, n. 15, p. 151-153, set. 1979. Dossiê Socialismo e Democracia.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 25, v.3, p. 107-132, jul. 1980.

CARTAS E TELEGRAMAS

ARQUIVO JOÃO GOULART (SÉRIE EXÍLIO) – CPDOC/FGV

- AUTOR não identificado. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 31 ago. 1966. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p.14-29.
- AUTOR não identificado. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 12 out. 1966. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p.36-42.

AUTOR não identificado. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 12 set. 1967. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p.149-164.

AUTOR não identificado. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, out./nov. 1967. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p. 199-210.

AUTOR não identificado. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, dez. 1967. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p.233-250.

GOULART, João. [Correspondência a José Ermírio de Moraes sobre o 'Livro Branco do Governo Goulart' a ser editado por Ênio Silveira]. Destinatário: José Ermírio de Moraes. Montevideu, 25 ago. 1968. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05, p.379.

SILVEIRA, Ênio. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 25 jul. 1968. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p. 370-372.

SILVEIRA, Ênio. [Correspondência]. Destinatário: João Goulart. Rio de Janeiro, 29 ago. 1968. CPDOC\FGV. Arquivo João Goulart, classificação: classificação: Exílio/JG e 1966.05.05 (20), p. 381-382.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL 101 A 200. BMN 110

BERGMAN, Charles. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. S\D.

EDITIONS Delachaux Niestles. [Correspondência]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Suíça, 20 maio 1970.

GRALL, Alex. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Paris, 20 de maio de 1970.

MACCOL, James. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Pennsylvania, S\D.

MCGREGOR, M. [Correspondência]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Nova York, 12 jun. 1970.

ROSENTHAL, Thomas. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Inglaterra, S\D.

SAUTOY, P. F. [Telegrama]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici. Inglaterra, S\D.

SILVEIRA, Ênio. [Correspondência]. Destinatário: General Emílio Garrastazu Médici, 15 out. 1969.

PREFÁCIOS, ORELHAS, DEDICATÓRIAS ESCRITAS POR ÊNIO SILVEIRA E OUTROS INTELLECTUAIS PARA PUBLICAÇÕES DA CEN, ECB E BUP

CARPEAUX, Otto Maria. Prefácio. In: Poerner, Arthur José. Argélia: o caminho da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

DEDICATÓRIA a José Luiz de Magalhães Lins. In: TOLSTÓI, Leon. **A morte de Ivan Ilitch**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular-BUP, 1963.

FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira**: arquiteto de Liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: LASKI, Harold. **Reflexões sobre a revolução de nossa época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

- SILVEIRA, Ênio. Uma explicação pessoal do editor (orelha). In: SILVEIRA, Valdomiro. **Os caboclos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SILVEIRA, Ênio. Orelha. In: Nery, Adalgisa. **Retrato sem retoque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Coleção Retratos do Brasil, v. 18).
- SILVEIRA, Ênio. Apresentação. In: IRVING, Washington *et al.* **Contos norte-americanos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular-BUP, 1963.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio do editor Ênio Silveira. A farsa de abril ou o mito da honradez cívica. In: CONY, Carlos. **O Ato e o Fato**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVEIRA, Ênio. Orelha. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil).
- VIEIRA PINTO, Álvaro. Orelha. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963 (Coleção Retratos do Brasil).

LIVROS CITADOS DA EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

- ALVIM, Thereza Cesário. **O golpe de 1964: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ARRAES, Miguel. **Palavra de Arraes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- BANDEIRA, Luiz Alberto de Moniz. **Ano Vermelho. A revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967
- _____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Carteis e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **O governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BETTO, Frei. **Cartas da prisão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Das Catacumbas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **A vida suspeita do subversivo Raul Parelo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOAL, Augusto. **Milagre no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CALLADO, Antônio. **Quarup**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **Reflexos no baile**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CÂMARA, Helder. **Mil razões para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Creio na Justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 .
- CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA, Bolivar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?** (Cadernos do Povo Brasileiro, v.7). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- DANTAS, San Thiago. **Política externa independente**. (Retratos do Brasil, v.13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962
- DEUTSCHER, Isaac. **Trotski. O Profeta armado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

- _____. **Stalin, a história de uma tirania.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- FACÓ, RUI. **Cangaceiros e fanáticos.** (Retratos do Brasil, v.15). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FILHO, Mario. **O negro no Futebol Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Cartas do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura e literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARAES, Alberto Passos. **Inflação e monopólio no Brasil.** (Retratos do Brasil, v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- GULLAR, Ferreira. **Poema Sujo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HOLANDA, Chico Buarque de. **Fazenda Modelo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- HOLANDA, Chico Buarque de. **Gota d'água.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- HOLANDA, Nestor. **Como seria o Brasil socialista?** (Cadernos do Povo Brasileiro, v.8). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** (Retratos do Brasil, v.14). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- JULIÃO, Francisco. **Até quarta, Isabela.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LOUZEIRO, José. **Assim marcha a família.** (Retratos do Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LOUZEIRO, José. **Lucio Flávio, o passageiro da agonia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LOUZEIRO, José. **Araceli, meu amor.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MAGALHÃES, Sérgio. **Problemas do desenvolvimento econômico.** (Retratos do Brasil, v.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- MARTINS, F. Magalhaes. **Delmiro Golveia: pioneiro e nacionalista.** (Retratos do Brasil, v.17). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os Brasileiros: anistia ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MIROW, Kurt. **A ditadura dos Cartéis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MIROW, Kurt. **Condenados ao subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis.** (Retratos do Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington.** (Retratos do Brasil, v.34). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MUNHOZ, Bento. **Radiografia de novembro.** (Retratos do Brasil, v.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- NERY, Adalgisa. **Retrato sem retoque.** (Retratos do Brasil, v.18). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

- OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?** (Cadernos do Povo Brasileiro, v.9). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- PINTO, Alvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** (Cadernos do Povo Brasileiro, v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- POERNER, Arthur. **Argélia: o caminho da independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- POERNER, Arthur. **O poder jovem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ROCHA, GLAUBER. **Revisão crítica do cinema brasileiro.** (Retratos do Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SODRE, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** (Retratos do Brasil, v. 22). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SILVEIRA, Valdomiro. **Os Caboclos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. **Mixuangos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **Na Serra e nas Furnas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- TOGGLIATTI, Palmiro. **O caminho italiano para o socialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MEMÓRIAS E ENTREVISTAS PUBLICADAS

- NEIVA, Odosvaldo Portugal. Encontros com a Civilização Brasileira: da resistência à realização. In: FÉLIX, Moacyr. **Pensar e o sentir na obra de Moacyr Félix.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- FERREIRA, Jerusa (org.). **Ênio Silveira** -Editando o editor 3. São Paulo, EDUSP, 1992.
- POERNER, Arthur. **Rebelde todo dia:** memórias de Arthur Poerner. Rio de Janeiro: Lacre, 2019.
- SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da Cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964 Visões Críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

DOCUMENTOS RELATIVO AO PCB

- COMISSÃO estadual de reorganização do PCB\SP, 1978. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio, *et al.* **O PCB em São Paulo:** documentos (1974-1981). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- DECLARAÇÃO de maio de 1965 do PCB. In: MELO, Gilvan. **Blog Democracia Política e novo Reformismo.** Política e cultura, segundo uma opção democrática, constitucionalista, reformista e plural, 29 mar. 2019. Disponível em <https://gilvanmelo.blogspot.com/2019/03/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964.html#more>, acesso em 20 fev. 2024.
- PCB/São Paulo: dez anos de política - o futuro imediato. In: NOGUEIRA, M. A., *et al.* **O PCB em São Paulo:** Documentos (1974-1980). São Paulo: Editora Lech, 1981, *apud* Napolitano, 2017, p. 282.
- DEL PICCHIA, Pedro. **O PCB no quadro atual da política brasileira:** Entrevistas com seis membros do Comitê Central. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Retratos do Brasil).
- VI CONGRESSO do PCB (dezembro 1967). In: CARONE, Edgar. **O PCB (1964 a 1982).** São Paulo: Difel, 1982, v.3.

DOCUMENTOS RELATIVOS AO CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO

ARQUIVO NACIONAL- FUNDO DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Manifesto de Fundação**. Rio de Janeiro, 1978 [Anexo da informação n. 023/79 /DSI/MJ da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. 17 janeiro de 1979]. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça.

CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Encontro Nacional pela Democracia**. Rio de Janeiro, 17 janeiro de 1979 [Anexo da informação n. 023/79 /DSI/MJ da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. 17 janeiro de 1979]. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça.

CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. **Projeto de documento básico**. Rio de Janeiro, nov. 1979 [anexo E da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, 15 maio 1980]. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

O LUGAR, o fim e os meios. **Brasil Democrático**. Rio de Janeiro, novembro de 1978, n.1, p.2. [Anexo da informação n. p.6.1/79 /DSI/MJ, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, 09 de março de 1979]. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (base de dados): Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

DOCUMENTOS DA JUSTIÇA MILITAR

BIBLIOTECA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

JUSTIÇA MILITAR. Auditoria da Marinha. **Inquérito Policial Militar n. 551/967**, v. 1 e 2. Brasília: Arquivo do Superior Tribunal Militar/SeArq, 1967.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS À AUTORA

- Ivan Alves Filho, presencialmente, em Tiradentes/MG, no dia 21 de setembro de 2021.
- Claudia Fonseca, via e-mail, no dia 08 de março de 2022.
- Danúbio Rodrigues, por ligação telefônica, nos dias 08 de agosto, 1, 2 e 7 de setembro de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-432, (As esquerdas no Brasil, v. 2).

ALVES, I. da C. Os Movimentos Feminista e Comunista no Brasil: História, Memória e Política. In: **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 107-140, 2017. DOI: 10.36449/rth.v21i2.17245. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/17245>. Acesso: 2 jun. 2025.

ALVES FILHO, Ivan. **Os nove de 22**. O PCB na vida política brasileira. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2021.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Gisele *et. al.* Entrevista com Luiz Werneck Vianna. In: **Escritos**: Revista da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 4, n. 4, p. 343-366, 2010. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/17112/werneck.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 20 dez. 2024.

AUGUSTO, Sérgio. Joias do folclore intelectual dos comunistas. In: **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 2008, caderno 2, p. D11.

BARCELOS, T.A.; THESEN, I. O despertar do Feminismo na 'Voz Operária'. In: XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio. Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, 2012, São Gonçalo. XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio. Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa - Caderno de Resumos, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338326099_ARQUIVO_anpuh2012-ThatianaAmaral.pdf. Acesso: 20 mar. 2022.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BODEGHERO, Carla. A anistia de 1979: um balanço bibliográfico. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/401/323>. Acesso: 15 fev. 2024.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Tempo Brasileiro e Novos Estudos Nos Anos 80. In: **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 1, n.1, p. 5-9, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/download/994/781>. Acesso: 20 jan. 2024.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros, Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. In: **Revista Iberoamericana**, v. LXX, n. 208-209, Julio-Diciembre, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1984-784X.2010v10n15p05/17874>. Acesso: 20 jan. 2024.

CARVALHO, Maria Alice. Breve História do “comunismo democrático” no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 261-281. (As esquerdas no Brasil, v.3).

CASTRO, Ana Caroline Silva. Ênio Silveira: edição, repressão e redes de sociabilidade. In: **EXTRAPRENSA (USP)**, ano VIII, n.14, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/EPX14-A5/88029>. Acesso: 15 dez. 2024.

CESTARI, Larissa Raele. Ênio Silveira e a resistência cultural à ditadura militar: a criação do jornal Reunião (1965). In: IX ENCONTRO ANPUH DF: Profissão historiadora, historiador, 2020, Brasília. **Anais Eletrônicos** [...]. Brasília: 2020, p. 1074-1087. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fDTIcmni9VKfshhCdHNEuyF0x_nhN0gS/view. Acesso: 20 jan. 2022.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p.1-20, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso: 20 dez. 2024.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jul. 2024.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/33836/20058>. Acesso: 10 mar. 2022.

CONY, Carlos Heitor. **O Ato e o Fato: Crônicas Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COUTO, Cristiano. Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. **Dimensões**, v. 29, p. 351-373, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256497535_Encontros_com_a_Civilizacao_Brasileira_1978-1982_resistencia_cultural_e_prenuncio_de_uma_nostalgia. Acesso: 20 jul. 2021.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios: confronto de resistências em revistas culturais encontros com a civilização brasileira, cuadernos de marcha e controversia (1978-1984)**. 2013. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. Construção de hegemonia político-cultural no contexto da transição: narrativas sobre democracia e socialismo em Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1979-1985). **Revista Tempo**, v. 21, n. 37, p.

151-169, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tem/a/9LzNXKWJpD3N6VkN9bJ8mTr/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso: 20 jul. 2021.

CRESPO, Regina Aida. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: **CADERNOS DE SEMINÁRIOS DE PESQUISA VOLUME II**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/Humanitas, p. 98- 116, 2011. Disponível em: <https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>. Acesso: 20 jan. 2024.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio**: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião**: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. “Sou brasileiro, democrata e editor”. **Tempo Social**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 149-174, 5 ago. 2020. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/tzGY7q7mkXv9nH3nVwwRHBR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jan. 2021.

CZAJKA, Rodrigo. A revista civilização brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/h74gXbhKQtQdbkvyX8xP9XC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jan. 2021.

CZAJKA, R. A batalha das ideias: resistência cultural e mercado editorial brasileiro na década de 1960. In: SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs.). **Intelectuais partidos**: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, v. 1.

CZAJKA, R. “A HORA DOS INTELECTUAIS”: Literatura, imprensa e engajamento no Brasil (1964-1967). **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 73–106, 2014. Disponível em:
https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1185/1126. Acesso: 10 jan. 2021.

D’ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: DELGADO, Lucília Almeida; FERREIRA, Jorge. **O tempo do Regime Autoritário**: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 11-48. (Coleção Brasil Republicano, v. 4).

DECRETO do Comitê Central do PCUS (3 junho 1956). In: ARAUJO, Caetano Pereira (org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p.127-146.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**: De Pascal a Sartre. São Paulo: Edusc, 2002.

DOSSE, François. **La marche des idées**: Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle. Paris: Editions La Découverte, 2003.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 33, n. 66, p. 113-134, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/VzG6xG7GSg4cWSBB7qSHCKQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 15 jul. 2023.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIOCCO, Gianluca. Divisor de águas no movimento comunista internacional. In: ARAUJO, Caetano Pereira(org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022.

FONTENELLE e SILVA, Marcelo. Condições de produção e circulação de um clássico da esquerda: uma análise de A democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 345-383, mar/jun. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65450>. Acesso:15 jul. 2021.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. **Frei Beto**: biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREIRE, Américo. O livro como arma branca: ensaio biográfico de Ênio Silveira. In: FERREIRA, Jorge; GALONI, Karla. **A República no Brasil**: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Niterói: EDUFF, 2019.

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e supercensura na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana; GUSMÃO, Henrique Buarque. **O palco e o tempo: estudos de História e historiografia do teatro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Casto; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Casto; HANSEN, Patrícia Santos (orgs). **Intelectuais mediadores; prática culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONZÁLEZ, Alexandra Pita; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **RELMECS**, [S.L], v. 5, n.1, jun. 2015. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6669/pr.6669.pdf. Acesso: 20 dez. 2024.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

HERMETO, Miriam. Os seminários de dramaturgia do Grupo Casa Grande. Limites do frentismo de resistência político-cultural na abertura política brasileira. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

KHRUSCHOV, N. S. Discurso em reunião fechada do XX Congresso do PCUS. Sobre o culto à personalidade e suas consequências. In: ARAUJO, Caetano Pereira (org.). **Kruschov denuncia Stálin. Revolução e Democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022, p. 50-124.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3NSCRgSjxx9mz3FCMNYFfQn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jul. 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, v. 8, p.53-95, 2001.

LIMA, G.; MARIZ, A. Editora Civilização Brasileira: novos parâmetros na produção editorial brasileira. In: ABREU, M.; BRAGANÇA, A. (orgs). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última legalidade (1964-84)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

LOVATTO, Angélica. **Os cadernos do povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

LOVATTO, Angélica. ISEB: Do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. **Princípios**, [S. l.], v. 40, n. 162, jul-out. 2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/148/66>. Acesso: 20 jul. 2021.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MATTOS, Patrícia. Rumos do feminismo no Brasil: conquistas, disputas e desafios. In: PAIVA, Angela, et.al., **Movimentos e coletivos sociais: Categorias em disputa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2023.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela anistia. Perseu. História, Memória e Política. São Paulo, n. 6, 2011, p. 257-277.

MOACYR Félix uniu poesia e ação em defesa dos homens. In: **Revista Nacional. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 06-12 jun. 1999. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1990 a 1999 - DocReader Web](#) (Hemeroteca Digital Brasileira) . Acesso: 11 dez. 2024.

MONDAINI, Marco. Há trinta anos, o eurocomunismo. **Gramsci e o Brasil**, 2006. Disponível em: <https://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=535>. Acesso: 01 fev. 2025.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A verdadeira pátria dos trabalhadores: a URSS e as edições comunistas. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005, v. 1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, M. L. Q. de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4930/4119>. Acesso: 10 jan. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 28, n. 80, p. 41-58, abr. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/6jkqB5cLmBpXN4Jm8kt7QHj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 mar.2024.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)**. São Paulo: Intermeios (USP), 2017.

NEVES, Dédallo de Paula. **A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma intelectualidade (1978-1982)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2021.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará e Fundação Roberto Marinho, 1995.

PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: ÁTICA, 1990.

DEL PICCHIA, Pedro. **O PCB no quadro atual da política brasileira: Entrevistas com seis membros do Comitê Central**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Retratos do Brasil).

PERLATTO, Fernando. A reinvenção do público: intelectuais, democracia e esfera pública. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 3, ano 2, p.1-19, mai. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/issue/view/710>. Acesso: 15 fev. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PLUET- DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l’histoire des intellectuels: les revues. In: **Les Cahiers de L’Institut d’Histoire du Temps Présent**, n. 20, mars 1992. Sociabilités Intellectuelles. Liex, Milieux, reseaux, p. 125-136.

PRESTES, Anita. O fracasso dos autodenominados “renovadores” (1970-1980). In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. **História do PCB**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 75–90, 2014. <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkxmNvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 fev. 2024.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil, entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do Povo brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: GOMES, Angela de Castro *et.al.* **O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1983, v.3.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSA, Michele Rossoni. **Esquerdisticamente afinados: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROSA, Susel Oliveira da. "Subterrâneos da liberdade": mulheres, militância e clandestinidade. **Labrys** (Edição em Português. Online), N. 15, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/susel.htm>. Acesso: 20 jan. 2022.

RUBIM, Antônio. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim. **História do Marxismo no Brasil. Teorias. Interpretações**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 14, n. 41, p.

103-120, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KCkbMh43JQFRsKGYBRXfXqm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 nov. 2024.

SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: A disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos de 1970/1980. **Perseu**: História, Memória e Política, São Paulo, n.1, Ano I, p. 37-67, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Partido e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55., n. 3, p. 787-826, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/8F6TNPswxNgnjMKRw6gS4vR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 nov. 2024.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 104, p. 19-65, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNRZ6wnwtgcsfpyFMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 nov. 2024.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: **América: Cahiers du CRICCAL**, n. 9-10, 1992. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso: 10 abr. 2024.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política** – 1964-1969. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014, v. 6.

SEGATTO, José Antônio. Renovação teórica e política do PCB. In: ARAUJO, Caetano Pereira de (org). **Khrushchov denuncia Stálin**: Revolução e Democracia. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Sérgio Ricardo França. **Cicatrizes**: A trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Eumano. **Longa jornada até a democracia**: Os 100 anos do partidão-1922-2022. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2023, v.2.

SILVEIRA, Maria Rita C. Jobim. **A Revista Civilização Brasileira**: um veículo de resistência cultural. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo de. INTELLECTUAIS COMUNISTAS E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 101, p. 53-87, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/8BJhS35QY3pzB5QRbL3qMQn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 nov. 2022.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-254, 1 semestre 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30983/18072>. Acesso: 20 fev. 2022.

SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de zuleika alambert. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 40, p. 169-195, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TKqMgbfSg9SgSkbhCZLgKYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 fev. 2022.

SOUSA, Priscila Paula de. Mulheres e militância na ditadura militar brasileira: uma análise historiográfica. **História e Cultura**, Franca, v. 7, n. 1, p. 102-133, jan-jul. 2018. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2323>. Acesso: 20 fev. 2022.

TARCUS, Horacio. Las revistas culturales latino-americanas. In: Giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles. Buenos Aires, 1 ed., Temperley: Tren em Movimiento, 2020.

TAVARES, Btzaida Mata Machado. **Mulheres Comunistas**: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul-dez. 1996.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e Malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origens e abordagens. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 63-79, 1 semestre 2015. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762/8823>. Acesso: 15 fev. 2024.

APÊNDICE- Lista dos autores e títulos de cada número de Encontros com a Civilização Brasileira

Tabela 1: Número 1 – Julho\1978

Título	Autor(a/es)
Por Quê e Para Quê	Enio Silveira
Sobre o Óbvio	Darcy Ribeiro
Humanismo e Barbárie: o terrorismo neste final de século	Eric Hobsbawm
Antropologia e Direitos Humanos	Henrique C. de Lima Vaz, S. J.
Ação Sindical e Desenvolvimento Econômico	Barbosa Lima Sobrinho
Impressões de Cuba: Juri no Caribe	Ignácio Loyola Brandão
Entrevista com Gianfrancesco Guarnieri	Fernando Peixoto
Poemas Inéditos	Moacyr Félix
O Trabalho Médico, a Produção Capitalista e a Viabilidade do Projeto de Prevenção	Antônio Sérgio da Silva Arouca
Estado de Direito e Segurança Nacional: Tese apresentada à VII Conferência Nacional da OAB	Bernardette Pedrosa
O Brasileiro Negro, 90 Anos Depois	Cláudio Bojunga
Transferência de Tecnologia e Dependência na América Latina	J. Leite Lopes
O Estado e a Organização da Cultura	Octávio Ianni
Política a Curto Prazo e Religião a Longo Prazo: Uma visão da Igreja Católica no Brasil (em abril de 1978)	Ralph Della Cava
In Memoriam: Carpeaux e Alexandria	Sebastião Uchoa Leite
In Memoriam: Darwin Brandão e a Resistência Cultural	Zuenir Ventura
In Memoriam: Max da Costa Santos	Waldir Pires
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Vanguarda e Subdesenvolvimento/Ferreira Gullar	Marilena Vianna
Pavão Parlenda Paraíso/José Paulo Paes	Carlos Augusto Corrêa
Soberania, Guerra e Paz/Luiz Alberto Bahia	Franklin de Oliveira
O escravismo colonial/Jacob Gorender	José Oscar Beozzo, Pe.
Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista/Phil Slater	Pedro Lyra
Movimento estudantil e consciência social/José Augusto Guilhon Albuquerque	Gisálio Cerqueira Filho
Patética/João Ribeiro Chaves; Caixa de Cimento/Carlos Henrique Escobar	Macksen Luiz
As primícias/Dias Gomes	Yan Michalski
O crepúsculo do capitalismo/Michael Harrington	Francisco de Oliveira
Maíra/Darcy Ribeiro	Benício Medeiros

Tabela 2: Número 2 – Agosto\1978

Título	Autor(a/es)
Fazer História ou Não, Eis a Opção	Enio Silveira
Teses para o Terceiro Mundo	Mário Pedrosa
Os Direitos de Carter e os Direitos de Chomsky	Sérgio Augusto
Modernização, Desenvolvimento Nacional e Desenvolvimento Social	Hélio Jaguaribe
Estado e Revolução	Umberto Cerroni
Função Política da Literatura e da Arte	Franklin de Oliveira
Da Prática da Pastoral Popular	Frei Betto
A Morte da Baleia	Affonso Romano de Sant'Anna
A Reprodução da Força de Trabalho e os Índices Salariais	Zuleide Faria de Mello

En el Reino Del Revés, el Sol Sale a Medianoche	Eduardo Galeano
A Imprensa Brasileira Após 64	Sebastião Geraldo Breguêz
Atualidade de Mário de Andrade	Antônio Carlos de Brito
Hombre	Sérgio Faraco
Conciliação e Violência na História do Brasil	Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder
Lei de Segurança Nacional	Heleno Cláudio Fragoso
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Dialética, Teoria, Práxis/Gerd A. Bonheim	João da Penha
Objeto Selvagem & Poesia Completa/Mário Chamie	Flávio Moreira da Costa
Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno/Darcy Ribeiro	João Pacheco de Oliveira Filho
Benjamin e Adorno: confrontos/Flávio René Kothe	Vilma Arêas
Teatro do oprimido e outras poéticas políticas/Augusto Boal	Márcio Alves Sucupira
Em defesa dos direitos humanos. Encontro com o repórter; D. Paulo Evaristo Arns & Creio na justiça e na esperança/D. Pedro Casaldáliga	J.B. Libâneo
Sociologia, Fenomenologia e Análise Marxista; Barry Smart e Marx e teoria social moderna/Alan Swingewood	Michel Misse
A república das usinas (um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930) /Gadiel Perruci	Denis de Mendonça Bernardes
A história da sexualidade – parte I (“A vontade de saber”); Michel Foucault & Esquizofrenia, o símbolo sagrado da psiquiatria/Thomas Szasz	Antônio A. Serra e José Virgílio Rosas Duarte
A cozinheira e o canibal/André Glucksmann	Eduardo Francisco Alves

Tabela 3: Número 3 – Setembro\1978

Título	Autor(a/es)
Raciocinar é uma Coisa, Pensar é Outra	Moacyr Félix
Comunidades Cristãs e Política Partidária	Clodóvis Boff e Leonardo Boff
O Intelectual Orgânico: a Serviço do Sistema ou das Classes Populares?	Luiz Alberto Gómez de Souza
“Sem Democracia Não Há Estado de Direito”: Entrevista com Pontes de Miranda	Sebastião Geraldo Breguêz
Extração de Mais-Valia, Repressão da Sexualidade e Catolicismo na América Latina	Otto Maduro, Ph.D.
Vanguarda Literária e Ideologia	Fábio Lucas
Dualidades e "Escravidão Colonial"	Ignácio Rangel
A Tortura e a Morte de Presos Políticos: O Caso Vladimir Herzog	Heleno Fragoso e Sérgio Bermudes
Notas de um Diário	Ferreira Gullar
Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?	Vanilda Paiva
Tecnologia Apropriada	José Goldemberg
Saúde e Democracia	Wilson Fadul
Poemas	Domingos Pellegrini Jr.
Por Detrás das Plumas e Paetês: Reflexos Sobre Gabriela	Maria Arminda do Nascimento Arruda
Que Fazer?	Jacques Julliard
Protestantismo e Repressão	Rubem A. Alves
Araceli Meu Amor	Antônio Houaiss
Problemas Ligados à Cultura das Classes Pobres	Ecléa Bosi
Tudo Bem – O Filme de Arnaldo Jabôr	Glauber Rocha
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Das Obras de Juventude de G. Lukács	José Paulo Netto

A ideologia da segurança nacional/Pe. Joseph Comblin	Cláudio Bojunga
FGTS: ideologia e repressão/Vera Lúcia Ferrante	Sebastião Geraldo Breguêz
A condição de sociólogo/Florestan Fernandes	José de Ribamar C. Caldeira
Babilônia! Babilônia/Carlos Heitor Cony	Domingos Pellegrini Jr.
Música popular e moderna poesia brasileira/Affonso Romano de Sant'Anna	Consuelo Albergaria
Teatro moderno/Anatol Rosenfeld	Sebastião Uchoa Leite
Um homem bebe cerveja no bar do Odilon/Jeferson Ribeiro de Andrade	Domingo Gonzalez Cruz
Poemas reunidos/Gilberto Mendonça Teles	Carlos Augusto Corrêa
O escravismo colonial/Jacob Gorender	Beatriz Nascimento
Gil Vicente e Camões/Celso Lafer	Vilma Arêas
Uma nova história da música (3ª. edição)/Otto Maria Carpeaux	Homero de Magalhães
Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil/Carlos Estevam Martins	A. Veiga Fialho

Tabela 4: Número 4 – Outubro\1978

Título	Autor(a/es)
Dezoito Parêmas do Verão Contraditório	Moacyr Félix
Empresas Multinacionais e Interesses de Classe	Luiz C. Bresser Pereira
Conflito Igreja-Estado	J. B. Libânio, S. J.
O Romance Latino-Americano: Uma Literatura que é Dona de Sua Alma	Ronaldo Lima Lins
Três Enfoques do Pensamento Filosófico no Brasil: I. Filosofia no Brasil: Palestra realizada sob o patrocínio da Sociedade de Atividades e Estudos Filosóficos	Roland Corbisier
Três Enfoques do Pensamento Filosófico no Brasil: II. Consciência e Realidade Nacional	Henrique C. de Lima Vaz, S. J., Pe.
Três Enfoques do Pensamento Filosófico no Brasil: III. O Pensamento Marxista e a Exigência de sua Renovação: Entrevista de Gerd A. Bonheim a João da Penha	João da Penha
Origens e Evolução do PTB	Luiz Alberto Moniz Bandeira
Nove Poemas de Paulo Mendes Campos	Paulo Mendes Campos
O Modelo Político e a Estrutura Econômico-Social Brasileira	Hélio Jaguaribe
A Bienal Latino-Americana: Desvirtuamento de uma iniciativa	Aracy Amaral
A Revolução Burguesa no Brasil: I. A Revolução Burguesa no Brasil	Emília Viotti da Costa
A Revolução Burguesa no Brasil: II. Estrutura e História	Paulo Silveira
A Revolução Burguesa no Brasil: III. O papel do Estado na recente fase do desenvolvimento capitalista no Brasil.	Juarez Rubens Brandão Lopes
A Revolução Burguesa no Brasil: IV. Sobre o populismo na América Latina	Bernardo Berdichewsky, Ph.D.
A Revolução Burguesa no Brasil: V. Resposta às Intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica	Florestan Fernandes
O papel da ciência no Brasil	Pedro Wilson Leitão Filho e Luiz Sérgio Nascimento Henriques
Comentários "Sobre o Óbvio" de Darcy Ribeiro	Lauro de Oliveira Lima
Dossier sobre o eurocomunismo: I. Introdução	Maria Tereza Ottoni Siqueira
Dossier sobre o Eurocomunismo:	Eric Hobsbawn

II: O eurocomunismo e a longa transição capitalista	
Dossier sobre o Eurocomunismo:	Narciso Isa Condé
III: Legalidade, Democracia Política e Ditadura de Classe	
Dossier sobre o Eurocomunismo:	Niels Larsen
IV: O eurocomunismo e seus sete preceitos	
Dossier sobre o Eurocomunismo:	Jean Kanapa
V: As características do eurocomunismo	
Dossier sobre o Eurocomunismo:	Edvard Kardej
VI: A crise do capitalismo e o Eurocomunismo	
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Antologia retirante/Pedro Casaldáliga	Carlos Rodrigues Brandão
Ciência e sociedade no Brasil/Vanya M. Sant'Anna	Luiz Sérgio Henriques
A canção do amor armado/Thiago de Mello	Salgado Maranhão
A sociologia do Brasil urbano/Anthony Leeds e Elizabeth Leeds	Ruy Moreira
João Pessoa e a Revolução de 30/Ademar Vidal	Joel Rufino dos Santos
O populismo na política brasileira/Francisco Weffort	Sebastião Geraldo Breguêz
Política e desenvolvimento em sociedades dependentes – Ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro/Fernando Henrique Cardoso	Gizlene Neder
Posições I – Resposta a John Lewis/Elementos de autocritica/Louis Althusser	Dráuzio Gonzaga
O neofreudismo à procura da verdade/V.I. Drobekov	Antônio A. Serra

Tabela 5: Número 5 – Novembro\1978

Título	Autor(a/es)
As Magras Parêmiás do Inverno	Moacyr Félix
A Quem Cabe a Responsabilidade da Orientação das Pesquisas?	Luiz H. Pereira da Silva
A Competição e a Dominação entre as Potências Capitalistas Mundiais	James Petras e Robert Rhodes
Dois Nomes da Historiografia Inglesa Contemporânea: Maurice Dobb e Eric Hobsbawm	Carlos Guilherme Mota
Ainda é Possível Salvar a Amazônia?	Márcio Souza
A Propósito de Rebelião e Trabalho Escravo	Manoel Maurício de Albuquerque
<i>Flash</i> Sobre o Mundo de Hoje	Pedro Lyra
Gramsci: Lênin no Ocidente?	Alexandre Adler
Futebol e História: I. A Implantação de um Modelo Alienígena Exótico e Outras Questões Pertinentes: A Seleção Brasileira de Futebol – 1978	Jacob Klintowitz
Futebol e História: II. Na CBD Até o Papagaio Bate Continência	Joel Rufino dos Santos
Poemas de Aristides Klafke	Aristides Klafke
Marx e Weber: Sobre o Conceito de Classes Sociais	Michel Misse
Três Contos de Maria de Lourdes Coimbra	Maria de Lourdes Coimbra
Em Busca de Horizonte: O Autor Teatral	Maria Helena Kühner
Clarice Lispector: A Função Desalienante da Sua Criação Literária	Lúcia Helena
Criminalidade e Estado de Direito	Virgílio Luiz Donnici
Resposta a Uma Agressão Pessoal	Jacob Gorender
Documentário: I. A ABI no Congresso Nacional Sobre as Reformas Políticas	Barbosa Lima Sobrinho
Documentário: II. Sobre a Emancipação Indígena: A Posição dos Antropólogos	Claudia Menezes e Eduardo B. Viveiros de Castro

Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Antologia Retirante/Pedro Casaldáliga	Alfredo Bosi
América Latina Dois Pontos/Newton Carlos	Luís Gonzaga Vieira
Posições – I/Louis Althusser	Eginardo Pires
Os Lábios Úmidos de Marilyn Monroe/Luiz Fernando Emediato; Cada Cabeça Uma Sentença/Socorro Trindade; Zélica e Outros; Flávio José Cardozo e Guacamayas/Aluizio Lodi	Márcio Sucupira
Metáforas da Desordem – O Contexto Social da Doença Mental/J. A. Guilhon Albuquerque	Amélia Cohn
As Duas Grandes Revoluções: Concepções Políticas e Ideológicas/Joaquim José Felizardo; Era Inevitável a Revolução Russa?/Roy Medvedev	João da Penha
O Insólito em Guimarães Rosa e Borges/Lenira Marques Covizzi	Aracy Curvello
Suíte em Dor Maior/Mário da Silva Brito	Oswaldino Marques
Desenvolvimento Dependente Brasileiro – Industrialização, Classes Sociais e Estado/Vilma Figueiredo	Regina Lúcia M. Morei
Os Socialismos Utópicos/Jean- Christian Petitfils	Waldo César

Tabela 6: Número 6 – Dezembro\1978

Título	Autor(a/es)
Apresentação: “Quem Tapa o Sol com a Peneira?”	Enio Silveira
Ideologia e Estado em Althusser: Uma Resposta	Eginardo Pires
O Enfoque Histórico do Desenvolvimento Econômico	Barbosa Lima Sobrinho
Marxismo e Cristianismo	Leandro Konder
Mulheres na China: Uma Revolução Dentro da Revolução	Heloneida Studart
Ficção & Sociologia: A Literatura Hispano-Americana	Carlos Alberto Azevedo e R. Parry Scott
Nosso Adeus a Joaquim Cardozo	Moacyr Félix
Estado de Direito e Segurança Nacional	Alcides Munhoz Netto
Entrevista com Dias Gomes: Respondendo a Perguntas de Ferreira Gullar e Moacyr Félix	Ferreira Gullar e Moacyr Félix
Dois Contos: I. No “Dick’s Bar”	Renard Perez
Dois Contos: II. Manobras de um Soldado	Flávio Moreira da Costa
Três Crônicas de Joel Silveira	Joel Silveira
O Sistema Burocrático: Instrumento e Obstáculo no Processo Chileno de Reforma Agrária	Jacques Chonchol
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Casa do Girassol Vermelho/Murilo Rubião; Não Agüento Mais Esse Regime/Luiz Puntel; O Sal da Terra/Caio Porfírio Carneiro	Luís Gonzaga Vieira
Introdução ao Desenvolvimento Social/Hélio Jaguaribe	José Mário Pereira Filho
Terror e Êxtase/José Carlos Oliveira	Márcio Sucupira
O Dilema da América Latina – Estruturas de poder e forças insurgentes/Darcy Ribeiro	Felipe J. Lindoso
O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de Regressividade no Capitalismo Híper Tardio/ J.Chasin	Nelson Werneck Sodré
O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de Regressividade no Capitalismo Híper Tardio/ J.Chasin	João da Penha
Homenagem a Alceu Amoroso Lima	

Alceu Amoroso Lima: 85 Anos Alceu-85: Monumento à Dignidade Humana	Ênio Silveira
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos I. Vida Cristã e Compromisso Político em Alceu Amoroso Lima: Entrevista a Frei Betto	Frei Betto
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos II. Tristão e os Direitos Humanos	Paulo Evaristo e Cardeal Arns
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos III. Tristão de Athayde: A Mocidade Construída	Hélio Pellegrino
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos IV. Esboço de um Itinerário Intelectual	Antônio Houaiss
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos V. Uma Pequena que Vale a Pena	Otto Lara Resende
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos VI. Tristão de Athayde	Oscar Niemeyer
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos VII. Presença de Alceu em Nossa História Contemporânea	Hélio Silva
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos VIII. Depoimento	Nelson Werneck Sodré
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos IX. Alceu Amoroso Lima	Otto Maria Carpeaux
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos X. Alceu e Minas	Edgar da Mata-Machado
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos XI. Tristão, Crítico Literário	Antônio Lázaro de Almeida Prado
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos XII. Conversando Sobre “Festa”	Neusa Quirino Simões, O. D. N.
Alceu Amoroso Lima: 85 Anos XIII. Alceu Amoroso Lima: A Significação de um Pensador	Leonardo Boff, O.F.M.

Tabela 7: Número 7 – Janeiro\1979

Título	Autor(a/es)
Os Auros da Mentira	Ênio Silveira
Da Segurança Nacional ao Trilateralismo: Razões pelas quais o Governo Carter defende a vigência dos direitos humanos	Arturo Sist e Gregório Iriarte
Evolução da Política Nuclear Brasileira	Luiz Pinguelli Rosa
Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro	Regis de Castro Andrade
Cultura e Política no Estado Novo (1937-1945)	Carlos Guilherme Mota
O Conceito Marxista do Estado: Uma Introdução	José Nilo Tavares
Poemas de Carlos Rodrigues Brandão	Carlos Rodrigues Brandão
Orfeu e Narciso, Heróis Marcuseanos Contra a Repressão (Breves considerações sobre a filosofia de Marcuse)	João da Penha
Murilo Mendes: Um Bom Exemplo na História	Flora Sussekund
Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: I. Questão Agrária e Agricultura	Ignácio Rangel
Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: II. Notas Sobre a Política Agrícola Brasileira	Luis Carlos Guedes Pinto
Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: III. A Concentração da Posse da Terra no Brasil	Rodolfo Hoffmann
A Lata e a Luta: Um Conto de Ignácio de Loyola Brandão	Ignácio de Loyola Brandão
Os Direitos Humanos e sua Proteção Jurisdicional	João Baptista Herkenhoff
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha

Greve/ Eduardo Maffei	Nelson Werneck Sodré
A Luta Pela Terra/Octávio Ianni	João de Jesus Paes Loureiro
E Agora, José? / José Cardoso Pires	Armindo Blanco
Temas N ^{os} . 1, 2 e 3	Luiz Sérgio Henriques
Paixão e Fim de Valério Caluête/ João Guilherme de Aragão	Virgílio Moretzsohn Moreira
Nossos Índios, Nossos Mortos/ Edilson Martins	Salvador Pane Baruja
A Sociologia do Poder/ Roderick Martin	José Casado Silva
O Dia em que Ernest Hemingway foi Crucificado/Roberto Drummond	Aricy Curvello
Perspectivas Econômicas – Ensaio sobre Moeda e Crescimento/John R. Hicks	Murilo Cruz

Tabela 8: Número 8 – Fevereiro\1979

Título	Autor(a/es)
Poesia e Política: Parêmias Que São Uma Só	Moacyr Félix
Autoritarismo Político e Filosofia	Wilmar do Valle Barbosa
Cultura, Classe Social e Participação em Cidades Brasileiras	Ruben George Oliven
Política e Poder	Mário Tronti
O Aquário Negro: Conto de Frei Betto	Frei Betto
O Marxismo de A. Sánchez Vázquez	Gilvan P. Ribeiro
Três Faces do Populismo	Vivian Trias
O Teatro das Nações em Caracas: A Chama Viva que o Brasil perdeu	Yan Michalski
Rosa Luxembourg	Mário Pedrosa
Rafael Hernández: Cuba, Literatura Dentro da Revolução e Revolução Dentro da Literatura	Chali Zárata
Crise de Democracia (Os potenciais críticos na nova sociedade)	Jürgen Habermas
Fascismo e Ditaduras Militares na América Latina: Considerações sobre o problema dos regimes autoritários de direita na época contemporânea	Maurício Dias David
Poesias I	Kuri
Poesias II	Olga Savary
Poesias III	Myriam Fraga
Poesias IV	Maria Amélia Mello
Poesias V	Maria Magdalena Lana Gastelois
Poesias VI	Kátia Bento
Poesias VII	Regina Braga
Anistia: Um balanço	Roberto Ribeiro Martins
Contra Thomas Skindmore: Silêncio no Uraricoera?	Janice Theodoro da Silva
Teses Sobre a Música	Antônio Jardim e Nestor de Hollanda Cavalcanti
Estruturalismo e História	Philomena Gebran
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Oscar Niemeyer/Nelson Werneck Sodré	Luiz Sérgio Henriques
A influência das ideias socialistas no pensamento brasileiro – 1890/1922/Gisálio Cerqueira Filho	Francisco Alencar
O conceito de hegemonia em Gramsci/Luciano Gruppi	José Carlos de Oliveira
Sobre o conhecimento histórico/Henri-Irenée Marrou	José Casado Silva
Lili Passeata/Guido Guerra; Matem o cantor e chamem o garçom/Fausto Wolff	Tércio Santos
Eles não usam Black-tie e Gimba/Gianfrancesco Guarnieri	Márcio Sucupira
A história da revolução russa/Leon Trotsky	Silvio Manoug Kaloustian
Maria Dusá/Lindolfo Rocha	Fernando Py
O General Dutra e a redemocratização de 1945/Osvaldo Trigueiro do Vale	Joel Rufino dos Santos
O chapéu das estações/Carlos Nejar	Carlos Augusto Corrêa
Invenção a duas vozes/Maria José de Queiroz	Domingo Gonzalez Cruz

Tabela 9: Número 9 – Março\1979

Título	Autor(a/es)
O Conveniente Fantasma do “Comunismo”	Ênio Silveira
Um Socialismo a Ser Inventado	Lucio Lombardo Radice
A Democracia Como Valor Universal	Carlos Nelson Coutinho
Planejamento e Estado nas Sociedades Capitalistas	Horácio Martins de Carvalho
Puebla e as Práticas Populares na América Latina	Luiz Alberto Gómez de Souza
Encontro Com I. F. Stone, um Herói da Imprensa na Guerra Fria	Argemiro Ferreira
A Internacional Socialista Vai à América Latina	Pedro Celso Uchôa Cavalcanti
Aproximação Latino-Americana à Revolução Bolchevique	Rubén Elias
A Ideologia da Linguagem Como Criação Literária	Cid Seixas
Dois Contos I – Onde Estão os Brinquedos?	Tércio Santos
Dois Contos II – Vênus	Alberto Crusius
Poesias I	Antônio Barreto
Poesias II	Luís Sérgio dos Santos
Três Enfoques sobre Ferreira Gullar: I. Em Torno do Poema Sujo	Alcides Villaça
Três Enfoques sobre Ferreira Gullar: II. Um Rubi no Umbigo	Hélio Pellegrino
Três Enfoques sobre Ferreira Gullar: III. Ferreira Gullar: O Fogo Solidário	Santiago Kovadloff
Direito do Trabalho no Estado de Direito	Evaristo de Moraes Filho
Uma Nova Perspectiva da Evolução Econômica Brasileira	José Jobson de A. Arruda
Documentário	Maria Yedda Linhares
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Verdade sobre o ISEB/Nelson Werneck Sodré; Uma Luz no Chão /Ferreira Gullar; Passaporte sem Carimbo/Antônio Callado; UnB: Invenção e Descaminho/Darcy Ribeiro	Gastão de Holanda
Comte, Introdução e Seleção de Textos/Evaristo de Moraes Filho	Luiz Sérgio Henriques
O Itinerário da Violência/Paes de Andrade	Roberto Ribeiro Martins
A Fé na Periferia do Mundo/Leonardo Boff	Antônio Hohlfeldt
A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento/Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli (org.)	Júlio Sérgio Gomes de Almeida
O Sono Provisório/Antônio Barreto	Fritz Teixeira de Salles
Direito e Estado/Cid Silveira	Osny Duarte Pereira
Canção do Exílio Aqui/Moacyr Félix	Luís Gonzaga Vieira
Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica/Milton Santos	Ruy Moreira

Tabela 10: Número 10 – Abril\1979

Título	Autor(a/es)
Parêmsias do Poeta e seu Fim	Moacyr Félix
“Crise” da PUC: Descendo às Raízes	Henrique de Lima Vaz, S. J.
O Significado dos Direitos Humanos para os Países Capitalistas Desenvolvidos	Norbert Lechner
Estados Unidos: Sistema Democrático e Relações com o Terceiro Mundo	Hélio Jaguaribe
Dois Enfoques sobre a Agricultura no Brasil I. Para Onde Vai a Agricultura?	José Graziano da Silva
Dois Enfoques sobre a Agricultura no Brasil II. Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares	Francisco Graziano Neto
Massas e Poder	Pietro Ingrao

Era um Dia Diferente Quando se Matava Porco: Conto de João Ubaldo Ribeiro	João Ubaldo Ribeiro
A Problemática Política do Brasil Contemporâneo	Ignácio Rangel
Sobre o Teatro Popular	Gerd A. Bornheim
Dois Enfoques sobre a Argentina I. A Versão Argentina do Populismo: O Projeto Nacional Peronista (1943-1955)	Werner Altmann
Dois enfoques sobre a Argentina II. A Argentina, o Poder e os Militares	Georges Fournial
Poemas I	José Paulo Moreira da Fonseca
Poemas II	Mário da Silva Brito
O Erotismo na Literatura: O Caso Rubem Fonseca	Afrânio Coutinho
Darcy Ribeiro	Guillermo Bonfil Batalla
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Filosofia e os Mitos/Georges Politzer	João da Penha
O Sonho de Dom Porfírio/Sílvio Fiorani	Júlio César Monteiro Martins
A Grande Fala do Índio Guarani Perdido na História e Outras Derrotas/Afonso Romano de Sant'Anna	Luís Felipe Ribeiro
Tia Júlia e o Escrevinhador/Mário Vargas Llosa	Carlos Vogt
Caieira/Ricardo Guilherme Dicke	Luís Gonzaga Vieira
Cobra de Vidro/Sérgio Buarque de Holanda	Pedro Lyra
Triste, Solitário e Final/Osvaldo Soriano	Jeferson Ribeiro de Andrade
A Democracia Liberal; Origens e Evolução/C.B. Macpherson	Rubem Barbosa Filho
Exercícios de Homem/Anderson Braga Horta	Fritz Teixeira de Salles
Origens do Nacionalismo Judaico/Jaime Pinsky	Mário Bick
Os Venenos de Lucrecia/Sônia Coutinho; Um Copo de Cólera/Raduam Nassar	Ricardo Daunt Neto
Loucura Nuclear/Kurt Mirow	Ênio Silveira

Tabela 11: Número 11 – Maio\1979

Título	Autor(a/es)
Nem de um Lado, Nem de Outro: Dentro do Poder	Ênio Silveira
Sete Enfoques sobre a Amazônia: I. A Amazônia e a Geopolítica do Brasil	Bernardo Kucinski
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: II. As Multinacionais na Amazônia	Joaquín Molano Campuzano
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: III. Daniel Ludwig e a Exploração da Amazônia	Marcos Arruda
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: IV. Pacto Amazônico: Dominação ou Integração?	Edgardo Mercado Jarrín, Gal.
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: V. O Tratado de Cooperação Amazônica	Juan Pablo Carrasco
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: VI. O Trabalhador Rural em Busca de Terra	Octávio Ianni
Sete Enfoques Sobre a Amazônia: VII. O Caboclo e o Brabo: Notas Sobre Duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX	João Pacheco de Oliveira Filho
Um Levantamento dos Fatores Responsáveis pela Violência Policial	Paulo Rogério M. Menandro
Poemas I	Antônio Caos
Poemas II	Salgado Maranhão
Poemas III	Sérgio Varela
Eles	Victor Giudice
Debate Sobre a Crise Brasileira	Pedro Malan, Rômulo de Almeida, Maria da Conceição Tavares, Frederico Magalhães Gomes, Adilson de Oliveira,

	Alberto Passos Guimarães, Luiz Carlos Bresser Pereira, Saturnino Braga, Luiz Pinguelli Rosa, Paulo Cesar Timm, Luiz Ignácio da Silva (Lula) e Alberto Goldman.
Revelado Manifesto Secreto aos Miopes	Manduka
Estado e Direito	Tarso Fernando Genro
1964: Ação da CIA no Sindicalismo Jornalístico no Brasil	J. A. Mesplé
Um Depoimento Sobre a Imprensa Brasileira: Sebastião Breguêz entrevista Albertino Dines	Sebastião Breguêz
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Lições sobre o Fascismo/ Palmiro Togliatti	L. E. de Lucas
Los Inconformes/Ignácio Torres Giraldo	Gisálio Cerqueira Filho
Keynes: Coleção Grandes Cientistas Sociais/Organizador: Tamás Szmeccsanyi. Coordenador: Florestan Fernandes	José Guilherme Almeida dos Reis
Diário de Puebla/Frei Betto e Leandro Konder	Marcos de Castro e Leandro Konder
Brecht: Dos Males, O Menor/Martín Esslin e Estudos sobre Teatro/Bertolt Brecht	Pedro Lyra
Neste Lençol/Moacyr Félix	Fritz Teixeira de Salles
Andreazza e a Amazônia: Uma Promessa a Ser Cobrada	Moacyr Félix

Tabela 12: Número 12 – Junho\1979

Título	Autor(a/es)
Um Ano de Encontros	Enio Silveira
Trinta e Quatro Parêmsias do Homem e da Mulher	Moacyr Félix
A Tempestade Mundial e o Degelo Brasileiro: Uma Alternativa Cívico-Militar	Jaison Barreto
Autogestão e Estatização	Cibilis da Rocha Viana
O Estado e o Homem	Zdenek Mlynar
Autarquias Especiais: Autonomia ou Dependência para as Universidades?	Joel Regueira Teodósio
Cinco Enfoques Sobre a Situação Indígena: I. Antropologia ou a Teoria do Bombardeio de Berlim: Darcy Ribeiro entrevistado por Edilson Martins	Edílson Martins
Cinco Enfoques Sobre a Situação Indígena: II. Terras e Territórios Indígenas no Brasil	Anthony Seeger e Eduardo B. Viveiros de Castro
Cinco Enfoques Sobre a Situação Indígena: III. Direito, Ideologia e Comunidades Indígenas: Estudo de um caso	Luiz Carlos Halfpap e Remy Fontana
Cinco Enfoques Sobre a Situação Indígena: IV. Habitação Indígena no Alto Xingu	Cristina C. da Costa e Sá e Eduardo Henrique Bacellar Corrêa
Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: V. Os Índios nos Estados Unidos	Jimmie Durham
Poemas	Arnaldo Xavier
Com Certeza	Waldo César
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: I. O Compromisso Social do Escritor (Questões Gerais)	Luiz Fernando Emediato e Rubén Elias
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: II. Função do Intelectual: Podemos ter Esperanças Não-Utópicas de Maior Liberdade?	Reinhard Hesse
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: III. Dilema Político dos Intelectuais	Manoel Maldonado Denis
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: IV. O Conto na Revolução	Júlio Cortazar

Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: V. O Debate Ideológico e a Questão Cultural	Adauto Novais
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: VI. Sobre a Neutralidade Científica	Wilson Mendonça
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: VII. Os Bobos da Corte Estão Levitando	Sérgio Augusto
Oito Enfoques Sobre o Papel da Intelectualidade: VIII. Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça	José de Souza Martins
Onde Andará o Velho Braga?	Davi Arrigucci Jr.
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Pesquisa Científica e seus Condicionamentos Sociais/Regina L. de Moraes Morel; Reflexões em Torno de uma Teoria do Discurso Político/Gisálio Cerqueira Filho; O Estigma do Passivo Sexual/Michel Misse; A Psiquiatria como Discurso Político/Antônio A. Serra; Os Carreiristas da Indisciplina/Cristina Rauter Pereira	Nelson Werneck Sodré
A Trilateral Nova Fase do Capitalismo Mundial/Hugo Assmann, Teotônio dos Santos, Noam Chomsky e outros	Marcos de Castro
Ciência da História e Ideologia/Carlos Henrique Escobar	Ivan Domingues
Noite Afora/Renata Pallottini	Arcy Curvello
Porantim/Jesus Paes Loureiro	Fernando Mendes Vianna
Cultura e Dependência – Formação de Um Intelectual Subdesenvolvido/Flávio Pinto Vieira	José Nilo Tavares

Tabela 13: Número 13 – Julho\1979

Título	Autor(a/es)
Liberdade: Difícil e Exigente	Moacyr Félix
24 de Agosto de 1954	Afonso Romano de Sant'Anna
Bate-Papo com um Proleta no Exílio: Roberto Moreno entrevistado por Carlos Eugenio Sarmiento C. da Paz e Sérgio Ribeiro Granja	Carlos Eugênio Sarmiento C. da Paz e Sérgio Ribeiro Granja
A Questão Operária: I. Apontamentos Sobre a Questão Operária e Sindical	Luiz Werneck Vianna
A Questão Operária: II. A Organização Sindical Brasileira e os Direitos do Homem	Eugênio Roberto Haddock Lobo
Hegemonia e Pluralismo: A Elaboração Teórico-Política do Marxismo Italiano	André Tosel
A Emulação Permanente em Cuba: Os Comitês de Defesa da Revolução	Artur José Poerner
Contos: I. Deixai as Crianças	Sílvio Fiorani
Contos: II. Certa Noite em 64	Carlos Jurandir
O Caráter de Classe no Sistema Partidário Brasileiro	Horácio Martins de Carvalho
Poemas I	Adão Ventura
Poemas II	Gabriel Nascente
A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? I. A Educação nas Classes Populares	Frei Betto
A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? II. Universidade Brasileira: Crescimento Para Quê Para Quem? Constantes e variáveis do pacto populista ao modelo autoritário	Luiz Alberto Gómez de Souza
A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? III. Vestibular: A Volta do Pêndulo	Luiz Antônio Cunha
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Painéis da Crise Brasileira/Anais do Encontro Nacional pela Democracia – Centro Brasil Democrático	Nelson Werneck Sodré
Greve de Massa e Crise Política/José Álvaro Moisés	Florestan Fernandes

Desvio e Divergência: Uma Crítica a Patologia Social/Gilberto Velho (org.)	José Reginaldo Prandi
Cinema Brasileiro: Propostas para uma História/Jean- Claude Bernadet	José Mário Ortiz Ramos
A Poética do Silêncio/Modesto Carone	Cláudia Neiva de Matos
Carta sobre a Anistia – A Entrevista do Pasquim – Conversação sobre 1968/Fernando Gabeira; Querida Família/Flávia Schilling; Os Exilados – 5 mil Brasileiros à Espera da Anistia/Cristina Pinheiro Machado	Roberto Ribeiro Martins
A Compra da Light: O que todo brasileiro deve saber/A. Veiga Fialho	Aluizio Alves Filho
Tambor Cósmico/César Leal; Nordestinados/Marcus Accioly; Chão Básico & Itinerário Leste/Afonso Félix de Sousa	Fernando Py
Existencialismo ou Marxismo? /Georg Lukács	Carlos Nelson Coutinho

Tabela 14: Número 14 – Agosto\1979

Título	Autor(a/es)
Variações de um Singular Plural	Moacyr Félix
Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática	Florestan Fernandes
A Nova Máscara do Imperialismo	Júlio de Santa Ana
A Questão dos Minérios em Nosso País	Henrique Santillo, Senador
O Governo Médici: Uma Análise de Conjuntura	Maria Lucia Werneck Vianna
O Problema Energético Brasileiro	Ignácio Rangel
Proposições sobre o Formalismo e a Literatura Comprometida	Fábio Lucas
Do Socialismo Científico, ao Socialismo Utopico	Adolfo Sánchez Vásquez
Universidade e Política	Wilmar Valle Barbosa
A Segunda Revolução Agrícola	Alberto Passos Guimarães
Matemática, Ciência Empírica	Caio Prado Jr.
Ai de Ti, Amazônia: Maior que a Floresta, é a Devastação do Homem.	Ana Helena Gomes
Xô, Peru!	Júlio Cesar Monteiro Martins
Corrida Armamentista na América do Sul	Carlos Portales e Augusto Varas
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Smith, Ricardo e Marx/Cláudio Napoleon	Rui Henrique P. L. de Albuquerque
Índios e Castanheiros: A empresa Extrativa e os Índios do Médio Tocantins/Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia	José Reginaldo Santos Gonçalves
Cabeça de Papel/Paulo Francis	Edmundo E. Dias
Regionalismo e Modernismo/Lígia Chiappini Moraes Leite	Flora Sussekind
Formação Histórica do Brasil/Nelson Werneck Sodré	Ivan Alves Filho
Dossiê Herzog (Prisão, tortura e morte no Brasil) /Fernando Jordão	Marcos de Castro
A Defesa/Antônio Houaiss	Gastão de Holanda

Tabela 15: Número 15 – Setembro\1979

Título	Autor(a/es)
Violência Gera Violência	Ênio Silveira
A Administração Carter: Mito e Realidade	Noam Chomsky
Perspectivas do Processo de Privatização no Brasil	Beny Palatnik e Luiz Orenstein
Ideologia e Política nas Ciências do Cérebro: O Biologismo a Serviço do Estado	Steven Rose e Hilary Rose
A Antropologia Brasileira em Questão: I. Carta Aberta a Darcy Ribeiro	Roberto Augusto da Matta
A Antropologia Brasileira em Questão: II. Por uma Antropologia Melhor e Mais Nossa	Darcy Ribeiro
Roberto Schwarz: Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O.C. Louzada Filho	Gildo Marçal Brandão e O.C. Louzada Filho
O Redesdobramento Industrial dos Países Desenvolvidos	Francisco Garcia

Poemas I	Antônio Carlos Osório
Poemas II	Fernando Fortes
Socialismo e Democracia: I. Relatório sobre a Tchecoslováquia	Luigi Longo
Socialismo e Democracia: II. Crise Tcheca e Teoria Política	Galvano della Volpe
Socialismo e Democracia: III. O Caminho de Praga	Robert Havemann
Parceria	Ricardo Daunt Neto
Encontro no Quarto Escuro	João Gilberto Noll
Restany Abre o Jogo e Faz Sua Proposta: O Retrocesso Integral	Jacob Klintowitz
A Questão da Mulher: 479 Anos de Opressão	Marcelo Cordeiro
A Descoisificação do Professor: Saídas Viáveis	Ezequiel Theodoro da Silva
Fogo na Kultura	Glauber Rocha
Documentário: Darcy Ribeiro Na Sorbonne	Júlio Cortazar
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai/Júlio José Chiavenatto	Miguel Depes Tallar
Dependência Tecnológica e Desenvolvimento Nacional/Fanny Tabak (org.)	José Goldemberg
Hombre/Sérgio Faraco	Aricy Curvello
Riverão Sussuarana/Glauber Rocha	Antônio Carlos Miguel
O Massacre de Manguinhos/Herman Lent	Mário B. Aragão
Embarcado em Seco/Fernando Mendes Vianna	Fritz Teixeira de Salles
Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica/Franz Victor Rudio	Pedro Leitão
Querida Família/Flávia Schilling	Antonio Hohlfeldt
Histórias de um Novo Tempo/Vários Autores	Fernando Fleury
História da História do Brasil; O Conselho de Estado. O Quinto Poder? /José Honório Rodrigues	Tristão de Athayde
A Psicanálise dos Contos de Fadas/Bruno Bettelheim	Maria Auxiliadora Versiani Cunha
História da Sociedade Brasileira/Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro	Maria Alice Rezende de Carvalho
As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860-1913/Ana Célia Castro	José Ribas Vieira

Tabela 16: Número 16 – Outubro\1979

Título	Autor(a/es)
Estas Bandeiras não Servem: Estão Podres	Moacyr Félix
Trilateralismo: A Receita das Multinacionais para o Regime Militar Brasileiro	Freitas Diniz
A OPEP na Economia Internacional: 1973-1978	Giacomo Luciani
A Síndrome da Recessão Brasileira	Ignácio Rangel
A Crise Ideológica e o Integralismo	Luiz Eduardo Bicca
Tecnologia Nacional: Dilemas e Perspectivas em Face da Internacionalização	Luiz Pinguelli Rosa
Atividade Intelectual na Universidade: I. Academicismo e Vida Universitária	Gilberto Velho
Atividade Intelectual na Universidade: II. Ensino e Pesquisa: Uma Associação Problemática	Luiz Antônio Cunha
Atividade Intelectual na Universidade: III. Formação do Pesquisador: Um Processo em Questão	Marcio D’Olne Campos
Atividade Intelectual na Universidade: IV. De Modelos e Modelagens	Carlos Vogt
Atividade Intelectual na Universidade: V. O Campus Universitário no Brasil: Arquitetura – Aspectos Ideológicos	Carlos Nelson F. dos Santos
Dependência ou Independência na Literatura Brasileira	Fritz Teixeira de Salles
Histórias Sem Razão	José Arthur Giannotti
Poemas I	Hamilton Farias
Poemas II	Márcio Almeida

A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais	Ruy Moreira
A Moça da Segunda-Feira	Dayse Mayer
Conceitos de Cultura em Mao Tsé-Tung	João Ricardo Moderno
Da Categoria de Cultura: Do Aparelho Cultural do Estado	Carlos Henrique de Escobar
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
E Por Que Não Eu? /Alberto Dines	Affonso Romano de Sant'Anna
Os Ratos e o Louco de Cati/Dyonélio Machado	Roberto Reis
Álcool: uma Agenda para o Presente/Jaime Rotstein	Valdir Pietre
Da Coluna Prestes à Queda de Arraes/Paulo Cavalcanti	Nelson Werneck Sodré
O Experimento Final/Nicholas Wade	Darcy F. de Almeida
A Vida Suspeita do Subversivo Raul Parelo/Frei Betto	Matsuel Martins da Silva
A Ditadura do Proletariado/Kautsky; A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky/Lênin	Luiz Fernando de Luccas
Obra Poética/Sosígenes Costa	Carlos Augusto Corrêa
Cartas de Goiás: Mensagens de um Escritor Analfabeto/Joaquim Alves dos Santos	Carlos Rodrigues Brandão
A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres/Adalberto Marson	Aluizio Alves Filho
Uruguai: Um Campo de Concentração? /A. Veiga Fialho	Osny Duarte Pereira

Tabela 17: Número 17 – Novembro\1979

Título	Autor(a/es)
Diálogo de Surdos	Ênio Silveira
Por Que o Socialismo?	Albert Einstein
Cultura e Democracia no Brasil	Carlos Nelson Coutinho
Atualidades e Perspectivas: A Saída para a Crise	Jaison Barreto
Valor e Atualidade da Revolução de Outubro	Paolo Bufalini
Poesia I: Sete Sonetos de Geir Campos	Geir Campos
Poesia II	Tárik de Souza
Perspectivas da Política Energética Brasileira Face à Crise do Capitalismo: É Possível uma Política Energética Nacional?	Adílson de Oliveira
A Máscara e a Fenda (Sobre alguns contos de Machado de Assis). Em memória de Lúcia Miguel-Pereira	Alfredo Bosi
Política e Censura	Moacir Pereira
A Universidade e a Antropologia no Brasil, Hoje	Otávio Guilherme Velho
Quatro Contos de Maria Amélia Mello	Maria Amélia Mello
Repressão e Censura no Campo da Literatura e das Artes na Década de 70	Silvano Santiago
A Democracia como Valor Operário e Popular (Resposta a Carlos Nelson Coutinho)	Adelino Genro Filho
Agostinho Neto: Homenagem de E.C.B.: I. "Nós Seremos Modestos, Austeros e Audaciosos..."	Lúcio Lara
Agostinho Neto Homenagem de E.C.B.: II. Poemas- Ações	Joyce Lussu
Agostinho Neto Homenagem de E.C.B.: III. Do Povo Buscamos a Força	Agostinho Neto
Ética e Política: Observações Pessoais	Moacyr Félix
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Segunda Guerra: Sucessão de Geisel/André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho	Mino Carta
As Instituições Médicas no Brasil/Madel Therezinha Luz	Alfredo Schechtman
Heróis e Vilões no Romance Brasileiro/ Gilberto Freyre	Roberto Ventura
E Por Que Não Eu? / Alberto Dines	Roberto da Matta
O Mito da Doença Mental/ Thomas S. Szasz	José Virgílio Rosas Duarte

Índios e Brancos no Brasil – Encontro de Sociedades/ Eduardo Galvão	Edílson Martins
Loucura Nuclear/ Kurt Rudolf Mirow; Energia Nuclear no Brasil/ José Goldemberg	Valdir Pietre
Coleção Cientistas Sociais. Volumes Febvre e Varnhagen	Lincoln de Abreu Pena
O Jardim do Nada/ Conrad Detrez	Pedro Macário
Ética e Política: Observações Pessoais	Moacyr Félix

Tabela 18: Número 18 – Dezembro\1979

Título	Autor(es)
No Perguntar de um Agora	Moacyr Félix
A Economia Brasileira nos Anos Oitenta	Ignácio Rangel
Viagem à União Soviética: Do Ábaco ao Computador	José Goldemberg
Estado e Governo: Ditadura do Proletariado	Edmundo Moniz
O Ministro Delfim Netto e os Dilemas da Economia Brasileira	Sérgio Besserman Vianna
Presença de Paulo Freire: Entrevista a Liane Mühlberg	Liane Mühlberg
Teoria da Superestrutura e Sociologia das Vanguardas Artísticas	Néstor García Canclini
Posição e Responsabilidade dos Intelectuais	Nelson Werneck Sodré
Bananas Podres	Ferreira Gullar
Tecnologias e Necessidades Básicas: Propostas para um debate sobre os critérios fundamentais	Informe final do Encontro de Oaxtepec, México
O Medo de Viver	Suzanne Brogger
Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: I. Cuba e a Revolução Socialista	Florestan Fernandes
Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: II. Em (e por) Cuba	Antônio Cândido
Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: III. Um País Latino-Africano	Fernando Moraes
Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: IV. Saúde Em Cuba: Um Ano a mais de Vida 'para cada Ano de Revolução	Carlos Eduardo Malhado Baldijão e Flávio Luiz Schieck Valente
Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: V. Edições que se Esgotam em Horas: O Livro em Cuba	Ignácio de Loyola Brandão
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Memórias (2 vol.) /Gregório Bezerra	João da Penha
Notícias da Terra/Antônio José de Moura; Avarmas/Miguel Jorge	Carlos Rodrigues Brandão
A Guerra Social de Canudos/Edmundo Moniz	Francisco Venceslau dos Santos
Marcas do Zorro/Tite de Lemos	Paulo Nassar
Sétima Arte: Um Culto Moderno/Ismail Xavier	Pedro Macário
Morto Moreno/Carlos Jurandir	Márcio Sucupira
Sangue, Papéis e Lágrimas/Doc. Comparato	Carlos Jurandir
Introdução à Crítica do Direito do Trabalho/Tarso Genro	Márcio B. Naves
A Luta pela Terra/Octávio Ianni	José de Souza Martins
História Social da Criança/Philippe Ariès; Crianças e Adolescentes, Ensaios Interpretativos sobre Jean Piaget/David Elkind	Jonas Neves Rezende
O Liberalismo Radical de Frei Caneca/João Alfredo de Sousa Montenegro	Roberto Fontes

Tabela 19: Número 19 – Janeiro\1980 – Vol. III, Nº 1

Título	Autor(a/es)
Canção de Amor à América	Manoel de Andrade
As Condições para Dizer-se Marxista	Oskar Negt
A Revolução no Irã: I. Notas sobre a Revolução Iraniana	Giorgio Vercellin
A Revolução no Irã: II. Irã: A Terceira Insurreição ou o Início de Uma Revolução?	Luiz Izrael Febrot

Os Cursos de Pós-Graduação: I. Darcy Ribeiro fala sobre Pós-Graduação no Brasil: Entrevista à Danusia Bárbara	Danusia Bárbara
Os Cursos de Pós-Graduação: II. Para Quê Pós-Graduação?	Ernst W. Hamburger
Filosofia e Realidade Nacional	Geni A. Bornheim
Agricultura e Capitalismo no Brasil	Paulo Roberto Beskow
Arp Strings	Duílio Gomes
Desenvolvimento Retardado para os Países mais Pobres	Loris Gallico
Poemas I	Aricy Curvello
Poemas II	Tetê Catalão
Poemas III	Lucia Mousinho
O “Teatro do Oprimido” Invade a Europa	Fernando Peixoto
A Ideologia Autoritária no Discurso Democrático: O Direito de Greve, a Autonomia Sindical e a Liberdade de Organização Partidária na Constituinte de 1946	João Almino
Aspectos Jurídico-Penais da Anistia	Nilo Batista
In Memoriam: Luís Werneck de Castro	Autor não apresentado
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Mão Livre/Armando Freitas Filho; Marcas do Zorro/Tite de Lemos	Gastão de Holanda
Moderna Ficção Brasileira/Malcolm Silverman	Virgílio Moretzsohn Moreira
Sade, Vida e Obra/Fernando Peixoto	Leandro Konder
Introdução à Filosofia da Educação/George F. Kneller	Magda Frediani Martins
Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse/Coordenação e editoria de Antônio Houaiss	Edmundo Moniz
Nas Profundas do Inferno/Artur J. Poerner	Marcos de Castro
Poesias Completas/Joaquim Cardozo	Antônio Carlos Miguel
Sinopses da Standard Edition da Obra Psicológica completa de Sigmund Freud	Carlos Alberto Barreto e Gisálio Cerqueira Filho
Irmãos da Noite/Renard Perez; Os Brabos/Cyro de Mattos; Aqui Canoa Quebrada/Wanda Figueiredo	Aricy Curvello

Tabela 20: Número 20 – Fevereiro\1980 – Vol. III, N° 2

Título	Autor(es)
Desordem e Possível Progresso	Enio Silveira
A Utilização Político-Ideológica da Delinquência	J. M. de Aguiar Barros
Sinatra no Brasil: A Doce Melodia do Imperialismo	Carlos Jurandir
Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Caso do Brasil	Fernando Henrique Cardoso
A Internacional Socialista Corteja o Terceiro Mundo	Sérgio C. Buarque
A Nova Postura do Educador numa Sociedade em Conflito	Moacir Gadotti
A Crise Internacional do Capitalismo: Balanço e Perspectivas	Theotônio dos Santos
Vida Nacional e Experimentação na Literatura Brasileira	Regina Zilberman
Poesia I	Carlos Lima
Poesia II	José Chagas
A Situação do Conto	Luís Gonzaga Vieira
Inútil Primavera	Luzilá Gonçalves
Lukács e Sartre (ou Porque Discordo de Leandro Konder e Carlos Nelson)	João da Penha
A Poesia na Década de 70	Moacyr Félix
Entrevista com José Celso Martinez Corrêa	José Arrabal
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Poemas/Paulo Mendes Campos	Gáudio Willer
Como Aplicar o Direito/João Baptista Herkenhoff	Osny Duarte Pereira
História Militar do Brasil/Nelson Werneck Sodré	Mônica Pimenta Velloso

O Fazendeiro Jango no Governo/Raul Ryff	Marcos de Castro
A Morada da Vida (Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil) /Beatriz Maria Alásia de Heredia; Mudança Social no Nordeste (A Reprodução da Subordinação) (Estudos sobre Trabalhadores Urbanos) /José Sérgio Leite Lopes e outros; Os Clandestinos e os Direitos (Estudos sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco) /Lygia Sigaud; O Nordeste Brasileiro (Uma Política Regional de Industrialização) /Raimundo Moreira	José Ribas Vieira
O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-64) /Moniz Bandeira	Michael Lowy
História e Crise/Schilling	Ivan Alves Filho
Nós, do Araguaia/ Edilson Martins	Salvador Pane Baruja

Tabela 21: Número 21 – Março\1980 – Vol. III, N° 3

Título	Autor(es)
O Mito e as 29 Anotações Obscuras	Moacyr Félix
Mulher - Direitos – Democracia	Zuleika Alambert
O Contexto Histórico-Social de Mariátegui	José Paulo Netto
As Contradições da Inflação Brasileira	Luiz C. Bresser Pereira
Determinismo Biológico e Integridade Científica	Ricardo Ferreira
Henri Lefebvre: Uma Vida Dedicada a Pensar e a Teorizar Sobre a Luta de Classes – Entrevista com Bruno Bernardi.	Bruno Bernardi (Perguntas da <i>Nouvelle Critique</i>)
Segundo Negro de Roseno	Antônio Torres
Literatura e Liberdade de Expressão	Evaldo Amaro Vieira
A Estrutura Sindical Brasileira: Lutas, Experiências, Proposta	Hércules Correa
Prática Pastoral e Prática Política	Frei Betto
Psicanálise e Materialismo Histórico	Lucien Sève
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Lei de Segurança Nacional – Uma Experiência Antidemocrática/Helena Cláudio Fragoso	Osny Duarte Pereira
Grito Empalhado (Três novelas) /Ricardo Daunt Neto	Domingos Gonzalez Cruz
Arte em Revista, Ano I, N.º 1 e Tropicália – Alegoria, Alegria/ Celso F. Favaretto	José Mário Ortiz Ramos
Ideia de Revolução no Brasil – 1789/1801/ Carlos Guilherme da Mota	Gisálvio Cerqueira Filho
Literatura e Ideologia: Ensaio de Sociologia da Arte/Pedro Lyra	Nelson Rodrigues Filho
A Leitura Aberta/Fausto Cunha	Moacyr Cyrne
Rostos e Gostos da Música Popular Brasileira/Tárik de Souza e Elifas Andreato	Carlos Jurandir
Marxismo e Geografia/ Massimo Quaini	Ruy Moreira
Marxismo e Filosofia da Linguagem/Mikhail Bakhtin (V. Voloshinov)	Carlos Vogt
Adiós al Coronel/Jorge Abelardo Ramos	Cid Silveira

Tabela 22: Número 22 – Abril\1980 – Vol. III, N° 4

Título	Autor(es)
Sartre: Um Coração nas Proas do Tempo	Moacyr Félix
Olívio Dutra: Um Líder Sindical – Entrevista com Antônio Hohlfeldt	Antônio Hohlfeldt
Estado, Sociedade e Educação no Brasil	Vanilda Paiva
Diálogos com Noam Chomsky	João da Penha
Domínio - Saber e Sistema dos Partidos: A Propósito de Foucault e dos “Novos Filósofos”	Marcello Montanari
Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares	Francisco C. Rolim
Bola Falando Grosso	Edilberto Coutinho
Base Social e Papel Revolucionário de uma Democracia de Massa	Jean-Louis Moynot
Poesia	João de Jesus Paes Loureiro
Reforma Agrária: I. A Propósito de Terra e Igreja	Otávio Guilherme Velho
Reforma Agrária:	Raymundo Laranjeira

II. O Direito Agrário e o Estado de Direito	
Reforma Agrária:	José de Souza Martins
III. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária	
Reforma Agrária:	Moisés Vinas
IV. Caráter da Reforma Agrária Brasileira	
As Novelas de José Américo de Almeida	Renard Perez
Uma Carta de Antônio Houaiss	Antônio Houaiss

Tabela 23: Número 23 – Maio\1980 – Vol. III, N° 5

Título	Autor(es)
Ordem, Progresso & Dependência	Enio Silveira
A Questão Energética	Carlos Lessa
Impasse Atual e Perspectivas a Longo Prazo da Política Energética no Brasil	Adilson de Oliveira, João Lizardo R. H. de Araújo e Luiz Pinguelli Rosa.
Violência e Criminalidade ou das Transformações Sociais de que o Brasil Carece	Henrique Santillo
As Novas Formas de Propriedade Social: Solução Nacionalista à Crise Social Brasileira	Cibilis da Rocha Vianna
Entrevista Com Mario Benedetti	
Para Deter a Calamidade ou uma Alternativa ao Projeto Oficial sobre a Floresta Amazônica	Roberto Santos
Valor-Trabalho e Ideologia	Eginardo Pires
A Dialética do Prazer	Enrique Gonzales Duro
Poesias I	Lara de Lemos
Poesias II	Carlos Nejar
Conto:	Zulmira Ribeiro Tavares
I. Primeira Aula Prática de Filosofia	
Conto:	Wanilton Cardoso Affonso
II. Amanhã não é Domingo	
Dominação Burguesa Versus Democracia Burguesa (Sobre o Caso Argentino)	Calos M. Villas
O Caso Amado: Acerca do Nacional e do Popular	Roberto Ventura
Contra Qualquer Filosofia Oficial	Jean-Paul Jovary
A Questão Ideológica	Leonardo Cavalcanti
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
A Mulher, a Cultura, a Sociedade/Michelle Zimbalist e Louise Lamphere (coordenadores)	Lívia Neves de Holanda Barbosa
O Intervalo Semântico (Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa) / Carlos Vogt	Magda Frediani Martins
O Capital de Marx e o Capitalismo de Hoje/ Cutler, Hindess, Hirst e Hussain	Cid Silveira
Dicionário Prático de Literatura/Assis Brasil	Francisco Venceslau dos Santos
Poranduba/Fernando Batinga	Célia Pedrosa
Os Mitos da Criação e Outros Poemas/Jorge Tufic	Marcos Federico Krüger Aleixo
África Arde/Carlos Comitini	Marcos Magalhães
Mundo do Crime – A Ordem pelo Averso/José Ricardo Ramalho	Ivo Lesbaupin
A Classe Operária e seu Partido (Textos Políticos do Exílio) /Hércules Corrêa	Leandro Konder
Maria da Greve/Eduardo Maffei	Nelson Werneck Sodré

Tabela 24: Número 24 – Junho\1980 – Vol. III, N° 6

Título	Autor(es)
Poetas à Margem do Tietê, Eu os Saúdo!	Moacyr Félix
O Intelectual e os Setores Populares	Gasálio Cerqueira Filho
Debate sobre a Questão Nacional Hoje:	Adilson de Oliveira e Luiz Pinguelli Rosa
I. A Atualidade da Questão Nacional no Debate pela Redemocratização do País	

Debate sobre a Questão Nacional Hoje: II. Início da Discussão	Alberto Passos Guimarães, Ezequiel Pinto Dias, Adilson de Oliveira, Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Werneck Vianna, Luiz Pinguelli Rosa, Otávio Velho, Marília Rosa Milan, Frederico Magalhães Gomes, Estevam Simoni, Alberto Luiz Coimbra, Josué de Almeida, Alexandre Magalhães, Ennio Candotti, Nilton Vargas, Joel Teodósio e Otávio Mielnick.
Debate sobre a Questão Nacional Hoje: III. Sumário dos Pontos Levantados e de Algumas Idéias Surgidas no Seminário	Luiz Pinguelli Rosa
Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: I. Democracia e Socialismo na Europa Ocidental	Lelio Basso
Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: II. O Socialismo e os Impasses Atuais do Brasil	Elias Chaves Neto
Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: III. O Trabalho Torna as Pessoas Livres?	Manuel Perez Ledesma
Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: I. O Controle do Crime na Sociedade Capitalista: Uma Filosofia Crítica da Ordem Legal	Richard Quinney
Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: II. Raízes da Violência: Violência e Criminalidade na Sociedade Brasileira	Marcello Cerqueira
Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: III. Um Novo Personagem: O Homem Violento	Ronaldo Lima Lins
Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: IV. Violência e Reação	Fernando Henrique Cardoso
Obra Poética de Bandeira Tribuzi	Carlos Cunha
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo (Uma Perspectiva Crítica) / James Petras	José Ribas Vieira
O Pensamento de Lênin/ Luciano Gruppi	João da Penha

Tabela 25: Número 25 – Julho\1980 – Vol. III, N° 7

Título	Autor(es)
O Som e a Fúria... Significando Muito	Enio Silveira
A 4ª Dualidade	Ignácio Rangel
O Caso Bukharin	Moacir Werneck de Castro
Contratos de Risco: O Fim do Monopólio Estatal do Petróleo	Adilson de Oliveira
Entrevista com Conrad Detrez por Moacyr Félix	Moacyr Félix
Nicarágua, Nicarágua	Flávio da Rocha Montiel, Gilberto Galvão, Pyr Marcondes e Liana John
Poesias	Magda Frediani
Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos	Luiz Eduardo Wanderley
O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: I. Literatura de Paulo Francis: Irreverência e Conciliação	Sérgio Weigert
O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: II. Paulo Francis Responde	Paulo Francis
O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: III. Proposição e Redução do Romance Político Brasileiro da Década de 70:	Luiz Izrael Febrot

Cabeça de Papel, de Paulo Francis	
O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: IV. Paulo Francis Responde	Paulo Francis
Indústria Cultural e Cultura Brasileira: Pela Utilização do Conceito de Hegemonia Cultural	Carlos Eduardo Lins da Silva
A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo	Edmundo Moniz
Manuel Scorza: Mito, Novela, História	Juan E. Gonzalez
O Papel Reservado ao Intelectual e à Ciência nos Países Pobres	Darcy Ribeiro
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
O Capital de Marx e o Capitalismo de Hoje/ Antony Cutler, Barry Hindess, Paul Hirst e Athar Hussain	Aluizio Alves Filho
A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo/ Manuel Castells	Eginardo Pires
Canto em si e outros Cantos/ Reynaldo Valinho Álvares	Antônio de Pádua e Silva
O Que é Sindicalismo/ Ricardo C. Antunes	Márcio B. Naves
Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial/Fernando Novais	Carlos Guilherme Mota
A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. I – “O Movimento Operário” / Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall	Stella Bresciani
O Cativo da Terra/ José de Souza Martins	João Costa Filho
Sob o Signo da Chuva/ Márcia de Almeida (contos)	Elias Fajardo da Fonseca
Na Vertigem do Dia/ Ferreira Gullar	Carlos Augusto Corrêa

Tabela 26: Número 26 – 1980 – Vol. III, N° 8

Título	Autor(es)
Mulher – Introdução	E.C.B.
As Relações Homem-Mulher: O Problema da Dominação Masculina	Maurice Godelier
Por uma Antropologia da Mulher	Clarice Novaes da Mota
O Futuro das Relações entre os Sexos	Agnes Heller
Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches	Eva Alterman Blay
Feminismo e Freudismo	Franca Masciarelli
Uma Proposta para o Movimento Feminista: Subverter os Conceitos e as Ideias Vigentes	Maria José Nascentes
O Fundo da Imagem na Questão Feminina	Nelly Schnaith
Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher	Zuleika Alambert
Quando as Mulheres Filmam	Elice Munerato e Maria Helena Darcy de Oliveira
A Mulher e a CLT	Grupo Feminista do Rio. Integrantes: Ângela Fontes, Begoña Hickman Bediaga, Comba Marques Porto, Cristina Veloso, Eliane Araújo, Elizabeth Serra, Hildete Pereira de Melo e Leonor Nunes Paiva.
A Questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho	Mary Garcia Castro
Trabalhadoras Sem Terra: Um Estudo de Caso do Trabalho Feminino no Campo	Claudia Fonseca
Três Prefácios e Uma “Orelha” sobre Liberdade e Sexo	Moacyr Félix
Mulheres na Migração: Redes de Parentesco como uma Estratégia de Sobrevivência	Dominique Ridley-Leigh
Controle da Natalidade, Legalização do Aborto e Feminismo	Mary Garcia Castro
Aborto: Uma Questão em Debate (Nota Oficial)	Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – CEBS
Nota Final: No Segundo Aniversário de <i>Encontros</i> , Uma Carta para a Revista <i>Veja</i>	Moacyr Félix

Tabela 27: Número 27 – 1980 – Vol. III, Nº 9

Título	Autor(es)
Poemas	Moacyr Félix
Universidade e Política	Antônio Cândido
O Plano Cohen: O Anticomunismo Como Chave para Golpes de Estado	Hélio Silva
Revisitando a “Questão Nacional”	Ignácio Rangel
Proálcool: Legislação, Ecologia e Questão Social	Valdir Pietre
Análise Marxista do Capitalismo Contemporâneo: Anotações para uma Pesquisa	Guido Carandini
O Capital Transnacional e o Estado na América Latina	Herbert de Souza
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: I. Em Busca das Necessidades Perdidas	Franco Basaglia
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: II. A Psicanálise de Hoje Morrerá nos Braços da Genética de Amanhã	Fernando Fortes
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: III. Psicologia Médica, A Relação Médico-Paciente: O Ovo da Serpente	Antônio Augusto F. Quadra
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: IV. Psiquiatria e Sociedade	Luiz Salvador de Miranda Sá Jr.
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: V. Situação Sanitária Atual: Alguns Indicadores e Determinantes	Jorge Humberto Béria
Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: VI. Classes Sociais e Meio Ambiente	Tomaz Langenbach
Poesias I	Mário de Oliveira
Poesias II	Enrica Bernardelli
Poesias III	Stela Maris Rezende Paiva
Poesias IV	Edivaldo de Jesus Teixeira
Perguntas de Vinte Intelectuais a Luiz Carlos Prestes	Alberto Dines, Antônio Callado, Antônio Carlos Vilaça, Antônio Houaiss, Carlos Guilherme Mota, Carlos Nelson Coutinho, Darcy Ribeiro, Ênio Silveira, Frei Betto, Gilberto Alves Velho, Hélio Pellegrino, Herbert de Souza (Betinho), Ignácio Rangel, José Jobson de Andrade Arruda, Leandro Konder, Marcos de Castro, Moacir Werneck de Castro, Nelson Werneck Sodré, Otávio Guilherme Velho e Roland Corbisier.
Democracia Formal e Democracia Socialista	Agnes Heller
As Nanicas Cresceram	Luis Vergniaud
Tiradentes: Sua Defesa Contra um Texto Recente	Isolde Helena Brans Venturelli
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Itinerário Urbano/José Luiz Jobim de Salles Fonseca e Carlos Augusto Corrêa	Domingos Gonzalez Cruz
Teresina Etc./Antônio Cândido	Affonso Romano de Sant’Anna
O Afeto se Encerra – Memórias/Paulo Francis	Marcos de Castro
O Pensamento de Lênin/ Luciano Gruppi	Luiz Sérgio N. Henriques
Ditadura e Agricultura/ Octávio Ianni	Antônio Marques de Carvalho Junior
O Grito Submerso/Joanyr de Oliveira	Fritz Teixeira de Salles
Dianice-Diamantina/Fritz Teixeira de Salles	Paulinho Assunção

O Dia da Nuvem/Fausto Cunha	Carlos Alberto de Medina
Rebanho de Ventos/Antônio Carlos Osório	Nelson Werneck Sodré
Jogral do Frágil e do Efêmero/ Mário da Silva Britto	Per Johns
A Casa de Vidro/Ivan Ângelo	Gastão de Holanda
Que País é Este? E Outros Poemas/Affonso Romano de Sant'Anna	Flávio R. Kothe

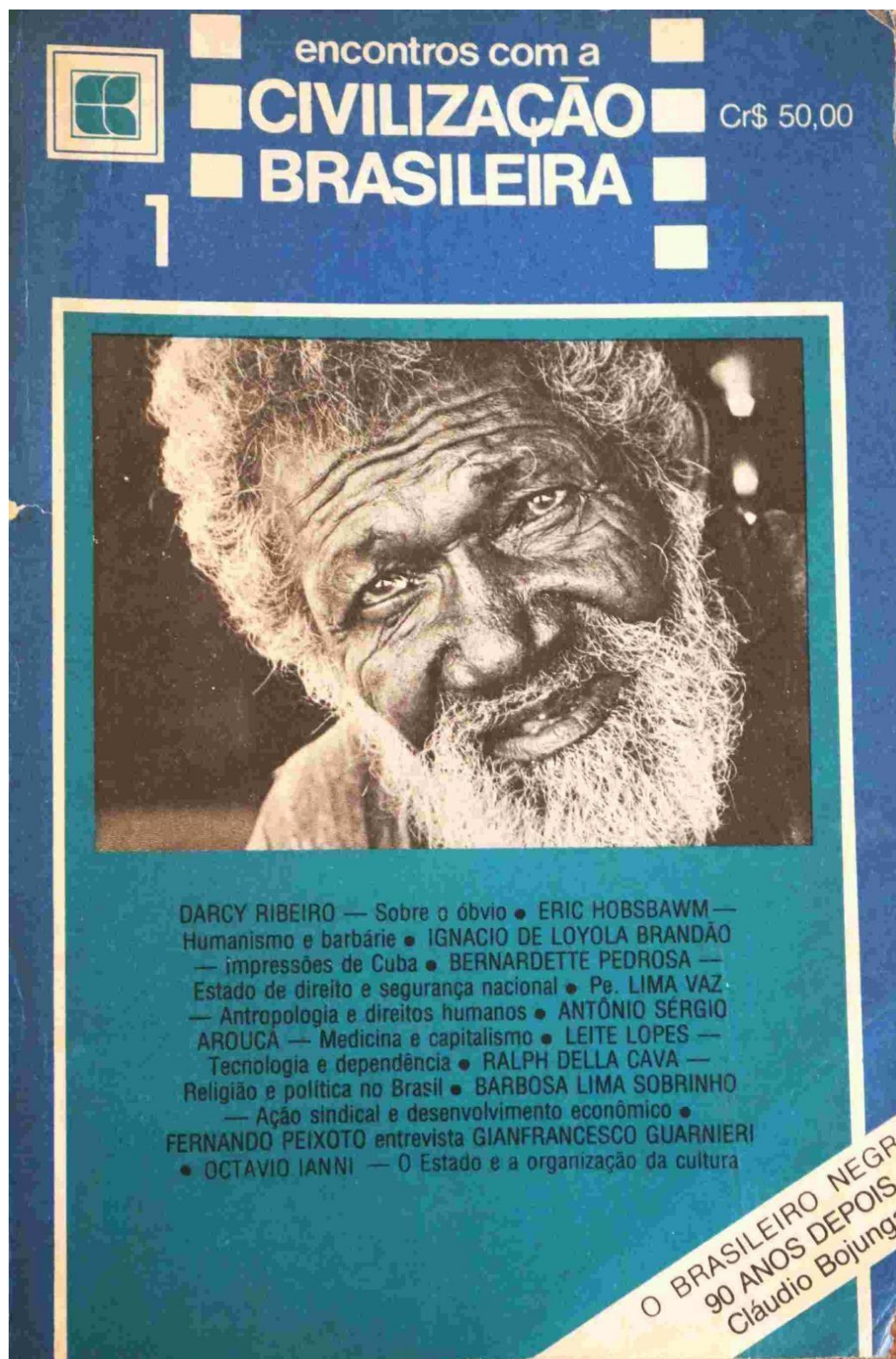
Tabela 28: Número 28 – 1981 – Vol. III, N° 10

Título	Autor(es)
Penúltimos Poemas	Moacyr Félix
Os Riscos da Esquerda Brasileira: “Infantilismo” ou Esclerose	R. A. Amaral Vieira e Ailton Benedicto de Souza
Os Oito Mitos da Fome	Frances Moore e Joseph Collins
Que é Poupança Interna?	Ignácio Rangel
O Consumo Estratificado da Produção Cultural	Waldenir Caldas
O Sistema Mundial de Poder: Crise e Alternativas	Equipe do Instituto de Estudos do Terceiro Mundo (IETEM). Autores: Newton Carlos, Severino Bezerra Cabral Filho, José Ribas Vieira, Manoel Barros da Motta, Tullo Vigevani e Williams da Silva Gonçalves.
O Papel Político das Classes Médias na América Latina	Antônio Cortés T.
Os Olhos da Dor	Marcos Santarrita
Marxistas e Cristãos: Aqui e Agora	Ricardo Abramovay
Musiliana	José Guilherme Merquior
Os Programas de Energia Nuclear no Mundo em Desenvolvimento: Avaliação e Impacto	Jorge A. Sabato e Jairam Ramesh
Itinerário Filosófico de Roland Corbisier	João da Penha
Dois Textos	Fábio Lucas
O Indígena e o Invasor: A Confrontação dos Povos Indígenas do Brasil com o Invasor Europeu, nos Séculos XVI e XVII	Carlos A. Dias
Resenhas	
Título/Autor(a/es) da obra resenhada	Autor(a/es) da resenha
Campeões do Mundo/ Dias Comes	Antônio Mercado
A Solidão do Cavaleiro no Horizonte/Marcos Santarrita	Leandro Konder
A Evolução das Ideias Econômicas/Phyllis Dean	Mauro Cerruti Vianna

Tabela 29: Número 29 – 1982 – Vol. III, N° 11

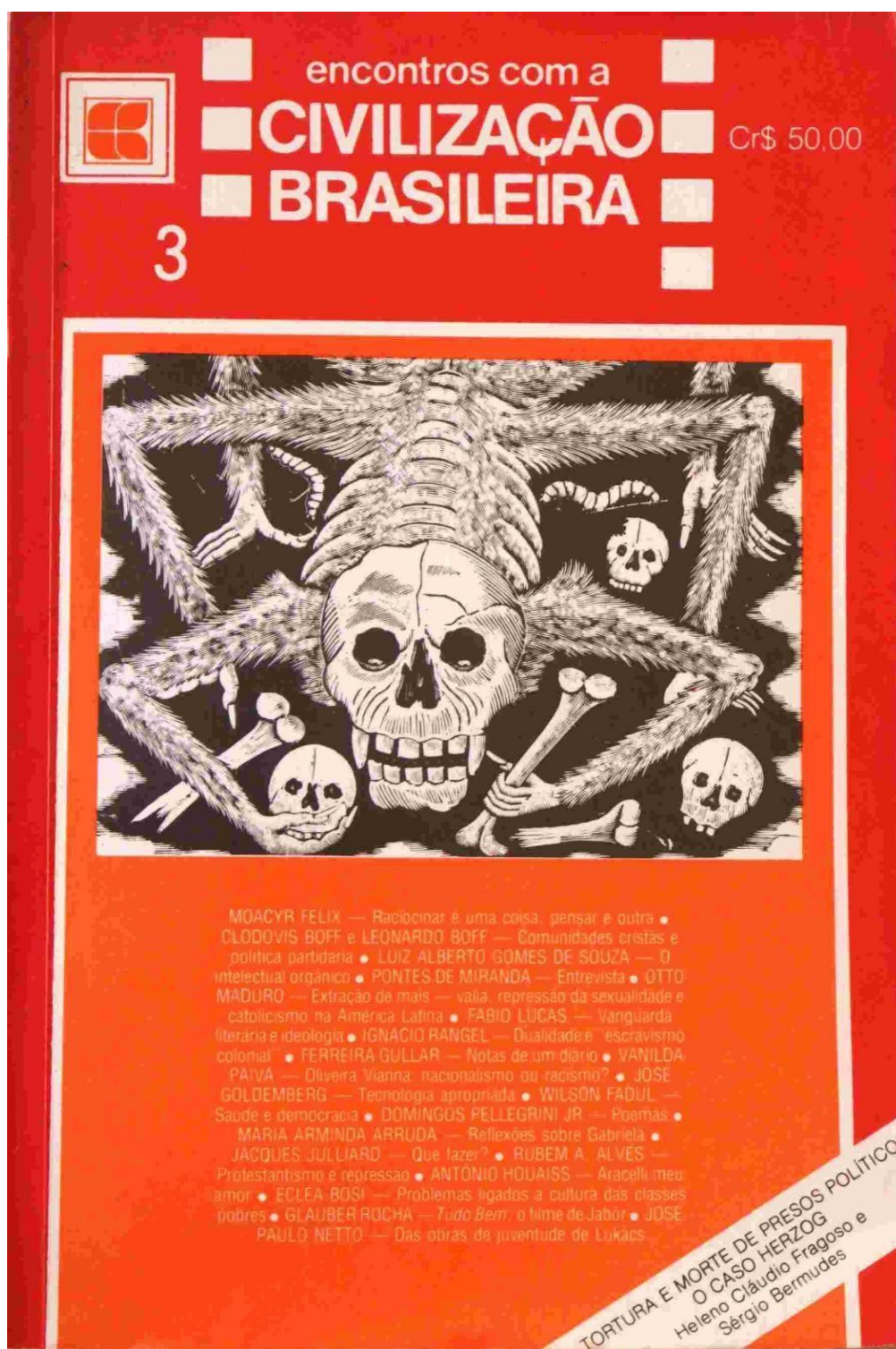
Título	Autor(es)
Canudos: O Suicídio Literário de Vargas Llosa	Edmundo Moniz
A Polônia e o Ciclo Longo	Ignácio Rangel
Nosotros Latino-Americanos	Darcy Ribeiro
A Internacionalização do Capital e as “Multinacionais” na Indústria Brasileira	Maria da Conceição Tavares e Aloísio Teixeira
Poesias: I. Otto Rene Castillo	Otto Rene Castillo
Poesias: II. Rumen Stoyanov	Rumen Stoyanov
Poesias: III. Afonso Henriques Neto	Afonso Henriques Neto
Poesias: IV. Paulinho Assunção	Paulinho Assunção
Poesias: V. Carlos Augusto Correa	Carlos Augusto Correa

Ernst Bloch: Marxismo e Liberdade	Luiz Eduardo Bicca
Liberdades Formais e Liberdades Reais	Fábio Konder Comparato
Uma Resposta Crítica ao Socialismo de Estado	Rudi Supek
Crise da Democracia e a Abertura no Brasil	Miguel Arraes
Populismo, Autoritarismo e Democracia, nas Presentes Condições Brasileiras	Hélio Jaguaribe
O Quadro Internacional	Celso Furtado
Semântica e Democracia	Zulmira Ribeiro Tavares
Jean Duvignaud Responde a Sete Perguntas de Moacyr Félix	Moacyr Félix
Um Murro no Muro	Tristão de Athayde
Sobre uma Dialética do Desespero	José Paulo Netto

ANEXO A - Capa do primeiro número de *Encontros com a Civilização Brasileira*

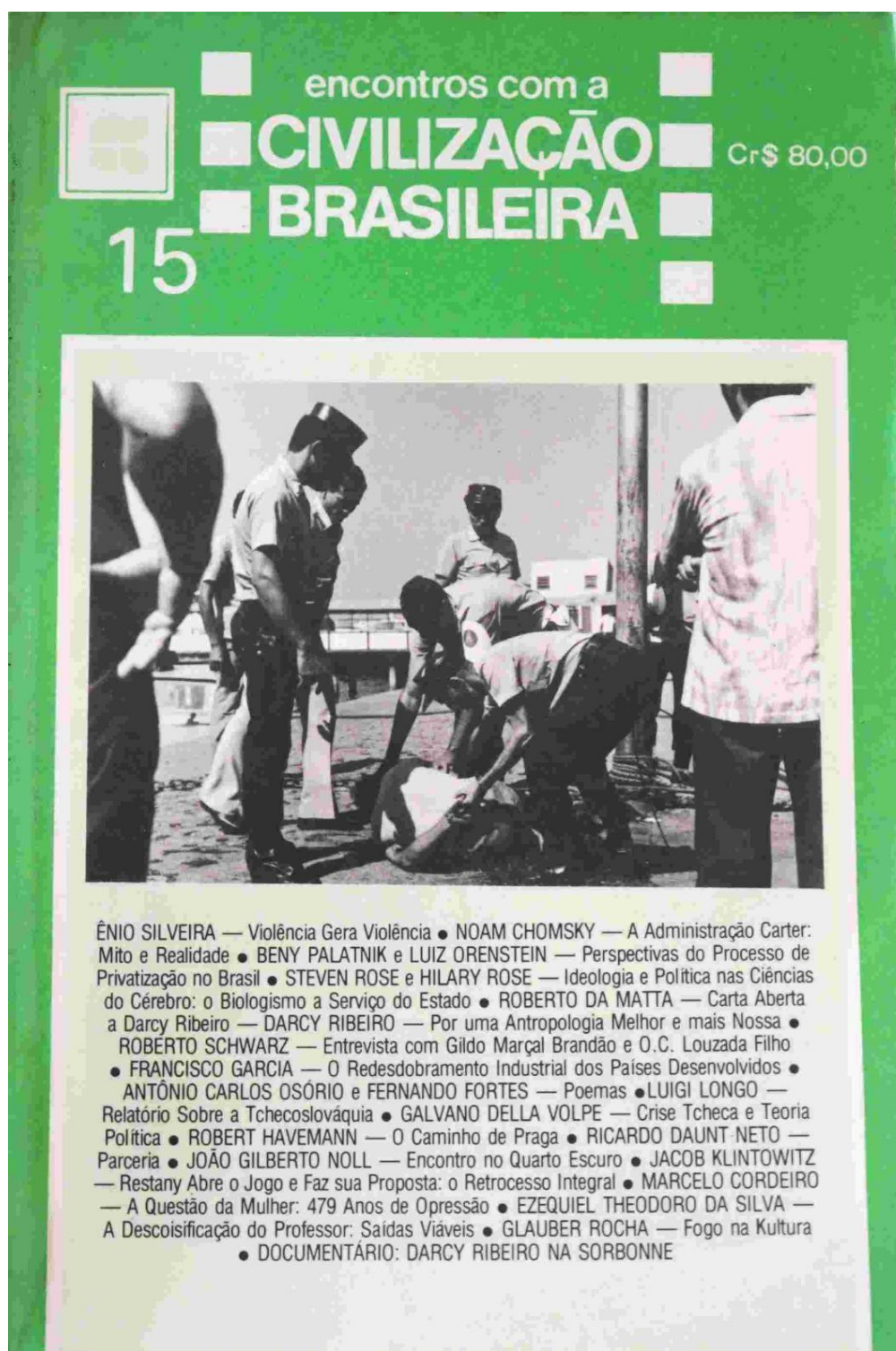
Fonte: *Encontros com a Civilização*, n.1, jul. 1978.

ANEXO B - Capa do terceiro número de *Encontros com a Civilização Brasileira*



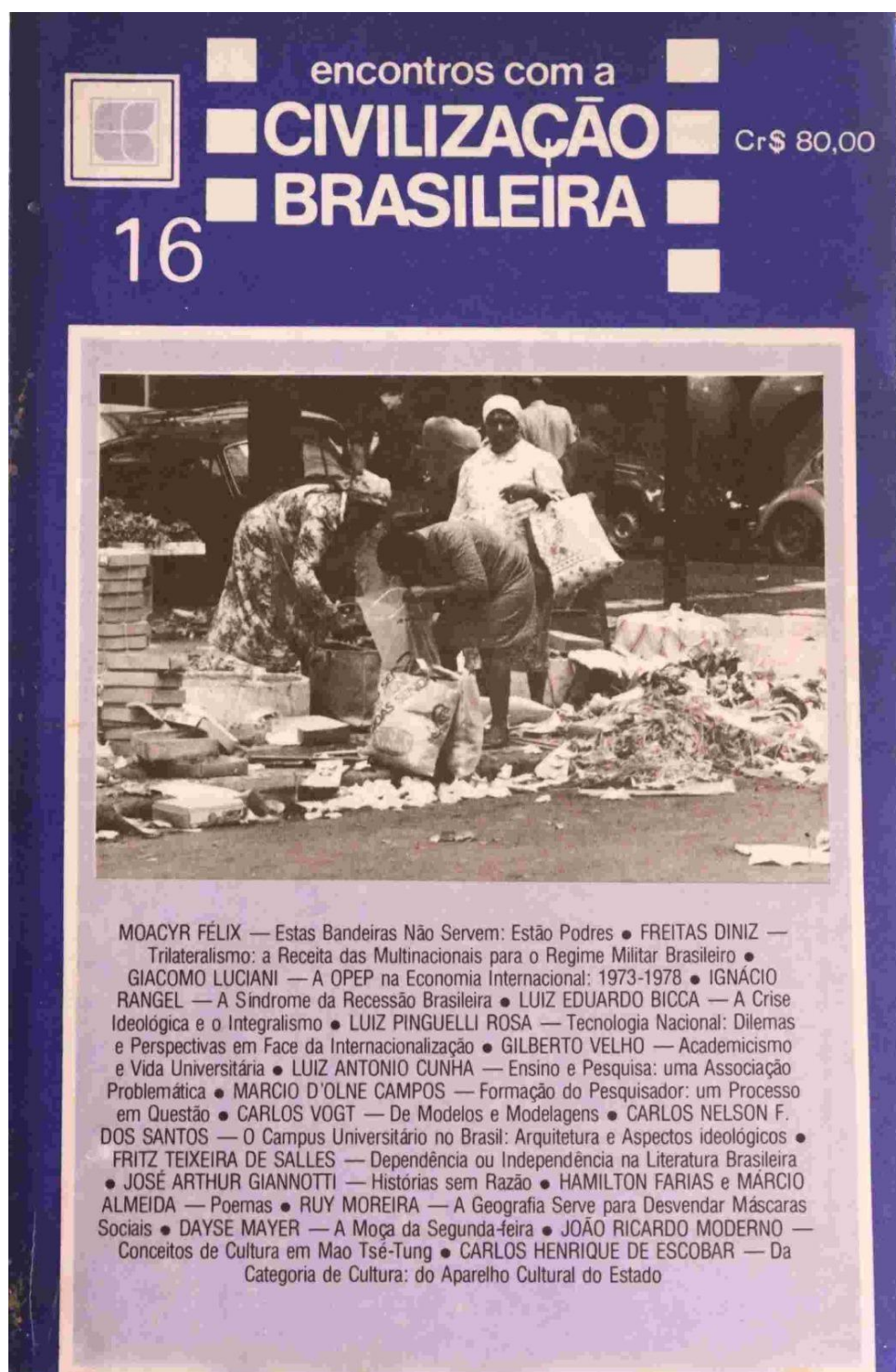
Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.3, 1978.

ANEXO C - Capa do número 15 de *Encontros com a Civilização Brasileira*

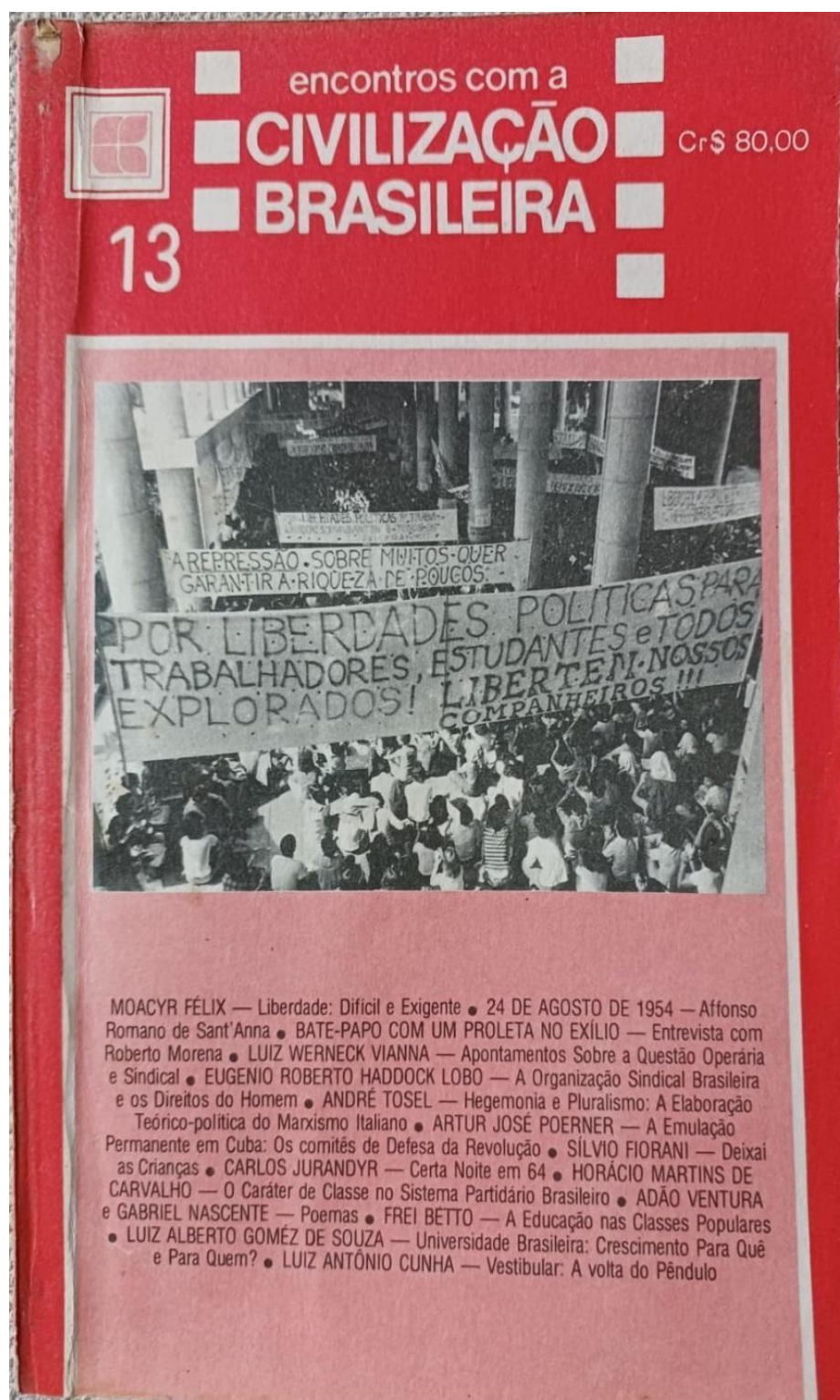


Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.15, set. 1979.

ANEXO D - Capa do número 16 de *Encontros com a Civilização Brasileira*



Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.16, out.1979.

ANEXO E - Capa do número 13 de *Encontros com a Civilização Brasileira*

Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.13, julho de 1979.

ANEXO F - Publicidade do livro *O general Dutra e a redemocratização de 1945*, de Osvaldo Trigueiro do Vale, editado pela Civilização Brasileira em 1978.

UM LIVRO PARA QUEM SABE QUE EM 1945
— COMO EM 1978 — ESTAVA EM JOGO O
DESTINO DE NOSSA PÁTRIA, DE NOSSO POVO

OSVALDO TRIGUEIRO DO VALE



O GENERAL DUTRA
E A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 45

CIVILIZAÇÃO  BRASILEIRA

Cr\$ 120,00

Encontre esta obra excepcional em todas as livrarias,
ou peça-a pelo reembolso postal à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91-93, 22.251, Rio de Janeiro, RJ

Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.5, novembro de 1978.

ANEXO G - Publicidade do livro *Mil razões para viver* (mediações do padre José), de D. Hélder Câmara, publicado pela Civilização Brasileira, em 1978.

**D. HÉLDER CÂMARA:
PASTOR, POETA, IRMÃO
DE TODOS OS HOMENS**

SEU NOVO LIVRO JÁ ESTÁ EM TODAS AS LIVRARIAS

D. HÉLDER CÂMARA
MIL
RAZÕES
PARA
VIVER

(MEDITAÇÕES
DO PADRE JOSÉ)



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Depois do enorme sucesso de *O deserto é fértil* e *Um olhar sobre a cidade*, ambos em sucessivas reedições, o poeta Hélder Câmara se revela em toda a grandeza de seu pensamento nestes versos que serão uma fonte inesgotável de inspiração e amor para todos que buscarem sua palavra plena de amor e esperança num mundo melhor.

Pedidos pelo reembolso postal à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91-93, Rio-RJ - 22.251

Fonte: Encontros com a Civilização Brasileira, n.3, setembro de 1978.

ANEXO H- Publicidade do jornal *Movimento*

NÃO FIQUE POR FORA!



MOVIMENTO
Um Jornal *INFORMATIVO CORAJOSO E INDEPENDENTE*

**SAIBA O QUE VAI
PELO SEU PAÍS E PELO MUNDO
ASSINE MOVIMENTO**

Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.11, maio de 1979.

ANEXO I - Publicidade da revista *Voices*


**REVISTA DE CULTURA
VOZES**

na *Voices* de junho-julho,

O PROJETO ECLESIAL DE JOÃO PAULO II
um artigo de Leonardo Boff

e mais:
O CONCEITO DE PODER NA ESG,
por Mike Burgess e Daniel Wolf

RAZÕES DAS CORRIDAS ÀS TERRAS,
por Moisés Vinhas

REDISTRIBUIR A RENDA É OPTAR PELOS POBRES?,
por Herman Vos e Jacques Vervier

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E ORGANIZAÇÃO POLITICA,
por Luiz Gonzaga de Souza Lima

um número da *Revista de Cultura* *Voices* que responde, na prática de suas colocações críticas, às palavras de João Paulo II: "Tornar esse mundo mais justo significa, entre outras coisas, esforçar-se para que não haja crianças sem alimento suficiente, sem educação, sem instrução; ... para que não haja trabalhadores maltratados nem lesados nos seus direitos..."

na *Voices* de agosto,

OS MAIS IMPORTANTES FILMES DO CINEMA BRASILEIRO

EDITORIA VOZES

Matriz:
Rua Frei Luís, 100
25600 Petrópolis (Fone: 43-5112)

Filiais:
Rio de Janeiro (220-6445 e 359-3661)
São Paulo (32-6890 - 36-2288 e 36-2064)
Bragança Paulista (433-3675)
Belo Horizonte (222-4152 e 226-0665)
Porto Alegre (25-1172)
Brasília (223-2436)
Recife (222-6991 e 224-3924)
Curitiba (233-1392)

Representante:
Fortaleza (26-7904)

Fontes: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 1, julho 1978.

ANEXO J - Conselho Consultivo da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*

Coleção ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Número 3 — Setembro de 1978

Conselho Consultivo

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA / ALBERTO DINES /
ALBERTO PASSOS GUIMARÃES / ALBERTO PASSOS GUIMA-
RÃES FILHO / ALCEU AMOROSO LIMA / ALEX VIANNY /
ALFREDO BOSI / ANTÔNIO CALLADO / ANTÔNIO CÂNDIDO
DE MELLO E SOUZA / ANTÔNIO HOUAISS / ANTÔNIO SÉR-
GIO DA SILVA AROUCA / ARTHUR GIANNOTTI / BARBOSA
LIMA SOBRINHO / CARLOS GUILHERME MOTA / CARLOS
NELSON COUTINHO / DARCY RIBEIRO / DIAS GOMES /
FAUSTO CUPERTINO / FAUSTO CUNHA / FELIX DE ATHAY-
DE / FERNANDO HENRIQUE CARDOSO / FERREIRA GUL-
LAR / FREI BETTO / GILBERTO VELHO / HÉLIO JAGUARIBE
/ JÂNIO DE FREITAS / JOSÉ GOLDEMBERG / JOSÉ HONÓRIO
RODRIGUES / LEANDRO KONDER / LEON HIRSCHMAN /
LEONARDO BOFF, O. F. M. / LUÍS FERNANDO CARDOSO /
LUIZ MÁRIO GAZZANEI / MARIA DA CONCEIÇÃO TAVA-
RES / MARIA HELENA KÜHNER / MARIA RITA GALVÃO /
MÁRIO PEDROSA / MOACYR WERNECK DE CASTRO / NEL-
SON PEREIRA DOS SANTOS / OCTAVIO IANNI / OSNY
DUARTE PEREIRA / RAYMUNDO FAORO / ROBERTO LENT
/ ROLAND CORBISIER / RUBEM CESAR FERNANDES / SÉR-
GIO AUGUSTO / WALDIR PIRES / WALDO CÉSAR / WILSON
FADUL.

Distribuição exclusiva

(a livrarias) EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A. — Rua
Muniz Barreto, 91/93 — Rio de Janeiro, RJ; (a bancas e agências de
jornais e revistas) FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA
S.A. — Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 3, setembro 1978, p.2.